

REVISTA

(TRIMESTRAL)

DO

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO

FUNDADO NO RIO DE JANEIRO EM 1838

VOLUME 215

ABRIL-JUNHO

1952

Hoc facit ut longos durent bene gesta per annos
Et possint sera posteritate frui.

COMISSÃO DIRETORA

GENERAL ESTEVÃO LEITÃO DE CARVALHO
CLAUDIO GANNS
FEIJÓ BITTENCOURT



Departamento de Imprensa Nacional
Rio de Janeiro — Brasil — 1953

IGREJAS E FREGUESIAS NO RIO GRANDE DO NORTE

JOSÉ MOREIRA BRANDÃO CASTELO BRANCO

Com as capitanias mais antigas surgiram as primeiras casas de oração no vasto litoral brasileiro, a de *Igaracu*, na de Itamaracá, antecedida de uma outra na de São Vicente, que não perdurou.

Na de João de Barros não havia igreja, mesmo no período em que aí dominaram os franceses, os quais se misturavam com indígenas sem outro desígnio alheio ao mercantilismo. E os portugueses que se empenhavam pela posse da terra, nunca puderam fundar núcleos duradouros, limitando-se, por essa época, ao tráfico dos produtos nativos, no que eram constantemente perturbados pelos franceses que, sabendo melhor grangear a amizade dos silvícolas, lograram maiores vantagens.

Sòmente com a conquista do Rio Grande no fim do século XVI, foi possível aos lusos erigirem o primeiro santuário, no recinto do forte dos Reis Magos, cuja planta fôra planejada pelo jesuita Gaspar de Sampêres, arquiteto e engenheiro, o qual, com mais três padres: o seu colega Francisco de Lemos e os franciscanos Bernardino das Neves e João de São Miguel, acompanhou a expedição vitoriosa.

Destruída em 1654 pelos holandeses, foi reconstruída pelos portugueses, recebendo no século XVIII as imagens que substituíram o retábulo com os Santos Reis ali existentes, as quais ainda se vêem na capelinha erigida nas proximidades do bairro das Roças.

O governador de Pernambuco Luís José Correia de Sá, em ato de 24-1-1753, por se achar arruinada a capela e sem os paramentos necessários, mandou que se fizessem os reparos e peças indispensáveis, a fim de que fôsem colocadas as imagens que sua majestade real foi servido mandar para a dita fortaleza. Em 1704, o capelão dêsse forte percebia 50 mil réis anuais.

Em 1901, o Ministério da Guerra mandou retirá-las da fortaleza, sendo colocadas temporariamente na igreja do Bom Jesus das Dores, donde saíram, em 1910, para a ermida da Limpa, próxima ao antigo forte dos Reis Magos, e daí para a atual capela.

Anteriormente, no ano seguinte ao da trasladação dos santos para a igreja do Bom Jesus, houve uma tentativa para que a capela fôsse ereta na junção da Avenida Getúlio Vargas com a Rua Santos Reis, cujo nome recorda êsse fato e, onde se inaugurou no natal de 1902, uma pedra fundamental, lavrada por um artista italiano, com inscrição alusiva, celebrando missa nessa ocasião o monsenhor José Paulino de Andrade, com assistência do governador Alberto Maranhão, outras autoridades e distintas famílias do bairro e da cidade.

Em 1599, a 25 de dezembro, celebrava-se missa no terreno escolhido para a futura cidade do Natal, mas, ao que parece, numa construção tão sòmente iniciada.

A cidade fôra apenas demarcada, de sorte que o mais razoável é que a edificação da capelinha se realizasse em seguida, tomando o futuro povoado o nome do glorioso nascimento do instituidor do cristianismo.

O que é certo é que, três lustros após aquela solenidade, a ligeira construção de barro e ramagens, não tinha porta, nem sino, só tendo sido dada por acabada em 1619.

Contudo, como em regra, naquele tempo, os povoados se erguiam ao redor de uma ermida, não era impossível que Natal se iniciasse por uma capelinha.

Quatro lustros após, os holandeses apossavam-se da cidade, passando os seus pastores a doutrinar dos recintos católicos, pregação esta que se estiram por pouco mais de um vintênio, quando êles foram expulsos da região, destruindo antes, em represália, o pequeno santuário.

Êste foi reconstruído mais tarde na aldeiola que mal tinha 25 moradores brancos, pensando-se, em 1672, na ereção de uma construção mais confortável e sólida, mas, sòmente pela era de 1694 conseguia-se findar a nova igreja, que, em 1786, passou por uma reforma geral, erigindo-se as capelas laterais.

Esta construção é atualmente a matriz da cidade, como já fôra da capitania dos primeiros tempos. Os corredores, a tórre, seus sinos e o relógio vieram já no século XIX.

Na segunda viagem dos jesuitas ao Rio Grande, em 1599, depois da confirmação das pazes na Paraíba, o padre Francisco Pinto, o principal intermediário entre os conquistadores e os Petiguares, erguia a primeira Cruz nos sertões dêsse gentio, num

lugar designado pelo cacique iniciador das pazes, seguindo-se-lhe a ereção de mais oito, em diversos lugares ao sul do forte e quatro ao norte dessa fortaleza, que denominou de «boas», como que indicando a sua qualidade de satisfatória e proveitosa.

Este padre era partidário decidido da fundação de uma grande «Residência» no Rio Grande, mas, não a tendo conseguido, a Ordem passou a realizar periodicamente missões nesta capitania, partindo do colégio de Olinda, como em 1605, 1606, 1611, 1615, 1629, afora outras intermediárias.

Entre outros motivos, alegavam os padres, «por ser chave do Brasil e o mais perto de Portugal, como pelo gentio que ali se pode ajuntar».

Na de 1606, foram os padres Diogo Nunes e André de Soveral, recebidos alegremente por tôda a parte, chegando a uma aldeia governada por uma índia cristã, chamada Antônia Potiguar, a qual regulou seu estado matrimonial com o homem com quem já vivia; tornando-se famosa pela maneira exemplar por que dirigia a sua gente, sendo possível, que se encontrasse aí algum dos «cruzeiros» erigidos em 1599, pelo padre Pinto e que, por ocasião do casamento de Antônia, se erguesse alguma capela no local, não se podendo duvidar que assim acontecesse, tal o fervor por ela demonstrado na recepção feita aos missionários, chegando a abrir um caminho de «15.000» passos em linha reta, para ir ao seu encontro. Além disso, vê-se a sua «Aldeia» apontada no mapa de João Teixeira, com idêntico sinal à de «Camarão», onde havia uma igreja desde 1612.

Antônia já era cristã, em 1606, ao passo que Camarão somente, em 1612, batizava-se e casava-se na religião católica.

Na de 1611-1612, os padres Diogo Nunes e G. Sampêres, estiveram na aldeia de *Cammarus* (Camarão), o qual, apesar de não ser ainda cristão, já era um dos grandes defensores da religião, mandando erguer uma igreja, sendo o referido chefe quem mais trabalhou, servindo até de pregador da doutrina cristã.

Em 1613, os padres G. de Sampêres e Pero de Castilho visitaram novamente as aldeias do Rio Grande, rezando missa num altar improvisado na primeira que encontraram ao sul da Capitania, denominada *Tambuçurama* que, tanto podia ser nas vizinhanças do Guaju, mais tarde assinalada por Vingboons, como do Curimataú ou do Camaratuba.

Prosseguindo na sua viagem, os padres visitaram oito aldeiotas, dentro de um espaço de cerca de 25 léguas, quando, em 1603, o seu número alçava a sessenta e quatro.

Naquelas oito aldeias, havia igrejas bem acabadas, tendo algumas, sinos e painéis de santos pelas paredes.

Essas oito aldeias podiam corresponder as que mais tarde chamaram-se *Pirari*, num dos afluentes da margem direita do Curimataú; *Guarairas*, próxima a lagoa do mesmo nome; *Goiana*, a oeste desta; *Mopibu* e *Papari* no vale do Trairi; *Ortaracon*, entre as lagoas de Guarairas e de Papari; *Igapó*, à margem esquerda do Potengi, e *Guagiru*, situada na lagoa do mesmo nome, depois chamada Extremoz.

Nessa viagem, celebraram missa na fortaleza dos Reis Magos e na cidade do Natal, onde ajudaram o vigário a comemorar a semana santa, efetuando 464 batizados, 35 casamentos, 300 confissões e 20 comunhões.

Restabelecida a administração lusa, vários missionários apareceram no Rio Grande, destacando-se, já no último quartel do século XVII, as aldeias de *São João Batista de Guarairas* e de *São Miguel de Guajuru*, tendo sido anexadas à primeira, as de *Mopibu*, em 1681, e a de *Jundiá*, em 1695. A segunda, da qual era superior, em 1683, o padre Antônio Cardoso, muito sofreu na luta contra os Janduis, chegando a ter posteriormente, a mais artística igreja do Rio Grande.

Ao declinar do século, surgem as aldeias de *São João Batista no Lago Podi* e de *N. S. da Anunciação*, junto ao rio Jaguaribe, região em que já havia padre residente, em 1700; tendo antes, em 1687, os franciscanos frei Manuel de Santa Rosa e Francisco dos Anjos ido à conquista do Açu, partilhando das expedições militares, e, em 1698, o mencionado Francisco dos Anjos acompanhado o terço dos paulistas, na luta contra os bárbaros dessa região.

Aos historiadores pátrios tem passado despercebido a existência de outra casa de orações nas cercanias da falada povoação dos portugueses, da cidade dos Reis ou da do Natal, no século XVII.

No entanto, Marcgrave, no seu mapa da *Prefectura de Paraíba e Rio Grande* (1647) registra a leste da cidade de Natal, no ponto mais elevado da colina que hoje se chama *Petrópolis*, o sinal de uma ermida católica e ao lado a inscrição *N. S. monte*. Johannes Vingboons, em 1655, na planta 45, in *F. C. Wieder*, consigna construção semelhante, no mesmo local, mas sob a invocação de *S. Antony*.

Dada a dualidade de patrono, o que parece razoável, é que Santo Antônio substituiu Nossa Senhora do Monte, por se haver estragado o quadro que a encerrava, ou ambos tinham a sua efígie em alguma moldura da ermida.

Quem sabe se Nossa Senhora não passou para a capelinha da futura capital demarcada por Jerônimo de Albuquerque, como

ainda hoje está e Santo Antônio foi então elevado a patrono do Santuário que fitava as águas revoltas do Atlântico?

Os historiadores não se referem a esta casa de orações, nem a outras que se espalhavam pelo território norte riograndense já colonizado naquelas eras.

Marcgrave assinala igrejas em *Itinga* e *Cunhaú*, sendo que ao lado desta estava *N. S. at Candas*, abaixo do rio Piquiri e Vingboons em *Tappowappe*, aldeia próxima ao rio Ceará Mirim; *Taptupe*, entre o rio Potengi e uma grande lagoa que deve ser a de Guagiru ou Estremoz; na margem esquerda do rio Agsao que está no lugar do Guaju, onde se vê a palavra holandesa *Merckstten*, a qual significa — limite ou marco, e, em *Mopabu* no rio Trairi, sendo que no rio Mapabu havia um lugar denominado — *Vigáiro*, palavra esta que também se encontrava no Potoxy, logo abaixo do engenho Outinga sem dúvida sítios pertencentes aos respectivos vigários.

Adriaen van der Dussen, em 1639, fala na existência de quatro freguesias na capitania do Rio Grande: *Cunhaú*, *Goiana*, *Mopebu* e *Potigi* (Relatório sobre as capitanias conquistadas pelos holandeses, pág. 78), havendo falta de pregadores da religião reformada na província (pág. 105); denominações essas confirmadas por Gaspar Barleu, no livro *O Brasil Holandês sob Maurício de Nassau*, tradução do Dr. Cláudio Brandão (págs. 138 e 397).

Como já vimos, ao nascer a capitania teve a assistência da religião católica romana acompanhando a expedição conquistadora o jesuíta Gaspar de Sampères e mais três padres, os quais muito contribuíram para a catequese do gentio dominante na região, tendo obtido os padres da Companhia de Jesus datas de terra, onde tinham roça, gado e salina.

Em 1601, já aparece o nome do primeiro vigário-padre Gaspar Gonçalves da Rocha, a quem por essa época, eram concedidas sesmarias para plantações em diversos lugares, inclusive uma para a fundação de um engenho de açúcar na várzea do Rio Grande.

Depois da reocupação lusitana, foi que Natal passou a ter seguidamente seus pastores, chegando um deles, Feliciano José Dornelas, a fazer parte do governo revolucionário de 1817 e, um outro, João Maria Cavalcanti de Brito, ter aura de santo, operando até milagres.

No evolver do século XVIII, foi que, serenadas as lutas contra o gentio revoltado, houve um surto renovador da religião, sendo erguidos novos templos, surgindo em Natal as igrejas de N. S. do Rosário, em 1714, Santo Antônio, em 1763, e do Bom

Jesus das Dores, um decênio após a segunda, ficando a sede da capitania com quatro templos, os quais devem ser incluídos entre as capelas filiais que, de nove, em 1735, passaram a seis em 1774, por causa de novas freguesias que se desmembraram da de Natal.

As nove capelas de 1735 deviam ser: N. S. de Sant'Ana de *Mopibu*, antiga freguesia anterior ao domínio holandês; N. S. do Ó de *Papari*, ou da aldeia de Parawaçu, próxima à de Mopibu; N. S. da Conceição do Jundiá, na povoação de *Cuitê*, onde, em 1753, houve um casamento; *Utinga*, que já tinha igreja na ocupação holandesa; *Reis Magos*, que nasceu com o forte do mesmo nome; *Tapupe*, na margem esquerda do Potengi e *Tapuape*, depois Guagiru e Estremoz, ambos da época holandesa; N. S. do Rosário, na própria cidade, e podendo a nona corresponder a algum povoado na costa marítima, como Touros e Aguamaré ou um outro sítio no interior da freguesia.

As seis capelas de 1774, com o seu território já diminuído, podiam ser identificadas como sendo as dos Reis Magos (1598), Utinga (1633), N. S. do Rosário (1714), N. S. da Conceição do Jundiá (*Cuitê*) (1735), Santo Antônio (1763) e Bom Jesus das Dores (1773).

Em 1757, São Gonçalo já tinha capela, bem como Ceará-Mirim e Papari, tôdas dependentes da freguesia de Natal, segundo informa o ouvidor Domingos Monteiro da Rocha, Papari e C. Mirim passaram para as freguesias de S. J. de Mipibu e Estremoz, respectivamente, restando a de São Gonçalo que excede da contagem que fizemos acima, a não ser que esteja substituindo alguma das seis enumeradas, como a de Utinga ou de *Cuitê*, por não serem mais filiais da matriz de Natal.

Em 1735, como em 1739, a capitania se achava dividida em três freguesias: N. S. da Apresentação de Natal, São João Batista do Açú e N. S. dos Prazeres de Goianinha.

Goianinha tinha três capelas, um cura e três clérigos e a do Açú, não tinha capelas, mas possuía vigário e doze clérigos.

As capelas da primeira deviam ser N. S. do Carmo de Gramació, N. S. das Candeias de Cunhaú (Marcgrave escreve «N. S. at Candas»), e S. João Batista de Guaraíras.

A do Açú é anterior a 1726, ano em que foi instituída canonicamente, e compreendia tôda a zona sertaneja da ribeira do Piranhas para oeste até os confins do Ceará, e para o sul esbarrava na ribeira do Seridó, que pertencia a de Piancó, na Paraíba. A de Goianinha cingia-se a região ao sul da capitania, além do vale Capió e a do Natal abrangia o resto da colônia.

Em 1757, já eram cinco as freguesias: Natal, Açú, Goianinha, Caicó (desmembrada da do Piancó em 1748) e Apodi, criada em 1756, com sede em Pau dos Ferros.

Extremoz a quem o ouvidor Domingos Monteiro, em 1757, chama de *Ceará-Mirim* e não inclui entre as freguesias que enumera e sim como capela, já tinha sido elevada a tal categoria, em vista do alvará régio de 6 de junho de 1755, mas sòmente instalada a 3 de maio de 1760.

Em 1774, além das cinco já faladas, havia na capitania, segundo a *idéia* da População da Capitania de Pernambuco e das suas anexas, mais seis: *Arez*, onde havia matriz e convento desde 1659, elevada a freguesia em 1758; *Extremoz*, instalada como já vimos em 1760; *Vila-Flôr*, devendo ter sido criada em 1762, com a passagem da aldeia de Gramació a vila; e *São José de Mipibu*, antiga freguesia do século XVII, teve novamente êsse predicamento em 1772; *Port'Alegre*, vila em 1761, devendo ter sido elevada eclesiásticamente por essa data ou mais tarde; e *Pau dos Ferros*, que, de sede primitiva da do Apodi, passou a ser independente com a criação desta no local do seu nome, em 1766.

Vila-Flôr, *Extremoz* e *Port'Alegre*, não tinham capelas filiais; sendo que *Arez* possuía uma, talvez, Tibau ou Estivas, e *Mipibu* continha duas matrizes: as de São José e Papari.

Natal estava reduzida a seis, conforme frisamos acima; *Açú* que não tinha filiais em 1735, apesar de já haver igreja em Apodi, sob a invocação de São João Batista, com missionário da ordem de Santa Tereza; em 1774, possuía três capelas filiais, que, talvez, fôssem Oficinas, Angicos e Aguamaré.

Goianinha de quem foram desmembradas e Guarairas, elevadas a freguesias sob as denominações de *Vila-Flôr* e *Arez*, continuava, não obstante, a ter o mesmo número de capelas filiais, de 1735. Eram novos povoados que emergiam e se desenvolviam, podendo corresponder a N. S. da Penha e São Bento, devendo ter sido conservada a capela de Cunhaú, uma vez que *Vila-Flôr* não tinha filiais.

Na ribeira do Apodi, havia uma freguesia e duas paróquias: N. S. da Conceição e São João Batista de *Port'Alegre*; N. S. da Conceição de *Pau dos Ferros*, com três capelas e N. S. da Conceição e São João Batista da Várzea, a oeste da serra do Martins, devendo corresponder a Apodi e duas capelas. As filiais de Pau dos Ferros podiam ser Martins, Caraúbas e Campo Grande e as de Apodi — S. Sebastião e Mata Fresca ou Carmo na serra dêste nome.

E assim, íamos findar a centúria sem a instituição de novas paróquias, penetrando no século XIX com as mesmas onze do

anterior e chegando ao atual, com trinta freguesias, sendo que duas do século XVIII — Extremoz e Vila-Flôr foram substituídas por Penha e Ceará-Mirim.

Das quatro primitivas do período pré-flamengo, só Cunhaú desapareceu, ressurgindo Potigi em Natal, em 1656, Goiana em Goianinha e Mopibu em São José de Mopibu na centúria seguinte.

Das três freguesias do primeiro têrço do século XVIII, emergiram vinte e uma, sendo que de *Goianinha* seis, de *Natal*, quatro e de *Açu* nove. As duas restantes provieram da de Caicó, que fôra desmembrada da de Piancó, da capitania da Paraíba (*).

Como esquisitice citamos a igreja de «St. Jean», em Natal, registrada por F. Durand no seu *Plan de Rio Grand du Nord*, 1846. Talvez seja a matriz, porque não assinalou esta nem a de Santo Antônio, só apontando as de «Saint Rosaire» e de «St. Jean» na parte correspondente à cidade alta e uma outra na *ville basse*.

(*) Pelas «Noções Estatísticas» da «Carta Topographica e Administrativa das Províncias do Rio Grande do Norte e Parahyba» erigida por T. de Villiers de L'Isle Adam, e publicada em 1848, a do Rio Grande do Norte se dividia em três comarcas e estas em 22 freguesias que nós reduzimos a 21, por ser a de Santa Rita da Cruz do Ribeirão uma excrescência, não passando da chamada Santa Rita da Cachoeira, hoje, cidade e freguesia de Santa Cruz.

As freguesias eram: Natal, São Gonçalo, Extremoz, Touros (1.º distrito). Mipibu, Papari, Goianinha, Arez, Flor e Santa Rita da Cachoeira (2.º distrito), na comarca de Natal; Açu, Campo Grande, St'Ana de Matos, Angicos, Príncipe e Acari, na comarca de Açu; Maioridade, Pau dos Ferros, Port'Alegre, Apodi e Santa Luzia de Mossoró, na comarca de Maioridade.

Constava mais do mapa que havia na província mais de 20 capelas importantes, destacando-se ali as de Luiz Gomes, Patu, Logradouro, São Sebastião, na comarca de Maioridade; e as de Macau, Oficinas, Jardim de Piranhas, Santa Maria Madalena e Pedra Lavrada, na de Açu.

CIDADE DO SALVADOR, DIA DE NOSSA SENHORA DAS NEVES DE 1569

JOSÉ ANTONIO SOARES DE SOUZA

Muito já se tem escrito sobre Gabriel Soares de Sousa. Mas, de tudo quanto tenho lido sobre tão empolgante personagem, ainda não encontrei a indicação exata do dia em que chegou ao Brasil. Apenas o ano em que aportou e a nau em que veio são indicados. O dia e o mês, porém, não os achei mencionados até agora.

Não foi, certamente, por falta de notícia. A data consta, com exatidão, de documento quinhentista, publicado nos *Anais da Biblioteca Nacional*, há quase cinquenta anos. Faltou, apenas, quem ligasse um fato, mencionado nesse documento, a outros, já explorados, a fim de determinar o dia e o mês de 1569, em que ocorreu o sucesso.

É, somente, nesta suposição, ou seja, de que se não tenha feito a referida ligação, que me abalanzo a escrever estas linhas.

Preliminarmente, vamos lembrar o que já se escreveu a respeito da nau e do ano, em que devera de ter Gabriel Soares de Sousa aportado ao Brasil.

Graças a frei Vicente do Salvador, temos a chave do problema. Na sua *História do Brasil*, escreveu: «Era Gabriel Soares de Sousa um homem nobre dos que ficaram casados nesta Bahia da companhia de Francisco Barreto, quando ia à conquista de Monomotapa...» (1).

Podemos e devemos ter por certo o que escreveu frei Vicente do Salvador. Além de muitas outras razões, vamos verificar, inteiramente confirmado, outro passo do historiador baiano, que vem a ser o seguinte: «Os ossos de Gabriel Soares mandou seu sobrinho Bernardo Ribeiro buscar, e estão sepultados em São Bento

(1) Terceira edição, revista por Capistrano de Abreu e Rodolfo Garcia, pág. 350 (Companhia Melhoramentos de São Paulo).

com o título na sepultura, que declarou em seu testamento pusesse, e o título é: *Aqui jaz um pecador*» (2).

O testamento de Gabriel Soares de Sousa comprova as duas asserções. A primeira, no tocante a ser ele tio de Bernardo Ribeiro: casou-se Gabriel com D. Ana de Argolo, irmã de Dona Maria de Argolo, casada com Antônio Ribeiro, pais de Bernardo (3). A segunda assertiva, no que diz respeito à sepultura de Gabriel, na igreja de São Bento, confirma-se não só com o testamento, mas ainda com a própria pedra do túmulo (4).

Temos, portanto, como certo o que escreveu frei Vicente do Salvador, ou seja, de ter Gabriel Soares de Sousa chegado à Bahia em companhia de Francisco Barreto, quando este se dirigia à conquista de Monomotapa. E mais, que ficara na terra, casado.

Felizmente a chegada de Gabriel Soares coincidiu com um fato que não podia passar despercebido aos cronistas e historiadores portugueses.

João Lúcio de Azevedo, por exemplo, trata, com minúcias, da conquista de Monomotapa, apontando-lhe as causas: uma a de vingar a morte do jesuíta D. Gonçalo da Silveira, martirizado por um régulo africano, e outra, sem dúvida a principal, de aumentar o erário, «depauperado por extraordinários gastos em Portugal e na Índia». Sobre a expedição que levava este duplo encargo, escreve João Lúcio de Azevedo: «O Império de Monomotapa, jazigo de riquezas fabulosas, achava-se ainda inviolado. Em 1569 foi resolvido mandar proceder à ocupação. Francisco Barreto, governador que fôra da Índia, teve a incumbência do feito, e saiu de Lisboa em abril dêsse ano» (5).

Teve João Lúcio de Azevedo, ao escrever, conhecimento da *Relação da viagem que fizeram os padres da Companhia de Jesus com Francisco Barreto na conquista de Monomotapa no ano de*

(2) *Ibid.*, págs. 352 e 353.

(3) Frei Antônio de Santa Maria Jaboatão, *Catálogo Genealógico*, páginas 177 e 178, Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, volume LII, e Afonso Costa, *Genealogia Baiana*, págs. 44 e 45, n.º 201. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, vol. 191.

(4) Professor Pirajá da Silva, *Introdução* à obra de Gabriel Soares de Sousa, publicada com o título: *Notícia do Brasil*, pela Livraria Martins Editora, São Paulo, vol. I, págs. 46 a 52; Visconde de Pôrto Seguro, *Algumas notícias biográficas*, págs. XXV a XXXIII, in Gabriel Soares de Sousa, *Tratado Descritivo do Brasil em 1587* (Edição publicada pela Companhia Editora Nacional, 1938). Existe, na Biblioteca Nacional, cópia manuscrita, do século passado, do testamento de Gabriel Soares de Sousa.

(5) *Épocas de Portugal Econômico*, págs. 190 e 191 (Livraria Clássica Editora, 1947, Lisboa).

1569. Além do cronista jesuíta também se utilizou de Diogo do Couto, *Década 9ª* (6).

Conta Diogo do Couto, na citada *Década*, mais pormenorizadamente, a viagem de Francisco Barreto, que é o que nos interessa da conquista de Monomotapa. Segundo êle, saiu Barreto em fins de abril de 1569, de Lisboa, com três naus abarrotadas de fidalgos, criados de el-Rei e «tôda a mais gente mui limpa e nobre». Logo no começo da viagem se dispersaram as naus, vindo, apenas, a de Francisco Barreto «invernar no Brasil» (7).

Preencheu, assim, Diogo do Couto a lacuna de frei Vicente do Salvador, acrescentando às indicações do franciscano a do ano em que partiu Francisco Barreto de Portugal. As probabilidades eram tôdas de a chegada ao Brasil ter sido no mesmo ano da partida.

Estas probabilidades foram confirmadas por documento publicado pelo padre Dr. Serafim Leite, em 1940, nos *Anais da Biblioteca Nacional*. Refiro-me aos *Capítulos de Gabriel Soares de Sousa contra os padres da Companhia de Jesus*. Logo na primeira resposta, que deram os jesuítas às informações de Gabriel, diziam: «Quando o informante veio ao Brasil que foi no ano de 69...» (8).

Com esta afirmativa dos jesuítas, temos a comprovação do ano, em que não só chegou Gabriel Soares de Sousa, mas ainda Francisco Barreto. Frei Vicente do Salvador, Diogo do Couto e os jesuítas, que assinaram as respostas aos *Capítulos*, todos estão de acôrdo, e cada um, por sua vez, deu uma indicação preciosa, que, juntas, formam prova convincente de que chegou Gabriel no Brasil em 1569, quando aqui aportou Francisco Barreto, de sua viagem em demanda de Monomotapa.

Até aqui o que já se havia positivado de documentação, tôda acorde nos seguintes pontos: 1º, ter Gabriel Soares de Sousa chegado ao Brasil em companhia de Francisco Barreto (frei Vicente do Salvador); 2º, ter sido o ano de 1569 o em que Gabriel chegou (jesuítas que responderam aos *Capítulos*), e, 3º, ter Francisco Barreto saído de Lisboa em fins de abril de 1569, vindo «invernar no Brasil» (Diogo do Couto).

Agora vamos fazer a ligação, a que me reporteí no começo dêste trabalho.

Ê comezinha a seguinte ilação: se foi em 1569 que chegou Francisco Barreto ao Brasil, o fato se deu durante o govêrno de

(6) *Ibid.*, pág. 189.

(7) *Década 9ª*, Cap. XX.

(8) *Anais da Biblioteca Nacional*, vol. LXII, pág. 348.

Mem de Sá. Este, havia pouco, chegara da Guanabara, onde expulsaram definitivamente os franceses e construíra a cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro. Estava aflito por deixar o Brasil. E para isso fazia as suas petições, com uma relação de serviços prestados, aliás, imensos, ao Brasil. É o próprio frei Vicente do Salvador quem nos dá conta de tudo isso, em interessante capítulo (9).

Dentre êsses serviços esmiudara Mem de Sá até a repressão ao jôgo de cartas e o apaziguamento das rixas entre colonos. Era natural, portanto, que se não esquecesse da ajuda que prestara às naus da Índia, que aportavam ao Brasil por necessidade. E de fato não se esqueceu.

A petição do governador foi apresentada a 7 de setembro de 1570. Fácil era recordar o que sucedera pouco antes. Assim o último capítulo de Mem de Sá, dedicou-o êle exclusivamente a Francisco Barreto, afirmando: «Francisco Barreto chegou aqui com passante de seiscentos e quarenta homens, estando a terra muito falta de mantimentos e de tudo al foi tão bem provido que no reino o não fôra melhor e isto à custa dos moradores e sua dêle o que se fêz pelo serviço de sua alteza».

Foram inquiridas, então, catorze testemunhas. Tôdas elas responderam a êste capítulo.

Cinco não indicam a data da chegada de Francisco Barreto. Confirmam o que afirmara Mem de Sá, lacônicamente. Nove, no entanto, além da confirmação, dizem ter chegado Barreto no *ano passado* ou no *ano passado de sessenta e nove*. Logo estas nove testemunhas vêm corroborar o que escreveram os jesuítas, Frei Vicente do Salvador e Diogo do Couto.

Uma ou outra das catorze testemunhas deixa escapar um pormenor interessante para a história. Enquanto a maioria, por exemplo, declara, vagamente, que Francisco Barreto seguia para as Índias, como têrmo genérico a determinar as conquistas portuguesas que não fôsse o Brasil, Brás Alcoforado, escudeiro fidalgo da casa del-rei indica a rota de Barreto, dizendo: «que no ano passado de sessenta e nove viera a ela ter Francisco Barreto que ia para Monomotapa...». Sebastião Alvarez, cavaleiro da casa del-rei acrescenta o seguinte sôbre a permanência de Francisco Barreto em Salvador: «estando aqui seis meses pouco mais ou menos...». E o almoxarife dos armazéns e mantimentos del-rei, Luís da Costa, especifica a natureza dos auxílios levados por Barreto, na sua partida. Assim sabemos ter êle deixado a Bahia,

(9) *História do Brasil, 1500-1627*, Livro Terceiro, cap. XIII, pág. 195.

provido de carnes, galinhas, porcos e pescados. E isso em tempo de carestia (10).

Mas é a um outro Barreto que devemos maiores esclarecimentos: Diogo Muniz Barreto, fidalgo da casa del-rei e alcaide-mor da cidade do Salvador. Assim podemos descrever a chegada de Francisco Barreto.

Na manhã do dia 5 de agosto de 1569, festa de Nossa Senhora das Neves, achava-se Mem de Sá no Colégio dos Jesuitas, assistindo à missa, naturalmente de livro ou rosário na mão. Respeitosamente, pé ante pé, entra na igreja um indivíduo; acerca-se do governador, e lhe cochicha ao ouvido a notícia: «andava uma nau grande que era francesa com uma chalupa».

Deixou Mem de Sá, como bom cristão, que terminasse a missa. E, ao sair do colégio, mandou «Cristóvão de Barros, capitão-mor do mar, com os navios da armada e outros que estavam no pôrto a ver que nau era» aquela.

Saiu imediatamente o capitão-mor a averiguar a nau misteriosa e, longe de deparar com a suposta nau francesa, foi com Francisco Barreto que se encontrou.

No outro dia, 6 de agosto de 1569, desembarcou Francisco Barreto em Salvador. Aí esteve êle invernando, ainda segundo Diogo Muniz Barreto, até janeiro de 1570, quando prosseguiu viagem para Monomotapa, o que confirma os seis meses, pouco mais ou menos, de Sebastião Álvares (11).

Assim, em conclusão, se veio Gabriel Soares de Sousa, como afirma frei Vicente do Salvador, em companhia de Francisco Barreto, a data exata em que chegou à Baía de Todos os Santos foi 5 de agosto de 1569. No dia seguinte, 6, provavelmente, pisou Gabriel Soares, pela primeira vez, a terra baiana, da qual diria mais tarde: «é a maior e mais formosa que se sabe pelo mundo; assim em grandeza como em fertilidade e riqueza» (12).

(10) *Instrumentos dos Serviços de Mem de Sá*, in *Anais da Biblioteca Nacional*, vol. XXVII, págs. 136, 144, 148, 153, 160, 164, 172, 177, 185, 189, 194, 201, 207, 210 e 217.

(11) *Ibid.*, pág. 189.

(12) *Tratado Descritivo do Brasil*, edição cit. da Comp. Editora Nacional, pág. 144.

NABUCO, HISTORIADOR

ALGUNS ASPECTOS DE UM ESTADISTA DO IMPÉRIO

ARNOLD WALD

1. NABUCO E AS REVOLUÇÕES

Dividia Sainte Beuve os escritores em «poetas primitivos, fundadores, originais, sem mescla, frutos das próprias obras» e em «espíritos investigadores, apurados, dóceis, essencialmente moldados e orientados como os há nas épocas de transição». Também poderíamos distinguir os historiadores, como todos os homens, em dois grupos: o dos afetivos e o dos cerebrais. Historiadores há que dissecam uma época a escalpêlo e examinam-lhe o tecido ao microscópio. Analisam as instituições com a imparcialidade e a objetividade do cientista. Querem fazer da história uma ciência, como a sociologia ou mesmo a economia política. São os cerebrais. Outros, todavia, revelam afinidades com o tema histórico, confundem-se com a sociedade, com os heróis que descrevem e vivem lado a lado com êles, sentem-se no passado. São imaginativos, criadores, artistas e se revelam afetivos. Ao primeiro grupo pertence Taine; ao segundo, Michelet. E também Nabuco.

Ora, obras há que se explicam pela vida do autor, principalmente quando se trata de história subjetiva, pessoal, afetiva, que escreve o memorialista. Para compreendermos as tendências profundas de *Um Estadista do Império*, é indispensável seguirmos o desenrolar da vida do autor do famoso livro.

Joaquim Aurélio Barreto Nabuco de Araujo nasceu a 19 de agosto de 1849. Dois dias antes do seu nascimento, era chamado o seu pai, no fim da vida lider liberal, para, como juiz de direito, presidir o júri a que se submeteriam os rebeldes de Recife, chefes da Revolução Praieira. Mas, no engenho de Pernambuco, na vida calma e socegada de Massangana, perto da madrinha que «vive para êle e não lhe pode negar as vontades», fica Nabuco, para ouvir, à medida que cresce e toma conhecimento da vida, evocarem

os pernambucanos as tristes ocorrências da Praia, a que se enleiam recordações de família e a que se ligara o seu pai na qualidade de juiz dos implicados na revolução, o primeiro ato de grande repercussão nacional em que tomou parte.

Sentiu êle, pela primeira vez, o horror instintivo, horror que sempre haveria de lhe inspirar a revolução, horror que já estava, desde muito, inscrito na memória dos seus. Em 1834, o seu tio, José Maria Nabuco de Araujo, morrera assassinado no Pará, morto pelos partidários de Malcher. Desde então, um sentimento refratário se tinha firmado na família. Aderiram instintivamente os Nabucos ao partido da Ordem, que se constituiu, não podendo então tolerar os movimentos populares. Do seu avô, poder-se-ia dizer que «o seu desejo seria poder sempre votar com o governo, desinteressadamente, por êste horror à incerteza do dia seguinte que muitos dos que atravessaram as revoluções no começo da vida, contraem na velhice como uma segunda natureza». O seu pai, que, nascendo em 1813, vira o 7 de abril e julgara a Revolução Praieira, condenando-lhe os cúmplices, manifestara repulsa à esterilidade dos movimentos populares, agitações que chocavam-lhe o espírito de parlamentar e de jurista. E a primeira idéia que vem esclarecer-se em *Um Estadista do Império* é pois o anti-revolucionarismo revelado por Joaquim Nabuco ao descrever o golpe de sete de abril e a Revolução Praieira.

Quer dizer: participou êle de um espírito que não era somente seu, integrando-se numa aspiração geral da família, com o brilho que o seu pai deu à necessidade de ordem. Principalmente, participou do brilho.

No que vai ao correr da pena do historiador e no intento com que em parte Nabuco escreveu *Um Estadista do Império*, transparece o hábil espírito de intriga arraigado nos escritos do exímio panfletário de quem foi o autor do acidulado panfleto *O Erro do Imperador*. Sente-se êsse espírito nos retratos dos grandes vultos como Rio Branco e Zacarias, perfis traçados a maneira de se perceber o confronto do pai de Joaquim Nabuco com êsses dois homens de Estado, apreciado em *Um Estadista do Império*. De um, Nabuco diz que lhe falta o gênio, a idéia, entretanto possuindo «o espírito do cargo, a afinidade natural, a especialidade daquela posição em nosso sistema político», em uma época que os outros presidentes do Conselho foram diletantes. E diz mais: «êle não tinha de certo a imaginação política construtora de Bernardo Pereira de Vasconcelos, nem do visconde de Uruguai. Se se tratasse de vasar a sociedade mal nascida e mal formada às instituições parlamentares, em novos moldes, dêsses que só as grandes reformas da lei civil, as concepções ousadas do direito público podem

fornecer, êle não seria o legislador apropriado, como Nabuco, porque o Direito, e o que na imaginação do estadista procede do instinto juridico, não era da sua esfera. Êle não era também um dêsses condutores de opinião, homens de fé, capazes de fazê-la atravessar o deserto em longos anos de perseguição e de preparo; nem, invertida a relação das forças entre a Coroa e o Parlamento, seria êle capaz de dominar e arrastar uma câmara que não pudesse dissolver, como não era feito para arregimentar um partido fora do poder. Por tudo isso, não se pode dizer que êle fôsse o maior dos nossos estadistas; em cada uma das suas faculdades isoladamente êle teria superior; o barão de Cotegipe, seu êmulo, tem êsse *quid* poderoso e original, a que se chama *gênio* e de que em Rio Branco, estão *incertos ou dispersos os traços*. (Grifei adjetivos e expressões).

De comêço, há nesse trecho referências a Bernardo de Vasconcelos e ao visconde de Uruguai. No fim, uma alusão a Cotegipe. Mas, a meio do que dizia, vem citado o nome de Nabuco, pai, que é a sombra a se projetar acima de Vasconcelos e Rio Branco.

Como a Rio Branco, de igual maneira Nabuco descreve Zacarias.

«Era um espirito de combate indifferente a idéias», das quais *Um Estadista do Império* é a exaltação. Em Nabuco pai, Joaquim Nabuco aponta a inspiração diretriz. Em Zacarias, retrata o politico «ríspido, escarnecedor no debate, não poupando a menor claudicação mesmo do amigo e do partidário, fôssem elas em algum artigo da constituição ou na pronúncia de uma lingua estrangeira». Sim; questões pessoais. E nada de maior.

Competições ou melhor contrastes entre os homens do passado é que ressurgem vivos nesse livro de um memorialista.

Mas a maneira de pegar no assunto é a que trazia Nabuco do tempo de panfletário. Na página de *Um Estadista do Império*, ao apreciar o 7 de abril, faz êle a intriga própria para a ocasião, entre o militar e a politica. Intriga que êle retoma de tôdas as maneiras. Intriga a instigar o soldado contra a classe dos politicos, «exploradora de todos», e feita através dos escritos de ocasião.

«Para mim, não era objeto de dúvida, diz êle, que no dia em que abandonássemos o principio monárquico, permanente, neutro, desinteressado, e nacional, teríamos forçosamente que o substituir pelo elemento que oferecesse à nação o maior numero daqueles requisitos, e êsse era exatamente o militar. A prova está aí patente. No dia em que se fez a república, viu-se a nação pedindo o governo militar, para salvar a sua unidade, por ser o espirito militar o mesmo de um extremo a outro do país, isto é, nacional,

e para conservar um resto da antiga tolerância, por ser o exército superior às ambições pessoais em que se resume a luta dos partidos, a qual, sem a monarquia, teria barbarizado o país».

Tecem-se os argumentos. Chama Nabuco a atenção de todos para o que êle passa a escrever dizendo: «Estranho como isto pareça, o governo militar é nos períodos em que o exército se torna a única força social e adquire consciência disso, o meio de impedir o militarismo, vício dos exércitos políticos e sem espírito militar, assim como a monarquia era o único meio de abafar o monarquismo que desde o próprio Bolívar até hoje sobrevive no sangue depauperado das nações americanas».

Ao mesmo tempo que Nabuco diz, desdiz.

Subverte a confiança de todos querendo deixar o militar apreensivo e receioso do que fez e do que fazer.

Nessa confusão criada, Nabuco queria puxar o fio de outra meada política, queria restaurar a monarquia como corretivo do erro de proclamar a república.

Como panfletário que foi, não se prevê até que ponto Nabuco leva uma argumentação impressionante, sem medir as conseqüências.

Diante de uma república proclamada pelos militares, êle os deixa não sabendo como pensar. Ora diz que erraram. Ora diz que são o único elemento para que apelar.

Nabuco há de pôr o militar, que o ouvisse, perplexo, quando escreve que: «Não há melhor prova de que a revolução de 15 de novembro não foi a revolução do soldado ou do marinheiro. Se o movimento interpretasse a alma popular da fileira, um referendun unânime teria há muito revogado êsse ato de ingratitude».

Era êle a provocar, naquele momento grave, a intriga de sempre, mas dessa vez entre o norte e o sul do país, contrapondo tôdas as forças políticas:

«O único serviço (dizia) que eu em consciência acredito poder prestar-vos neste momento com relação à República é dizer-vos: «Por aí não há passagem para nenhuma de nossas aspirações; ides perder-vos como o resto da América Latina num labirinto de governos pessoais, na região do perpétuo despotismo: renunciais à civilização que atingimos; preparais para vossos filhos um futuro de desespero que os obrigará a quebrar em pedaços a cadeia de miséria com que na sua breve decadência a República cafésista e militar há de prender o norte ao sul».

Esta fase da vida política de Nabuco é que transparece pois em *Um Estadista do Império*, principalmente na famosa página acêrca do 7 de abril. Tudo que aí foi citado é da mesma época e os panfletos explicam o que se escreveu na obra histórica.

É pois o espírito de conspirador que reaparece no livro de grande tomo.

Ora Nabuco, ao fazer história, era um homem que jogava com as idéias e talvez isto o leve a traçar os mais vivos retratos para estabelecer contrastes entre as figuras do passado e, a meu ver, para contrapor os nomes da República aos da monarquia, por êle ressaltados quando escreveu, pode-se dizer, a história do Império.

* * *

A grande decepção no sete de abril foi a dos exaltados, dos iniciadores e organizadores do movimento e está no contraste desta facção extremada, que promoveu a revolução, com os acontecimentos posteriores. Já a expressão *journée des dupes*, empregada por Nabuco não só dessa vez, supõe um confronto que êle procurou sempre estabelecer nos momentos de agitação. E os exaltados, uma vez consolidada a vitória, seriam fatalmente expulsos pelos moderados: esta é a sua compreensão histórica, a lei que êle estabelecia para as revoluções.

Fazendo interessante estudo da psicologia das revoluções, mostra Nabuco que, nelas, o elemento indispensável é o extremista; indispensável para provocar a insurreição, mas imprestável para prosseguir. De modo que toda revolução vitoriosa haveria de trazer a *journée des dupes*.

O sete de abril vinha por sua vez a ser, em certo sentido, uma repetição do que houve no sete de setembro. Porém o sete de setembro foi um movimento de altas finalidades e aceito pelas consciências puras, enquanto o sete de abril já transcorreu confuso, acrescentando Nabuco que se operou sendo que «a maioria da Câmara era de demagogos vendidos ao aceno português».

A maior decepção teve-a, dessa vez, a nação, que, no sete de abril, não esperava nem queria a abdicação.

Aconteceu o que acontece sempre: o feitiço, nesse caso da revolução, virou-se contra o feiticeiro e as revoluções sempre vão além dos seus objetivos. Assim na França, assim no sete de abril. Escreve Nabuco que, na abdicação, que importava numa transformação fundamental do governo, os espíritos não estavam preparados para o acontecimento nem o queriam. A emoção, o contágio dessa emoção provocada pela ocorrência, entretanto, despertou as massas, desencadeou a exaltação como é próprio da psicologia das multidões. A nação apenas queria a mudança do ministério: mas ficou estupefacta e atônita diante da abdicação do imperador. E Nabuco continua descrevendo a marcha à ré diante da surpresa que todos tiveram. Os mais ardentes revolucionários viram-se

obrigados a recuar. Acudiram todos para frear a máquina que já tinham posto em movimento. Evaristo vem combater os seus aliados defendendo a bandeira da monarquia constitucional ameaçada. Passando de um extremo a outro, o partido revolucionário tornava-se conservador, e até reacionário. Foi essa a significação do partido Moderado. Dêsse desfecho inesperado que foi o sete de abril disse muito bem o senador Nabuco de Araujo que «para os pequenos males que sofriamos não devera buscar-se um remédio tão violento cujos efeitos pesam mais, sem proporção com êsses mesmos males». E em vez dos Andradas, tínhamos pois um Feijó, a quem Evaristo apoia. O partido vitorioso só se mantinha por medo da restauração. Preparava-se «um decênio de terremotos políticos». A situação era incerta. Os homens que se destacaram eram aquêles que sabiam resistir à anarquia reinante. Feijó, Evaristo, Vasconcelos, que respectivamente vieram consolidar o governo civil e o princípio monárquico foram a autoridade governamental que emerge da confusão geral.

O sete de abril — e esta será a conclusão de Nabuco — foi uma revolução inútil como tôdas as revoluções, mas foi uma revolução inevitável como as loucuras da mocidade. «A agitação dêsses dez anos produz a paz dos cinqüenta que se lhe vão seguir». Com essas palavras, lança Nabuco as bases da estabilidade do Império. Uma estabilidade conseqüência de uma turbacão. Eis situações opostas que se explicam. Nabuco expõe a teoria dos ciclos apontada por José Justiniano da Rocha, em 1855, no panfleto célebre intitulado *Ação, Reação, Transação — Duas palavras acêrca da atualidade política do Brasil*, e isto faz para explicar a necessidade e a oportunidade das reações para as quais a nação brasileira se mostrou sempre pronta.

O ministério Paraná, de que faz parte José Thomaz Nabuco de Araujo, representa uma dessas reações cíclicas, com que Joaquim Nabuco se identificou. Entretanto o feitio pessoal de Thomaz Nabuco de Araujo é pois de certa independência, certo idealismo, certa concepção das diretrizes a tomar, o que o leva adiante das situações e o isola numa atitude especial considerada pelo seu filho como de pensador político.

* * *

Uma página que Da Mesquita Pimentel assinala como superiormente traçada por Joaquim Nabuco, em *Um Estadista do Império*, é a que se refere à Revolução Praieira. Nela destrinça Nabuco a origem dessa revolução que proveio na verdade de competições políticas. Mas eis uma revolução que falou em reivindicações sociais formuladas por uma nova classe formada com o comércio e fixada em Recife. Mas Pernambuco não era Recife.

E o movimento tomou vulto no interior da província quando os novos senhores de engenho, homens ricos mas privados da posição política pela oligarquia dos velhos proprietários de latifúndios produtores de açúcar, aliaram-se com os praeiros. Nesse momento, a revolução tomou conta da província e os novos donos de engenho atacaram os velhos elementos rurais, então senhores de Pernambuco e da sua política.

Nessa luta entre senhores de engenhos novos e senhores de engenhos antigos, havia uma competição local, competição que não representava reivindicação de idéias mas a disputa pessoal de posições políticas; e era, do caso político intrínseco à província, que o movimento praeiro se veio pôr à frente com a bandeira das reivindicações sociais.

Os novos senhores de engenho competidores com os antigos é que deixaram continuar desfraldada essa flâmula de questões sociais, mas o movimento revolucionário só tomou expressão real quando os senhores de engenho, valendo-se dos praeiros, foram atacar os feudos rurais, esteio da oligarquia dominante.

Tobias Monteiro, ao estudar a Revolução de 1824, em Pernambuco, já insistiu nessa feição própria de competição política que veem a ter as revoluções no Brasil.

Contudo a página que Nabuco escreveu a respeito da Revolução Praieira é uma página clara, da qual muita coisa se deduz e que fez Machado de Assis, quando ela foi publicada na *Revista Brasileira*, escrever que o juízo de Nabuco acêrca dêsse movimento «me pareceu excelente. Não traz aquêlê cheiro partidário que sufoca os leitores meramente curiosos como eu. A mais completa prova de isenção de espírito de Nabuco está na maneira por que funde os dois retratos de Tosta feitos a pincel partidário, um por Urbano, o outro por Figueira de Mello. Cheguei a ver Urbano em 1860; vi Tosta, ainda robusto, então ministro, dizendo em aparte a um senador da opposição que lhe anunciava a queda do gabinete: «Havemos de sair, não havemos de cair!». Nesta única palavra sentia-se o varão forte de 1848. Quanto a Nunes Machado, trazia-o de cor, desde menino, sem nunca o ter visto: é que o retrato dêle andava em tôda parte. De Pedro Ivo não conheci as feições mas conheci os belos versos de Álvares de Azevedo onde os rapazinhos do meu tempo aprendiam a derrubar (de cabeça) tôdas as tiranias». (*A Semana*, edição colegida por Mário de Alencar, pág. 303).

Esses retratos, alguns refeitos, outros retraçados inteiramente de novo, levavam pois Machado de Assis a reviver uma época.

Entretanto a Revolução Praieira, vencida pelo govêrno, foi de conseqüências gerais para a política brasileira, tendo a Coroa firmado pé na política de Pernambuco. Ela é que, entretanto, provocaria a queda de Aureliano que muito bafejou a política pernambucana e os seus políticos envolvidos nessa revolução.

★ ★ ★

Tinha a política desde 1831 recebido a influência de Aureliano, fôrça secreta no cenário brasileiro e que Nabuco assinala. Aureliano, com quem estivera o poder de polícia, afastou José Bonifácio do lugar de tutor de D. Pedro II criança, denunciando o Andrada por conspirar no sentido da restauração de Pedro I, o que atemorizava a todos os políticos brasileiros envolvidos na abdicação. Eis o que deu o nome a Aureliano na política nacional.

Mas Aureliano teve com isto o que José Bonifácio perdeu: as posições dentro do Paço e o poder para resguardar o menino sucessor do trono.

O golpe dos Andradas na vez que promoveram a proclamação da maioria de Pedro II, encerrando com isso o regime regencial fez a política entrar em novos eixos. Mas se acentua aquilo que Nabuco alude como sendo o poder de um homem, que, com a fôrça da polícia a assegurar Pedro II no trono, entra de cheio na política, tomando parte nela. «A influência pessoal de Aureliano (diz então Nabuco), de 1840 a 1848, constitui um dos enigmas da nossa história constitucional. Aureliano passou quase diretamente do primeiro ministério do reinado, que era liberal e maiorista, para o segundo que era reac'onário; foi excluído do terceiro, o de 20 de janeiro de 1843, mas Honório teve de demittir-se, ficando incompatível por algum tempo com o imperador, por causa da demissão de Saturnino de Oliveira Coutinho, irmão de Aureliano. Novamente, de 1844 e 1848, foi êle o principal sustentáculo da situação liberal, seu presidente no Rio de Janeiro, baluarte que conquistou do partido Saquarema. Aureliano levava consigo para onde ia a fortuna política mas também a fraqueza orgânica, pela crença de que êle representava a inclinação pessoal do imperador e era no govêrno o depositário de seu pensamento reservado. Essa crença não podia deixar de corresponder a um fato, porque era geral, unânime em ambos os partidos. O imperador tinha fascinação por Aureliano, e a verdade é que êste reunia um número de qualidades e dotes políticos que raramente se encontram juntos: era um administrador, um diplomata, um homem de ação, um observador; faltava-lhe, porém, ambição e as qualidades que derivam dela, que são as primeiras de tôdas no estadista».

O partido conservador já organizado com os seus elementos de mando não iria se submeter a êsse homem de uma influência muito especial, como o era Aureliano, que neste caso, para arregimentar forças políticas, reuniu em tórno de si os liberais, ligando-se principalmente a Chichorro, que foi sacrificar a sua posição política, ao lado dos liberais, na Revolução Praieira.

É com o sacrificio dêsse esteio, com o destroçamento dos liberais pernambucanos que Aureliano perde a sua anfitriãoia política.

Êsse poder discreto, feito de homenagem e respeito ao passado, que era aquilo que representava Aureliano, Nabuco para o descrever fala na «inversão de tudo que existia oficialmente». Existia oficialmente o que estava à primeira vista, na História: Feijó como reação à desordem etc....

Mas existe uma plano abaixo dessa alta expressão política, um plano em que as ocorrências se desenvolveram, e nesse plano estava a chefia de policia em 1831. Estava a maneira de Aureliano manobrar essa policia. Nos ministérios, na alta politica, no parlamento, Feijó; mas nos choques de rua, Aureliano e o seu irmão Saturnino, como os elementos com que o govêrno contava e com que contava principalmente o Paço.

Daí o contraste dos liberais de Aureliano, como Chichorro e o liberal Albuquerque, êsse «Feijó-Cavalcanti, nascido e criado nos engenhos do norte».

Durante três anos dominou a Praia, e Chichorro foi em Pernambuco o que Aureliano era no Rio.

Entretanto, juiz do civil em Recife, José Thomaz Nabuco de Araujo criticava no *Lidador* a administração de Chichorro e é baseando-se em seus artigos que a imprensa conservadora denunciava os atos arbitrários dos liberais de Pernambuco. Desde logo, Nabuco foi removido para longinqua comarca do interior. Daí a incompatibilidade de Nabuco com Aureliano.

Em 1847, sobe ao poder o Ministério Alves Branco, com Vergueiro e Saturnino, irmão de Aureliano. Enquanto Francisco Paula Sousa proclamara a fórmula: «Justiça a todos sem seleção de pessoas», Alves Branco lançara a circular, chamada dos direitos próprios, segundo a qual o funcionário, para permanecer no cargo, devia aderir às idéias políticas do ministério. Respondia a essa medida Olinda, chefe conservador, com a frase revolucionária: «os descendentes daqueles que souberam resistir ao rei para melhor servirem ao rei, saberão também resistir à opressão dos ministros para melhor servirem ao imperador». Mas é a attitude de Thomaz Nabuco em face da politica de Pernambuco e nas vésperas da Revolução Praieira que fez com que o acontecimento se trans-

formasse num debate de idéias políticas, identificando-se Joaquim Nabuco com elas. Não há dúvida que o estudo da vida do pai e o fato de ter o filho se aproximado dela, para a estudar, contribuíram para a formação de idéias do historiador. Começa então em Nabuco filho, que tinha profligado as revoluções, uma nova orientação no sentido das idéias que passam para a política nacional.

O senador Nabuco de Araujo publicou de fato uma coleção de documentos e artigos sobre a situação política regional em opúsculo sob o título «As eleições para senadores na província de Pernambuco em 1847». Essa publicação muito haveria de influir em Joaquim Nabuco para a sua formação e se reflete no que escreveu êle acêrca da vida política local no Brasil, então analisada principalmente em Pernambuco.

* * *

Mas no estudo dedicado à Praia, o historiador, que foi Joaquim Nabuco, indica entretanto as causas do antagonismo existente entre dois partidos. Não só a Praia pròpriamente dita como o elemento liberal é que se revoltaram contra o feudalismo dos senhores de engenho e combateram a grande fôrça concentrada em mãos de famílias ricas e ligadas umas às outras por laços de parentesco ou afinidades de interêsse e envolvidos na política. Nabuco, como outrora o seu pai, mostra-nos a parte sólida da reforma que os liberais procuravam impor e a que os praieiros tiveram oportunidade de emprestar idéias. Aponta-nos a questão social, base da luta. A intervenção de Chichorro na grande propriedade rural, que fôra, até então, intangível à própria Justiça, não pode deixar Nabuco de aprová-la, dizendo: «Fala's do feudalismo dessa família e dizeis que os membros dela encastelados em suas propriedades eram inacessíveis à autoridade pública, mas êsse feudalismo, êsse espírito altivo e arrogante que quer sotopor a autoridade públ'ca, ou dominar ou desprezá-la, é só próprio e exclusivo a alguns Cavalcantis? Não, mil vêzes não...»

Mas o movimento político da Praia teve a aceitação dos senhores dos engenhos do interior, de formação mais recente, em competição com as famílias poderosas de senhores de engenhos mais antigos: era assim a competição de opulentos com opulentos que tomava vulto, aquêles sem poder político e êstes sumamente poderosos na política. Operou-se um antagonismo entre elementos iguais econômicamente. Os engenhos do interior quizeram pois o que não tinham, isto é, o poder político. Tomaram o partido dos homens da Praia para engrossarem a reação contra o feudalismo rural já estabilizado. A princípio, caminharam juntos. Porém,

enquanto vencia a Revolução, as idéias dos praeiros é que vieram à tona e daí a intervenção de Chichorro nos engenhos considerada uma reivindicação social, que desagradaria entretanto aos proprietários de engenho que acompanharam os praeiros.

Os praeiros imprimiram à Revolução o sentido social que Nabuco encarecia. Mas chegaram à vitória numa situação precária embora contando com os aliados poderosos que tiveram.

Nabuco soube analisar o mecanismo das revoluções. O elemento propulsor, aquêle que dá programa à rebelião, é um grupo pequeno de homens distantes da realidade e a viverem no campo das idéias: mas para impulsionarem o movimento rebelde acabam aliados daqueles que têm interesses reais e representam uma força social. Foi pois o que representa a nova classe de senhores de engenhos competidores com o velho clã de oligarcas rurais, na Revolução da Praia. No final, a confusão, a *journée des dupes*, trazida com a vitória dêsses elementos, que transitaram através da revolução mas originariamente em desacôrdo com as idéias dos que provocaram o movimento. A verdade é que os praeiros perderam em parte a posição política para aquêles com quem êles se aliaram.

Joaquim Nabuco, ao historiar a revolução da Praia, tinha de se lembrar das seguintes palavras que proferiu o seu pai aos revolucionários: «Não deveríeis revelar êsse espírito de partido, mas ostentar o interesse da sociedade e da justiça; e vosso procedimento seria então olhado como um serviço feito à sociedade, e não como uma vingança, como um desfôrço, como um meio de infamar os vossos adversários; a sanção moral obraria com toda a sua força, os criminosos não teriam a ousadia de considerar-se mártires da política».

E Nabuco de Araujo, que começara por ser um federalista exaltado, já abraçaria a causa de restauração da ordem, e tornar-se-ia um dos chefes do partido conservador local mostrando assim que ia adquirindo, com a experiência, um senso agudo de estadista.

Apoia a intervenção, sem abusos, da autoridade nos engenhos do interior da província. Com isto começa uma transformação geral. Há a modificação gradual da estrutura política local. Sobreveio nova super-estrutura.

Mas já a situação política no Rio, sede do govêrno geral, se modifica. Alves Branco separa-se de Aureliano, formando-se outro ministério presidido por Macaé, que não quis reconhecer a eleição de Chichorro. Cai o gabinete diante da coalisão dos Praeiros com Aureliano, com os paulistas, com os cearenses e com os Otônís. Toma então o poder Paula Sousa e o govêrno não está mais decidido a apoiar as reivindicações praeiras. Faz,

contudo, algumas concessões à praia. Assume a presidência de Pernambuco, a figura imparcial de Antônio da Costa Pinto, e exaltam-se os ânimos a ponto de se encaminharem no sentido das idéias da revolução francesa. A política recebe «um fermento socialista», misto de Cabet e Louis Blanc, e surge novo programa da praia: a nacionalização do comércio a retalho. Voltava-se naturalmente à atmosfera de confusão de 1831, e isso até que deixa o poder Paula Sousa, terminando a situação liberal com a queda do gabinete que êle formara.

A facção aúlica se dispersa e então desaparece. O novo Conselho da Coroa, presidido por Olinda, é um ministério conservador. Os praieiros diante da súbita mudança reagiriam de maneira violenta não esperando que, pelo desenrolar lógico da política, voltasse ela às mãos dos liberais. Não fariam oposição parlamentar e a revolução praieira não seria sustada. Tinham os liberais pernambucanos, na massa do povo, elementos com que contar para a insurreição. Sem disciplina, o partido dêles, já não podendo conter a exaltação, nem neutralizar a ação dos agitadores, deflagrou a revolução. Mostra Nabuco que o grande êrro foi de não ter opôsto imediatamente à Praia um governante enérgico. «O que poderia impedir o rompimento (da revolução) era a presença no Recife de um homem de prestígio nacional, como Honório que só foi mandado depois da revolução, ou Caxias».

Herculano Pena, chegando a Pernambuco, teve que desmontar a máquina eleitoral de Chichorro e era o que os praieiros não podiam admitir. O chefe, Nunes Machado, que estava no Rio fôra bruscamente chamado para conter a exaltação dos seus partidários. Chega às Alagoas no momento em que se dá o rompimento. E, «tão puras eram as suas intenções, tanto estava a revolta fora das suas vistas e esperanças que nos assomos da surpresa lançou imprecações contra seus amigos e aliados, e partiu na firme resolução de fazer desarmar o partido» — é o que escreve Urbano, citado por Nabuco. Aconteceu que os chefes da Praia não quiseram a revolução: mas a ela foram levados pelo próprio movimento que outrora tinham insuflado. Quer dizer: foram arrastados pelas correntes políticas locais. «Nunes Machado tem tôdas as coragens, dissera muito bem Paraná, menos a de resistir aos amigos». Antes de deixar o Rio, o chefe político pernambucano manifestou o pressentimento de que ia sucumbir na revolução que não poderia sustar.

Nunes Machado, tentando ainda uma conciliação, querendo a pacificação, foi considerado como desertor, e, diante de tal suspeita, tomou a deliberação altiva com que se atirou à frente da luta, dirigindo-a até encontrar a morte.

A bandeira da Praia fôra o combate ao feudalismo do interior e a aspiração de nacionalizar o comércio. Borges da Fonseca ainda introduziria novas idéias, elementos socializantes. Mas, tornando-se num movimento separatista, havia de caminhar para as idéias republicanas que Nunes Machado sempre repudiara. A revolta não tinha razão que a justificasse e os seus próprios chefes o reconheceram; também não tinha fôrças para vencer. Nem podiam contar os revolucionários com o apoio dos liberais das outras províncias, que não mais queriam revoluções.

Nabuco, analisando as idéias que transitaram com êsse movimento praieiro e que seu pai aprovara, teve entretanto de minudenciar o que se tornou em espírito revolucionário propriamente dito, para explicar o afastamento de Tomaz Nabuco do liberalismo comprometido, absorvido, desnaturado pela revolução, para que se tornasse legítimo o partido da ordem, mantido pelos conservadores, a que o juiz empresta a sua autoridade na condenação dos revolucionários, e o político emprestou então o seu apoio tornando-se então conservador.

A reação de 1848, como outrora a de 1837, exprimia uma necessidade profunda do país a precisar de calma e prosperidade. Tratava-se na certa da última das revoluções e todos sentiram-no. Os próprios liberais o confessariam na voz de Gabriel Rodrigues dos Santos:

«A êsse respeito, diria o deputado paulista, eu não tenho o mínimo acanhamento em proclamar bem alto que deve reputar-se muito firme e sincero o designio de proscrever os meios violentos e as revoltas, quando é manifestado por aquêles que já tiveram parte nelas, que já viram de perto seus perigos, que já puderam apreciar os atrasos que elas causam ao país e à própria opinião em cujo nome e para cuja defesa se fizeram. Sim, senhores, deveis ter por sinceras estas declarações, porque vos asseguro que elas partem de um sentimento de dor, quando contemplo o continuo regresso das públicas liberdades tôdas as vêzes que as provocações do poder, a exacerbação do sofrimento, ou as alucinações da cólera e do desespero, tem levado esta ou aquela província a movimentos materiais».

Essa ficou sendo a opinião de Joaquim Nabuco. Fazendo o balanço, mostra entretanto a completa inutilidade do movimento. Escreve que a revolução praieira teve a fôrça de um turbilhão popular. «Violento, indiferente a leis e a princípios, incapaz de permitir em seu seio o mínimo desacôrdo, empregando sempre meios muito mais enérgicos do que as resistências exigiam, embriagando-se dos seus excessos de autoridade, tudo isto é exato do

domínio da Praia e êsses são os característicos próprios da democracia».

Nabuco é contra as correntes populares, destrinchando a psicologia das massas, que a sociologia haveria de revelar. Assinala, nas multidões, o perigo da opinião flutuante e exaltada, essencialmente afetiva e contagiosa.

Como Augusto Comte, inclina-se de certo modo para o governo forte, para um tipo de despotismo iluminado.

Nabuco, interessado como historiador em compreender reivindicações, mostra como a Praia era a maioria incontestável, era quase todo o povo pernambucano, pleiteando reivindicações sociais. Vê na Praia algo simbólico como o faria Euclides da Cunha ao aprofundar a questão de Canudos. Mas, em Pernambuco, êle verifica que havia uma população adiantada, entretanto mantida abaixo da sua condição. Pessoas fidalgas que se tinham destacado outrora em tal ou qual guerra, neste ou naquele combate, ficaram com as posições sociais e havia quem procurava elevar o seu nível de vida.

Fazendo estas considerações sociológicas, Nabuco explica a revolução pelo mal estar permanente que dominava a província. Dois elementos entretanto se defrontavam: o povo e os senhores de engenho. Além dêstes, um outro, a casta dos comerciantes portugueses. A Praia iria então ser um movimento de expansão popular contra dois inimigos seus: os portugueses, nas cidades, e os senhores de engenho, no interior. Êste o caráter social muito complexo que êle acabou tendo. «Mais que um movimento político, foi um movimento social», escreve Nabuco, mas a censura dêle aos líderes do partido é de se terem deixado levar pelas multidões em vez de freiá-las. Como as revoluções são estéreis, foi vã a revolução praieira, que produziu um resultado inesperado, consolidando a posição do partido conservador em Pernambuco para desaparecer praticamente o partido liberal. Os conservadores estiveram sem situação naquela província. Tiveram pouca popularidade com os Cavalcantis à frente que os chefiavam. Como observa Nabuco «o predomínio absoluto do partido conservador em Pernambuco até 1864 foi o resultado do desastre de 2 de fevereiro», desastre completo de conseqüências gerais em que desapareceram braços, capitais, riquezas que já existiam; provocando o desacreditamento do partido vencido.

A atitude que Nabuco acaba tomando contra a revolução praieira é uma atitude condicionada à reação que êle indicava sempre contra as revoluções.

Primeiramente, reagiu contra elas pelo resquício de emoção que ficou na sua família com as privações sofridas.

Mas, desta vez, com a revolução de Pernambuco em que seu pai teve papel, tomou posição passando de defensor das idéias veiculadas para juiz que condena os revolucionários. Nabuco teve que chegar desta vez a uma compreensão maior. Teve de compreender a revolução que caminha sempre para a confusão, não se mantendo mais em nada, senão na sêde de destruir elementos, aniquilar pessoas, estado de ânimo que é a própria desordem.

A apreciação das duas revoluções, tanto a de 7 de abril como a da Praia, é feita por Nabuco para condená-las com uma eloquência que denota o espírito, o critério com que êle entrou para a política do segundo reinado e com que apoiou sempre a ordem política estabelecida e com que diria mais tarde que a questão política do Brasil não era a república mas sim a federação.

O golpe de 15 de novembro, a proclamação da república, à qual Nabuco aderiria mais tarde, depois mesmo de escrever *Um Estadista do Império*, provocou a reflexão que êle já vinha fazendo há muito contra os movimentos revolucionários nos quais enquadrara a república de que foi adversário. De fato, negara-se a representar Pernambuco na Constituinte republicana e publicara o seu opúsculo: *Resposta às mensagens de Recife e de Nazareth*. Êle esteve longe de aceitar os acontecimentos e permaneceu entre os raros fiéis à monarquia. Mas por fim a República se tornou na ordem estabelecida.

«Moralmente, escrevera na sua mensagem aos eleitores pernambucanos, moralmente pela humilde parte que tive no movimento abolicionista, na semana histórica de maio, e na sustentação da monarquia, duas vêzes libertadora, depois do seu segundo *alea jacta est*, ainda mais nobre e mais generoso do que o do Ipiranga» êle declarara não poder aderir à República e sentira para com o 15 de novembro esta desconfiança que lhe inspiram todos os movimentos revolucionários. Segundo as suas próprias palavras, êle receiara seguir o mestre desconhecido de um novo apostolado.

Nabuco viaja. Encontramo-lo em Londres e depois junto ao velho imperador. Publica diversos folhetos como os que intitula: *Agradecimento aos Pernambucanos* e *Porque continuo a ser monarquista*. Em 1891, funda com Rodolfo Dantas, o *Jornal do Brasil*, órgão monarquista em que escreverá as suas *Ilusões Republicanas*. Em 1895, Nabuco, respondendo ao almirante Jaceguai, escreve uma carta aberta intitulada: *O dever dos monarquistas*. E são palavras suas: «O dever, porém, dos monarquistas sinceros, quando mesmo a monarquia estivesse morta, seria morrer politicamente com ela...». E acrescentava: «Quando o convidaram du-

rante o império a subir outra vez ao púlpito de Notre Dame, Laccordaire recusou». «Eu compreendi, disse êle depois, que em meu pensamento, em minha linguagem, em meu passado, eu também era uma liberdade e que não me restava senão desaparecer com as outras».

Como prova da insistência com que falava da inconsciência das revoluções, será interessante citar o *Agradecimento aos Pernambucanos* em que, reportando-se a Evaristo, a condenar os movimentos revolucionários, Nabuco ia buscar a tradição, o passado do Brasil a reprovar o presente, a república de 15 de novembro. E a frase então a citar é a seguinte: «A história chamou aos conjurados mineiros — Inconfidentes —, eu receio que em vez daquele altivo nome ela dê aos conjurados de 15 de novembro o de Inconscientes». Mas, em certa altura, Nabuco achou que tinha de prestar conta da abolição, ato revolucionário. «Diz-se que o 13 de maio (êle considera) foi a *journée des dupes* da monarquia, a qual não viu por entre o entusiasmo superficial, que ela tinha nesse dia jogado e perdido o trono. É certo que ao lado do unânime «não valeu a pena», que a princesa redentora hoje ouve de tôda parte quando se trata da Abolição, ela não chega a escutar o «Nós teríamos esperado ainda» que lhe manda do Brasil a raça negra».

Esta frase é quase uma vacilação a respeito do que tinha feito e em que tinha tomado parte. Aceita o engano que houve. Mas realça a voz para dizer: «*Journée des dupes*, porém não da dinastia, mas da nacionalidade, eu receio que fique sendo o 15 de novembro».

Nabuco parece que evoluiu enquanto escrevia *Um Estadista do Império*, e no capítulo «Nabuco e a atual República», em que há conjecturas, fala dos sentimentos que teria o pai para com a República, atenuando de certa maneira a famosa frase do conselheiro: «Virá em dúvida a monarquia? parece-me, senhores que os brasileiros ainda não perderam o juízo».

A verdade, dirá Nabuco, é que o homem mais parecido com o seu pai quanto às idéias era Saraiva, que estava na Constituinte republicana e «viu a República com a animação e a esperança de um moço». E a frase do historiador toma o grande sôpro da eloquência para dizer significativa: «Decerto, se Nabuco tem assistido ao 15 de novembro, sua impressão seria semelhante à do romano, que Webster reproduziu em majestosa declamação, «quando o tropel dos bárbaros pisava os túmulos dos cônsules, e o forum e a cúria repercutiam sômente as vozes do triunfo selvagem». Não havia porém no seu espírito, de Nabuco pai, nenhuma intransigência, como não havia parcela de direito divino;

é duvidoso para mim que êle visse vantagem na existência na América de *pretendentes* quase seculares, como os Bourbons se estão tornando em França, perpétuos, hoje fósseis, como ficaram os Stuarts na Inglaterra, e por isso, se, com a penetração lúcida que tinha do futuro, êle reputasse impossível a ressurreição da monarquia, não ensinaria aos jovens a religião imutável do passado, isto é, a esterilidade política».

Não há livro que intrigue mais a velha guarda política monarquista, o espírito novo militar que proclamou a República como êsse que publica Nabuco quando as atitudes estavam sob censura, e o momento era grave para todos. É preciso imaginar o que foi êsse livro no momento de vir a público!

Saraiva citado como argumento da conversão de outros à república. E já está dito qualquer coisa para quando, em 1899, Nabuco volta ao serviço do governo brasileiro.

Nabuco não era exclusivista! Poder-se-á dizer dêle o que êle escreveu do pai, citando as palavras de Morley acêrca de Burke: «aliava o liberalismo utilitário e o conservantismo histórico». Ou então: «O homem de Estado, o homem político, em vez de arrostar a torrente da democracia que, na linguagem de Royer-Collard, transborda e assoberba tôdas as alturas, deve tratar de dirigi-la para que não seja fatal ao país». É o que aconselhava. Mas, naquele momento, estava contra a república. O orador da Abolição refugou muito, refugou por muito tempo o governo republicano no Brasil.

Pugnara Nabuco pela Abolição para evitar a subversão da sociedade, e a república era pois mais um desacôrdo que se processava na atmosfera política. A corrente abolicionista foi um sentimento nacional: Nabuco aceitou ser o «Evangelista da Abolição». Talvez pensou um dia que devia evangelizar a república.

II. A ABOLIÇÃO E A ENTRADA NA VIDA PÚBLICA

Os escravos! Massangana! «Nunca se me retira da vista êste pano de fundo de minha primeira existência» escreveria Nabuco em *Minha Formação*. Massangana, a vida patriarcal e o velho engenho, é o primeiro período da infância.

Depois da morte da madrinha, senhora de engenho, dona de Massangana, Nabuco, aos oito anos, volta à casa paterna. Todavia não se esquecerá do primeiro berço de seus sonhos. Ao juntar-se à família, sente-se «como um órfão em casa de um tutor bondoso, onde todos se esforçassem de o reconquistar». Quis Nabuco levar os olhos tão longe através das recordações para encontrar perdida

na profundidade da sua consciência a causa da sua atitude de abolicionista. A justificação de ter aderido ao movimento libertador tornou-se-lhe preocupação medindo êle a responsabilidade que tinha e é assim que foi procurar no seu mais remoto sentimentalismo o motivo, nesse caso subconsciente, que o tornou abolicionista.

Aos dez anos, entra para o Internato Pedro II e a sua sensibilidade, já muito desenvolvida, se revolta. E diria: «Tudo o que eu havia acumulado na vida afetiva, íntima, retirada, pessoal, tôda ao ar livre do engenho, eu o gastei na praça pública do internato, na caserna infantil em que passei a ser um número, afastado de qualquer afeição, convertido numa espécie de tábua escolar pensante, associado intimamente a companheiros, que, passados alguns anos, eu não havia mais de ver, obrigado a decorar fatos, noções, fórmulas que se tornariam depois tão estranhas quanto os próprios companheiros». Naquelas linhas de revolta, já vemos transparecer a sensibilidade aguda de Nabuco, da qual diria Graça Aranha que «é a do Romantismo no instante em que êste apenas se desprende do classicismo».

Não se reduz a isso todavia o que lhe ficou da educação colegial.

E começa os seus estudos com o barão de Tautphoeus que foi diretor de um colégio em Friburgo, e que, para Nabuco, realizava «o tipo de Sócrates». Foi o seu grande mestre dos tempos colegiais. Dêle recebeu a lição do que foi a Grécia, lição que sòmente um grande erudito podia transmitir para que Nabuco mais tarde jogasse com o exemplo das peças do govêrno ateniense por êle citados, mostrando com facilidade e minudência como funcionavam.

Aos quinze anos, jovem estudante, Nabuco dedica ao pai uma ode no gênero heróico, *O Gigante da Polônia*, que, publicado em luxuoso folheto, valeu-lhe a critica de Machado de Assis no *Diário do Rio*. O autor de Dom Casmurro já nota a espontaneidade e a vocação de Joaquim Nabuco.

Um ano depois, recitou êle, numa sessão da Arcádia Fluminense, a sua poesia *Uruguaiana*. Bacharel pelo Colégio Pedro II em 1865 vai seguir o curso jurídico em São Paulo, e 1866 marca a entrada de Nabuco na vida universitária. Já no primeiro ano, é um dos líderes liberais. Cria dois jornais: *Tribuna Liberal* e *A Independência*; colabora em diversos outros. São anos de formação intelectual, moral, sentimental. Mas, com a entrada na Universidade, abrem-se novos horizontes: Renan, os autores ingleses, a revolução francesa, e, também e sobretudo, a entrada na vida política. A França deveu êle o estilo em que escreveu e a paixão pelas idéias gerais. A Inglaterra incute-lhe a fascinação

pelo Estado, pela estrutura política. Na revolução francesa, admirou os oradores, a elite dos girondinos, Mirabeau, os jacobinos. Quanto a Renan, a sua influência sobre Nabuco foi a mais íntima possível, influência que se fez a ponto de Nabuco sentir na paisagem em que ficava a sua casa o que leu na *Vida de Jesus*.

Mas nessa ocasião, já se esboça para êle uma outra influência que é algo da realidade em que passaria a viver. Um vulto lhe fica na imaginação para figurar nas páginas de *Um Estadista do Império*. É um tipo a imitar imediatamente. Uma tradição que copiar. Uma atitude já aceita no seu meio: Antônio Peregrino Maciel Monteiro, segundo barão de Itamaracá, que foi do *Ministério das Capacidades*, de 19 de setembro de 1837, estando então ao lado de Vasconcelos, de Rodrigues Tôrres, de Rêgo Barros. Mostra Joaquim Nabuco como a deputação pernambucana com Maciel Monteiro, com Boa Vista, com Sebastião do Rêgo Barros, dava lustre aos salões fluminenses. Eram os *leões do Norte*, como lhos chamavam, pela tradição que representavam e pela supremacia que mantinham. Com êles, estavam Abrantes, Sinimbu, Pedro Chaves, Lopes Gama. Mas que representavam? Eram a nova geração entrando na política, os jovens que se lançavam na luta apoiando Vasconcelos e Uruguai. Elegância moça e amadurecimento político: precisamente com o que Nabuco sonhava.

A sedução que Maciel Monteiro exercia em tôrno de si, escreve Nabuco, lhe deu o primeiro lugar entre os nossos oradores, «orador dandy, cuja frase literária elegante, naturalmente afetada, exercia sobre a Câmara a sedução que os seus versos harmoniosos e as suas maneiras estudadas mantinham nas salas».

E Nabuco não pode deixar de manifestar a sua admiração.

Maciel Monteiro influenciara em José Tomaz Nabuco de Araújo, como sendo a voz dos jovens durante a restauração da ordem política na Regência; Joaquim Nabuco sempre volta a falar de Maciel Monteiro como o *arbiter elegantiarum* da época, como o grande mestre do sentimentalismo, o dandy que não queria entrar no Senado para que não o suspeitassem de ter a idade legal, e isto como se fôra obsessão. E assim é que diz:

«Tinham levado (os leões do norte) a mocidade a galantear as belezas admiradas do seu tempo, e agora achavam tarde para entrar em outro papel, para representar por sua vez de marido; temiam o ridículo do pater-famílias íntimo que nêles havia, que o *dandy*, o leão do norte disfaçava e escondia, e que as cantoras da ópera (o Teatro Lírico), os pares dos bailes do Cassino, a vida alegre do Rio roubaram talvez a alguma parenta esquecida e inconsolável no seu engenho do Cabo». Tais eram Rêgo Barros,

Pais Barreto, Boa Vista, Maciel Monteiro, Sá e Albuquerque, Silvino Cavalcanti, Sousa Leão. Das recepções das quintas-feiras, na rua Bela da Princesa, à esquina da praia do Flamengo, casa da família de Nabuco onde êle conheceu, desde criança, tôda esta vida social intensa, ficaram lembranças, figuras que sempre haverá êle de recordar com a nostalgia da saudade. A respeito delas escreverá páginas de *Um Estadista do Império*: «Brilhavam, nas suas reuniões, as formosuras do tempo das quais as gerações seguintes não reproduzem mais o traço firme, o colorido puro, o riso sonoro, a alegria sadia e vigorosa. Aparecem um momento as que a Europa nos levava, como madame de Villeneuve; estreiam as belezas das províncias, cantadas por Maciel Monteiro e as jovens belezas fluminenses, a filha de Quaraim, futura baronesa de São Clemente, a filha de Nogueira da Gama, futura condessa de Penamacor, incensada por José de Alencar».

É pois levado de saudades que Nabuco evoca êstes tempos idos e compreendemos pois como o leão do norte se tornou no tipo ideal, no homem que foi o seu paradigma. O barão de Itamaracá, na claridade de frases abundantes com que Nabuco o descreve, é a impressão duradoura da mocidade. E o que êle diz do *dandy* pernambucano é reminiscência da casa paterna e é o que torna *Um Estadista do Império* em muito da sua vida. É o leão do norte que êle, também pernambucano, pensou em ser nos sonhos de sucesso político.

Entretanto, a história evolve.

Algo aconteceria com os moços de 1866, de 1868, com os acadêmicos de direito de São Paulo, com os jovens liberais, com Nabuco, com Rui Barbosa, quando todos se reúnem em tórno do homem que será o profundo manancial de idéias da época, fonte de inspiração de todos os jovens: Teófilo Otoni.

Na realidade, é Teófilo Otoni que vai lançar, uma após outra, tôdas as idéias, que serão a base do Partido Liberal, do Clube da Reforma, e que irão acabar constituindo o Partido Republicano. A personalidade de Otoni deve ser compreendida e profundamente estudada para que possamos descrever o movimento liberal que surge, abalando tôda a nação e atingindo especialmente os jovens acadêmicos de direito de São Paulo, que se erguem, tomando posição política a 16 de julho de 1868, vindo defender na praça pública seus ideais de liberdade.

Êle é o inspirador das novas vocações. Vitorioso nas eleições de 1860, seria, com Saraiva, uma das duas grandes figuras que dominaram a Câmara de 1864, pertencendo, a seguir, ao diretório do Centro Liberal. Nas vésperas das eleições de 1860, já escrevera o senador Nabuco de Araújo que «a situação correrá para o

Otoni». O fato é que não só Nabuco filho segue com a mocidade do seu tempo a grande transformação, mas, no alto do poder político, Nabuco pai também se dobra ao sabor dos acontecimentos. Escrevendo a vida do pai, Joaquim Nabuco, assim, escreveria também a sua, como um memorialista.

«As coisas vão indo, escreve então Joaquim Nabuco, a oligarquia cada vez mais poderosa, tendo como tem o ministério à sua disposição: tudo se dispõe para uma reação terrível, para uma situação da qual o homem será o Otoni». De fato ressurgia o liberalismo vencendo a união conservadora. Passara o tempo da política de conciliação e voltava o antigo liberalismo histórico a ter a hegemonia. A candidatura de Teófilo Otoni é apoiada pelo senador Nabuco, vencendo a chapa Otoni, Otaviano, Saldanha Marinho. Estes brilhantes resultados vinham criar um partido, significavam o renascimento do Partido Liberal, com outros nomes, outras idéias, mas com as mesmas tradições, com o mesmo espírito. As idéias, Otoni as tinha, mas os elementos ainda não estavam maduros. O próprio Teófilo Otoni era um homem do passado. Como o nota Nabuco, o autor da *Circular aos Mineiros* «era um anacronismo vivo». Com o prestígio de saber falar aos moços, se tivesse volubilidade e plasticidade de espírito, estaria no poder, curvando-se ao imperador levado pela popularidade. E com a generosidade que lhe era própria, com o entusiasmo que o inspirava, ele então seria como um La Fayette a dizer aos moços de 1830: «Comme la république était belle sous l'Empire».

Otoni ficou na política do império como a imagem viva desse passado, como uma reliquia histórica de grande valor. É o «autômato do seu próprio nome; uma tradição que na renovação continua dos tempos, perdeu o último vestígio de identidade, e a que os mais novos emprestam um sentido, um objetivo moral, diverso de tudo que no ardor da mocidade o teria eletrizado e movido». Otoni é um homem da sua época e a sua vida teve um passado e um futuro e se foi um político de ontem para Zacarias, seria entretanto um estadista de amanhã, para Nabuco. Mas para os jovens do *Radical Paulistano* é a fonte das idéias com que eles vão traçar o grande programa a cumprir em todos os sentidos, linha por linha, palavra por palavra, mesmo se para isso tivessem de derrubar a monarquia. Para Nabuco, apenas é o inspirador da idéia de abolição e federalismo, e nunca a de demolir a monarquia de que Nabuco jamais se separou.

Efetivamente em São Paulo, na velha e tradicional faculdade de direito, enquanto indagam acerca de tudo, procuram novos caminhos. Adotam os rapazes estudantes a dois líderes liberais: Nabuco de Araújo e Teófilo Otoni. Nabuco de Araújo é o cons-

titucionalista, o espírito de elite, o jurista excelso, o estadista do império. Teófilo Otoni é a agitação revolucionária, as idéias lançadas mas ainda não apuradas. Nabuco era, segundo a palavra autorizada de um crítico, o criador da situação e ele já aspirava ao papel de legislador na nova era; Otoni representava a profecia, o transbordamento da imaginação.

A 17 de julho de 1868, Nabuco de Araújo pronunciava o seu famoso discurso do «sorites», que com o da «ponte de ouro» e o do «uti possidetis», forma uma tripeça perfeita em que se sustenta a solução política do momento. Estando os liberais com a maioria da Câmara, o imperador entretanto chama Itaboraí, e tal abuso do poder e incongruência política não podiam ser tolerados por Nabuco pai. É no Senado que ele faz o discurso da indignação. Era «o momento, por assim dizer inconsciente, em que o Deus desconhecido se apposa do oráculo e lança-lhe pela boca palavras irretratáveis que geram o pânico ou inflamam o entusiasmo nas multidões impacientes, à espera da enunciação profética». Esse discurso que parece a defesa de coisa julgada é de maiores consequências. Algumas vezes, a palavra lançada sem intenção torna-se no toque de combate. Assim foi quando da queda de Robespierre. Tem algo da sereia de alarma, a voz de Nabuco. Não é mais a moderação característica dos discursos. É o fervor, a fé que chama os homens à luta contra o inimigo, contra os abusos do poder. Os liberais deveriam unir-se.

No fim da vida, já perto da morte, Nabuco pai, dará ainda forças ao partido liberal, até então no ostracismo. Ficara como a sombra protetora a projetar-se até no futuro. Ele é quem entrega ao herói do Gral, a lança para a vitória.

«No coração do próprio ministério, como na consciência de todos nós, está o reconhecimento da ilegitimidade do gabinete atual e de todos os ministérios que forem saídos, não das maiorias, mas simplesmente da vontade do poder irresponsável»: é com estas palavras que fechou a porta sobre o passado.

Teófilo Otoni, ouvindo-as, diria: «Ouviste o Nabuco? Eu não pedi a palavra porque nada tinha a acrescentar; limitei-me a aplaudi-lo».

Um dia depois, no Conselho de Estado, Nabuco relembrava ao imperador o velho princípio: «o rei reina mas não governa».

Breve surge o Centro Liberal com um manifesto político que data de 1869. Está ele baseado nas idéias de Otoni e vem assinado por Nabuco, Zacarias, Sousa Franco e pelo próprio Otoni. Então é que será lançada a perigosa fórmula orientadora, permanecendo pelos seguintes vinte anos, até vir a República: «Reforma ou Revolução».

A mocidade adere ao protesto de Nabuco de Araújo. Em São Paulo cabe ao acadêmico de direito Joaquim Nabuco a iniciativa do banquete oferecido a José Bonifácio. E é um estudante baiano, Rui Barbosa, que trazia ao mestre a solidariedade dos universitários.

Joaquim Nabuco, que era presidente do *Ateneu Paulistano*, segue entretanto para o Recife, onde terminou o curso, substituindo-o na presidência Rui Barbosa. Fundado o *Radical Paulistano*, o programa continha as idéias enunciadas por Teófilo Ottoni e Nabuco de Araújo, tais como a eleição direta, o ensino livre, a abolição, a federação, o senado eletivo, a extinção do poder moderador, programa este que a política brasileira acabara consumando a 15 de novembro.

Na Loja América, Rui propõe a libertação dos nascituros e, pouco depois, saudando as tropas que voltam do Paraguai, lhes dirige a palavra mostrando-lhes que, se o Brasil vencera uma guerra, devia iniciar agora outra contra a escravidão, e escreveu êle mais tarde recordando a sua mocidade:

«Estava eu nos anos derradeiros do meu curso mas já tribuno, jornalista já, e já lutador público com todo o sangue na guelra do meu temperamento incendiado nos grandes e nobres entusiasmos. Quando a força regressante do sul assomou num dos extremos da rua de São Bento, bateu por ela, à marcha, músicas à frente, bandeiras desfraldadas, e, numa torrente de harmonia e bravos, se acercou do sobrado onde eu me achava, o quartanista não se conteve no ímpeto de sua comoção. Uma voz borbotante de calor patriótico se precipitou daquela sacada, golfando em redemoinho sobre os soldados, sobre o povo, sobre a rua, de um momento para outro incendiada em clamores patrióticos».

Joaquim Nabuco prosseguiu os seus estudos em Recife e essa mudança de faculdade é um dos grandes acontecimentos na sua vida, pois ao voltar à terra natal, tem diante dos olhos os seus problemas sociais: melhor seria dizer o problema da escravidão, a que se prendia a indústria açucareira, base da economia nacional. A causa a que dedicaria a sua vida já o empolga. Verdade é que dois motivos o predestinavam ao papel que teve: a lembrança de Massangana, mas também a influência paterna.

Escreveu Nabuco em *Minha Formação*:

«Ouvi notas perdidas no Angelus na Campanha Romana, mas o muezzin íntimo, o timbre que soa aos meus ouvidos à hora da oração, é o do pequeno sino que os escravos escutavam com a cabeça baixa murmurando o Louvado seja Nosso Senhor Jesus

Cristo. Êste o meu Millet inalterável que se gravou em meu espírito».

Começara Nabuco a compreender o problema da escravidão. Dessa época é que lhe vem à mente o que contou: «Eu estava uma tarde sentado no patamar da escada exterior da casa, quando vejo precipitar-se para mim um jovem negro desconhecido de cerca de dezoito anos, o qual se abraça aos meus pés suplicando-me pelo amor de Deus que o fizesse comprar pela minha madrinha para me servir. Êle vinha das vizinhanças, procurando mudar de senhor, porque o dêle, dizia-me, o castigava e êle tinha fugido com risco de vida. . . Foi êste o traço inesperado que me descobriu a natureza da instituição com a qual eu vivera até então familiarmente sem suspeitar a dor que ela ocultava». Mas daí por diante a vida se lhe confunde com as etapas históricas: «De 1868 a 1871, em que a idéia foi abraçada pelo visconde de Rio Branco, que a converteu em lei, meu pai foi o principal agitador da libertação das gerações futuras. Em 1866, êle votara por essa reforma em despacho de ministros. Em 1867, fôra o seu mais extremoso defensor no Conselho de Estado, como relator do projeto que depois se converteu na lei de 28 de setembro». Prestando homenagem ao pai, influência decisiva no seu espírito, conta, a referir-se à lei dos nascituros: «Essa foi a reforma a que êle se dedicou com maior interêsse e amor. . . Também desde 1866, o meu sonho, minha ambição era que o seu nome ficasse associado ao primeiro ato de emancipação do Reinado. . . , que êle viesse a ser o Lincoln Brasileiro».

Estudante em Recife, então é que êle começa um livro, verdadeiro ato de acusação. Em São Paulo, defendera escravos no tribunal do júri traduzira documentos do *Anti-Slavery Reporter*, jornal que serviu de grande informação para o seu pai. Mas Nabuco já ambicionava ser êle mesmo um segundo Perdigão Malheiro sôbre a escravidão no Brasil, entorpecedora do «adiantamento da civilização, do saber, das artes, das ciências, das letras, dos costumes, dos governos, dos povos, do progresso enfim». Ao terminar a primeira parte dêsse livro, conclui: «A história poderá em sua simplicidade, da mesma forma que chama, aos livros sagrados, o livro, chamar, a escravidão, o crime». Mas, em Pernambuco, sente-se a reação dos escravocratas para que as idéias de Nabuco então provocassem verdadeiro escândalo. Mas a luta estava travada em tôdas as frentes. «O que não queremos, escreve Nabuco, é que se diga que a escravidão já está julgada entre nós como um fato moral. Não está. A geração atual não tem consciência da sua posição em relação aos escravos; se tivesse

não a aceitava. No tribunal, defendendo um escravo de crime de morte, não hesitava, com o seu poder verbal, com a sua voz clara e um pouco metálica, em lançar esta frase subversiva: Não cometeu um crime; removeu um obstáculo. Dias depois disso, quando em campanha política, por ocasião da dissidência que dividiu o Clube Liberal, começa êle um brilhante discurso pela interpretação do «Quo Vadis»? e acaba restabelecendo a união do partido. Escreve na *Reforma*. Aprofunda questões de literatura e de filosofia, mas no que escrevia, aproveita sempre para estigmatizar a escravidão. Quando ventila a tese *Le droit au meurtre*, em carta dirigida a seu mestre Ernest Renan, e em que responde a *L'homme-femme* de Dumas Filho, condena, num trecho célebre, a escravidão «ignominioso legado do passado, cancro que rói a vitalidade do país e lhe envenena o sangue», que «só nos faz melhor sentir o valor da justiça e da liberdade». E, já no seu estudo sobre *Camões* e os *Lusiadas*, revolta-se, não compreendendo «como um poeta tão reto como Camões podia chamar — felicidade — à escravidão e saudar Nápoles por se

... «ilustrar no fim de tantos anos
co'o o senhorio de inclytos hispanos»

Nabuco continua a vida de pensador e de artista. Aprimora a sua educação com uma viagem que faz à Europa em 1873. Visita a França e a Inglaterra, a Itália e a Suíça. Visita os castelos da Loire e segue o processo de Bazaine. Assiste ao Carnaval em Roma e é recebido pelo Papa Pio XII. Visita Renan e George Sand. Escreve um volume de versos em francês: *Amour et Dicu*; mas a sua poesia é na realidade pura eloquência, de que êle mesmo diria depois: «o que me enganava nos meus versos parecendo-me sonoro e elevado, não pertencia à poesia, pertencia à eloquência».

Voltando ao Rio, faz uma série de conferências sobre o que vira na Europa, especialmente no que se refere à pintura. Fala de Miguel Ângelo, de Rafael, dos grandes coloristas de Veneza. Mantem-se sempre mais literato que político, mais poeta que estadista, não se esquecendo todavia das grandes causas, das idéias-fôrças. Em 1875, funda, com Machado de Assis e outros, um periódico — *A Época* — cujo programa consiste em «apresentar sob uma forma ligeira uma opinião refletida». No mesmo ano, escreve para *O Globo* uma série de artigos que são, no dizer de José Veríssimo, «uma espécie de lundis de Sainte-Beuve». Pouco depois, passa a fazer uma aprendizagem diplomática, primeiro como adido de legação em Washington e, em seguida, em Londres. Escreve uma tragédia em francês: «*L'Option*». Mas, a pedido do seu pai, é êle incluído entre os candidatos liberais de Pernambuco,

e, em 1876, não sendo eleito, o será dois anos depois, quando subia ao governo o partido liberal após longo ostracismo e já não mais vivendo o senador José Tomaz Nabuco de Araújo. A política tinha assumido, para com aquêlê que acabara de morrer, o compromisso de elegê-lo. Sousa Leão prometera ao conselheiro da monarquia incluir o nome do filho entre os candidatos liberais, e assim, graças ao barão de Vila Bela e ao presidente da província, Adolfo de Barros, Joaquim Nabuco entrou para a Câmara de 1878, no último lugar da lista pernambucana e com apenas 58 votos no Recife. É então que súbitamente toma o rumo de vida e inicia a carreira de homem público, parecendo que, neste momento, Nabuco não atende ao partido que o levou à Câmara e reivindica o legado que lhe deixara o pai com as idéias que êste abraçara.

A Câmara de 1879 continha numerosos elementos novos e havia de assistir ao início de várias carreiras brilhantes. Os liberais, afastados do poder por mais de dez anos, viam surgir nas suas fileiras uma juventude entusiasta, com amplas reformas na mente. Entre os moços da nova geração que entravam para o Parlamento figuravam Rui Barbosa, Buarque de Macedo, Afonso Pena e Rodolfo Dantas, além de Joaquim Nabuco. É com certo pesar que êle deixa a diplomacia, com a sua vida social intensa, com os êxitos fáceis e brilhantes que conseguiu ter, para tomar parte na luta política.

Sente-se triste e desambientado. Não pode fãcilmente esquecer a vida que teve durante dez anos, nos quais a existência foi a de «um curioso atraído pelas viagens, pelo caráter dos diferentes países, pelos livros, pelo teatro, pela sociedade». «Uma vida invejável para mim teria sido então assistir dos bastidores aos grandes fatos contemporâneos, conviver com os personagens, e como distração do presente, ter direito de entrada nas escavações de Atenas ou de Roma». Já não sabia que caminho seguir, se voltar à diplomacia, ou se entrar de vez na política. Mas reconhecia haver para êle a missão que não podia esquecer, que devia aceitar e que era a herança deixada pelo seu pai para que êle continuasse a obra iniciada a 28 de setembro. E assim não podia hesitar Nabuco. Tinha de sacrificar a vida agradável e sedutora, principalmente para um jovem, como o era a de diplomata. Tinha de passar à praça pública, verberar, como fêz, que «a grande questão para a democracia brasileira não é a monarquia, é a escravidão».

Como outrora o seu pai, é êle um independente a pairar acima dos partidos. Defende o triplo ideal da reforma eleitoral, da li-

berdade religiosa e da Abolição. Luta pela reforma do ensino, pela criação de faculdades livres católicas. Defende os direitos dos acatólicos e a secularização dos cemitérios, até mesmo advogando a venda dos bens dos conventos. Acusado, tem que se defender, o que faz a 15 de maio de 1879.

«Senhores, dirá, eu não queria dar à minha argumentação o calor a que fui obrigado, porque, falando por estas formas, os nobres deputados hão de pensar que sou inimigo do catolicismo... Não sou inimigo da igreja católica, notem os nobres deputados...

Quando o catolicismo se refugia na alma de cada um, eu o respeito: é uma religião de consciência, é um grande sentimento da humanidade. Mas do que sou inimigo é dêsse catolicismo político que se alia a todos os governos absolutos».

Esta distinção entre os dois catolicismos domina o pensamento de Joaquim Nabuco quando, em *Um Estadista do Império*, procura conciliar a fé profunda do pai com atitudes suas, como ministro da Justiça, na questão religiosa.

O senador Nabuco de Araújo manifestara-se a favor da legislação dos casamentos mistos, pois achava que para todo direito devia haver proteção da lei, sendo êle, entretanto, como homem católico, contrário ao casamento civil para a massa da população de fiéis à igreja. Não é só isto. Nabuco de Araújo proibiu a entrada de noviços nos conventos, atendendo a questão de idade, de amadurecimento de espírito que deviam ser levados em conta no compromisso de seguir a carreira sacerdotal e isto no interesse da «primeira e mais importante necessidade na situação moral de nosso país». Aliás as suas reformas são apoiadas pelos bispos de São Paulo e de Goiás.

A reforma eleitoral, que se processava no país, leva Nabuco a condenar os seus correligionários que não propuseram senão «uma reforma conservadora, uma reforma censitária, uma reforma que nós não podemos aceitar sem renegar todos os nossos princípios».

Disse muito bem Rodolfo Dantas que «Joaquim Nabuco parece ocupar para o público o lugar que na Câmara deixou o Sr. José Bonifácio... A tribuna ainda não o encontrou em falta; ou o Sr. Nabuco dirija-se a ela depois de prévio estudo do assunto e de demorada reflexão sobre a matéria ou aproxime-se dela levado por uma circunstância repentina e por uma força de momento, sempre é certo que um perfeito sucesso aguarda-o afinal».

Enquanto Silveira Martins assertoava que o «Brasil é o café e o café é o negro», levantava-se a voz de Saraiva considerando insuficiente a lei do ventre livre, que esquecera-se das gerações

presentes. Sub-repticiamente, pelas próprias condições sociais da época, iniciou-se nova campanha em prol da grande causa que exercia sedução sobre a mocidade e sobre a imprensa, «imperativo categórico para os magistrados e os padres», «tendo profundas afinidades com o mundo operário e o exército recrutado de preferência entre os homens de cor». É Nabuco que lança o grande slogan: «A senzala e a escola são polos que se repelem». Ou então frases como esta: «Quem se desse o trabalho de ler o que desde a academia tenho escrito, veria que a escravidão sempre se anunciou como a fatalidade de qualquer carreira pública, que por ventura eu viesse a ter».

O primeiro discurso abolicionista sem transigências que ouviu a câmara de 1879, é o de Jerônimo Sodré em favor da abolição imediata. Alguns dias depois, sobe à tribuna Joaquim Nabuco, para, num discurso de muito maior repercussão, dizer: «Na questão da Emancipação, na convicção de que é preciso caminhar além da lei de 28 de setembro, eu não só me separaria do gabinete, não só da opinião pública, e da conspiração geral do país, mas de tudo e de todos. Nesse ponto faço aliança com o futuro. Cada ano que passe será uma vitória de nossos ideais, e daqui a dez anos, a sessão de hoje há de aparecer como um desses exemplos históricos das divisões, dos temores e receios dos homens que recuam sempre das grandes medidas salvadoras que transformam a face do país».

A emancipação imediata seria de fato a suspensão do trabalho em todo o país. Mas nem por isso há Nabuco de recuar e vem dizer à Câmara que sempre que se apresentasse, nessa casa, uma reforma de emancipação total, ele haveria de apoiá-la. «E não tarda a hora, vinha predizer, em que todos os brasileiros se convençam, como nós, de que a verdadeira héjira da vida nacional, o ponto de partida de todos os progressos, o dia em que havemos de entrar com a frente erguida na comunhão dos povos livres, e tomar o lugar que nos pertence, será aquêle em que, em todo o país, não houver mais um escravo».

Mas à atuação parlamentar, corresponde a ação popular. Na imprensa, Nabuco defende o ministério Dantas cujo lema é «não parar, não precipitar, não retroceder». Quando Saraiva declara aos deputados que «o ministério atual não cogitou desta questão (da abolição) porque acha cedo para cogitar dela», ergue-se Nabuco, para, num brilhante improviso, defender a emancipação:

«O nobre presidente do Conselho disse que desta questão da emancipação ele não cogitava e o nobre ministro da Agricul-

tura repetiu estas palavras: «O governo não cogita da questão», e das bancadas desta casa ouviam-se vozes: «V. Ex. tranquiliza o país».

«Senhores, esta questão não é dessas de que o governo pode não cogitar. O governo pode ter a opinião formada de que é perigoso iniciar qualquer medida e de que não se deve dar um passo mais neste caminho. O governo pode pensar que a lei de 28 de setembro resolveu inteiramente a questão; pode pensar que esta lei é o estatuto da liberdade para todos os brasileiros, que fora dela não há esperança para o escravo; mas o que o governo não pode dizer é que não cogita de uma questão desta ordem, porque é uma questão que se prende à própria vida do país, porque se o governo não cogita, cogitam todos, e mais do que os abolicionistas e do que os escravos, os próprios senhores que vêm crescer cada dia em torno de si a onda de emancipação.

... Não é uma questão, senhores, que possa ser tratada entre os agricultores e os negociantes. Não! O Brasil é alguma coisa mais do que um grande mercado de café».

Desde 1880, Nabuco presidia a Sociedade Brasileira contra a escravidão e escrevia em diversos jornais, dirigindo assim a campanha abolicionista que deu seus primeiros frutos no Rio Grande do Sul e no Ceará. Escreve êle nesse mesmo ano os seguintes opúsculos: *Sociedade abolicionista contra a escravidão, cartas do ministro americano, X. W. Hilderd, Manifesto da Sociedade Brasileira contra a escravidão e Conferência Abolicionista, realizada em 22 de julho*. É êle a dizer que a escravidão devia ser reconhecida como ilegal, levados os seus propugnadores ao banco dos réus para confessar o seu crime que é o da pirataria e da redução de pessoas livres à escravidão. Diante da pressão dos escravocratas, Nabuco já não é eleito na legislatura de 1881, seguindo nos últimos dias dêste ano para a Europa, como correspondente do *Jornal do Comércio*. A luta abolicionista adquire novo impulso em 1883. Volta então Nabuco ao Brasil atingindo o apogeu da sua popularidade.

É nestes anos de luta que vemos o «egoísmo» de Nabuco a que se refere José Maria Belo no seu ensaio. «Se Nabuco tivesse sido um cético, um simples mundano ou simples intelectual preocupado apenas em colhêr na vida exterior ou na do pensamento os prazeres que elas podem oferecer, continuaria na carreira diplomática ou se arregimentaria num dos partidos políticos do império, à sombra do prestígio de seu pai, para o acesso rápido a uma cadeira de ministro, ao Senado e à própria presidência do Conselho».

Mas Nabuco seguiu o caminho do herói romântico.

Já em Milão comparecera a 11ª Conferência da Associação para a reforma do Direito das Gentes, propondo a equiparação do tráfico à pirataria para ser aceita com entusiasmo. Entrara no mundo internacional. Os jornais tinham-no chamado o «Leão da Seção» de direito das gentes. Mas, no Brasil, êle voltava a dirigir a luta. Desenvolve-se a Confederação Abolicionista. Em 1884, Nabuco é novamente eleito para a Câmara dos Deputados. Defende o ministério Dantas, sendo, na frase de Martinho Campos. «um dos ingleses do Sr. Dantas» porquanto no *Jornal do Comércio*, Grey, Wilberforce, Garrison (Nabuco), Lincoln e Clarkson eram os pseudônimos dos abolicionistas. A agitação é febril. Dissolvida a Câmara, segue Nabuco para o Recife, pleiteando lugar no Parlamento. É de um brilho excepcional seu discurso então proferido no teatro Santa Isabel.

Afonso Celso ao apontar a figura de Joaquim Nabuco, dirá que «formava por si só o melhor dos exórdios, bastando que êle assomasse à tribuna, para impor a atenção e a simpatia». Em eloquente conferência, pronunciada no Instituto da Ordem dos Advogados, o ministro Alfredo Valadão recorda que Nabuco «era o orador predestinado para a grande causa».

É, ao subir o gabinete Cotegipe que exclamava Nabuco: «há neste país, duas instituições as quais ninguém sabe se se estimam ou se se odeiam, mas que se unem para avassalar tudo que quer ser independente e livre... a monarquia e a escravidão».

São panfletos abolicionistas *O Erro do Imperador*, *Eleições Liberais*, *Eleições Conservadoras* e *Escravos*, versos escritos em francês e traduzidos para o português.

Desde a lei Saraiva, todos ficaram abolicionistas. Há uma corrida para a abolição na qual competem liberais e conservadores, monarquistas e republicanos. Nabuco como Rui empurraram a massa inerte. O movimento já tomara impulso.

Voltando de Pernambuco, em 1887, tem Nabuco estrondosa recepção no Rio. Nas sacadas da *Gazeta da Tarde*, saúda-o, no meio do delírio de aplausos e aclamações, José do Patrocínio:

«Joaquim Nabuco, vociferou o tribuno, o representante de um milhão e meio de escravos ajoelha-se aos pés do redentor da sua raça».

Nabuco ainda volta a Roma solicitando o auxílio do Papa Leão XIII. Vai pedir o apoio do exército.

Mas já abrindo a assembléia geral a 3 de maio, sua alteza declara na Fala do Trono que confiava em que a Câmara não hesitaria em apagar do direito pátrio a única exceção que nêle figura em antagonismo com o espirito liberal e cristão de nossas instituições.

Nabuco viera logo prestar seu apoio ao ministério conservador em 7 de maio do ano da abolição.

«Não, Sr. presidente, diz êle, não é êste o momento de se fazer ouvir a voz dos partidos, nós nos achamos à beira da catadupa dos destinos nacionais, e junto dela é tão impossível ouvir a voz dos partidos como seria impossível ouvir o zumbir dos insetos atordoados que atravessam as quedas do Niágara».

Ê a 13 de maio que era aprovada a lei Áurea. As homenagens a Nabuco sucediam-se. Êle atingira uma popularidade que talvez ninguém mais alcançasse no Brasil. O povo compreendia que fôra êle, mais que a princesa, o grande nome da Abolição.

«Chegamos ao têrmo de nossa viagem, exclamava Dantas, e mais felizes que Moisés, não só vemos, mas ainda pisamos a terra prometida». E na Câmara, Joaquim Nabuco exalta a todos, querendo dar um sentido nacional à extinção da escravatura:

«A vitória afinal do abolicionismo não é a vitória de uma luta cruenta, não há vencidos nem vencedores nesta questão, são ambos os partidos políticos unidos que se abraçam neste momento solene da reconstrução nacional, são dois rios de lágrimas que formam um mar bastante largo para que nêle se possa banhar inteira a nossa bandeira nacional».

O retrospecto da campanha abolicionista que Nabuco procura fazer em *Um Estadista do Império* é o eco da sua mocidade em que aparece dominante, como já o vimos, a figura do seu pai.

III. O FEDERALISMO

A questão da abolição deu popularidade a Nabuco e Nabuco senhor da fama que corre pelas ruas pode e veio aderir à questão da federação. Questão antiga que teve as suas fases políticas. Já José Bonifácio se inclina a favor dela, principalmente influenciado pela organização política norte-americana, que admirava pelo êxito que ela representava. Neste caso a federação era a experiência realizada acêrca do govêrno na América em que se tinha de levar em conta a extensão do território e a formação dos poderes locais, uma vez que a centralização era inadmissível.

Discutiu-se esta forma de Estado no tempo da Regência e da elaboração do Ato Adicional, opondo-se então ao federalismo Bernardo de Vasconcelos que estava empenhado na criação de um govêrno forte a que êle chamava reação aos excessos do liberalismo em sua fase de agitação política geral. Não só o Ato Adicional como a sua interpretação representam tendências fe-

deralistas implantadas entre a desordem política e a reação a despontar a cada hora.

A história do federalismo é assim a história política do Brasil. A idéia ficou por diversas vezes condenada, mas havia de renascer sempre com as correntes políticas de oposição. Pode-se mesmo falar em um federalismo na verdade oposição ao governo e é esse federalismo que tomou expressão nos programas políticos e que se tornou no dilema de aceitar ou rejeitá-lo diante do que fôsse no momento conveniência política.

Nabuco jamais foi um reacionário e aceitou sempre as questões políticas que passaram a ter consistência. O federalismo foi assunto do programa liberal de 13-10-1831; do programa do partido liberal-radical de 1868; do programa do partido liberal de 1869; do programa do partido republicano de 1870.

O partido republicano veio a ser uma transformação do partido liberal que teve de se desenvolver insatisfeito de não ter conquistado o poder político no país tal qual o partido conservador que tinha como seu o Conselho de Estado.

Os pontos em que se fortalecem os conservadores eram aquêles que os liberais atacavam.

E, assim, tem-se pois a impressão de um movimento continuado com que se desarticulava a grande força política pela insistência dos que dela não faziam parte.

Houve pois uma impressão ou melhor uma suposição de que o liberalismo seria o grande advento no país tal pois era a sua continuidade no combate em que insistiam os liberais para ganharem a sua grande causa: o domínio político.

Mas esse liberalismo para Joaquim Nabuco era grande eclosão política tanto assim que a extensa obra de história por êle escrita visa descrever a passagem do seu pai que deixou de ser conservador para se tornar liberal. Logo a grande tese era neste caso o liberalismo. Entretanto, esse liberalismo de Nabuco não era sem apêgos ao passado, sem apêgo principalmente à monarquia que era a tradição e era o regime com que o seu pai se identificara. Daí a sua dissidência quanto à república e a fórmula política por êle lançada: federalismo com a monarquia.

O federalismo que já constava do programa do *Radical Paulistano* vai levar Rui e tantos outros até a república. Rui haveria de compreender, no último momento, a incompatibilidade existente entre o federalismo e a monarquia. Nabuco não reconheceria êste antagonismo, embora Prudente de Moraes ainda lhe dissera:

«Se o nobre deputado conseguir neste regime a conversão das províncias em estados confederados, eu deixarei de ser republicano».

Permanecendo por mais de dez anos, com a república já proclamada, fiel ao imperador, isto é, até a morte dêsse, Nabuco deixa-se ainda reconhecer como inclinado ao império de uma imperatriz, que no Brasil seria D. Isabel, reinado de uma mulher que êle considerava a *realeza moderna*, isso, quando escreveu em 1897 a respeito da rainha Vitória. Não abdicou dos seus princípios monárquicos.

Em 8 de agosto de 1888, Joaquim Nabuco pronunciou o grande discurso preconizando a federação e repelindo a república, isto um ano antes da república e da federação se instituírem no Brasil.

Da república, êle dizia que: «Todos os quatro ou todos os seis anos, conforme fôsse o período marcado para a renovação do mandato presidencial, nos viríamos o Brasil sob a república exposto a essas imensas e graves perturbações que caracterizam a vida das repúblicas sul e centro-americanas e o resultado seria ou a supressão das autonomias locais por meio de algumas ditaduras fortes, militar ou oligárquica, como fôsse, servindo-se da compressão, da suspensão da liberdade da imprensa, das deportações, até do fuzilamento com a conseqüente reação nas conspirações e nos assassinatos políticos, ou triunfando, em vez do unitarismo, o princípio autonômico, o desmembramento do país». (Ap. Discursos Parlamentares, Imprensa Nacional, pág. 498).

Há afirmações neste trecho de discurso que os acontecimentos confirmaram sobejamente. Apenas o desmembramento profetizado é que não ocorreu e nunca foi ameaça.

Aliás, a manutenção da unidade deu origem a que aparteassem Nabuco da maneira mais curiosa.

O Sr. Pedro Luiz por exemplo:

«Não receio desmembramento enquanto as províncias pedirem dinheiro ao centro (apartes). O centro nunca deixou de dá-lo».

Convém dizer que a separação não estava sendo deduzida tão sòmente da república e com os crimes que viessem desta mas também da federação de que Nabuco era partidário para então dizer:

«A idéia federal não é uma idéia, em si, liberal ou conservadora, é uma idéia apenas da vida local. É um recurso extremo de salvação para o norte e uma medida de justiça e de equidade para o sul.

Não é justo que províncias como a de São Paulo e outras que se vão desenvolvendo e crescendo carreguem com uma parte de responsabilidade além da cota que lhes deve pertencer; assim

como quando se nos propõe aqui êsses gigantescos projetos que se dividem por todo o império, é impossível repartir o benefício de forma equitativa e de sorte que o encargo da província corresponda exatamente ao que lhe aproveitou.

Eu sei que se lança sempre em rosto ao norte a imensa despesa que o império fêz com a sêca do norte».

Eis uma linguagem que continua a mesma depois da federação instituída. Era a condição brasileira que afluía na discussão para que se dissesse ter corretivo com a federação a inconveniência que é do Brasil e aliás de tôdas as nações principalmente grandes com a diferença de regiões.

Teve Nabuco de apreciar a desagregação da América espanhola para argumentar que a federação não seria no Brasil um igual esfacelamento. Dizia êle que: «A América espanhola era, como o Brasil, uma só terra sujeita à Espanha; não havia distinção de nacionalidade entre os diversos Estados, entre as treze ou catorze repúblicas em que se divide hoje o antigo domínio espanhol; havia simplesmente a ação diferente, topograficamente diferente, dos interesses locais».

As razões de geografia humana vinham pois à discussão. As terras hispano-americanas eram estreitas, não tinham caminho interno que as unisse, como é o caso do Brasil. Antes até, havia mais de um lado do continente por onde evadisse a sua economia: é o caso da Argentina e das nações do Pacífico. Ainda aconteceu que, marginando o Pacífico uma quantidade destas repúblicas, cada qual tinha saída pelo mar.

Neste discurso acêrca da federação brasileira proposta por Joaquim Nabuco o assunto estava em discussão de três maneiras. *Primeiro*. O orador analisava a incompatibilidade que diziam haver entre essa forma de Estado e o governo monárquico. Nenhuma, arguia êle. E cita o exemplo da Alemanha. *Segundo*. Nabuco discute a federação brasileira em tórno da desagregação da América espanhola. E argumenta com situações *topograficamente diferentes*.

Os caminhos internos a unirem o Brasil eram pois os grandes rios, as bacias hidrográficas.

Terceiro. Nabuco fazia muita questão da maneira política do Brasil se ter unificado através da monarquia e dizia então:

«A obra da monarquia no Brasil tem sido inconscientemente em parte, mas em parte também com imenso sacrificio próprio, uma obra nacional por excelência. Em primeiro lugar, ela fêz a independência, foi a obra de Pedro I; em segundo lugar, e esta é a grande obra do 2º reinado, ela fêz a unificação do povo brasileiro

(*apoiado*); em terceiro lugar, ela fez a abolição da escravidão, o que quer dizer a igualdade das duas raças vinculadas ao nosso solo. (*Apoiados. Muito bem*)».

Ainda uma pergunta a fazer: por que Nabuco abraça a federação? O seu feitio de abraçar idéias, e no caso idéias novas, fazia-o considerar que nas idéias estava a dinâmica e a salvação da vida.

Em que seja vaga a comparação, pode-se dizer que êle, como Platão, era inclinado a ver em tudo a criação das idéias, as idéias a consubstanciarem a realidade para os homens. De certo modo, êle foi um platônico.

O discurso terminava enviando Nabuco à mesa que presidia a Assembléia Parlamentar o seguinte projeto:

«Artigo único: os eleitores de deputados à próxima legislatura darão aos seus representantes poderes especiais para reformarem os artigos da constituição que se opuserem às proposições seguintes:

O governo do Brasil é uma monarquia federativa.

Em tudo que não disser respeito à defesa externa e interna do império, à sua representação externa, à arrecadação dos impostos gerais, e às instituições necessárias para garantir e desenvolver a unidade nacional e proteger efetivamente os direitos constitucionais dos cidadãos brasileiros, os governos provinciais serão completamente independentes do poder central».

Estava pois em todo caso definida a competência dos Estados membros da Federação.

Eis um discurso que define esta forma de Estado. Define-a até mesmo em matéria fiscal com a expressão com que marca a competência do governo central para os impostos gerais.

Aos Estados se reconhece na constituição norte-americana a competência para o imposto direto. Mas a circulação das riquezas por sua vez pode ser ora da competência do Estado membro, ora do governo central. Faltava pois a expressão própria que dissesse no caso a competência dos dois. Dando-se ao governo central competência para o imposto geral, estava pois dirimida a dúvida.

Cabia pois dizer o que tem no seu emprêgo uma expressão geral para a circulação das riquezas no país e para que o imposto no caso seja da competência da União.

Proteger os direitos constitucionais dos cidadãos brasileiros: mas êsses direitos são aquêles definidos na declaração dos direitos.

É a liberdade protegida pelo *habeas-corpus*. São êsses direitos que para garantirmos há, acima da justiça local pertinente à autonomia dos Estados membros, a justiça federal na sua mais alta expressão.

Tudo isto está implícito no que Nabuco diz quando fala da federação. E falar nesta alta proteção aos direitos individuais, quer privados como políticos, aliás ambos expressos no diploma dos direitos individuais, lembra a teoria do *habeas-corpus* brasileiro com a extensão que lhe deu Rui Barbosa.

IV. O SENTIDO DE UM ESTADISTA DO IMPÉRIO

Surgiam as questões militares. Desenvolvia-se a propaganda republicana. O descontentamento era geral. Os dois pilares da monarquia tinham ruído solapados pela Abolição: o exército e os proprietários dos latifúndios enfim se confraternizaram para seguirem juntos no movimento republicano. Aproximava-se uma nova era que já profetizavam os jovens positivistas. Veio o 15 de novembro. Um golpe, uma revolução, uma das insurreições que tanto desgostavam Nabuco.

Nabuco considera a Proclamação da República como sua aposentadoria.

Ele desconfia que já deu tudo que podia dar à pátria. Que esgotou tôdas as suas possibilidades de lutar para um grande ideal. A vida de um homem é a sua constante inspiração. Mas a musa inspiradora na vida de Nabuco fôra a Abolição. Atingido assim o apogeu aos quarenta anos, supunha êle não ter mais ambições a satisfazer. Retirava-se da vida pública. Casava-se, ia cuidar da história, da família, pensaria nos problemas essenciais da vida, da filosofia e da religião. Escreveria a biografia do pai, as suas memórias. Continua a ser monarquista, mas repugna-lhe a *política do pior* (isto é a que desejasse que todos os males recaissem no adversário para dar ensejo à sua corrente política). Pior o estado da República, melhor para a causa monárquica. Repelia tal fórmula anti-patriótica e fica no terreno dos argumentos, da superioridade da monarquia. Essa maneira de se elevar na esfera das idéias aduzia a uma concepção especial do Estado.

Uma das intuições mais fecundas está na diferença feita por Nabuco entre Estado e Povo, diferença esta que vai atingir tôda importância no direito moderno e que Joaquim Nabuco já explanava ao evocar o pai quando estudante dizendo: «No fundo do seu espirito há duas correntes distintas: uma, a mais forte; no sentido das novas aspirações de liberdade; outra, a mais pro-

funda, no sentido da tradição do direito. Quem o estudar bem, verá que êle se deixa arrastar pelas idéias de sua geração, mas que nêle há pontos de resistência que o tempo há de desenvolver, há a noção perpétua de Estado em oposição à de povo — existência dispersa, cambiante, quase momentânea»:

Nabuco superpõe ao povo o Estado. Mas isto já era concepção de Nabuco de Araújo que estava assim a influenciar o filho. O Estado situa-se, segundo êste, num plano superior não só em relação ao povo como também em relação aos partidos.

Na própria política de conciliação, vimos dominar esta idéia. Também é interessante notar que Nabuco de Araújo exigia que os partidos se legitimassem não pelas suas tradições, mas pelas suas idéias. O Estado como idéia está para êle muito acima dos partidos. Explica a sua evolução política do partido conservador para o partido liberal como evolução das idéias. Entre elas admitia uma imputação. Via o homem acima dos partidos, acompanhando essa transformação e correlação das idéias que fazem de Nabuco pai um platônico como já nos referimos que o filho o era em parte seguindo a maneira de ver paterna.

Como chefe liberal, Nabuco pai aceitou e apoiou o Partido Conservador quando, com Rio Branco, realizava as reformas contidas no programa do Partido Liberal porque o que importava para êle era a vida própria que têm as idéias. As reformas eram o interesse superior das idéias no sentido da evolução delas. O Estado era um corpo de idéias próprias.

Nabuco de Araújo era um independente que exigia do Partido Liberal não relíquias de passado mas idéias novas, idéias atuais como era próprio da vida que tem as idéias. Independente era êle a ponto de toda posição que assumia ser «si et in quantum», ministerialista ou oposicionista, dependendo a sua atitude não do nome dos homens que estavam no poder ou na oposição mas do programa que applicavam, das idéias que defendiam.

Estas idéias de Nabuco de Araújo vão fortemente influenciar o autor de *Minha Formação* que irá desenvolvê-las. Assim, Joaquim Nabuco ao definir o conceito de democracia, dirá que é ela o acôrdo político entre os partidos, derivando diretamente esta concepção da idéia do pai que exigira a representação das minorias.

E quando Joaquim Nabuco, permanecendo fiel à monarquia, combaterá a república, mostrará, ser esta anti-democrática, impondo o dominio do partido único, como realmente aconteceu durante a ditadura do Marechal de Ferro. Mas Nabuco recusar-se-á a sabotar a república por esta noção de Estado como perfeição que lhe vem do pai. Mesmo depois, quando Nabuco adere à república, em 1899, é ainda por esta compreensão que êle tem do Estado acima

do partido, do serviço à nação subordinando as convicções politico-partidárias.

Mas continuemos nos anos de ostracismo. Diria Nabuco em *Minha Formação* referindo-se aos anos de 1889-1899 que «(êsses) dez anos são assim o período em que o interesse politico cedera gradualmente o lugar ao interesse religioso e ao interesse literário até ficar reduzido quase sômente ao que tem de comum com êles...»

Escreve *Um Estadista do Império, A Intervenção Estrangeira durante a Revolta, Balmaceda, Minha Formação*. O homem que começa a traçar suas memórias parece já ter abandonado a politica e a vida pública. Sente-se Nabuco um homem do passado. Que tem êle de comum com Floriano, com Benjamin Constant? Era uma época de desânimo geral para os monarquistas. A vida politica do império exigira um grande esforço. A campanha abolicionista esgotara Nabuco que se retirava para seu gabinete de leitura, para a sua attitude de contemplação e de estudo, recolhendo-se à erudição e à espécie de trabalho com ela condizente.

Aliás o mal era da época. É o que já escrevia Graça Aranha:

«Os espíritos estavam fatigados da politica. Os homens feitos, desiludidos; os homens novos, enojados. Deu-se um nefasto absentismo da intelligência e da cultura na politica brasileira e as letras apresentaram-se como o único refúgio ao talento».

Mas há algo de peculiar e de muito interessante na história de Nabuco e especialmente em *Um Estadista do Império*. Obra de piedade filial, magnifica homenagem ao pai, sem dúvida, é também um poema de saudade e de nostalgia que evoca tempos idos, uma defesa da monarquia, as memórias de um lutador que nos revela a grande fonte de suas inspirações, que nos descreve, com vida e colorido, o ambiente, o meio em que se formou e fêz as suas primeiras armas e conquistou as suas primeiras glórias.

Um Estadista do Império é menos a obra de um historiador do que a de um memorialista, não obstante sua farta documentação e suas profundas análises.

É um trabalho que, com o ministro Alfredo Valadão, poderíamos comparar à obra de Macaulay. Tem a mesma vivacidade, as mesmas qualidades. Aliás é interessante assinalar as condições por assim dizer de analogia existentes entre as duas figuras, Macaulay e Nabuco. Ambos, filhos de abolicionistas; ambos estudantes de direito; um e outro dirigindo-se para uma carreira politica e literária. Ambos parlamentares que eloqüentemente defenderam a causa liberal; ambos em certo sentido mundanos, e ambos, encerrada a carreira politica, retirando-se para escrever

a história. Mesma formação, mesmo tipo de vida, obras semelhantes.

Mas há algo de particular no caso de Nabuco, pois se êle escreve com a documentação impecável que lhe deixara o pai, êle retrata a época com um amor profundo, com sua memória orgânica, confundindo-se com os estadistas do império, revivendo suas vidas.

Dizia Péguy que a história não se faz com fichas nem com teorias. Não nos deve dar ela sistemas e sim vida. Não queremos conhecer, como os evocava Taine, nem datas, nem fatos, nem raças, nem o meio, nem o momento. O que Péguy quer ver, quer sentir, é o povo, o tecido do povo, o tecido da vida cotidiana, a história real, a que nos faz retomar armas com Joana d'Arc e os soldados do ano II. O que a história nos deve dar é um ritmo de vida, articulações orgânicas, a massa fluida que só é viva quando desorganizada. A história deve ser a apreensão das totalidades orgânicas. O trabalho do historiador será a observação do impulso vital. A história deixara de ser um catálogo de fatos objetivamente observados, um índice de datas, um trabalho de pura erudição. Tornar-se-á numa experiência viva, num contacto fértil com a eclosão constante da vida. Será uma retomada de valores, «um encontro no presente concreto de nossa vida com os grandes pensamentos, com os grandes mestres que amamos», como o escrevia Henri Davenson. Para atingir o nosso passado, devemos volver ao mais profundo do nosso espírito onde repousa o nosso «tempo perdido». Esta rememoração far-se-á pela memória da raça no que se refere ao passado histórico. É essa consciência orgânica, êsse sentimento de ter em si os seus antepassados que permitiu a Péguy escrever a sua Joana d'Arc pois «esta grande santa era filha do nosso povo; uma rapariga de França; moça do nosso campo, nascida de campônio francês». Mas não basta que os homens que descrevemos sejam nossos, de nossa raça, de nosso meio. Devemos ainda reviver em nós, por uma experiência interior, as suas vidas, devemos viver com êles, trabalhar como êles, pois só a imitação abre as barreiras da duração irreversível. Dizia Thibaudet que o ideal do crítico é coincidir com o espírito criador do romancista. Poderíamos dizer o mesmo do historiador que deve penetrar, por intuição, por amor, na época que descreve, no fato que narra. Não deve apenas analisar um certo periodo, mas fazê-lo reviver, prolongá-lo, reconstruí-lo, sugerir-lo ao leitor.

Este método amplo de fazer história foi aplicado por Nabuco.

Podia avocar da memória profunda o que já passara ao subconsciente pois presenciara a vida parlamentar do Império e conhecera a maior parte dos homens que descreveu. Sentia no

fundo de si, como se já estivessem escritas, muitas das páginas que escreveu. Por vêzes, deixa de lado as questões econômicas, os fenômenos sociais, o estudo das instituições, as condições de vida do povo, para se deter no que tem profundas ligações afetivas com êle. Podemos pois dizer que em *Um Estadista do Império*, Nabuco, às vêzes, é quase que essencialmente um memorialista.

Pertence êle à tradição de Tácito, de Chateaubriand. «Eu não devo ser tido, escrevia Nabuco, senão como um literato que não teve tempo para o ser. As sucessivas tarefas que me propus na vida foram tôdas exclusivas da literatura pura, que é uma arte também quase exclusiva».

E já antes dissera: «Os livros devem ser todos êles campanhas». *Um Estadista do Império* vem unir êstes dois polos antagônicos: a campanha política e a obra de arte. Já vimos o sentido da obra como campanha política, como evocação e defesa da monarquia constitucional. Estudemos agora a obra de arte. Mostrou José Veríssimo porque Nabuco havia de se voltar para a história quando disse que «*Um Estadista do Império* é o documento vivo da dualidade fecunda dêsse espírito fundamentalmente político e profundamente literário. Aquela feição levou-o naturalmente, quando voltou à literatura, à história, de todos os gêneros literários, o que mais se entende com a política».

Entre os mestres de Nabuco já citamos Renan e Chateaubriand.

A Chateaubriand deve a côr, a visão de aristocrata, a amplitude da frase e certa união no estilo em que evoca o passado, faiaando ambos na linguagem que é do ostracismo político. Nabuco em 1895 sente que pertencia ao passado, como Chateaubriand de quem diz Thibaudet: «No coração êle trazia um pendor, que os seus sentimentos repeliam e êsse levavam-no a pensar e concluir a respeito do passado». O pendor de Joaquim Nabuco trazia-o até o presente que não lhe ficava sendo indiferente.

A república traz os dias sanguinários do governo de Floriano. Reage Nabuco contra êsse tempo. Escreve Balmaceda, *A intervenção estrangeira durante a revolta*.

Um dia, contava o autor do *Mistério de Joana d'Arc*, a um jovem, os gloriosos dias do caso Dreyfus e viu que êle transmitia a vida ao rapaz e êste só apercebia a história. É possível que isto tenha acontecido com êstes dois livros de Nabuco. Em face dêles, deve-se compreender como Nabuco atravessou a fase terrorista da república, ou melhor, nêles, deve-se ver mais que a história a que se reportou nesses livros. Êles são uma atitude. Uma atitude a examinar cuidadosamente. São o exílio, o exílio que fêz também

Chateaubriand afastado, exilado da política, escrever acêrca da história.

Dizia Gautier que Chateaubriand restaurara a catedral gótica. Poderíamos escrever acêrca de Nabuco que reconstituiu o parlamento imperial e sua obra foi um dos raros monumentos que nos ficaram da monarquia constitucional.

Mas, Nabuco reconheceu, como o seu mestre, a Renan, a quem conheceu pessoalmente, dedicando-lhe o seu primeiro livro e a quem só lhe faltou tratar por divino mestre.

Renan ia influenciar Nabuco na sua formação religiosa.

V. A RELIGIÃO DE NABUCO

«Eu sinto a idéia de Deus no mais afastado de mim mesmo. escreve Nabuco em *Minha Formação*, como o sinal amante e querido de diversas gerações... Há espíritos que gostam de quebrar tôdas as suas cadeias, e de preferência as que outros tivessem criado para êles; eu, porém, seria incapaz de quebrar inteiramente a menor das correntes que alguma vez me prendeu... e menos do que as outras uma que me tivesse sido deixada como herança. Foi na pequena capela de Massangana que fiquei unido à minha.

As impressões que conservo desta idade mostram bem em que profundezas os nossos primeiros alicerces são lançados. Ruskin escreveu esta variante do pensamento do Cristo sobre a infância: «A criança sustenta muitas vêzes entre os seus fracos dedos uma verdade que a idade madura com tôda sua fortaleza não poderia suspender e que só a velhice terá novamente o privilégio de carregar». Eu tive em minhas mãos como brinquedos de menino tôda a simbólica do sonho religioso. A cada instante encontro, entre minhas reminiscências, miniaturas que, por sua frescura de provas «avant la lettre», devem datar dessas primeiras tiragens da alma».

Essas frases exprimem a surpresa que houvera em sua alma. Porém o caminho que o reconduz à religião ainda é outro.

Chegara à Academia com a fé intacta. Mas lá teve que se defrontar com a «ciência», com o determinismo, com Darwin. E, pouco a pouco, separou-se da religião. Mas, Renan com a descrição do cenário histórico, a que tanto se apegara Nabuco da religião o aproximou de novo.

«A história antiga dos povos, escreve Halbwachs, tal qual ela vive na tradição fica inteiramente imbuída de idéias religiosas».

Já não se compreende, neste caso; a história apartando-se da religião. A aproximação necessária entre as duas é o que fez Renan como historiador. É o que Nabuco hauriu em Renan.

Se alguma significação há de se dar ao ostracismo de Nabuco, é o da conversão religiosa, o da meditação da obra de Renan da qual êle diz: «A ninguém é dado calcular por enquanto se, de um lado aparecendo depois de Voltaire, e do outro em pleno materialismo científico, Renan tenha feito mais mal do que bem ao cristianismo e ao catolicismo».

Quer dizer, no seu íntimo, Nabuco, em sua conversão religiosa, levava a Renan, levava à visão histórica de Renan.

Na realidade, Nabuco era um artista, um poeta. Sua fé seria a de Pascal, a de Péguy. O seu Deus haveria de ser o «Dieu sensible au coeur». Com Renan, na sua divinização da ciência, êle aderira ao Deus dos filósofos e dos sábios; agora voltava ao «Dieu d'Abraham, d'Isaac et de Jacob», o Deus que se via através da história, o Deus de Bossuet, de De Maistre. Como Péguy, como Bloy, Nabuco haveria de entrar na religião pela oração, pela missa, pelo espetáculo estético. Sua fé seria sentimental e afetiva, como seu próprio temperamento, como sua natureza sensível.

Segundo a justa expressão de Tristão de Athayde, «Nabuco era um temperamento muito mais agostiniano do que scotista ou tomista. E toda a sua evolução religiosa se processou mais pelo lado afetivo, literário e temperamental que pelo lado racionalista ou dialético».

Aliás, no fim do século passado, a atmosfera já era outra. Preparava-se a reação contra a ciência, contra o determinismo. A religião consolidava-se. Criava-se a néo-escolástica. Bergson começava a lecionar no Colégio de França. William James falava da experiência religiosa. Taine já era considerado homem do passado. A igreja renovava sua política com a Encíclica de Rerum Novarum. A Europa estava cansada do positivismo, do mecanicismo, do «cientismo».

Em religião, trouxe também Nabuco a clareza de questões religiosas que o Brasil desconhecia.

A sua imaginação se apoderou da questão religiosa para que ela se tornasse clara com êle.

VI. NABUCO E O EQUILÍBRIO SOCIAL

Consciente que estava da fase de revoluções, que foram penosas para toda a sua família, a lhe transmitir a impressão viva dos acontecimentos, o equilíbrio político se tornou no sentido que Nabuco percebe existir na sociedade do Império.

Esse senso de equilíbrio restabelecido é o que representa a vinda dos Leões do Norte tão vivamente evocados por Joaquim Nabuco.

Esse senso de equilíbrio já é a elegância que desprende Maciel Monteiro.

A mocidade, que eram os Leões do Norte, vem a ser uma expressão nova e sugestiva de quando, a êsses moços que vieram ao Sul para exhibirem a adesão de uma nova geração, deixaram o primeiro plano do cenário político os restauradores da paz tal como Bernardo de Vasconcelos.

Nabuco estabeleceu um sistema de comparações em que, se referindo aos indivíduos cujos retratos se aperfeiçoou em dar, mostra, entre êles, nos paralelos que representam, uma estabilidade política, dela fazendo decorrer a estabilidade social. Subordinou com isto o social ao político, o que justifica o orador na ação pessoal que exerceu.

Diz-se que *Um Estadista do Império* é antes de tudo uma galeria de pintura, e efetivamente nesse livro encontramos os quadros os mais diversos, as miniaturas as mais perfeitas. Nabuco estabelece um verdadeiro sistema de comparações. Retrato de um homem, paralelos entre duas figuras, descrição de uma classe inteira como os Leões do Norte; as telas são muitas. Destacam-se pelo esmero da análise dos retratos os vultos de Martinho Campos, Silveira Martins, Zacarias, Rêgo Barros, Paes Barreto, Rio Branco.

Ficam vivas, ao passarem, de relance, as figuras as mais diversas. Assim por exemplo o velho médico do Recife, Dr. José Eustáquio Gomes e o presidente de Pernambuco, Francisco de Paula. Ao se referir a êste último, Nabuco descreve a família Cavalcanti que representava no Nordeste a hegemonia de uma classe de grandes proprietários, criando uma oligarquia que ficaria no poder durante quarenta anos, verdadeira dinastia do partido conservador a que se filiara.

Do pai, temos diversos retratos. Um quando estudante. Outro quando do seu casamento. E, no fim, quase todo o quarto volume é dedicado a descrever globalmente o conselheiro Nabuco de Araújo nas suas diversas feições apreciadas dispersamente.

Nabuco caracteriza a Boa Vista pela sua formação em França, donde traz idéias européias e maneiras da Restauração, que êle haverá de conservar até o fim da vida. Datam da sua presidência os trabalhos aqui executados sob a direção do engenheiro francês Louis Léger Vauthier, tão bem apreciado em longo trabalho por Gilberto Freyre (*Um engenheiro francês no Brasil*).

Embora em geral Nabuco se prendesse ao retrato individual, algumas vêzes ultrapassa o tema e mostra-nos a vida social na época. Em brilhante comparação, assinala o contraste entre a Córte do Primeiro Reinado que o jovem José Thomaz conhecera aos dezesseis anos e a do Segundo Império, que volta a ver aos trinta. Mostra como nova camada social substitui as antigas famílias tradicionais. E nos panoramas descritos assinala as qualidades principais dessas gerações. Era uma sociedade fortemente impregnada pela moral, uma sociedade frugal ainda dominada pelos bons princípios... «O honesto e o desonesto não se confundiam, sabia-se o que cada um tinha e como tivera; inquiria-se da fortuna dos homens públicos como um censor romano da moralidade dos personagens consulares; respeitava-se o que era respeitável; os estadistas de maior nome morriam pobres, muitos tendo vivido sempre uma vida de privação quase absoluta, em que merecer uma condescendência qualquer era quebrar a austeridade e provocar comentários. O interior de suas casas, sua mesa, seu modo de viver, revelando quase indigência impressionavam os estrangeiros que tinham de tratar com elles. A invasão do luxo só se fará dez anos mais tarde com a prodigalidade das emissões bancárias».

O tom da emoção que há nessas apreciações tôdas traduz o ter vivido essas épocas o que empresta ao livro de Nabuco uma côr incomparável. Livro de memórias, eu já o disse.

Retrato empolgante é o do velho Rebouças, que foi pelo seu temperamento, pelo seu caráter, pela sua vida, uma das figuras mais interessantes e mais populares do Segundo Reinado. Esse liberal histórico na sessão de 1843 era, como posteriormente o seria Teófilo Ottôni, um homem do passado, que evoca tempos idos, tanto pelo seu espírito quanto pela sua língua, pelas suas maneiras e pelo seu raciocínio. Reunia em si sentimentos tão diversos como o refinamento aristocrático e o espírito de igualdade. Em fina análise psicológica, escreve Nabuco que Rebouças representava a população mulata, e branco, pela sua inteligência, pela sua intuição jurídica que só podia ser comparada a de Teixeira de Freitas ou a de Nabuco de Araujo, sentia-se o protetor natural da raça inferior de que também lhe corria o sangue nas veias. Rebouças é uma figura especialmente simpática que se impõe à Câmara, é o advogado que não se formou mas que era o primeiro dos jurisconsultos.

Há também em Nabuco lutas descritas, duelos oratórios que fazem de *Um Estadista do Império* o livro da história da eloquência parlamentar no Brasil. Lembra êle o primeiro encontro na Câmara de Maciel Monteiro com Ferraz, encontro do orador «dandy» com o jovem lutador, ainda nos seus primeiros ímpetos

de combate, cheio de entusiasmo, agressivo, desigual e violento. E sôbre a definição de patriotismo lutam até que se partem as espadas. Minucioso, Nabuco lembra as anedotas da vida parlamentar, os escândalos provocados pela frase que ficou célebre, como o aparte de Carneiro da Cunha a Peixoto de Brito a definição da maioria dada por Galvão. «Não sei, dizia êste, o que é maioria. Financeiramente falando é uma página do orçamento com duas colunas, em uma a quantia arrecadada, em outra a quantia por arrecadar».

Ao narrar os episódios principais da luta da Praia, esboça Nabuco o retrato do visconde de Albuquerque como sendo a tradição de honestidade, o espirito de justiça, a boa fé, a energia, a lealdade. Interessante personagem êsse fidalgo da antiga aristocracia pernambucana, que tinha espirito republicano de 1831 e valia como sendo uma combinação de Feijó com os Cavalcanti.

Na Câmara de 1850, descreve Nabuco a nova geração que toma posse, ficando ainda dominante a figura de Olinda, com a personalidade, individualidade de quem sempre teve idéias suas, sentimentos próprios e é pessoa que não quer transigir, conservando ainda o orgulho pelo papel desempenhado durante a Regência. Ao mesmo tempo, sente-se, como Rebouças, um homem pertencente à outra época, nada tendo de comum com os jovens deputados da nova geração, subsiste como uma reminiscência. Comparando Olinda com Monte Alegre, mostra Nabuco a superioridade do primeiro; mas diz de Monte Alegre ser o homem agradável e insinuante, que sabia julgar fatos e apreciar homens com a displicência que teria num salão ou numa casa de jôgo. Mas a grande qualidade dêsse politico era o bom senso, o bom senso popular, que nêle supria o conhecimento dos livros e a inteligência profunda. Continuando os paralelos que põem em relêvo os caracteres pelo contraste, opõe Eusébio e Nabuco de Araújo. Numerosos pontos comuns havia entre ambos, a mentalidade superior, o espirito conservador, a mesma especialidade, a segurança na técnica administrativa. Mas Eusébio era o realista puro, o homem dos fatos, da experiência, era o lider do partido, o chefe que conhecia a política e os politicos, tendo grande energia, sabendo fazer a seleção, de cada um retirando o que tinha de mais proveitoso. A sua ação era essencialmente exterior, atendia aos pequenos interesses pessoais, locais. Ao contrário disto era o conselheiro Nabuco de Araújo. Era um homem de intensa vida interior; um estadista prêso às idéias, aos principios gerais, foi um pensador, um criador de grandes planos, um reformador intelectual. A tensão constante do pensamento veio atrofiar nêle a capacidade para enfrentar as competições pessoais, o ânimo para a luta politica, a preocupação de chegar, com tudo que fazia, ao

poder. Baseado nesta distinção psicológica é que Nabuco explica o destino diferente que tiveram os dois estadistas que foram ambos grandes ministros da justiça e reformadores, técnicos e homens com idéias novas, qualidades essas que levam Nabuco, habituado a ver mais longe, à chefia do partido liberal, e Eusébio que teve de manter coeso o partido conservador, a se manter apegado aos interesses desse partido «como um general que se concentra e se entrincheira à medida que perde terreno».

Quando o conselheiro Nabuco de Araujo profere o seu famoso discurso da «ponte de ouro» está na altura de lhe responder Wanderley, «o talento mais arguto, a frase mais suave, a voz mais simpática», a inteligência mais sutil. É um homem que nada tem de comum com Nabuco de Araujo. Joaquim Nabuco em rápidos traços faz o paralelo entre ambos. Um, mundano, espirituoso, homem que nada conhece dos livros e disso se orgulha; o outro, aquêle diante de quem basta pronunciar um nome para sentir-se nêlo o solitário da biblioteca, o pensador, o conhecedor do que se escreveu e escreve. Podia dizer Wanderley *omnia mea mecum porto* e se chegasse a ter lido Anatole France acrescentaria que «os que leem muitos livros são como comedores de haschish. Vivem dentro do sonho. O veneno sutil que lhes penetra nos cérebros os torna insensíveis ao mundo real e escravizam-se a fantasmas terríveis ou encantadores». Nabuco era o homem do *In angello cum libello*. E, com Montaigne, êle diria que os livros são «la meilleure munition que j'ays trouvé à cet humain voyage». Não interessavam a Wanderley as teorias e as doutrinas e o que importava para êle era a experiência e o sucesso. Se quiséssemos apontar mais paralelos, compararíamos o antagonismo Olinda-Monte Alegre e o conflito Nabuco-Wanderley. Nabuco e Olinda pertencem à corrente tradicional dos estadistas de gabinete. Wanderley e Monte Alegre são os homens dos salões e do bom senso.

Continuando aliás os paralelos, Nabuco põe no mesmo plano Olinda e Paraná, e comparando-os pela aproximação que faz entre os dois, segue a maneira de Plutarco. Parece que nesta aproximação ou contraposição contínua, Nabuco deduziu maneira de aferir valores a qual se vê que os escritores brasileiros repetem. Êle diz: Paraná também era um conhecedor de homens, um discípulo do bom senso e isso também importa numa comparação. Numerosas, diz êle, eram as qualidades de Paraná, muitas vêzes, mais políticas do que morais: eis a comparação, desta vez, das qualidades do mesmo homem. Finalmente, um sistema de comparações era o país, era uma real visão do país. Também Paraná era um dos raros homens que não ambicionavam o poder, se êle pudesse melhor realizar a sua missão fora do ministério. Um dos

raros homens, comparação com a generalidade. Paraná tinha sobre Olinda a vantagem de ser um espírito aberto às reformas. A vantagem de ser, outra comparação entre vultos nacionais.

Em Limpo de Abreu, aponta Nabuco o ceticismo crescente, a indiferença, o caráter apenas contemplativo do observador de homens, do espectador dos partidos: uma qualidade para um homem se manter com afinidades com o meio político. Na figura de Pedreira, vê o autor os traços do espírito criador, do reformador nato, cujo ideal seria uma posição de administrador com poderes amplos ou de um consultor geral do governo: relacionado estava o homem com o meio que lhe dificultava o que ele queria. Conta-nos Nabuco como vivia este homem sempre apressado, que gostava todavia de retirar-se para trabalhar num escaler, no silêncio da baía.

De Paranhos, caracteriza em algumas palavras a eloquência, com sua força de argumentação, sua forma simples, sua linguagem correta e aprimorada, sua clareza natural mas compara as qualidades do mesmo homem para dizer que não era um chefe político, era um homem de gabinete. Rio Branco impôs aos diversos governos sucessivos pelo seu trabalho e pelo talento, pela especialidade e pela confiança; ao lado d'ele Wanderley era o homem da intuição, da adivinhação, era um tipo moderno de sofista ateniense. Impulsivo e generoso, tinha a capacidade de ajustar as idéias à realidade social: Wanderley era um político que se tinha formado em Le Sage. Eis como Nabuco compara e tempera as qualidades opostas existentes num mesmo homem. A comparação vai assim longe e se torna uma viva imagem.

Joaquim Nabuco, estudando as cartas de Abaeté, revela-nos o seu caráter, mostrando-nos o homem preciso, metuculoso e formalista, mas já vai apontar em Pedreira a generosidade que surge nas próprias cartas. Que contraste! Em Caxias, a cordialidade; em Paranhos, as qualidades de diplomata, a reserva, um certo formalismo. Que sutileza nas comparações, fazendo-se a diferença entre cordialidade e finura, delicadeza, discrição de diplomata...

Mas novas figuras entram na arena política que posteriormente haverão de dominá-la; não causam estranheza porque afluíam com ela: são os presidente de São Paulo e do Rio Grande do Sul, Saraiva e Sinimbú. Saraiva era uma individualidade bem caracterizada, homem de imaginação fértil e intuição profunda. Era um dos nossos mais originaes estadistas. Ao contrário, Sinimbú, discípulo da *étiquette*, com todos os seus preconceitos, era, ao mesmo tempo, um homem pacato e apaixonado.

Nenhuma figura fica desgarrada do meio, mesmo porque Nabuco emprega a palavra imaginação para dizer como as pessoas recompunham a realidade:

Na sessão de 1857, surgem novos vultos. Entre os estreantes, está o orador maranhense Joaquim Gomes de Souza e o advogado baiano Fernandes da Cunha. No primeiro, a universalidade dos conhecimentos. Esse jovem é uma enciclopédia do século XIX, simultaneamente poeta e médico, jurista e matemático. O segundo, que é um original e um misantropo, destaca-se pela agressividade e pelo entusiasmo ardente da mocidade, revelando-se, sobretudo com a Proclamação da República, a que não adere, «o homem mais estoico da nossa política».

Outro quadro em que se tem uma visão ampla do Segundo Império é o que Nabuco nos dá descrevendo a época do gabinete Abaeté-Sales Torres Homem, de 1858. Em Abaeté, mostra um apaixonado observador das questões políticas e assim mesmo vendo as coisas através do prisma de um homem do passado. Sérgio de Macedo, que chegara à presidência de Pernambuco e depois, como diplomata, dirigira a legação brasileira em Londres é um discípulo de Metternich e de Guizot. Nabuco, outro ministro do gabinete de 58, estava em franca indecisão política, passando de conservador para liberal. Todos esses elementos que não se fundiam, que denunciavam origem e natureza diferentes, convergiam nesse ministério dando-lhe o sabor, marcado de incerteza.

Nabuco, depois de descrever os membros do gabinete, refere-se às figuras dominantes do Parlamento para insinuar a estranheza que havia entre ministros e parlamentares. Na realidade, esse gabinete só pode se firmar porque contava com o prestígio de um presidente que era uma tradição política no país, pelo papel que desempenhou nos movimentos liberais, a se inscreverem numa fé de ofício que compreendia também diversos serviços prestados em questões internacionais em que se mede a plenitude da ação dos estadistas de repercussão nacional.

No gabinete Ferraz, Joaquim Nabuco compara Rêgo Barros a Pais Barreto, ambos a comparecer no mesmo govêrno, ambos pertencentes à mesma tradição, mas de gerações diferentes, uma anterior à de Nabuco, a outra, posterior. Velho militar reformado era Sebastião de Rêgo Barros e Nabuco põe-no em contraste com Boa Vista. Esses dois eram irmãos e Rêgo Barros desistira do lugar de chefe político em favor de Boa Vista. Aquêles era um apaixonado e não tinha estabilidade nos interesses e nas opiniões como a tinha Boa Vista que se sentia bem no poder.

Rêgo Barros com a disciplina que lhe vinha do exército, estava mais acostumado a obedecer; mas quando na chefia, «sentia mais a necessidade de mando no posto que lhe tocasse».

De Boa Vista, diz Nabuco que era o *grand seigneur* da província e grande vassalo do Recife. Ao contrário, Rêgo Barros.

não deixava de ser independente, boêmio, sem cortejo, nem séquito, continuando a ser um militar em missão política.

Pais Barreto, embora ligado ao grupo dos Leões do Norte, já se apresenta com feição própria. É um político ambicioso, subordinando-se dificilmente a outrem. Ponhamos, lado a lado, Rêgo Barros e Pais Barreto. O primeiro, muito social, expansivo, aberto; o segundo, ao mesmo tempo acessível e sêco, desconfiado e brusco, Nabuco tenta explicar-nos a diferença profunda existente entre os dois pelas formação de cada um. Rêgo Barros é o aristocrata, senhor de engenho de cultura européia e militar reformado. Pais Barreto é o filho do sertão que quer se tornar chefe de partido fora do seu rincão natal e por isso convicto de que se devia tornar hábil. Boa Vista era a França da Restauração. Pais Barreto representa a nova geração de 1850 e era um político que viu que tinha de se amaneirar aos novos elementos políticos.

Rêgo Barros não era favorecido por uma inteligência excepcional; venceu pelo trabalho. Pais Barreto teria vencido por si só e, se não morresse tão cedo, seria o sucessor de Olinda. Todavia não brilhava nem pela eloquência, nem pela lógica do pensamento. Não tinha grande erudição. O que o destacava era, como a muitos outros políticos do Segundo Reinado, o bom senso, o conhecimento dos homens, da vida real que lhe permitia ter numerosos amigos, dirigindo os correligionários políticos com um modo afetuoso. Era um homem sincero e generoso que poderia ter sido um dos grandes nomes da política brasileira. Decorrido o tempo da geração de Rêgo Barros, Pais Barreto representa uma figura intermediária que vem unir duas épocas políticas, o passado e o presente.

Ora todo êsse grande plano de relações políticas, no qual as coisas são relacionadas umas com as outras, para chegar-se a uma conclusão, vai sendo minudenciado por Joaquim Nabuco.

Ainda em 1860, merece especial referência Martinho Campos e, em três páginas admiráveis, Nabuco apresenta-nos essa figura tão característica — personalidade popular, aparteante de primeira ordem, que por si só «valia uma oposição». Êste homem dominava o Parlamento. Na realidade, não tinha a grande eloquência dos tribunos. Era um homem de conversa original e atraente, sempre ouvido com prazer. Seus discursos, que jamais desciam às questões técnicas, eram a grande distração da Câmara. Sempre com bom humor, evocava incidentes passados, contava a vida dos ministros ou dos parlamentares. Analisava, a todo momento, a situação geral do país. Êsse homem rico de graça no que dizia, distribuía críticas e elogios e seus discursos representavam golpes pessoais que sobremaneira animavam a Câmara que o ouvia interessada. Os dias em que falava Martinho Campos a velha casa, com os represen-

tantes da nação que acudiam para ouvi-lo, era um espetáculo. Enchiam-se as galerias e o próprio Martinho Campos estava consciente de que o seu papel era o de ator. Se fazia ver que sabia o que era a erudição política, as tradições britânicas tão citadas, não cuidava de ser um teórico, um doutrinário mas um homem do momento presente, no seu país, amante da sinceridade, da lealdade, que lutava com ardor defendendo o que seria a honra política. Um moralista. Por excelência, um moralista.

Não dava tanto valor às idéias quanto às boas intenções e, para êle, o respeito à lei era moralidade. Foi um moralista bondoso dominado pelas qualidades de sentimento.

A opposição o fascinava como uma necessidade de estar em contacto com o meio brasileiro. Quando ministro e presidente do Conselho, Martinho Campos, haveria de se sentir um desadaptado ao cargo. E sempre, mesmo como ministro, mantinha o tom do diálogo, passando do discurso à conversa amigável diante do plenário, seduzido, simpático e sorridente, que se alegrava de ouvi-lo.

Êste era um ministro visto em relação ao meio político brasileiro.

Em 1860, ressurge Teófilo Ottôni. Escreve Nabuco que êle não tinha faculdades intelectuais poderosas, nem plasticidade e volubildade de espirito. Estas deficiências de Teófilo Ottôni eram derivados da incapacidade de relacionar-se com o meio brasileiro. Com tais observações, Nabuco vai encaminhando uma história baseada nas comparações do homem com o meio. Na realidade, foi Teófilo Ottôni, antes de tudo, um lançador de idéias e é compreensível que naquela época êle ressurgja como um homem do passado. Passando-se à situação liberal, é Zacarias que toma o poder. Zacarias é essencialmente um competidor em política, mas indiferente às idéias, que procurou mostrar-se como o expositor delas. Zacarias era o homem que procurou consolidar o partido para ter nêle o elemento do domínio político que o imperador cerceou a tempo. O partido para Zacarias era um elemento imprescindível que adotara com a seriedade com que se revestira. Era um homem frio, sem amigos, sem sentimentalismos.

Aludindo à lei de 28 de setembro contra a qual votou Zacarias, esclarece Nabuco que o lider liberal era mais chefe de partido do que estadista: efetivamente recusou a aderir à reforma, que êle próprio defendera, pela única razão de ser ela promovida e executada pelo Partido Conservador. Avesso a tudo que fôsse imaginação, tinha Zacarias a agudez da inteligência áspera. Manteve-se no isolamento, acima dos homens e das influências, tendo

sido por assim dizer o único que como censor viveu no meio político do Segundo Reinado.

Se Paraná era pessoalmente uma «fôrça de atração» política, Zacarias era uma «fôrça de repulsão» aos elementos perturbadores da formação partidária que êle chefiava. «A eletricidade do primeiro era positiva; a do segundo negativa».

Estão aí bem marcadas as relações de Zacarias com o meio político brasileiro, traçadas sôbre o que dêle disse Joaquim Nabuco.

Quadro eclético — é assim que Nabuco nos apresenta a Câmara de 1864 onde se encontram velhas tradições, nomes célebres na Regência e fôrças e talentos novos. Heterogênea, multi-forme é essa Câmara que é por assim dizer a intermediária entre duas épocas, entre duas fases da nossa história política. Dois nomes a dominam de um modo estranho: Teófilo Ottôni e Saraiva. Elementos opostos. Aquêlê foi a impetuosidade; êste as boas maneiras de um chefe democrata. Os dois eram o antagonismo de duas épocas. Mas então encontramos Octaviano com os seus discípulos; Tavares Bastos, José Bonifácio, Pedro Luiz. Discípulos porque Otaviano era um ático, um espírito acadêmico de grego. E ainda presente Martinho Campos. Mas os homens e os partidos procuram novos rumos. Numerosos são os conservadores que ainda se destacam; mas isto pelas qualidades pessoais. Lá estão Dantas e Pinto Lima, Feitosa e Silveira Lobo. Também vemos o grupo de literatos com Joaquim Manuel de Macedo e com Bittencourt Sampaio. A Câmara parece uma enciclopédia histórica. A nova geração substitui a velha tradição. É a metamorfose do espírito político do Império que se opera nessa Câmara de 1864.

Já se sente a cisão entre o elemento histórico e os moderados que deveria se consumir com o voto de 29 de agosto que determinaria a queda do gabinete Zacarias, jungido ao homem que representava o momento, isto é, José Bonifácio, o poderoso orador que fascinava o auditório pela sua poesia, pela sua imaginação, mas descairia para o desequilíbrio que há entre a poesia, a ficção e a política, a lógica, as questões técnicas. Escreve Nabuco de José Bonifácio: «O encanto de sua pessoa, a beleza de sua vida, sua renúncia de tudo, a dignidade e a nobreza do seu caráter, suas simpatias liberais, a originalidade dos seus motivos fazem de José Bonifácio uma figura singular em nossa política». É uma espécie de Lohengrin que aparece e tem de se retirar com o encanto de sua personalidade uma vez revelada.

Surge o gabinete Furtado. Presidente da Câmara, mas sem prática alguma dos negócios públicos, Furtado foi um governante simpático pela sua moderação, pelo seu bom senso. E com alguns

adjetivos precisos, Joaquim Nabuco esboça uma silhueta que faz adivinhar o retrato.

Como esgueirou-se Furtado no ministério, Nabuco o aponta de esquelha!

Está aí o homem relacionado com a política interna. Mas a política interna dá origem à outra ascensão. Efetivamente, Saraiva, em sua missão no Prata, revela-nos aspectos que convém assinalar. A sua atuação diplomática mostra-nos o homem enérgico, estadista, diplomata inteligente e fino que sabe vencer, que entretanto não sabe aproveitar-se da vitória. Satisfeito com o primeiro êxito não gostava de continuar a luta. Estadistas cujos retratos vão receber os últimos retoques no que foram na guerra do Prata são Rio Branco e Cotegeipe. Na verdade, nas dificuldades da política do Prata é que Paranhos revela gênio e Cotegeipe astúcia sem par.

Na formação do gabinete Olinda, Nabuco faz referência a novas personalidades que começam a se destacar no mundo político, fazendo parte da Liga. Esta é a ocasião em que acha de fazer o paralelo entre Saldanha Marinho e Silveira Lobo. O primeiro êle mostra como vinha da imprensa com a despreocupação e sutil descrição do político jovial e comunicativo própria da gente de boa camaradagem afeita a distribuir notícias acêrca da política. Tinha grande popularidade e devia então fazer nome de administrador. Ao contrário disto era Silveira Lobo, um ator que queria mostrar-se severo, sendo todavia um homem sincero e generoso. Ambos, em última análise, republicanos; mas ainda estadistas do Império.

Época de transição representa o ministério Olinda, como vemos já na divergência de caracteres políticos manifesta entre o marquês e Nabuco. A inteligência e a experiência de Olinda era o freio para não haver um choque entre todos que se entendiam e se acomodavam uns com os outros. Mas êsse velho chefe político não podia ser todavia o elemento positivo, o elemento construtor no govêrno. De modo que, em quase todos os gabinetes que Olinda presidiu, houve dois «presidentes» do Conselho: Nabuco e o marquês. Olinda representava outros tempos, tinha outras concepções. Nabuco e Olinda, cada um dêles tinha maneira especial de compreender. Mas as divergências que realmente havia cada vez mais se aclaravam e não podia ser mantido o entendimento que os aproximava não obstante o que o imperador fizesse para mantê-lo. Podíamos imaginar um quadro de família em que pai e filho já falam linguas diferentes não mais se encontrando embora houvesse entre êles respeito mútuo. Havia de fato incomunicabilidade entre as duas gerações tão afastadas uma da outra pelo tempo que se interpunha.

Depois do longo capítulo dedicado à lei de 28 de setembro e ao terceiro gabinete Zacarias, procura Nabuco dar-nos a descrição da evolução do líder liberal até 1868. Analisa a eloquência de Zacarias comparando-a a Martinho Campos e a Cristiano Ottôni. Era um momento grave na luta entre moderados e históricos. Zacarias vê-se atacado pela oposição radical. «O seu talento de orador parlamentar, emancipando-se com a idade e a experiência, e impondo-se com o prestígio da posição, tinha-se tornado incomparável. Não era, como o de Martinho Campos, uma capacidade ilimitada de incomodar e aborrecer o adversário, era uma espécie de pugilato científico». Combatendo para fazer vítimas exangues, a sua força estava nos golpes pessoais. Não se preocupava com as idéias. No campo oposto, queria resistir-lhe Cristiano Ottôni, que também era um orador dos mais eloquentes. Nabuco compara as armas, o ânimo com que combatiam. Ottôni é um soldado com armas velhas, com pesada espada, não tendo a agilidade, a mobilidade de Zacarias, que a Nabuco se lhe afigurou um cirurgião frustrado dominado pelo gosto da dissecação. Tinha prazer em «revolver as vísceras para procurar o tumor oculto». Muitas vezes, esquecia que era sobre seres vivos que praticava a autópsia.

Entre os oradores brasileiros do Império, destacam-se pouco mais de seis: Nabuco de Araujo, Rio Branco, José Bonifácio, Cotegipe, Silveira Martins, Fernandes da Cunha, Zacarias. Nenhum todavia tem a audácia, o vigor, o ímpeto e o calor de Zacarias. Nabuco dominava pelas imagens que lançava e que ficavam vivas para sempre. Os discursos de Fernandes da Cunha parecem hoje uma expressão fenecida. Como poder verbal, como força invencível no seu terreno restrito e limitado da política brasileira e no domínio especial das questões pessoais ainda se faz inteligível Zacarias. Seria talvez interessante compará-lo a Nabuco de Araujo ou José Bonifácio, paralelo que não está feito no *Estadista do Império*.

Terminadas as questões do Prata, desejava o imperador apressar a votação das leis abolicionistas. Chamou pois ao poder São Vicente de quem Nabuco bosqueja o caráter, mostrando Nabuco porque este publicista não podia realizar a reforma que projetara. Ele era essencialmente um estudioso, um diplomata, um estadista de gabinete. Não tinha prática do poder, nem dele gostava. Não haveria de resistir à pressão dos parlamentares. Começava a época das grandes reformas. O ano de 1870 parece cortar o longo reinado de D. Pedro II. Com São Vicente começava novo ciclo.

A nova fase inicia-se com o aparecimento do partido republicano e parece coincidir com a entrada na arena política de um

dos nossos maiores oradores, Gaspar Silveira Martins, cuja miniatura se destaca só podendo ser comparada à de Martinho Campos, de José Bonifácio, de Rio Branco e Zacarias.

Silveira Martins era o gigante gaúcho. Uma figura rústica que fica na história como as gravuras a representarem os primitivos, revestidos com as suas armaduras a parecerem ter sido úteis na época em que viveram. Em Silveira Martins, tudo era grande, forte, poderoso. Era um homem novo. Tinha de fato cultura para se opor aos nomes tradicionais e com eles rivalizava. Juiz, literato, político, era uma expressão da natureza que amedronta. Era «um conquistador bárbaro ditando a lei à civilização decrépita, indefesa em sua tranqüilidade imemorial». Esse homem que fisicamente devia se parecer com Moisés, lembrava Gambetta falando aos jovens nos cafés do Quartier Latin. Caber-lhe-ia exercer a ditadura da eloquência, entre os moços e os exaltados. Era o porta-voz de novas idéias. Foi o primeiro a falar em nome de um direito desconhecido e negado até então — o direito do povo. Em toda parte, impõe-se pela novidade de temperamento. Único, possante, espontâneo, irresistível como a tempestade ou o ciclone e com a projeção dos elementos naturais. Encontramo-lo nas redações dos jornais, nas confeitarias da rua do Ouvidor, nas rodas de amigos, nos meios políticos, nos corredores da Câmara e depois no Ministério, sempre violento e sempre generoso e por isso contraditório. Parecendo um terremoto que abalava os alicerces das próprias instituições foi, até certo ponto, a esperança da política tradicional. Do mesmo modo que o gaúcho respira nas planícies sem fim dos pampas, necessitava Silveira Martins dos descampados para as manobras de luta nos entreveros políticos. Figura desconhecida, vinha dos meios simples que são os pegos do sul, com a feição primitiva de um profeta em plena Câmara, parecendo um Sansão do Império. Durante longos anos, encarnaria Silveira Martins o sentimento democrático, a aspiração republicana, a vontade popular, embora depois se tornasse conservador, desiludido do que tinha sido e talvez tendo refletido no que fôra por temperamento. Ele moldara-se à política.

Mas o seu verdadeiro papel, inscrito na história, é o de tribuno como Danton com o qual tem semelhança. Idolo das multidões, arrebatava massas populares. Foi o remoto propulsor da revolução que depois procuraria reter no impulso com que ela se desfechou cega. Joaquim Nabuco quis apurar a responsabilidade de Silveira Martins diante da anarquia que se estabeleceu em política. Mas numa sociedade sólidamente constituída, Silveira Martins não lhe poderia ter sacudido os pilares. Alguns anos empunharia Silveira Martins o ceptro do maior orador da

Câmara. Mas, no Ministério, sem se conformar com um papel secundário de gabinete de transição, não era um estadista para assumir atitude dominante. O que perdera entrando no gabinete, quis recuperar saindo d'êlê. Chefe do grupo radical, sentia-se melhor, como Zacarias e Martinho Campos, na opposição do que no poder. Levantava-se com seus partidários, contra os liberais. Mas viria Davi que combateria Golias. Era um jovem estreante que se mostrou capaz de derrubar Silveira Martins, e, no mesmo dia, de ainda abalar José Bonifácio. Rui Barbosa é que defenderia o Ministério contra o ministro demissionário, iconoclasta destruidor dos que locupletaram o posto em que êle não se mantivera. A Câmara estava ansiosa para assistir o combate, com o instinto de ver um embate com elementos rudes. Os jornais tinham anunciado o que aconteceria. Silveira Martins descarregaria tôda a sua eloquência maciça e violenta contra o gabinete. Rui respondeu enérgico, mostrando que a posição de Silveira Martins como ministro da Fazenda demissionário era insustentável «ante as leis da decência parlamentar, como ante os princípios mais triviaes do dever comum». A ferida estava aberta no corpo do inimigo. — «Não recebo lições» responde Silveira Martins. Naquele dia foi em vão que Silveira Martins procurou desviar a luta do terreno pessoal. Choveram sôbre êle os apartes e já sentia não dominar mais a situação.

— «Há muito que já morri!» exclama Silveira Martins.

— «Apoiado: e foi para a vala desconhecida», aparteava José Mariano.

Rui vence e com êle inicia-se novo período na história da eloquência parlamentar brasileira.

Rio Branco foi principalmente tôda a erudição e tôda a superioridade com que tratou da questão do Prata. Cotegipe foi quem, Nabuco, num paralelo magnífico compara a Tejedor para ainda apontar a superioridade de Rio Branco. Cotegipe e Tejedor eram homens impacientes, impulsivos, precipitados. Rio Branco, ao contrário, era essencialmente calmo e lúcido, «flexível mas persistente; conciliatório mas sabendo o que queria; suscetível mas sem perder de vista o interêsse nacional; capaz de retrair-se, mas sem recuar uma linha. É a superioridade de Rio Branco que lhe dá a vitória final, isto é a realização do seu desideratum, do desideratum conservador de 1865, — reduzir os limites argentinos do artigo 16 do tratado Mitre-Otaviano à linha do Pilcomaio».

Depois de nos ter revelado a figura de Rio Branco na questão argentina, resume Joaquim Nabuco a solução final do conflito, aludindo à atuação de Cotegipe e de Nabuco de Araujo. Dêste

último, conhecemos a infância passada até os três anos na Bahia e depois no Pará. É da Bahia que Nabuco trouxe aquela comunicabilidade e aquela flexibilidade característica dos estadistas baianos. Sobremaneira interessante é a comparação que então faz Joaquim Nabuco entre políticos baianos e pernambucanos. Nabuco de Araujo «terá em sua carreira política, ainda que profundamente modificada, uma forte caracterização baiana. Os estadistas baianos possuíam em grau superior a todos os outros a adaptação pronta, a flexibilidade pessoal, que constitui o temperamento político. Até o fim será essa a disposição íntima de Nabuco. Apesar de obedecer também a outra ordem de impulsos de independência e de afirmação individual, por causa do meio pernambucano em que se formou e das qualidades de iniciativa e de originalidade que possuía, no todo êle pertence, pelo equilíbrio do seu espírito tanto quanto pelas suas origens, a grande plêiade da Bahia».

Opôs assim Joaquim Nabuco à atitude política dos baianos, homens moderados com certa plasticidade política, aquela dos pernambucanos, homens de iniciativa mais fervorosos e apaixonados.

VII. A QUESTÃO INGLESA E O PANAMERICANISMO

A vida de Joaquim Nabuco teve uma pausa para êle refletir sobre as questões políticas sendo então levado até as questões religiosas. O sentido em que se desenvolve o livro *Minha Formação* dá bem idéia disso. Foi um livro escrito à margem de sua vocação de escritor de livros, vocação em que despertou com a obra *Camões e os Lusíadas*, editado em 1872, logo um livro escrito aos vinte e poucos anos.

Depois disso interessou-o o panfleto. Mas a obra de tomo só viria mais tarde, depois da ação política que êle teve e é *O Estadista do Império*. Daí em diante é que êle adquiriu o pendor para escrever livros sendo que *A intervenção estrangeira durante a Revolta e Balmaceda*, embora sejam escritos que visem o momento político como acontece com o panfleto, já são entretanto livros, um pelo assunto histórico escolhido para a explanação e o outro pela discussão jurídica de um incidente de importância internacional ocorrido entre o Brasil e Portugal.

Joaquim Nabuco ainda publicou *O Direito do Brasil*, aliás arrazoado jurídico por êle apresentado como advogado brasileiro na questão da Guiana Inglesa.

Esse livro já representa a volta de Joaquim Nabuco à vida pública. Êle já significa o encerramento daquela pausa em

que o homem refletindo a respeito da feição que tomara a sua consciência veio dar a definição do seu modo de ser, isto é, aquilo a que chamou «a sua formação».

Na política interna do país não houve mais lugar para os homens do Império. Mas, na política externa em que o sentido é o patriotismo e em que as questões requerem conhecimentos especializados, tiveram eles grande projeção nos primeiros anos da República.

Primeiro surgiu Rio Branco; e depois Nabuco. Rui logo se tinha feito republicano.

A Rio Branco de fato coube a questão de limites com a Guiana francesa: a Nabuco então veio a caber a questão da Guiana inglesa. Desde logo se diga: questões diferentes pela significação dos contendores.

De fato, essas três Guianas — francesa, inglesa e holandesa, — vieram a ser o último resquício histórico da ambição que tiveram as três nações européias envolvidas na história do Oceano Atlântico além de Portugal e Espanha que formaram os povos sul-americanos: quero me referir à França, à Holanda e à Inglaterra.

Efetivamente depois de em vão tentarem ficar nas costas principalmente do Brasil, ocuparam as Guianas que representam uma proteção natural do sistema de serras que se seguem — Tumucumaque e Acaraí —, e que os protege contra a parte central da América do Sul; isto é, o Brasil.

Doutro lado, a posição das Guianas sobre o mar que lhes facilita a relação com a Europa, faz que se possa afirmar serem o último reduto, talvez o esconderijo ou suporte em que pensem ou pensassem em ficarem escondendo e fortificando as suas ambições sobre a América do Sul, e, pela comunhão de fronteiras, sobre o Brasil.

Essas as posições em que as três nações européias se conservaram como que em uma posição de recuo.

Se a Holanda e a França tiveram de deixar de lado a política de se projetarem na América do Sul, isto já não aconteceu com a Inglaterra.

Essa aspiração expansionista por parte da França, quando Rio Branco a venceu na questão de fronteiras com o Brasil já era como que uma questão do passado. Ora isso não se dava com a Inglaterra, antagonista contra quem Joaquim Nabuco se apresentou advogando o direito do Brasil.

Naquela época, a Inglaterra, o povo inglês, o Império Britânico, era o grande poder político universal. O árbitro que decidiu na causa foi o rei da Itália, de fato em situação política muito

subordinada em face da Inglaterra querer firmar a sua situação no Mediterrâneo, então o caminho para o Oriente.

Uma questão de limites com a França; outra com a Inglaterra. E as duas tiveram que surgir nos dois lados onde havia caminho aberto para se moverem as populações daquela região interceptada no fundo pelas serras de Tumucumaque e Acaraí. O deslocamento dos habitantes da região por aquêles dois lados é que daria origem às questões de posse do território principalmente quando o argumento seria a ocupação. Por aquêles pontos certamente é que se lançaram elementos para que se discutisse a passagem dêles em tempo que o princípio assente no direito às terras sul-americanas era o do *uti possidetis*: o direito da posse de quem primeiro ocupou o solo.

A questão teve três fases. A primeira é aquela em que Nabuco fundamentou o direito do Brasil. Não entra ainda no exame da pretensão inglesa ao território, então em litígio, o que faria depois no segundo Memorial.

Porém é a parte do historiador. É um livro de história.

É que havia um passado histórico a firmar direitos e que como que deixavam de lado; é uma questão pendente datada de muito depois, de 1840, mas a depender do que a história revelasse. Daí a primeira memória de Nabuco.

A demonstração principal dêste livro será que em 1840, quando primeiro a Inglaterra adotou a pretensão à fronteira do Cotingo e Tacutu, isto é, quando o conflito foi suscitado, tais territórios pertenciam ao Brasil desde o século anterior. A invasão dos direitos do Brasil pelo empreendimento de Schomburgk seguida da ocupação inglesa do Pirara não entra no plano desta primeira Memória. Como êsses fatos foram de iniciativa inglesa e obedeceram a uma política da qual por enquanto não conhecemos tôdas as razões. É preferível que a primeira exposição dêles seja feita pela parte contrária que os conhece melhor. (*O Direito do Brasil*, pág. I).

Nisso tudo uma iniciativa da Inglaterra que faz «sua a idéia de Schomburgk», um naturalista interessado na região para estudos de botânica e que resolve levantar a questão da expansão da Inglaterra na região.

A precedência do Brasil naquelas paragens é um desenvolvimento natural que foi tendo a sua penetração no território da bacia do Amazonas. Nabuco, como historiador desta penetração, se tornou geógrafo meticoloso e a geografia e a história então se entrelaçam nesse capítulo que Nabuco escreveu pode-se dizer que acêrca da geografia humana.

A pena do historiador corre logo a dizer do norte do Brasil, a examinar os princípios que foram dando direito à terra. Primeiro, o *princípio dos descobrimentos* independentemente do Tratado de Tordesilhas.

Essa mutação de uns princípios nos outros tem razão na maneira da humanidade ir se espalhando na terra: muda de feição o direito do homem à terra.

Quem descobriu a parte norte do Brasil foi João Vicente Yanez em 1501, mas «a princípio nem uma nem outra parte se ocuparam do extremo norte do Brasil».

Em 1532, com a divisão do Brasil em capitanias, coube a de Maranhão a João de Barros. Diz Nabuco: «é duvidoso até onde se estenda». Esta incerteza é que foi favorável ao Brasil, não se apurando de quem as terras, se da Espanha ou se de Portugal. Foi presunção, e presunção apenas que a capitania de João de Barros compreendia o Amazonas.

A questão local, o intuito de posse das terras, a expansão dos povos, o caso da geografia humana aflorou logo quando os franceses tentaram fundar a França Antártica no Rio de Janeiro e são expulsos «com o concurso dos diversos estabelecimentos» como Bahia, São Vicente, Espírito Santo, São Paulo, o que, aponta Nabuco, «provava já um começo de Nacionalidade».

O grande panorama rasga-se aos olhos do historiador.

É êle a lembrar que «os estabelecimentos portugueses da costa podiam nessa época ser comparados aos ninhos que os pequenos pássaros conseguem construir à força de indústria, tempo e privação e sobre os quais descem de repente as aves de rapina. Tôda ela estava aberta aos corsários». E cita Cavendish, em Santos; James Lancaster em Recife. «E Southey pretende que se Raleigh não tivesse desviado a atenção de iguais aventureiros para o imaginário El Dorado, êles teriam caído todos sobre as demais povoações da costa do Brasil». (*O Direito do Brasil*, pág. 5).

A linguagem citada, as imagens literárias empregadas, os fatos são expressivos.

A questão francesa na América, Nabuco se refere a ela em termos diferentes. Explica mais a questão política do que aviva, como na questão inglesa, o sentido de rapinagem no que faziam.

Insiste êle no espírito de nacionalidade já formado para reagir contra os franceses que pretendem apoderar-se do norte do Brasil. «Isto viu-se bem por ocasião da segunda tentativa dos franceses de se estabelecerem no Brasil, desta vez no Maranhão. O empreendimento francês, com as idas e vindas entre a França e o atual Maranhão começa com Riffault em 1594 e termina com

La Ravardière em 1612. Henrique IV e Maria de Medicis prestaram benévolo apoio a êsse plano de criar no Brasil uma nova França, que desta vez se chamaria *Equinoxial*». (*O Direito do Brasil*, pág. 6).

A reação é daquelas em que o espírito de nacionalidade já se revelava. Nabuco não deixaria de buscar no caso o grande fundamento da posse do território. Isso era mundo seu. Êste espírito de nacionalidade é que se expandiu. Penetrou no Amazonas. E com a história da penetração nesse rio, Nabuco ia chegar a questão de limites que patrocinou.

* * *

Uma pretensão inglesa à religião limitada pelo rio Rupuni e serra Paracaima, mas a se estender aos rios Cotingo e Tacutu, linha esta mais avançada sobre o Brasil, porém linha que mudando os limites entre nosso país e a Guiana Inglesa, fazia os ingleses passarem da bacia, de um afluente que corre para o Essequibo, rio interno da Guiana, para o Tacutu e Cotingo, dois rios que seguiam para o rio Branco e são formados dêsse rio, que, a confluir com o rio Negro, afluente do Amazonas, leva à bacia do grande rio brasileiro. Mais do que adquirir uma faixa de terra, essa pretensão fazia pular de uma bacia, que era da Guiana, para outra muito mais importante, como a do Amazonas. Pelo menos, já era devassar, instalar-se em algum ponto dessa grande bacia fluvial sul-americana e dali talvez influiriam na geografia humana os ingleses!

Uma sedução para a Inglaterra era essa mudança de fronteiras, apreciada e debatida com o Brasil.

Um alemão cientista vem meter-se no caso para dar idéia de desinterêsse e de que a verificação de um sábio reconhecia *in loco* os verdadeiros limites entre o Brasil e a Guiana Inglesa. A Inglaterra fez com que esta questão surgisse diante dela e lhe fôsse apresentada por um desinteressado, um estrangeiro, um cientista de nacionalidade alemã, que lhe abria os olhos e surpreende a todos começando a falar, por conta própria, da posse da região.

Foi Schomburgk que preparou a questão: por enquanto é melhor dizer — aventou!

Mas através de dúvidas, de incertezas, de suposições, fez êle o que de fato tinha de fazer. Tudo leva a pressupor que a posse dessa região pela Inglaterra já era uma idéia em marcha a procura de terreno firme, de provas que estavam sendo catadas, questão essa de posse da região em que Schomburgk entrou para fazer estudos de naturalista.

Na segunda Memória que Nabuco escreveu para defender os direitos do Brasil, há no volume I^o, essas datas:

1835-1836: Schomburgk «reconhece o direito do Brasil», quando estuda os documentos dessa data.

1837-1838: Êle, embora reconheça que, a leste, a linha de divisão de águas, que descem para o Rupuni, seja o limite entre as regiões fronteiriças, chega a um ponto em que é difícil demarcar o limite que fica então confuso, e pensa em criar em torno do Pirara um caso a negociar, uma extensão cuja posse está para decidir.

1839-1842: Já se pode esboçar claramente a pretensão inglesa. Já lhe tinham aberto o caminho e traçado no mapa os limites almejados pela Inglaterra: seria o rio Rupuni.

Da procura de um direito à tentativa de negociar uma aquisição territorial escapula-se de uma questão de direito para coisa muito diferente. Ê que havia nisto tudo uma questão preconcebida e que faz Nabuco dizer: «obedeceram a uma política da qual por enquanto não conhecemos tôdas as razões»...

A advertência de Nabuco no caso é que a primeira exposição dos fatos (sim, dos fundamentos do direito brasileiro) «seja feita pela parte contrária, isto é, pelo Brasil, que os conhece melhor».

Sistematizou a questão e escreveu o livro substancial uma vez que a parte contrária, — a inglesa — não conhecia a história. E assim é que êle historiou:

A posse do Amazonas;

A posse e domínio do rio Negro;

A posse e domínio do rio Branco;

A posse e domínio do Território contestado.

A conclusão é que em 1840 quando rompeu pela primeira vez o conflito entre Inglaterra e Brasil a respeito da posse da região, o território já era do Brasil. Em 1842, o acôrdo provisório para neutralização do território não tinha sido solução definitivo.

Schomburgk a destruir «mesmo os marcos de posse» quando entrou naquela região e «na qualidade de comissário», a abrir, «em diversas árvores na margem direita do Tacutu (onde queriam chegar os ingleses) e nas bôcas do Pirara, do Mahú e do Cotingo, inscrições de posse e de limites, em nome da rainha» não era um direito, era uma violência.

* * *

A atitude inglesa na questão de fronteira da Guiana não se tem mais o que dizer a respeito dela.

A questão toma entretanto outro aspecto com o que passou como sendo um desagravo a Nabuco. Êle derrotado, êle é que vai ser distinguido. Vai ser o nome posto em foco.

No dia seguinte à derrota, são os Estados Unidos a recebê-lo como *persona grata*, a elevar logo a representação diplomática do Brasil, e isto, sem outro motivo, na ocasião, que não fôra receber com significativo acolhimento a pessoa de Nabuco embaixador.

Dava-se de fato muita atenção a ela na política internacional americana. E por que isso? Para um desagravo pessoal. Era em atenção para com uma pessoa que se mostrava essa intenção de acolhimento naquela hora de lide ingrata.

A atitude de Washington, o ato do governo americano em imediatamente receber Nabuco como embaixador do Brasil foi a resposta dos Estados Unidos à maneira da Inglaterra proceder na América. Era a advertência como que dizendo: a América para os americanos! Uma confirmação oportuna da doutrina de Monroe. Era a palavra de alerta, logo lançada, e a mostrar qual o senso da política americana. Era a América a se definir com a expressão política que passou a ter: um todo independente da Europa, e em que a Europa não devia tocar.

A importância dessa resposta é que talvez fizera a Inglaterra reconsiderar a sua pretensão vendo que a política do mundo não era aquela só, e na hora de executar a sentença dada por um juiz dependente, ela julgou de boa procedência recuar um pouco e dar assim uma satisfação. Era dizer que não mais seria imprudente na sua ambição.

Mas essa era a questão que continuaria e Nabuco sentiu nela a consistência da política americana formulada pelos Estados Unidos. Viu-se apoiado por ela em ocasião dramática, em que sofreu o maior revês em sua vida pública, e em ocasião que atravessava o período mais delicado: monarquista servia à República. Servindo a República, precisava se impor aos republicanos antagonista que era dêles. Servindo em um regime adverso a êle era preciso vencer uma vez que Rio Branco atingira a um estrondoso êxito. Era pois essa gente tradicional, uma tradição que precisava êle salvar.

O panamericanismo surgindo-lhe a propósito no caminho, Rio Branco que tinha grandes responsabilidades na questão por estar à frente da política internacional, viu que só havia uma direção a tomar: era converter uma derrota numa questão política internacional em que todos acreditariam. Pode-se dizer que mesmo para Rio Branco, que rápido procura levantar o ânimo de Nabuco, foi êsse o momento de tomar a sério o lema político americano, e opô-lo imediatamente à exorbitância, ao discrecionalismo da política européia, mesmo porque a derrota fora um choque nacional que era preciso frustrar. Para o Brasil foi o momento do país se engajar conscientemente e de trazer, à consciência nacional,

a política americana. E, para Nabuco, rasgava-se o véu, descobrindo-se uma nova visão política, uma nova expressão que ia tomando a história do mundo com a formação das nações americanas e em que confiou com uma convicção, mesmo até com um apêgo todo pessoal pelo que o panamericanismo então representava na vida de Nabuco por ocasião do desfecho da questão da Guiana Inglesa.

Nabuco nunca pensara em perder a causa que advogou julgando que ninguém teria coragem de proceder desprezando as razões por êle apresentadas. Tinha uma espécie de entusiasmo por elas. Sentia como que se elas saíssem do passado para lhe darem razão plena à luz do sol. Tudo para êle ficara claro e nesse sentido chegou a conversar com um dos seus auxiliares. Mas outro ponto a referir é a confiança, o espirito de superioridade que pensava em avistar na Europa.

Teve Nabuco na sua mocidade constante fascínio pelo mundo político europeu e a sua constante evocação tinha sido os nomes de Pitt, Fox, Palmerston. Quando escreveu o livro *O Abolicionismo* ainda corre atrás da opinião dos estadistas da Europa como se viesse dêles o grande conceito, o acêrto a respeito da causa dos escravos.

Mas do momento em que perdeu para a Inglaterra surge a ocasião em que o envolveram na política americana. Daí em diante o desgosto de Nabuco com a política européia tornou-se na reação, na consciência que êle passou a ter da realidade, deixando do antigo respeito que tinha pela Europa. Um novo mundo político se desvendou a êle. É então que vem sua referência a Lincoln, mas quando já se encontrava nos Estados Unidos e já é acolhido no seio de uma festa sobremaneira nacional em que distinguido da maneira que estava sendo pelos americanos identificados com êle, fôra convidado para no décimo quarto banquete do ano, promovido pelo Lincoln Republican Club, proferir o 12 de fevereiro de 1909 a sua oração.

«Não foi sem muito hesitar que aquiesci a falar ao lado dos homens eminentes escolhidos para vos dirigir a palavra nesta ocasião solene, mas quando me disseram que vinha aqui representar a América Latina compreendi que não podia esquivar-me a êsse apêlo.

A presença neste recinto de uma só nação estrangeira bastaria para indicar que Lincoln pertence ao mundo inteiro. Razões há porém para que as demais nações dêste Continente se sintam mais intimamente associadas a êle, que o resto do mundo, e também para que lhe devam maior gratidão, depois dos Estados Unidos.

Temos fatalmente que formar convosco uma unidade política e moral, e homem nenhum, depois de Washington, fez mais que Lincoln para revigorar o magnete que nos atrai para vós. A liberdade americana, criou-a Washington; Lincoln purificou-a». (in Nabuco, *Discursos e Conferências*, Nova Iorque, tradução de Arthur Bomilcar, pág. 160).

Uma longa vida é uma longa experiência. Nabuco, um europeu transposto para a América, e Nabuco, um americanista, é uma grande transformação que se opera desde aquela meninice embrenhada nos lances impressionantes da eloquência francesa de 1789 até o grande pronunciamento da América em seu favor, transformação completa em que o próprio mundo se modificou e se separa não propriamente por um divórcio do pensamento que se desdobra mas em consequência da humanidade ter-se dividido pelos continentes apartados para que assim se definisse em uma política internacional precisa em que pesa definitivamente o pan-americanismo.

Nabuco é assim levado na corrente dos acontecimentos conservando-se homem de grande expressão, de porte moral e inteligência servida de uma grande imaginação e de imaginação em que sempre percorrem grandes idéias formando harmonioso sistema.

DOCUMENTOS DO ARQUIVO DO 2.^o MARQUÊS DO LAVRADIO, 3.^o VICE-REI DO BRASIL

RELAÇÃO ORGANIZADA
POR
MARCOS CARNEIRO DE MENDONÇA

BRASIL

VICE-REINADO DO MARQUÊS DO LAVRADIO D. LUIZ DE ALMEIDA PORTUGAL

*Relação abreviada dos documentos que pertenceram ao Arquivo
daquella titular*

- 1.^o — Livro de contas correntes dos Rendimentos Reaes da Capitania da Bahia feito por Ordem do Ilm.^o e Exm.^o Senhor Marquez do Lavradio Governador e Capitão General da mesma Capitania e Principiado no Anno de 1769 — (Codice in fólio, com 52 páginas escritas, encadernação marroquim, pastas doiradas).
- 2.^o — Cartas e portarias do Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor D. Luiz de Almeyda, Soares, Portugal, Esa, Alarcam, Sylva, Mascarenhas, Marquez do Lavradio, Vice-Rey e Capitam General do Mar, e Terra do Estado do Brazil expeditas aos Ministros da Releçam dele — Ano de MDCCLXXIV — (Códice in 4.^o Grande, enc. carneira da época).
- 3.^o — Correspondencia original e autografada dirigida pelo Rei D. José I, pelo Secretario de Estado Francisco Xavier de Mendonça Furtado, Martinho de Mello e Castro e Marquês de Pombal ao Marquês de Lavradio, abrangendo

os anos de 1768 e 1772 e versando diversos assuntos de administração do Governo do Brasil. (Volumoso Códice com cartonagem do tempo).

- 4º — Livro de Registo das Cartas dos Generais das diferentes Cap^{nias} do Estado do Brasil, expedidas pela Secretaria do mesmo (Anos 1773-1777, Códice formato 4º enc. carneira da época).
- 5º — Notícias estatísticas da Capitania do Rio de Janeiro organizadas por vários Marechais de Campo, por ordem do Vice-Rei, Marquês do Lavradio.
- 6º — 10 cartas originaes do General Jean Henri de Böhme para o Vice-Rei — 1774-1775.
- 7º — 2 cartas originaes e um relatório ou exposição do engenheiro Francisco João Róscio — 1778/1779 — *Demarcação da fronteira correspondente aos domínios de Espanha* na divisão do continente do Rio Grande de São Pedro e sua extensão até à embocadura do Rio Igurey, ou Guarey, junto do Salto Grande do Rio Paraná.
- 8º — Relação das amostras de madeiras, que tem hido para a Corte.
- 9º — Dinheiro que tem hido pa.Lx^a, desde o anno de 1776 the o de 77.
- 10º — Experiencia do linho Guaxima.
- 11º — Officios, requisições, memórias e instruções do Brigadeiro Jacques Funk.
- 12º — 23 officios de Martinho de Mello e Castro para o Vice-Rey do Brasil — 1770-75-77).
- 13º — 45 officios de Martinho de Mello e Castro para o Vice-Rey (1773-74).
- 14º — 23 officios do Marquês de Pombal para o Vice-Rey (1774-75).
- 15º — Cartas particulares expedidas pela Secretaria do Estado ao Exmº Sr. D. Luiz de Almeida, Marquês do Lavradio, Governador e Capitam General da Capitania da Bahia — Anno de MDCCLXIX (Códice in fólio, enc. em carneira da época).
- 16º — Cartas patentes de sesmaria (1768-1769) Códice in 4º. Grande, cartonagem do tempo.
- 17º — Patente de postos providos pelo Illmº e Exmº Senhor D. Luiz de Almeida, Marquês de Lavradio, Vice-Rey

do Estado do Brazil. Ano de MDCCLXXII (Códice in 4º. Grande, enc. em carneira da época).

- 18º — 66 cartas originaes do Conde de Oeyras para o Vice-Rey D. Luiz de Almeyda, Marquês do Lavradio, versando assuntos de grande importancia: jesuitas, comércio dos inglezes, contrabandos feitos pelos navios mercadores e traficantes portuguezes (1769) Códice in fólio, cartonagem da época.
- 19º — Livro de despesas da Real Fazenda com as tropas aquarteladas nas várias cidades do Estado do Brasil (1776-1778) Códice in 4º grande, encadernação carneira da época.
- 20º — Patentes e Provisões militares feitas nos anos de 1774/1776 (Códice in fº grande, enc. carneira da época).
- 21º — Cartas e papeis pertencentes ao Govêrno do Illmº e Exmº Snr. Marquês de Lavradio na Capitania da Bahia (1767/1770) Volumoso Códice, cartonagem da época.
- 22º — Métodos que se praticavam nas provedorias de fazenda das várias capitanias do Estado do Brasil, durante o Vice-Reinado do Marquês do Lavradio. Códice in fólio, cartonagem da época.
- 23º — Correspondência dos Secretários de Estado Fr. Xavier de Mendonça Furtado e Conde de Oeyras para o Vice-Rei, Marquês do Lavradio, anos de 1767-1769. Versam temas da maior importancia entre os quais a actividade criminosa dos jesuitas no Brasil. (Códice in fólio, cartonagem da época).
- 24º — Patentes dos Postos providos pelo Illmº e Exmº Sr. D. Luiz de Almeyda, Marquês do Lavradio, Governador e Capitam General da Capitania da Bahia. Anno de MDCCLXVIII. Códice in 4º. Grande, enc. carnera da época.
- 25º — Livro-borrão das despesas com os regimentos de tropas no Estado do Brasil. 1775/1778 — Códice in 4º. Grande, encadernação em carneira da época.
- 26º — Idem, idem com os regimentos e náus ao serviço do Estado do Brasil — 1775/1776. (Códice in 4º. Grande, encadernação em carneira da época).
- 27º — Cópias de cartas e autos de exames feitos aos navios estrangeiros arribados ao Rio de Janeiro, no tempo do Govêrno do Marquês do Lavradio. (Códice in 4º. Grande, cartonagem da época).

- 28º — Correspondência das diversas capitanias do Estado do Brasil para o Vice-Rei — 1771/1777. Códice in fólio, cartonagem da época.
- 29º — Correspondência original do Governador da Colônia para o Vice-Rei — 7 de janeiro a 27 de dezembro de 1775. (Códice in 4º. Grande, cartonagem da época).
- 30º — Maço com papeis diversos:
- a) relação dos serviços prestados em Porto Seguro por José Xavier Machado Monteiro, especialmente a respeito dos índios;
 - b) processo para fabricar manteiga e o meio artificial de lhe dar côr;
 - c) relatório por Feliciano Joaquim sôbre a Índia;
 - d) relação dos cultivadores de anil do Brasil;
 - e) relatório sôbre culturas diversas do Estado do Brasil;
 - f) 2 cartas de Feliciano Joaquim de Souza sôbre os novos índios.
- 31º — Cópia do primeiro aviso que se fez ao Secretário de Estado Martinho de Melo e Castro, a respeito das notícias que chegarão do continente do Rio Grande a 12 de dezembro de 1773.
- b) idem do segundo aviso.
 - c) minutas do Governador de S. Paulo, Martin Lopes Lobo de Saldanha.
 - d) várias ordens do Vice-Rei Marquês do Lavradio sôbre ataques da esquadra às naus castelhanas.
 - e) minutas do Governador da Capitania de Minas Gerais a respeito da composição de regimentos e corpos de tropas.
 - f) novidades da Ilha de Santa Catarina sôbre a marcha da fragata Príncipe do Brasil em 22 de maio de 1775.

REINADO DE D. JOAO VI

Relação dos documentos que pertenceram ao Real Gabinete do Soberano

MAÇO Nº 1

ANO: 1808

- 1º — Officio de Joaquim Xavier Curado, datado de Montevideo, 20-VII-1808, para o Conde de Linhares remetendo-lhe as

«notícias mais verídicas que por aqui correm a respeito dos acontecimentos em Espanha» (Apenas as Gazetas extraordinárias de Madrid, 22.IV.1808, manuscritas).

MAÇO Nº 2

ANO: 1810

- 1º — Noticias de Gibraltar de Campbell e Rodrigo José Ferreira Lobo.
- 2º — Minuta da carta do enviado de Inglaterra para o Rei de Argel a respeito do comércio daquele porto com Portugal e Brasil.
- 3º — Carta (cópia) de José Mathias Ferreira de Abreu, relatando os acontecimentos de Portugal (invasões francesas).
- 4º — Carta autografa do Nuncio, D. Lourenço Caleppi, dispensando do grau de consanguinidade o Príncipe D. Pedro Carlos e a Sereníssima Snra. D. Maria Teresa, filha do Príncipe Regente.
- 5º — 24 officios de João Pedro Quim, Agente diplomatico em Palermo, para o Conde de Linhares, sobre a politica agitada do tempo.
- 6º — Officio do Cônsul inglês em Cadiz André Archdekin, para o Conde de Linhares, remetendo uma caixa com estampas para a Princesa D. Carlota Joaquina.
- 7º — Exposição do Conselho da Regencia de Cadiz sôbre as pretensões da Princesa D. Carlota à sucessão de Espanha.
- 8º — Três números da Gazeta de Buenos Aires de Novembro de 1810 e 1 número extraordinário de uma Gazeta de 8.XII.1810.
- 9º — Carta de 5 de janeiro de 1810, de Wellesley para o Príncipe Regente, sobre a campanha na Península. Irmão do duque de Wellington.
- 10º — Itinerário feito pelo Tenente Coronel Engenheiro Antônico Bernardino Pereira do Lago, na sua jornada em Abril de 1810 da Bahia para Pernambuco pela estrada no meio e buscando sempre lugares em que morão Com. tes. e Cap. ns. Mores.
- 11º — Itinerário da Parayba do Norte a villa do Recife de Pernambuco, buscando a melhor estrada e as povoações mais

notáveis, pelo Tenente Coronel Engenheiro Antonio Bernardino Pereira do Lago.

- 12º — Plano para a organização do Corpo de Invalidos que devem servir à guarda dos Prezos de Galé, no seo trabalho.
- 13º — Cinco officios de Paulo Fernandes Vianna, Intendente Geral da Policia para o Principe Regente, datados do Rio de Janeiro, sobre as medidas a adoptar com as populações vindas do continente europeu, perseguidas pelas tropas francesas.
- 14º — Carta do Marquês de Casa Yrujo, Ministro de Espanha no Rio, para o Conde de Linhares, pedindo a soltura de seus subditos espanhois.
- 15º — Dois officios do Conde de Linhares para o Principe Regente, contando-lhe uma conversa agitada que acabava de ter com o Nuncio de S. Santidade, D. Lourenço Caleppi.
- 16º — Duas extensas exposições feitas pelo Juiz Ordinário e Vereadores da Camara da Villa Nova do Principe e Santa Anna de Caetete, comarca de Jacobina e Capitania da Bahia, ao Principe Regente pedindo-lhe a creação da Vila do Rio das Contas.
- 17º — Carta do Marquês de Angeja para o Principe Regente (8.X.1810) sugerindo-lhe que se prohibam os exercicios militares nos domingos «por não ser muito conforme com a nossa Religião».
- 18º — Officio de Paulo Fernandes Vianna para o Conde de Linhares informando-o de que procura averiguar quais sejam as opiniões do Sr. Amaro Baptista Pereira.
- 19º — Relação nominal da contribuição dos officiais do Real Corpo de Engenheiros para o resgate dos cativos de Argel.
- 20º — Relatório do Tenente Coronel Maximiano de Oliveira Leite sobre as inspeções da 1ª e 5ª Divizoes e do estado dos indios rezidentes na Aldeia de Tocoio e no sitio denominado Alto dos Bois.
- 21º — 5 officios do Conde das Galveas para o Principe Regente sobre a real armada.
- 22º — Exposição ao Principe Regente apresentada por João Antonio Patrone, Almoxarife dos Armazens Reaes da cidade da Bahia.
- 23º — Extracto do registo corrente das deliberações do venerando Priorado de Portugal.

MAÇO N.º 3

ANO: 1811

- 1.º — 5 officios de Pedro Fagundes Bacelar d'Antas e Menezes, datados do Funchal para o Conde das Galveas relatando-lhe diversos pormenores sobre a administração da Ilha.
- 2.º — 4 officios de Raphael Bottado de Almeida, datados de Macao para o Conde de Linhares, annunciando-lhe o apresamento de barcos portuguezes pelos corsários franceses.
- 3.º — Officios do Fr. Manuel do Espirito Santo Mina para o Principe, remetendo-lhe os caixotinhos com preciosos mimos dos santuarios da Terra Santa.
- 4.º — Officio do Cônsul de Gibraltar para o Conde das Galveas enviando-lhe a crônica daquela praça:
- 5.º — 2 officios em inglês de John Jeffery para Charles Stuart.
- 6.º — Duas breves memórias para o melhoramento do erario por Jeronimo Francisco Lobo:
- 7.º — 8 notas do diplomata Rodrigo Navarro de Andrade para o Conde de Linhares, datados de S. Petersburgo sobre a politica externa da Russia.
- 8.º — 3 notas de Gustavo Beyer para o Conde de Linhares, datados de Stokolmo sobre a politica da Suecia.
- 9.º — 2 officios de Pedro Fagundes Bacelar d'Antas e Menezes, para o Conde das Galveas sobre navegação commercial.
- 10.º — 53 officios do escrivão da Real Fazenda Sebastião d'Almeida Viana sobre commercio de escravos.
- 11.º — Reflexões sobre as providências e mais apontados para melhoramento da Real Fazenda.
- 12.º — 4 cartas do Principal Sousa, Governador do Reino, para seu irmão Conde de Linhares, sobre os negócios de Portugal.
- 13.º — 5 cartas do Nuncio D. Lourenço Callepi (2 para o Principe e 3 para o Conde de Linhares) sobre a conversão dos indios.
- 14.º — 5 numeros da «Idade d'Ouro» do Brasil (Agosto de 1811).
- 15.º — 4 notas de Lord Strangford para o Conde de Linhares, sobre diversos assuntos de interesse politico.
- 16.º — 6 notas do Conde de Linhares respondendo ao Ministro inglês Strangford.

- 17º — 2 notas do almirante Berkeley, datadas de Lisboa para o Conde de Linhares, sobre navegação comercial.
- 18º — Carta de J. C. Andrew Hanoke para o Conde de Linhares sobre o estabelecimento de «hum Jardim botanico em São Christovão».
- 19º — Despacho do Conde de Linhares para o Conde de Funchal sobre o commercio dos negros.
- 20º — Officio do Conde de Linhares para o Intendente da Policia do Rio de Janeiro sobre pessoas suspeitas indicadas pelo encarregado de negócios de Portugal na América do Norte.
- 21º — Idem para o mesmo a respeito da nomeação do Consul da Russia no Rio de Janeiro Mr. Labinsky.
- 22º — «Memoria sobre a Questão:
 - 1º — se convém ao Brasil vender madeiras de construção às Naçoens Estrangeiras.
 - 2º — se no Brasil há abundancia das suas Madeiras preciosas de Construção, que possam vender-se sem damno ou falta das mesmas para a nossa Marinha Real e Mercante».
- 23º — «Representação que o Capitão Matheus António poem na presença de V.A.R. pertencente à factura do Dinheiro de Bronze».
- 24º — Sobre o requerimento dos negociantes e vendedores dos vinhos do Porto.
- 25º — Perguntas feitas a João Pereira de Sousa Caldas sobre a conspiração promovida na América contra o Brasil, ou Portugal ou América Espanhola.
- 26º — Carta do Cavaleiro Vincenzo Mazziotti para o Conde de Linhares felicitando-o pela victoria do exercito combinado contra o inimigo comum.
- 27º — Irregularidades e falsa fé do Venerando Balio de Langó e Leça Fr. Mel. de Almeida de Vasconcellos.
- 28º — Carta de José António de Sá para o Principe Regente, oferecendo para a Caixa Militar o producto da venda da sua obra «Deфеza dos Direitos Nacionais e Reaes da Monarchia Portuguesa».
- 29º — Memorandum sobre as finanças de Portugal.
- 30º — Carta de Genito Ramon do Gov. da Regencia de Cadiz para o Conde de Linhares a respeito da sua actividade

em favor dos direitos do Príncipe Regente e da Sra. Princesa D. Carlota.

31º — Duas cartas de Sir Charles Stuart para o Principal Sousa sobre os danos causados nas provincias portuguezas durante a occupação franceza.

32º — Carta do Principal Sousa para seu irmão o Conde de Linhares, sobre a defeza do Reino.

MAÇO N.º 4

ANO: 1812

1º — 3 cartas do Marechal General Wellington, Conde de Vimieiro para o Príncipe Regente: na 1ª agradece ao soberano a mercê do titulo de Conde de Vimieiro; na 2ª fala-lhe dos negocios do Reino, especialmente os de carater militar.

2º — 2 cópias de Wellington sobre a campanha da Peninsula: 2 de Madureira Lobo e 2 de Brito Mozinho com noticias do movimento de tropas na Peninsula.

3º — 3 officios do Almirante Berkeley para o Conde das Galveas, sobre questões de marinha.

4º — 6 officios do Almirante Berkeley para o Infante D. Pedro Carlos de Bourbon, Almirante General da Marinha do Brasil sobre assuntos de marinha.

5º — 22 cópias de officios do Conde de Amarante para o Governo da Regencia com noticias sobre a ação do exercito combinado anglo-luso.

6º — Extensa carta secretissima, sem assinatura, sobre marinha mercante.

7º — Proposta feita ao Governo da Regencia sobre a deputação que dizem obtivera passaporte para a America.

8º — Cartas de João de Macêdo Pereira Gorjão com noticias de guerra.

9º — 41 cópias de cartas de Maximino de Brito Mozinho para o Conselho da Guerra, em que são relatados os acontecimentos da campanha da Peninsula.

10º — 10 cópias de officios do Brigadeiro Carlos Frederico Lecor para o Governo da Regencia com relatos da guerra Peninsular.

11º — 10 cópias de cartas de Manuel Madureira Lobo para o Governo da Regencia sobre a campanha da Peninsula.

- 12º — 6 cópias de cartas de António Gouveia Cabral para o Governo sobre o mesmo assunto.
- 13º — 2 cópias de cartas do Visconde de Montalegre para o Governo da Regencia, sobre o mesmo assunto.
- 14º — 2 cópias de cartas de José Joaquim Alves para o Governo sobre o mesmo assunto.
- 15º — 15 cópias de officios de Wellington para o Governo da Regencia com informações sobre movimento de tropas.
- 16º — Carta de Marino Miguel Franzini para o Conde de Linhares, expondo-lhe os direitos que lhe assistem à posse da Comenda denominada a Coitada do Pinheiro.
- 17º — Exposição de José Roberto Vidal da Gama ao Príncipe a respeito do requerimento do Padre José Barbosa Pereira, capelão da Fortaleza de S. João da Foz do Douro.
- 18º — Carta do Bispo Dean, datada de Vila Viçosa para o Príncipe descrevendo-lhe o estado em que se acha a Real Capela da Casa de Bragança.
- 19º — Carta do Conde do Funchal, de Londres, para o Príncipe sobre o Tratado de Comercio com a Inglaterra.
- 20º — Idem de João Paulo Bezerra, datada de S. Petersburgo para o Príncipe, sobre a interinidade do posto diplomático na Russia, durante a sua permanência no Rio de Janeiro.
- 21º — Officio do Encarregado de Negócio em Cadiz, Joaquim Severino Gomes, para o Conde das Galveas com noticias do exercito anglo-luso.
- 22º — 2 cartas do Bispo de Pekin para o Príncipe sobre a situação das congregações religiosas no império da China.
- 23º — Relação veridica do sucedido em Pekin desde a partida dos padres italianos, isto é, desde Outubro até ao presente.
- 24º — Adições ao Tratado do Comércio com a Grã-Bretanha. Lord Strangford.
- 25º — 2 officios de Macão, assinados por Miguel de Arriaga Brum da Silveira, para o Conde das Galveas sobre a politica do Oriente.
- 26º — Extracto do «Nacional Intelligence» (18-VI-1812) a respeito da actividade das embarcações do corso britânico.
- 27º — 3 cadernos com o producto das cartas vindas das várias Capitanias, com curiosas noticias.
- 28º — Extracto da Gazeta de Filadelfia de 20 de Junho de 1812.

- 29º — Recopilação do «Cornwall Gazette». Guerra peninsular.
- 30º — Carta de João Gaudencio Torres para o Principal Sousa com a descripção da tomada de Badajoz.
- 31º — Cópia da carta do irmão do General Hill para o General Hamilton sobre a derrota da divisão do General Girasol.
- 32º — Carta de João Paulo Bezerra, da Russia, para o Príncipe, em que lhe refere as disposições do Imperador para com o Soberano português e fornece-lhe ainda algumas notícias sobre as vantagens das armas russas sobre os francezes.
- 33º — Carta de Gustave Beyer, datada de Stokolmo para o Príncipe sobre a situação politica da Suécia.
- 34º — Dois officios de Joaquim Lobo da Silveira para o Conde das Galveas, datados de Stokolmo sobre a politica externa da Suécia.

MAÇO N° 5

ANO: 1813

- 1º — 7 officios do Govêrno da Regencia para o Príncipe sobre os acontecimentos de Portugal e seu reflexo no comércio marítimo.
- 2º — 8 cópias de officios sobre assuntos agrícolas, eclesiásticos e enfermagem.
- 3º — Officio do Consul em Messina para D. Miguel Pereira Forjaz com notícias de Malta e ilhas do Adriático.
- 4º — Officio do Conde da Feira — M.P. Forjaz — para o Conde das Galveas com notícias das operações do exercito combinado.
- 5º — Cartas e memorias remetidas pelo Bispo de Pekin ao Conde das Galveas.
- 6º — 7 officios do Conde do Funchal, Ministro em Londres para o Conde das Galveas com interessantes informações politicas.
- 7º — 22 números do Jornal «O Espelho» (1813) publicado em Londres.
- 8º — 4 officios (cópias) do General Wellington para o Conde da Feira, sobre várias acções militares do exercito anglo-luso.
- 9º — Carta de Joaquim José de Oliveira para o Conde da Feira com a primeira noticia da derrota dos francêses nos subúrbios de Salvaterra.

- 10º — 3 cartas com noticias da guerra para o Conde da Feira.
- 11º — Carta do Conde de Palmella, de Londres, para o Conde das Galveas, com interessantes noticias sobre os acontecimentos militares em Portugal.
- 12º — Outra carta do Conde de Palmella para o Príncipe, também de Londres, dando-lhe conta da sua missão diplomática na Corte de Saint James.
- 13º — 4 extractos das gazetas londrinas com noticias das diversas batalhas feridas na Peninsula.
- 14º — Carta de Francisco Zea Bermudes, datada de S. Petersburgo, com curiosas noticias sobre a conduta dos espanhoes na guerra da Peninsula.

MAÇO Nº 6

ANO: 1814

- 1º — «Tratado de Amistad e intima alianza entre S.M. Cat^{ca} Fernando VII e S.M. el Rey del Reino Unido de la Grã-Bretaña e Irlanda, firmado en Madrid el 5 de Julio de 1814, con tres articulos adicionales al tratado, hechos el 28 de Agosto del propio año».
- 2º — «Racconto del trattamento che il Santo Padre ha sofferto nella sua trascolazione da Savona a Fontainebleau, come pure della sionazione attuale di su Santità e del sacro Collegio».
- 3º — «Relação da Feliz Jornada de Sua Santidade Pio VII à sua Capital, da sua entrada na mesma e das festas q̃ por este motivo se fizerão nos dias 24, 25 e 26 de Maio de 1814».
- 4º — Carta de José Jorge de Gusmão para o Nuncio descrevendo-lhe as solenidades realizadas em Lisboa, por motivo da queda de Napoleão.
- 5º — 3 officios: um de M. de Conrey, um outro de John Mawe e de Jean Charro, para o Príncipe Regente, felicitando-o pela vitoria dos Aliados.
- 6º — 3 officios de Inglaterra para o Govêrno do Rio de Janeiro sobre a captura da navegação portuguesa.
- 7º — 3 officios do Conde da Feira, D. Miguel Pereira Forjaz, para o Conde das Galveas sobre negócios do Reino.
- 8º — 10 officios do diplomata José Anselmo Correia Henriques depois Visconde de Torrebelã, para o Intendente Geral

- da Policia no Rio de Janeiro, Paulo Viana, sobre o estado politico da Europa.
- 9º — Carta de Heleodoro Jacinto Carneiro Alvellos para o Intendente da Policia no Rio de Janeiro com informações sobre o Jornal português que se publicava em Londres.
- 10º — Série de informações politicas do Conde do Funchal, Ministro de Portugal na Corte de Londres.

MAÇO Nº 7

ANO: 1815

- 1º — Opiniões diversas sobre o meio de aumentar a povoação no Brasil.
- 2º — (1811) Officio de Francisco da Costa Rebelo, Governador de Oeiras, para o Conde de Linhares, a respeito dos sinais dos 4 principais emissarios do intruso Rei José Napoleão.
- 3º — Estado actual (1815) do Banco do Brasil.
- 4º — Carta do Padre Fr. Fidelix da Florença para a princesa D. Carlota Joaquina.
- 5º — Exposição ao Principe do celebre jurisconsulto Diogo Viera de Tovar e Albuquerque, sobre o estado da India, de que é Governador.
- 6º — Lista e série de extractos das instruções, artigos secretos, notas officiais dos ministros de Estado, relativas à restituição de Cayena.
- 7º — 3 officios do Conde do Funchal para o Principe acerca da sua missão diplomática em Londres.
- 8º — Carta de João Paulo Bezerra para o Principe apresentando-lhe vários papeis de grande interesse politico, em que se revela que ainda se mantem instavel o socego da França.
- 9º — Carta do Bispo de Macão para António de Araujo de Azevedo sobre uma questão suscitada com um inglês.
- 10º — Carta do Cabido da Colegiada de Guimarães para o Principe relatando-lhe uma resolução sobre provimento do Correg. Joaquim Duarte Contreira.
- 11º — 5 officios da Delegação Portuguesa no Congresso de Viena para o Marquês de Aguiar sobre escravatura.
- 12º — Nota interessante sobre a execução do Tratado de Comércio de 1810 e perdas que tem soffrido o Real Erário pela sua não execução (Códice 8.º pag. f. carta).

- 13º — «Reflexões sucintas sobre a politica inglesa, relativa aos immediatos interesses de Portugal e do modo de ganhar a influencia sobre a sua assistencia Politica» (Códice de 32 págs., in 4º assinado por José Anselmo Correia Henriques datado do Rio de Janeiro, 25 de Setembro de 1815).
- 14º — Exposição a respeito do libelo contra os Administradores dos negocios de S.A.R. publicada no «Correio Brasileiro».
- 15º — 4 números da «Gazeta de Madrid» (1815).
- 16º — Carta do Barão do Rio Seco apresentando ao Principe Regente uma memória sobre os seus serviços no Real Erário (Anexa a referida memória).

MAÇO Nº 8

ANO: 1816

- 1º — Nota do Ministro da Suécia em Londres, reconhecendo o Brasil na sua nova qualidade de Reino.
- 2º — Officio do Governo da Regencia dirigido ao Principe por ocasião da morte de S.M. a Rainha D. Maria I.
- 3º — 1 officio do Conde de Funchal, datado de Londres, para o Principe Regente sobre politica e sua transferência como embaixador para Roma.
- 4º — 4 officios do Principal Sousa para o Principe Regente sobre negócios de Portugal.

MAÇO Nº 9

ANO: 1817

- 1º — Exposição veridica autenticada com documentos Villa Penêdo em 30 de Dezembro de 1817, (Códice de 32 pags. f. almanaco contendo a história geográfica, politica e militar dessa antiga villa).
- 2º — 6 cartas procedentes de Liverpool, Recife, Bahia, Ceará e Lisboa, com noticias interessantes, algumas referentes à revolução de Pernambuco.
- 3º — Carta do Padre Antônio José da Costa Vellez para o Cônego João Rodrigues de Carvalho, enviando-lhe 37 exemplares da oração recitada pelo remetente na Cathedral de Elvas por ocasião das cerimônias fúnebres por alma da Rainha D. Maria I.

- 4º — Carta do Consul Francisco Manuel da Silva Mello para o Conde de Paraty remetendo a resposta que mandou o Tenente General encarregado do Govêrno das Armas.
- 5º — Offício do Conde da Barca para Rodrigo José Ferreira Lobo, Comandante da Esquadra do Norte, ordenando que não oponha entraves «à entrada para Buenos Aires do navio hamburguês Fazeta».
- 6º — Várias relações: — das pessoas que entregaram no Real Erário donativos para as urgencias do Estado: — lista dos pagamentos por conta da Fazenda Pública; lista dos passageiros embarcados em 1814 na charrua Princeza Real; relação das pessoas que subscreveram donativos pelo Senado da Camara; nota das especies em 23 cofres na Casa Forte do Banco do Brasil e relação geral do Rendimento da Alfandega no mês de Fevereiro de 1819.
- 7º — 10 extensos officios datados de Londres, do Conde de Palmela para o Conde da Barca e João Paulo Bezerra, com nota de *Reservado*, sobre politica, comércio e situação da missão diplomática portugueza na capital britânica. Guiana Francêsa.
- 8º — 5 officios do Govêrno da Índia para o Conde dos Arcos a respeito da Administração daquela colônia portugueza.
- 9º — Offício do Ministro em Madrid, D. José Luiz de Souza, para o Conde da Barca sobre passaportes e matriculas da navegação espanhola.
- 10º — Offício extenso de José Manuel Pinto de Souza, datado de Roma para o Marquês de Aguiar, relativo à petição que fêz Luciano Bonaparte para passar aos Estados Unidos da América.
- 11º — 2 officios de Gustavo Beyer para João Paulo Bezerra, datados de Stokolmo, sobre a situação financeira da missão portugueza na Suécia.
- 12º — 3 officios de Antônio Julião da Costa, de Liverpool para o Conde da Barca, sobre a nomeação de um Vice-Cônsul.
- 13º — Offício do Cônsul na Russia Dionisio Pedro Lopes para o Marquês de Aguiar sobre assuntos comerciais.
- 14º — Carta do Secretário do Nuncio Caleppi para o Conde da Barca em que junta, com destino a D. João VI, cópia da Convenção entre Pio VII e o Rei Luiz XVIII.
- 15º — 4 cartas particulares para a esposa de João Paulo Bezerra.

- 16º — Carta de Joaquim José Sabino, de Maranhão, para o Conde da Barca remetendo um manuscrito com as suas memórias, afim de ser impresso.
- 17º — 2 officios da Junta da Real Fazenda da Ilha de Santa Catarina para D. João VI, com informações das várias despezas feitas pela navegação que se destina ao Rio da Prata.
- 18º — Carta do Cardeal Francesco Cesar Leoni, annunciando a D. João VI que foi elevado à purpura cardinalícia.
- 19º — Idem do Cardeal António Zante.
- 20º — Idem do escritor francês Le Chev^{er} fouvielle, oferecendo a D. João uma obra literária de sua autoria.
- 21º — Carta de D. Vicente Aznan para a Rainha D. Carlota Joaquina agradecendo uma mercê.
- 22º — Carta do Cardeal Pedro de Quevedo para a Familia Real Portuguesa, comunicando-lhe que foi nomeado Cardeal.
- 23º — Negócios de Balki sobre a expedição de passaportes dados em 24 de maio de 1817. Contem cartas do Conde da Barca para D. João VI, mapa assinado pelo Marquês de Angeja com os corpos que compuzeram a expedição do Rio de Janeiro e chegada ao seu destino em outubro de 1817.
- 24º — 8 exemplares da «Gazeta de Buenos Ayres» 3 de «El Censor», 1 de «Amigo de la Patria», 6 de «La Chronica Argentina», 1 de «Cuesta de Chacabuco» em que é tratada a celebre campanha do Rio da Prata e 1 «El Independente».
- 25º — Requerimento do Conde de Viana, pedindo uma mercê a D. João VI.
- 26º — 4 cartas de Pernambuco, 3 de negociantes e 1 de António de Moraes e Silva, sobre a revolução naquela cidade (estas cartas foram depois remetidas por Tomaz António de Vilanova Portugal para o Intendente da Policia).
- 27º — Officio da Camara de Vila de Penedo para D. João VI protestando-lhe a sua fidelidade.

MAÇO Nº 10

ANO: 1818

- 1º — Carta do Conde de Palmella, de Paris para o Marques de Aguiar remetendo-lhe um requerimento de D. Luiz

de Athayde «cujas desgraças não podem deixar de te interessar». (Anexo o curiosíssimo requerimento de D. Luiz de Athayde).

- 2º — Convention signée à Paris le 25 Avril 1818.
- 3º — 2 officios do comandante Chefe da Esquadra do Rio da Prata Rodrigo José Ferreira Lôbo, para Inácio da Costa Quintela, sobre as guarnições dos navios que comanda.
- 4º — Officio do Desembargador José Albano Fragoso para D. João VI remetendo-lhe uma carta de Bernardo Teixeira Coutinho, indultado pelo crime de revolucionário de Pernambuco.
- 5º — Officio de Manuel Jacintho Nogueira da Gama para D. João VI, informando-o de que o Banco do Brasil esteve aberto e pagou com regularidade até às horas do costume.
- 6º — Officio do official do exército Francisco de Paula Magessi Tavares de Carvalho para D. João VI, contando-lhe com grande cópia de pormenores a sua chegada ao Porto de Santos.

MAÇO Nº 11

ANO: 1820

- 1º — 1821 — Carta do Conde de Palmella, do Rio de Janeiro, para D. João VI, remetendo-lhe os maços de Paquete.
- 2º — Officio de Joaquim Monteiro Torres para D. João VI remetendo-lhe pareceres dos Ministros de Estado.
- 3º — Idem de Joaquim José Monteiro Torres para D. João VI, ponderando-lhe os inconvenientes da sua permanência no Ministério, em virtude da opposição de alguns membros do Congresso e por isso conclui com o pedido da sua demissão (junto uma nota do Rei D. João VI «Deferi esta supplica em 18 de dezembro de 1821»).
- 4º — Officio do Marquez de Alegrete, dando-lhe conta da fermentação revolucionária do Brasil e aconselhando-o a abraçar a Constituição feita em Portugal.
- 5º — Officio do Visconde do Rio Sêco para D. João VI sobre o embarque de mantimentos na fragata «Carolina».
- 6º — Carta de impecavel caligrafia para D. João VI, sem assinatura, presumivelmente de Montevidéu com queixas contra o Tenente General Sebastião Pinto de Araujo Correa.

- 7º — 11 officios do Govêrno da Regencia de Lisboa para D. João VI sôbre assuntos militares.
- 8º — 6 pareceres do Tenente General Vicente Antônio de Oliveira:
- a) sobre o espirito de patriotismo e vassalagem;
 - b) sobre a formação e instrução de um corpo de artilharia a cavalo;
 - c) meios de aniquilar a prejudicialíssima seita maçônica;
 - d) despesas que exige uma força armada;
 - e) como quer a Espanha indenisar-se: reivindicação de posse e meios a empregar;
 - f) sobre o recente comportamento dos insurgentes pernambucanos e sua repercussão no povo do Rio de Janeiro.
- 9º — Memória, sem assinatura, sobre a conducta de Espanha. (Considero-a como da autoria de José Anselmo C. Henriques, Visconde de Torrebel).
- 10º — Nota sobre actividade jornalística na Grã-Bretanha do vassalo português João Bernardo da Rocha.
- 11º — Testamento politico que fez um vassalo fiel em beneficio de S.A.R. a respeito das sociedades secretas.
- 12º — 21 cartas do Tenente General Francisco Cailhé de Geine, datadas do Rio de Janeiro, para o Intendente da Policia do Rio, Paulo Fernandes, com interessantissimas notícias sobre a situação revolucionária do Brasil e da Europa.
- 13º — Officio de Miguel Arriaga Brun da Silveira para D. João VI, agradecendo-lhe as graças que tem prodigalisado a Macão.
- 14º — 4 officios de Pedro de Mello Breyner, datados de Roma, para Tomaz Antônio de Villanova Portugal, sobre a eferescencia revolucionária na Itália.
- 15º — 3 officios de Rafael da Cruz Guerreiro, de Londres, para Luiz do Rêgo Barreto sobre interesses do Real Erário.
- 16º — 6 officios de José Anselmo Correa Henriques, de Hamburgo, para várias Secretarias de Estado, com informações politicas.
- 17º — 3 officios do mesmo para D. João VI sobre os prelúdios da Revolução do Porto de 1820. 1 do Gen. Lecor, de Montevideo.
- 18º — Officio do Escrivão Deputado Apolinário José de Faria para o Conde de Palmella, sobre a situação financeira da Capitania dos Açores.

- 19º — 11 cartas do Intendente da Policia do Rio, Paulo Viana, para D. João VI, com diversas informações sobre a situação do Brasil.
- 20º — 17 officios de Luiz do Rêgo Barreto e outros, datados de Pernambuco, com interessantes informações sobre o rescaldo da revolução de 1818. (Todos os envelopes contêm anotações de D. João VI sobre a data do recebimento dos referidos officios).
- 21º — Carta do Conde dos Arcos para El-Rei sobre a opinião de Beresford «de se ouvir primeiramente o Governador de Minas, antes de tratar da criação do regimento».
- 22º — Dois officios do Govêrno interino do Pará, comunicando a Tomaz Antônio de Villanova Portugal que assumiu a gerencia durante a ausência do Conde de Vila Flôr.

MAÇO Nº 12

ANO: 1821

- 1º — 5 cartas de Tomaz Antônio de Villanova Portugal para o Soberano com opiniões sobre as Cortes de Lisboa.
- 2º — Carta do Desembargador José Albano Fragôso para D. João VI contrariando o procedimento do Banco em não querer trocar bilhetes a Pretos e Mulatos.
- 3º — 2 cartas do Conde de Palmella para D. João VI, sôbre o reconhecimento da *Constituição que se fizer em Lisboa*.
- 4º — Duas cartas de Tomás Antônio de Villanova para D. João VI, sobre o parecer decizivo do Conde de Palmella: «Le largar V. Mag^e tudo, e até seus filhos e netos».
- 5º — Exposição extensa de José Albano Fragôso a D. João VI sobre a revolução do Porto e sobre o caminho a seguir perante os acontecimentos.
- 6º — 40 decretos (minutas) datados do Paço do Rio de Janeiro, versando várias decisões daquela côrte.
- 7º — 28 mapas manuscritos com as despesas particulares da Coroa.
- 8º — 6 officios do Visconde de Torrebella para o Conde de Palmella sobre a actuação naquela Corte durante o período revolucionário, especialmente por ocasião do regresso da familia real.

- 9º — 3 ofícios do Marquez de Marialva, de Paris, para Silvestre Pinheiro Ferreira, com informações sobre os acontecimentos politicos de França. Marquez Estribeiro Mór.
- 10º — 9 ofícios do Conde de Oriola, de Berlim, para Tomás António com noticias politicas. No oficio reservado nº 262 consta uma interessante conversa havida com o Visconde de Chateaubriand, Ministro da França em Berlim.
- 11º — 5 ofícios do Conde de Linhares, de Turim, para Tomás António, sôbre a agitada politica de Itália.
- 12º — 13 ofícios, alguns em cifra, de Pedro de Mello Breyner, de Roma, para Tomás António, sobre a politica do Vaticano.
- 13º — 3 ofícios de Gustavo Beyer, de Estocolmo, para Tomás António, sobre o estado da missão portugueza na Suécia e noticias politicas deste país.
- 14º — 3 ofícios de José Anselmo Correia Henriques, de Hamburgo, para o Conde de Palmella, a respeito da invasão das ideias liberais.
- 15º — Oficio de José Amado Grehom, de Filadelfia, para Tomás António, sobre navegação para o Brasil.
- 16º — Oficio do Visconde da Lapa, de Paris, para Silvestre Pinheiro Ferreira, comunicando-lhe a sua partida para Portugal.
- 17º — Oficio do Visconde de Santarem, de Paris, para Silvestre Pinheiro Ferreira, informando-o sobre a sua deploravel situação financeira.
- 18º — Carta do Marquez Joseph Molza, de Modena, para o Conde de Palmella, accusando a recepção da noticia do nascimento dum Principe a S.A.R. a Arquiduquesa Leopoldina.

MAÇO Nº 13

ANO: 1825

- 1º — Cópia da correspondência de Lord Cockrane e da Junta da Fazenda da Provincia do Maranhão. Apresentada ao Ilmo. e Exmo. Snr. Conde de Porto Santo por João Antonio Garcia d'Abranches (Códice de 12 páginas formato almaço, cosido com fita côr de rosa. Deve tratar-se do livro borrão).
- 2º — Carta original e autografa de Sir Charles Stuart para D. João VI, datada do Rio de Janeiro (30.VIII.1825)

dando-lhe conta da missão de que foi incumbido junto do governo do Brasil.

- 3º — 4 cartas traduzidas em Português do mesmo para George Canning datadas do Rio de Janeiro, sobre as negociações para o reconhecimento da independência do Brasil.
- 4º — Extracto de 1 officio de Sir Charles Stuart para Mr. Canning, datado do Rio de Janeiro (16.VIII.1825) sobre a autoridade do Principe Real, nas provincias do Brasil.
- 5º — Protocolo de 1ª 6ª Conférence entre LL. EE. M. le Comte do Porto Santo et Sir Charles Stuart. (27 de abril de 1825).
- 6º — Resposta do Conde de Porto Santo ao Ministro inglês C. Acourt.
- 7º — Nota de um despacho de Mr. Canning.
- 8º — Carta do Conde de Subsera para D. João VI, remetendo-lhe uma memória sobre a questão do Brasil, da autoria de Honório José Teixeira.
- 9º — 4 officios do Conde Porto Santo para D. João VI sobre o reconhecimento da independência do Brasil.

MAÇO Nº 14

DIVERSOS

- 1º — Dissertação sobre a Coxonilha. História do seu descobrimento na América Portuguesa. Escrita por José Henriques Ferreira, Médico pela Universidade de Coimbra e Sócio da Academia da Suécia e oferecida ao Exmo. Snr. Marquez de Angeja.
- 2º — 1817 — Carta de Joaquim de Saldanha Me. Escª de Se de Pern.º para D. João VI com informações curiosas sobre os revolucionários de Pernambuco.
- 3º — Apontamento cifrado com a respectiva tradução, fornecendo indicações sobre determinados indivíduos, Sebastião Botelho, Lopes Rocha, Baxarel, e Marques de Angeja.
- 4º — Constituição do Brasil, redigida por uma Comissão e, segundo se diz, aprovada pelo Imperador D. Pedro.
- 5º — Vistas políticas sobre a decadencia do Poder Britanico, e da influencia maritima que causa o despotismo dos ingleses sobre a navegação Geral das potencias europeias (Códice assinado por José Anselmo Correa Henriques, de 37 pá-

ginas, formato almanco, contendo junta a seguinte nota de D. João VI: «José Alsclmo. Trata de diversos negócios políticos».

- 6º — Carta sem assinatura, datada do Maranhão (2.X.1823) descrevendo a chegada a Maranhão da esquadra do Almirante Lord Cockrane e acontecimentos que seguiram ao bloqueio.
- 7º — Carta, sem assinatura, datada do Rio 18.X.1823 com impressões sobre a independência e ainda a respeito do jacobinismo que impera nas províncias do norte.
- 8º — Ofício de Ignácio da Costa Quintela para D. João VI (2.IV.1823) dando-lhe notícias sobre os acontecimentos do Brasil.
- 9º — Acta do Conselho de Ministros, reunido no Paço da Bemposta no dia 15 de novembro de 1822 em que tomou deliberações sobre a união do Brasil com Portugal (Código de 6 páginas, formato almanco).
- 10º — 20 documentos (cartas para D. João VI e apontamentos) da letra de Tomás António Villanova Portugal, sobre negócios da Corte do Rio de Janeiro.

Rio de Janeiro, 24 de Maio de 1952

Marcos Carneiro de Mendonça

Acolhendo a *Revista* do Instituto a publicação de catálogos de documentos existentes, e de valor, para o estudo da História, vem desta vez trazer a público aquêles que foram da coleção Lavradio-Rio-Maior, hoje pertencente ao Dr. Marcos Carneiro de Medonça, que faz a respeito o seguinte relato:

D, Luiz d'Almeida, Portugal, Soares, Alarcão, Essa, Mello, Pereira, Aguilar, Fiel de Lugo, Mascarenhas, Silva, Mendonça e Lencastre, além de 5º conde de Avintes, foi o 2º marquês de Lavradio e o 3º vice-rei do Brasil.

Um seu parente, D. José d'Almeida, 6º marquês do Lavradio, tendo herdado a coleção de documentos pertencentes ao 2º marquês, escreveu para o público brasileiro um livro aqui publicado sob o nº 214, da Biblioteca Pedagógica Brasileira, série: Brasileira.

Para apresentar êsse trabalho, o professor Pedro Calmon escreveu magnífico prefácio, no qual diz que «O decênio administrativo de Lavradio deixou na história nacional um sulco profundo».

O autor do livro baseou o seu trabalho exclusivamente em alguns dos muitos documentos em seu poder, dos quais tirou

certos trechos que lhe pareceram mais importantes e adequados ao fim que tinha em vista.

Prestou-nos, sem dúvida, bom serviço, pois só a apresentação concatenada desses documentos, em letra de fôrma, já nos permite, com maior facilidade e segurança, apreciar a vida e a obra do seu grande e honrado parente.

Hoje, por um feliz acaso, não só os documentos já publicados, como todos os demais que possuía do nosso ilustre 3º vice-rei, com alguns do arquivo Rio-Maior, estão em meu poder.

São milhares de cópias autênticas de documentos que interessam à nossa história, como muitíssimos outros, originais; uns secretos, outros secretíssimos, quase todos inéditos e de real importância para o estudo desse período de nossa história econômica, militar, política e administrativa.

Todo esse conjunto de documentos esteve, desde 1947, oferecido ao nosso Itamarati. Por uma circunstância tãda casual, pude resolver em quatro dias, o que não foi feito antes em quatro anos.

Não é mau, que eu faça notar que, quando viajamos, Anna Amélia e eu andamos sempre com o nosso sentido alerta para tudo quanto nos pareça poder interessar ao patrimônio histórico e cultural do Brasil.

Nem sempre se consegue o que se deseja, mas desta vez a nossa chance excedeu a tudo quanto poderíamos esperar de bom. Assim é que, em África na Universidade de Witwatersrand, com sede na cidade de Johannesburgo, encontramos desenhos inéditos e primorosos que nos mostram o Rio de Janeiro de 1826, a cidade de Santos de 1827 e a cidade de Belém do Pará de 1830; o que, por si só, daria para encher a nossa viagem. É trabalho de um botânico inglês William John Burchell, que aqui esteve em 1825 até 1830, completamente desconhecido entre nós e jamais citado pelos autores especializados nesse assunto; nem mesmo por Alfredo de Carvalho, Rodolfo Garcia, Melo Leitão, ou pelo nosso grande mestre, Dr. Afonso de E. Taunay e em Lisboa tivemos a ventura de encontrar e adquirir os documentos acima relacionados.

1.º CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA MEDICINA

A DIABETE SACARINA NO BRASIL

Memória Histórica apresentada ao 1.º Congresso de História da Medicina

MANOEL XAVIER DE VASCONCELLOS PEDROSA

«Desde el punto de vista de la nutrition, la diabetes es una enfermedad especifica del metabolismo de los Hidratos de Carbono que en su evolucion perturba el metabolismo de outros principios alimenticios (proteinas, graxas, minerales y vitaminas) altera el balanço de materia y de energia, modifica el medio interno y a través del factor tiempo lleva a lesion degenerativa del organismo y a la muerte».

Dr. Pedro Landaburo

7ª reunion anual — Asociacion Médica Argentina

Agosto 1950, Buenos Ayres.

Escolhemos para roteiro desta dissertação a definição que se lê acima, porque sendo ela composta de vários enunciados que foram se reunindo em torno do conceito moderno de diabetes, se presta para uma pesquisa histórica no sentido de saber quando e por mão de quem cada um deles foi aparecendo no campo dos nossos conhecimentos médicos.

A natureza desta definição baseada na fisiopatologia encerra em si mesma as questões relativas à patogenia, diagnóstico, terapêutica da doença, constituindo por isso o maior progresso que se pode conceber no estudo de uma enfermidade.

Dai decorre a imensa distância que nos separa hoje da situação que reinava, há um século, em matéria de diabetologia.

(*) Tese apresentada no Primeiro Congresso de História, em julho 1951.

Seria irrisório comparar as concepções reinantes até 30 anos passados, com a concepção contemporânea, depois que Banting e Best descobriram a insulina.

Nem por isto devemos deixar de retirar do olvido em que jazem o esforço, a inteligência e a ânsia de saber que os nossos maiores demonstraram em seu tempo para desfazerem a obscuridade que envolvia o diabetes em seus problemas teórico e prático.

A história por mais imparcial que queira ser, tem que ser uma obra também de simpatia humana, senão de todo, porque, então, não seria justa, ao menos em grande proporção, para que a obra não desmereça.

Apelando para êstes sentimentos é que, por ocasião desta grande reunião de médicos do século XX, desejamos prestar aos manes da medicina brasileira as nossas homenagens, e fomos buscar no fundo dos arquivos e das bibliotecas os traços que êles, cheios de amor pela causa da cultura, deixaram ao exame dos seus porvindouros curiosos de saber como êles eram, como êles souberam, como êles fizeram.

O diabetes esteve sempre na cogitação dos médicos brasileiros desde que o ensino médico no Brasil, por decreto de 3 de outubro de 1832, criou no Rio de Janeiro e na Bahia as suas Faculdades de Medicina, autorizando-as, por decreto de 1834, a conferir o grau de Doutor em Medicina. O diabetes figurou na pauta magistral como assunto a ser sorteado para «as proposições e dissertação» nas teses de doutoramento.

O interêsse pelo conhecimento do diabetes segue duas grandes linhas, uma que se passa no âmbito das nossas Faculdades, outra que passa no âmbito mais largo, do meio profissional, representada pelas sociedades científicas, pelos congressos e jornais médicos, datando de remotas épocas.

De ambas as linhas podemos nos capacitar de sua extensão no documentário, que apresentamos à parte, como contribuição ao 1º Congresso de História da Medicina.

Quando as Faculdades de Medicina abriram as portas para ensinar e formar os seus alunos já não prevalecia no mundo o conceito de diabetes, doença renal. O sinal maior da doença não era só a poliúria, mas esta acompanhada de açúcar. A doença não era somente a grande quantidade das urinas emitidas, mas sim, estas carregadas de glicose. Já não tinham cabimento aquela rica sinonímia que acompanhava o diabetes desde a medicina greco-romana, e que os autores da época timbravam em mencionar, talvez mais pela ênfase dos nomes dados do que pelo ajustamento dos mesmos à doença.

Foi o médico inglês Thomas Villes quem em 1674 afirmou a presença do açúcar na urina, aliás, ainda não comprovado cientificamente, mas apenas empiricamente pelo sabor da urina. O processo químico demonstrativo da presença do açúcar na urina foi descoberto por Pool e Dobson em 1774, acrescido da identificação do açúcar urinário com o açúcar de uva, feito por Cowley, em 1778.

Este conceito do diabetes, doença dependente do rim, durou muitos séculos, e apesar do progresso acima apontado no fim do século XVIII, ainda deu êle lugar, entre nós, no longínquo ano de 1835, a um equívoco que reinou mesmo entre os nossos maiores da medicina, comprovado em uma sessão da Academia Imperial de Medicina sob a presidência do Dr. Joaquim Cândido Soares de Meireles (1), em que se debateu o assunto — diabetes leitosa, cuja narração por extenso damos no «Documentário» em comprovação da pouca firmeza que ainda cercava o conceito do diabetes, na primeira metade do século XIX.

Narrando este interessante episódio, indicativo da confusão reinante em torno do conceito do diabetes, baseado no aparente aspecto da urina, vejamos dagora em diante, com os documentos em mão, o que há cem anos atrás diziam os médicos sobre o diabetes e a glicosúria. Era impossível dar uma definição da doença. Ela estava acima das possibilidades científicas da época. Vasando este estado de inferioridade em que se encontravam os conhecimentos médicos a respeito do diabetes, diz o Dr. José Rocha Júnior na pág. 1ª de sua tese para doutoramento, apresentada em 11 de junho de 1852 (2).

«Tomando a nuvem por Juno, o sintoma pela moléstia, todos os patologistas desde Celso e Galeno até os nossos dias, não davam nem podiam dar um só passo para a consecução de seu fim. Nós que estigmatizamos a marcha que seguiram esses autores, encararemos a moléstia debaixo do múltiplo e importante ponto de vista de sua etiologia, sintomatologia, marcha, duração, complicações, terminação, diagnóstico, prognóstico, terapêutica, e anatomia patológica, sem nos importar com sua definição».

Este estado de espírito é guardado pelo jovem médico, durante todo o desempenho de sua tarefa. Em outros pontos da

(1) Meireles — Joaquim Cândido Soares de Meireles. Em 4-10-828, obteve licença para um curso de Medicina prático destinado aos alunos da Academia Médico Cirúrgica. Da Academia Imperial de Medicina.

(2) José Martins Rocha Júnior — *Da diabete ou glicosúria*. Tese apresentada à Faculdade de Medicina do Rio, em 11-12-1852. Tipografia Fluminense de C. Martins Lopes, Largo Municipal, 2, Niterói.

sua tese, êle exerce o espírito crítico em vista da argumentação dos autores que cita. O seu espírito tem independência, e tantos anos decorridos sôbre o seu desaparecimento, o que dêle se tira é uma prova bastante favorável de sua capacidade.

Tratando da etiologia, escreve: «A ignorância que tem reinado e ainda reina sôbre a natureza e a sede desta afecção, principia e transparece em sua patogenia. Baldos de observações próprias faremos o inventário das supostas causas da glicosúria, socorrendo-nos às autoridades que se têm ocupado com esta enfermidade».

A grande autoridade, sob que quase todos os estudiosos se abrigavam, era a de Bouchardat, que em França desfrutava de alta posição nos meios científicos como médico e químico. Era êle o grande teórico e prático da diabetologia do século passado, autor que é da teoria que punha no suco gástrico a causa da produção excessiva de açúcar, provindo dos alimentos feculentos, e o codificador do regime alimentar antidiabético com base na restrição dos amiláceos e feculentos.

Os defeitos da exposição sôbre os fatores etiopatogênicos são os que eram correntes naquelas épocas, em que na falta de um conhecimento mais profundo da fisiologia e da patologia interna, os fatores exteriores pertencentes ao meio eram os que mais importavam. Dos fatores orgânicos apenas a idade, o sexo, a hereditariedade, as paixões (em vez das emoções) eram postos lado a lado dos fatores exteriores e dêsse balanço de causas surgiam as considerações patogênicas, sujeitas a controvérsias e contradições, por parte dos autores e dos fatos.

O nosso compatriota nada contribui para a solução da patogenia do diabetes, glória que a ninguém tocou, naquela altura do século XIX. Era preciso dar tempo ao tempo.

A narração da sintomatologia como da etiopatogenia não assinala nenhuma côr de originalidade. Há uma preocupação de descrever os períodos da moléstia: mas isto era próprio da metematologia médica da época. Algumas afirmações são dignas de nota porque vararam o tempo e chegaram até nós, como verdade empírica e confirmada por meios científicos, circunstância que é uma das nossas preocupações na confecção desta memória. Exemplos: «A evacuação urinária em maior escala aumenta na razão direta da quantidade de pão e alimentos feculentos. A urina apresenta alterações que dão uma denúncia verdadeira da existência da glicosúria».

Para nós pessoalmente que adotamos em nossa prática diária do exame urinário a dosagem do açúcar na urina por meio do polarímetro, a notícia do primitivo aparelho de Biot «que reflete

à direita a luz polarizada em consequência do açúcar que a urina contém» foi um motivo de grande simpatia por nosso precursor. Menciona a fermentação alcoólica como meio capaz de revelar a presença do açúcar na urina dos diabéticos, e descreve a técnica de Grisolle para revelar a mesma substância. Considerando este meio o mais expedito descreve o «modus facienti»: Ferver a urina em partes iguais d'água com potassa e soda, ou cal, a mistura torna-se tanto mais escura quanto maior fôr a quantidade de açúcar nela contida. Esta cor escura é devido a uma porção de glucose que se acha *caramelada*».

A presença do açúcar no sangue era controvertida pelos autores, travando-se entre elles verdadeiras batalhas. De um lado estavam os químicos Walloston, Guibourt, d'Arcet Vanguélin: do outro estão médicos como Rollo, Ambrosini, Mac Gregor, Martland, Rees, Bouchardat, estes afirmando a presença do açúcar no sangue, aquêles negando-a. Bouchardat, grande autoridade na sua qualidade de químico e médico, explica a divergência por terem as experiências sido feitas em condições diferentes. É pela palavra do nosso compatriota que ficamos sabendo que «o sangue extraído duas a três horas após as refeições contém açúcar, se o sangue é guardado 24 horas depois da refeição já não contém açúcar porque este se transformou em ácido lático, transformação que se dá em tempo menor, de 12 a 14 horas».

O diagnóstico do diabetes cifrava-se no reconhecimento da presença de açúcar na urina, o Dr. Martins Rocha Júnior brada contra esta orientação e pergunta, com ênfase em suas expressões: «Mas, pergunto eu: o diagnóstico de uma afecção consiste unicamente na observação da presença de um ou mais sintomas, cuja significação e valor desconhecemos? Ou, pelo contrário, devemos entender por diagnóstico a operação intelectual feita sobre os dados etiológicos e sintomáticos duma moléstia, tendo por fim o conhecimento da natureza e sede da mesma afecção? Esposando esta última opinião diremos: o diagnóstico da glicosúria é infelizmente até hoje desconhecido».

Deixando transparecer a mesma nota de insatisfação elle objurga a propósito do prognóstico do diabetes: «Se um prognóstico racional não é efeito dum sortilégio ou duma faculdade adivinhatória, mas pelo contrário a dedução legítima dum diagnóstico verdadeiro, é intuitivamente óbvio que o diabetes, cuja natureza e sede é para todos os patologistas uma incógnita, não pode receber um prognóstico».

Contudo não deixa de lançar o seu juízo trazendo ao conhecimento dos seus coevos a opinião dos patologistas de que «tendo

em vista a marcha, a duração as complicações e terminação da glicosúria, êles a consideram «enfermidade pouco lisonjeira».

O seu desencanto pela situação da terapêutica do diabetes, não é menor do que o referente aos outros pontos já examinados. «Seria por sem dúvida uma laboriosa ociosidade fazer um relatório dos diferentes tratamentos infrutuosamente empregados para debelar a glicosúria, passando portanto em silêncio tôda a medicação contra esta afecção indicada, ou pelo cego empirismo, ou por hipóteses puramente gratuitas em que muita vez o absurdo disputa o ridículo, daremos mera notícia do que a respeito nos ensina Mr. Bouchardat».

Dêste autor transcreve o regime dietético, e as medidas higiênicas, dentre as quais o exercício físico moderado, a camisa de flanela, e a hidroterapia.

Alude ao beneficio desta medicação que, se bem não cura radicalmente, não deixa de aliviar os diabéticos e pode até procrastinar a existência dos pacientes, e termina com estas palavras: «adotaremos até o dia em que, menos ávara de seus beneficios, e mais compadecida da sorte dêstes infelizes, a terapêutica lhe larguear um meio de debelar tão cruel quanto insidioso inimigo».

Esta nota de esperança volta a palpar nas páginas da sua tese de doutoramento, quanto a propósito da natureza e sede do diabetes êle analisa, com espírito crítico cerrado, as teorias de Bouchardat e Mialhe (3) e toma conhecimento das experiências realizadas por Claude Bernard (4), provando a produção do açúcar no organismo, independente dos alimentos feculentos e açucarados graças a uma nova função do fígado; do papel que o sistema nervoso (medula alongata e nervo pneumogástrico) tem na produção do açúcar no fígado; da transformação do açúcar em ácido láctico atribuída a um princípio fermenticível, e mais, o «aparecimento do açúcar na urina depende não de uma combustão incompleta do açúcar, mas da impossibilidade da destruição, em um tempo dado, de uma quantidade muito grande de açúcar que a irritação do sistema nervoso lança no sangue».

«Estas importantes descobertas do professor do colégio de França e de Chanac se não dão uma solução da questão variente (a sede do diabetes) preparam por assim dizer, o terreno fisiológico em que só podem, em minha opinião, medrar as verdadeiras idéias sôbre a natureza e sede da glicosúria».

(3) Bouchardat — *Chimie élémentaire avec ses principales applications aux arts et à l'industrie*.

(4) Claude Bernard — *Nouvelles recherches sur la cause et le traitement du diabète sucré*, 1849.

É como mensageiro desta renovação dos conhecimentos sôbre diabetes, que queremos consignar, aqui, a figura dêste aluno da nossa velha Faculdade de Medicina, o primeiro autor de um trabalho escrito sôbre o diabetes.

Documento mais comprovador da ciência ensinada nas cátedras de então, são as teses cujos pontos sorteados serviam para *proposições* sôbre a matéria. Este tipo de tese espelha perfeitamente a opinião da cátedra magistral, enquanto que o de dissertação goza de mais liberdade por parte do autor. Contamos com a tese da autoria do Dr. Firmino, José Dória (5) cujo *fac-simile* apresentamos; a primeira sôbre diabete, escrita na Bahia, e que, constituída tôda de proposições bem escritas, permite ficarmos aptos a ajuizar o que se ensinava naqueles tempos e naquela laureada Escola Médica brasileira, sôbre o diabetes.

São 30 proposições bem concatenadas, e que se lêem com satisfação.

1. A diabete é um estado patológico caracterizado pela presença na urina de maior ou menor quantidade de açúcar de fécula.

2. A existência de açúcar de fécula nas urinas dos diabéticos não era conhecida por Celsus, Aretêo e Galeno.

3. Não existem caracteres anatômicos próprios a diabetes.

4. As lesões dos rins são complicações e não razão anatômica da diabetes.

5. As alterações que se encontram do lado das outras vísceras não diferem daquelas que se desenvolvem no curso de outras afecções crônicas.

6. A sede, o aumento do apetite e da excreção urinária, o definhamento e a presença de açúcar na urina formam os sintomas da glicosúria.

7. A quantidade de urina está em relação com a das bebidas ingeridas.

8. O açúcar extraído da urina dos diabéticos é idêntico ao açúcar da fécula.

9. A quantidade dêste açúcar está na razão direta da quantidade de fécula contida nos alimentos.

10. A urina dos diabéticos além do açúcar de fécula tem outros caracteres, que poderão guiar o médico no diagnóstico.

(5) Firmino José Dória — Tese: *Algumas proposições sôbre a Diabetes*, sustentada perante a Faculdade de Medicina da Bahia, em 11-12-1854. Tipografia Camilo de Lellis, Largo de Santa Bárbara n.º 2, Bahia, 1.854.

11. Erram os que negam a existência do ácido úrico e uréia na urina dos diabéticos.

12. O açúcar insípido encontrado na urina dos glicosúricos por Mr. Thenard é uma mistura de açúcar de fécula com diversos sais.

13. As secreções dos diabéticos também contêm maior ou menor quantidade de açúcar de fécula.

14. O sangue dos glicosúricos contém açúcar.

15. A marcha da diabetes é ordinariamente crônica.

16. As complicações mais frequentes na diabetes são as lesões dos pulmões e dos rins.

17. A *polysuria* é a única moléstia que se pode confundir com a diabetes; o médico, porém, na análise da urina acha meios de discriminá-la.

18. A sede, o definhamento são sintomas que devem levar o médico a suspeitar e portanto deve analisar a urina do doente.

19. Provada a existência do açúcar na urina de qualquer doente, podemos sem medo de errar diagnosticar o diabetes.

20. A medicina não conhece meios capazes de, removendo o mal dos glicosúricos, promover a cura.

21. A causa primordial dos diabéticos nos é incógnita.

22. Ainda não está bem provada a influência do clima na diabetes.

23. A glicosúria rara na infância e na velhice afeta de preferência a idade de 30 a 45 anos.

24. Uma nutrição insuficiente e composta especialmente de alimentos feculentos, amiláceos sacarinos e bebidas fermentícias parece muito influir para a produção de diabetes.

25. As preparações alcalinas dadas aos diabéticos não têm preenchido o fim desejável.

26. A medicação tônica, reconstituinte e sudorífica, é a que deve ser aplicada aos glicosúricos.

27. Uma alimentação tônica e restauradora é a que se deve prescrever nos diabéticos.

28. As substâncias feculentas, amiláceas, sacarinas devem ser inteiramente proscritas aos glicosúricos.

29. A diabetes não tem a sua sede no estômago.

30. Penso com Mr. Bouchardat que a presença da diástase no estômago é um produto patológico.

A urina por vêzes serviu de ponto sorteado para dissertação. O Dr. Felix Antônio de Sousa (6), discorrendo com parcimônia sobre o assunto, citando Prout, o químico francês que identificou o açúcar da urina dos diabéticos com o açúcar da fécula, descreve o processo de defecação da urina por meio de sub-acetato de chumbo, destinado a afastar os elementos estranhos, — tornando por isto mais fácil a evaporação do líquido e a cristalização do açúcar na temperatura de 60°. Não deu notícia da pesquisa do açúcar pelo reativo cupro-potássico? o que é estranhável visto já então ser êle conhecido e praticado no mundo científico.

A terapêutica do diabetes isoladamente, ora serviu de ponto de dissertação, ora de proposições nas teses de doutoramento. O mais antigo desses trabalhos talvez seja o que se acha assim formulado na tese do Dr. Eloi José Jorge (7) sob a forma de proposições.

Em uma delas afirma que a terapêutica contra a diabetes tem sido até agora impotente, visto nada se saber a respeito da natureza, sede e causa da enfermidade. Noutra, citando Mialhe que é um dos teoristas da época, recomenda o uso da terapêutica pelos alcalinos, visto o sangue dos diabéticos ser pobre em substâncias alcalinas, fato este hoje perfeitamente comprovado mas interpretado diferentemente. Era a secura da pele, observada comumente nos diabéticos, que causava a pobreza do sangue em alcalinos, pois os ácidos ficavam retidos no sangue por falta de transpiração.

Esta proposição tem na proposição seguinte o seu corolário quando Bouchardat (outro grande teorista) aconselha o emprêgo dos revulsivos sobre a pele porque a diabete é ocasionada por

(6) Félix Antônio de Sousa — Tese: *Da urina e das alterações que esta sofre no diabetes e na urina albuminosa*; sustentada em 13-XII-1853. Tipografia Laemmert, Rua dos Inválidos n.º 61-B, Rio de Janeiro.

(7) Eloi José Jorge — Tese: *Qual o tratamento a prescrever contra a diabetes segundo as novas teorias dessa moléstia*. Sustentada perante a Faculdade de Medicina da Bahia, em dezembro de 1855. Tipografia Camillo de Lellis, Rua Santa Bárbara n.º 2, Bahia, 1855.

Albino Rodrigues de Alvarenga — *Diabetes*. Tese de concurso para uma vaga de opositor, na seção de ciências médicas. Tio, Tipografia Universal de Laemmert, Rua dos Inválidos n.º 61-B, 1870. Opositor de Ciências Médicas em 1871. Lente catedrático de Terapêutica e Matéria Médica em 1875. Diretor da Faculdade. 1892-1901.

uma supressão da sudorese, meio fisiológico de eliminar os ácidos e coisa impossível de se realizar por causa da aridez da pele.

Na proposição de mais relêvo para a terapêutica o comentador diz conforme a teoria de Bouchardat que os alimentos feculentos são os únicos que se transformam em açúcar no estômago em virtude de um princípio constante no suco gástrico; por isso é de prescrição rigorosa que os diabéticos se abstenham de comer este gênero de alimento. Obediente aos termos da sua tarefa, êle por fim dá noticia de uma recente indicação terapêutica contra o diabetes: o iodo, e na justificação que faz, estriba-se na opinião do teorista mais revolucionário da medicina francesa, padrão da nossa, senão da mundial. Vale a pena citar o trecho que tem o sabor especial de uma noticia. «E os Srs. Claude Bernard e Rayer têm observado que, conquanto este corpo não seja poderoso para debelar tão pertinaz enfermidade, ao menos tem o poder de fazê-la desaparecer por algum tempo».

De agora em diante estamos pois sob o auspício das famosas experiências de Claude Bernard, o grande fisiologista; há anos observa e descobre funções novas no organismo. Qual a repercussão que elas tiveram no campo teórico, no ensinamento official, e na produção intelectual saída das nossas Faculdades e consubstanciada nas lições e teses respectivamente dos professores e alunos.

Três teses se nos apresentam, como depoimento publicadas no Rio e na Bahia entre 1855 e 1858. Que revela o seu conteúdo?

No trabalho do Dr. Francisco Augusto Pereira Lima (8) lê-se a seguinte legenda na lingua francesa, indicativa da mentalidade de que o autor se imbuíu, ao versar o seu assunto — *L'application de la méthode de vérification scientifique à la médecine rationalisée cette science. Elle l'a dégagé des égarements du philosophisme, des entraves du scepticisme, des dangers, de l'empirisme (Golpin).*

Impossível lhe parece definir — glicosúria, dado o desconhecimento que envolve ainda a sua natureza, por isso que definir é «fazer conhecer a essência de uma coisa por meio de uma explicação justa e concisa».

O que se tem feito, por autores antigos e novos, é um resumo mais ou menos conciso da sintomatologia.

(8) Francisco Augusto Pereira Lima — *Qual o melhor tratamento da glicosúria fundado nos conhecimentos recentemente adquiridos sobre esta moléstia?* Tese sustentada em 14-12-1855. Empresa Tipográfica 2 de dezembro de Paula Brito, Impressor da Casa Imperial. Rio, 1855.

Faz citação de autores que se tem dado ao estudo da glicosúria. Prout, Rollo, Thenard, Depuytrem, Nicolas, Guendeville e recentemente Bouchardat — e apesar de tantas teorias a doença é cercada de verdadeiros cachopos onde têm naufragado tantas sumidades médicas.

«Estava adrede reservado para Rayer e Claude Bernard observar e interrogar o organismo por meio de experiências, única fonte de resultados férteis — sobre a glicosúria, lançando por terra o que Bouchardat espendera como verdades inquestionáveis».

A sua mentalidade bastante adiantada para o tempo, irrompe nas páginas do seu trabalho com considerações que estão perfeitamente sintonizadas com os nossos dias. Este trecho é uma prova: «A história nos mostra que em todos os tempos as doutrinas médicas têm sempre estado intimamente ligadas às idéias fisiológicas, que o progresso na patologia equivale sempre a adiantamento na ciência da vida. Consequentemente, os sintomas patológicos não devem ser considerados, senão como a pura manifestação da perturbação fisiológica, maneira esta de ver que é inteiramente contrária a opinião dos que julgam que os fenômenos patológicos são o resultado de novas propriedades desenvolvidas sob a influência do estado anormal e que a fisiologia jamais poderá esclarecer. Esta opinião, porém, é condenável no estado atual dos conhecimentos médicos e há muito que com razão se acha esquecida».

Na exposição que desenvolve sobre os trabalhos do «pai da experimentação, impressiona-se muito com um fato provado por Claude Bernard, que é o seguinte: o fígado do feto só tem açúcar depois de quatro meses de vida, antes deste período são outros órgãos que o contém. Não seria possível, pergunta, aproveitar este fenômeno biológico para servir de prova pericial, em medicina legal, para determinar a idade dos fetos?

Do relato que faz da obra experimental de Claude Bernard no que se refere a demonstração da função glicogênica do fígado, feito com método e lucidez ao transpor para a nossa linguagem os termos com que o grande fisiologista se exprimiu, tornou-se o Dr. Augusto Pereira Lima um legítimo veículo das mais adiantadas idéias sobre a fisiologia, com consciente intuito de aplicá-la ao campo da patologia da diabete e glicosúria.

São verdades carreadas por ele as que dizem respeito: a) produção do glicogênio às custas das substâncias não vegetais, (contra o que, antes de Claude Bernard, não se sabia, e constituía a melhor base para as idéias de Bouchardat dominantes até então); b) a demonstração da presença do açúcar no fígado, por

meio da decocção dêste órgão, e da reação positiva com o reativo cupropotássico ao contacto do decoto; c) comprovação da produção de açúcar no fígado mediante a famosa experiência da dosagem do açúcar no sangue da veia porta, e no sangue da veia supra-hepática sendo mais alto nesta do que naquela.

Da simplicidade e beleza desta experimentação, o nosso ilustre precursor não se contém e diz: «Desta experiência a lógica manda que se diga: o açúcar não existe antes do fígado e sim depois, logo é formado neste órgão».

Faz a seguinte distinção «uns açúcares são muito destrutíveis, outros são menos. Existe um limite de destrutibilidade para as matérias sacarinas». E continua: «Todos êstes resultados são muito interessantes porque nos mostram que é indeclinável necessidade que o açúcar seja destruído, a fim de que possa ser reduzido no organismo. O açúcar incessantemente secretado pelo fígado no estado fisiológico é completamente destruído pelo organismo por isso que não se o encontra nas excreções naturais, logo deve existir um agente que, reagindo diretamente sôbre a matéria sacarina, a faça desaparecer».

Complementação dêsse conjunto de idéias bebidas nos trabalhos de Claude Bernard é o apêlo que êle faz para o sistema nervoso como controlador desta nova função do fígado. O truísmo de hoje não deve deixar de enxergar a ousadia de ontem. «Esta nova função do fígado deve estar incessantemente dependendo do sistema nervoso como acontece com as demais secreções. E de fato é crê-lo em vista de dados positivos fornecidos pelas experiências positivadoras sôbre animais e impossível seria negar o fato, obtido pelos experimentadores hábeis».

Faz o histórico da experiência de Claude Bernard provocando glicosúria pela picada do assoalho no 4º vestibulo, e traz ao conhecimento de seus contemporâneos que o insigne experimentador da França considerava a influência do sistema nervoso sôbre a secreção do fígado como um ato reflexo, do qual o pneumogástrico era o fio condutor centrípeto e o nervo simpático, por seus filetes e gânglios, o fio condutor centrífugo, agindo diretamente sôbre o fígado.

«Ê pois incontestável que o órgão hepático é a sede da glicosúria. As autópsias o hão demonstrado excessivamente — volumoso e demasiadamente engorgitado e contendo quantidade de açúcar, mas a lesão causadora desta exageração da função onde residirá? Quanto a nós é no sistema nervoso.

Estava aberto o grande debate sôbre o diabetes, doença de fundo nervoso que de agora em diante vai agitar a diabetologia.

Mas na sua tese deve ferir também a questão terapêutica. Êle a sintetiza na sua exposição. Muitos são os medicamentos empregados e poucos os resultados. Traz o exemplo clínico de um caso curado, (doente afetado de glicosúria) tratado pelo professor Valadão com ópio. A ação específica sobre o sistema nervoso abona o seu emprêgo. Duas palavras sobre a dieta, que cumpre observar-se nesta enfermidade para usar de suas próprias palavras: «A dieta azotada, a que desde Rollo se procura submeter os doentes é a que deve ser prescrita e rigorosamente observada. Nada mais fisiológico»... Justifica a sua frase, lembrando que o açúcar se forma nos animais à custa das matérias albuminoides e que desta somente parte se consome na tal redução, ficando o restante destinado à nutrição do individuo; segue-se que, no glicosúrico, há um consumo maior delas, por isto também elas devem ser fornecidas em maior quantidade para impedir o efeito da inanição, a que seria forçosamente levado o paciente, no caso de ser apoucada a dieta azotada.

O trabalho do Dr. Pereira Lima deve ser considerado como o primeiro fruto das idéias de Claude Bernard, trazidas para o nosso meio científico através dos ensinamentos das cátedras de fisiologia.

A partir desta data, 1855, as teses publicadas nas Faculdades brasileiras, tôdas proclamam a índole nervosa do diabetes. Em sua dissertação sobre o ponto o Dr. Joaquim Antunes Marinho (9), depois de considerações gerais sobre o histórico, as condições etiológicas mais freqüentes, as teorias em voga de Bouchardat e Mialhe, dá noticias sobre os estudos modernos de Claude Bernard, e finaliza a sua tese com as seguintes considerações: «Depois de termos provado que o fígado é o órgão que por excelência goza da prerrogativa de fabricar açúcar, e que está debaixo da lei admitida pelos fisiologistas — que a secreção das glândulas tem lugar debaixo da influência de uma ação nervosa, que o verdadeiro nervo diretor no fabrico do açúcar animal é o pneumogástrico — é concludente que havendo uma moléstia debaixo do nome de diabetes, sua natureza não pode deixar de ser nervosa, e que sua sede não pode deixar de estar no sistema nervoso».

(9) Joaquim Antunes Marinho — *Como se explica hoje a produção da diabetes?* Tese sustentada perante a Faculdade de Medicina da Bahia, em novembro de 1857. Tipografia de Antônio Olavo da França Guerra, Rua do Tira Chapéu nº 3, Bahia, 1857.

A tese saída da Faculdade da Bahia, de autoria do Dr. Livínio de Bastos Varela (10), distingue-se por sua boa exposição, fazendo apurada citação bibliográfica, à medida que ela vai tocando nos pontos relativos à sinonímia, ao histórico e às teorias. Transcrevemos esta como contribuição à nossa história diabetológica.

Artêo — Dint. lib. 2º Cap., pág. 96 — Criador da palavra diabete, Ed. Haller.

Celso — A poliúria — Lib. 4, cap. 20, pág. 245, Ed. Haller.

Galeno — Conceptos de diabetes, doença renal. De locis affectis, lib. 6, págs. 66, 67, Bale, 1561.

Willis — Descobridor da urina doce. Pharust, rat, seet, 5º cap. cys. 5º, pág. 207. Oxford, 1674.

Rollo — Criador do regime restrito animal ou diabetes mellitus. Londres 1797.

Nicolas e Guedeville — autor da denominação Phtisuria assucarada — Rech. et expr. und. et chimie sur le diabète ou phytisurie. Paris 1805.

Bouchardat — Ann. de Therapeutique, 1841.

Mialhe — Memórias e Comp. à Academia Imp. 1844, 45.

Bell — Dirt. des études méd. sur le Diabètes.

Andral Bouilland — Dict. des médecine et chirurgie art. Diabètes.

Valleix — Guide du médecin praticien, 1. 5º, pág. 552.

Fabre — Dict. des Dict. de Médec. 1, 5º art. Diabètes.

Contour — These — Paris 1845.

Nysten — Dict. art. Diabètes.

A conclusão do seu trabalho é interessante porque traz a debate a significação da quantidade de açúcar no sangue, o primeiro até aqui que o faz. Diz: «Resumindo o que temos expandido nos três capítulos precedentes, concluimos: Que a substância açucarada da glicosúria consiste no produto exagerado da função glicogênica do fígado, exageração ocasionada por uma perturbação profunda do sistema nervoso; que essa substância é o açúcar do fígado e não açúcar de fécula ou glucose, e enfim que a proporção dessa substância açucarada relativamente à massa

(10) Livínio de Bastos Varela — *A substância açucarada da glicose em que consiste? O que é, e em que proporções se acha no sangue?* Tese sustentada perante a Faculdade de Medicina da Bahia, em novembro de 1859. Tipografia Poggetti de Catilina, Rua do Corpo Santo n. 47, Bahia, 1859.

sangüínea é impossível determinar por números, pois que essa substância varia em consequência das causas apontadas no capítulo terceiro (estado de digestão ou abstinência, local da circulação donde o sangue é extraído grau mais ou menos adiantado da glicosúria).

Todo cabedal exposto nesta tese de 1859 é bebido nas novas explanações oferecidas pelos estudos de Claude Bernard.

Uma tese que traz uma definição da diabete, formulada, é a do Dr. Francisco de Assis de Azevedo Guimarães, formado pelo Rio de Janeiro, mas aluno, parece, transferido da Bahia, pois as considerações pessoais que faz referem-se tôdas à pessoa daquela província (11).

A definição está assim formulada: «A glicosúria é uma moléstia caracterizada por poliúria, contendo matéria sacarina, semelhante ao açúcar de fécula, acompanhada de apetite notável, polidipsia, fraqueza e emagrecimento progressivo».

A sua exposição dá preferência ao aspecto clínico, por isso a sua descrição da sintomatologia é minuciosa. Estuda as complicações mais freqüentes que acompanham a doença. Tem-se notado que do meio para o fim da glicosúria elas, as complicações, aparecem. Tais são: flegmasias de alguns pontos do aparelho digestivo, dos rins, algumas nevroses, pneumonias, apoplexias, serosas, tuberculose pulmonar. Na província da Bahia, informa, há famílias que são hereditariamente diabéticas».

«A marcha da glicosúria é muito lenta, progressiva e rebelde muitas vêzes aos tratamentos empregados debaixo da melhor direção de hábeis práticos».

Muitos autores consideravam a glicosúria como moléstia de terminação fatal, no entanto Bouchardat, Mialhe e outros assinalam casos radicalmente curados. «Tenho para provar que a verdadeira cura é possível, certeza que o meu mestre, o Dr. Pimentel, em 1854, curou perfeitamente a uma senhora que se achava diabética, empregando apenas o ópio, (Dr. José Inácio de Barros Pimentel, professor opositor de ciências acessórias)».

Em 1857, seguindo a clínica do meu amigo o Dr. A. da Costa, vi dois diabéticos que foram completamente curados por preparações de ferro, infusão de quassia amara quase como bebida ordinária, pelo bolos diaforéticos de Bouchardat, pela alimentação azotada — portanto, para mim, é fora de dúvida que a glicosúria nem sempre é de terminação fatal. As gazetas médicas de Paris

(11) Francisco de Assis de Azevedo Guimarães — *Da glicosúria, suas causas, sede, sinais, diagnóstico, prognóstico e tratamento*. Tese da Faculdade do Rio de Janeiro, 7-12-1858.

quase todos os dias noticiam para nossa inteligência não só as curas completas da glicosúria como também os meios empregados».

Fazendo a relação das lesões anátomo-patológicas, sem maior interesse para nós, alude à raridade de lesões atroficas do pâncreas, afirma que os sintomas constituem sinais muito importantes para este, mas o exame de urina é o meio decisivo.

Entre os meios terapêuticos preconizados para o tratamento do diabetes, arrola o ópio, ferro, quinina, vesicatório, óleo de amêndoas doce (loção), óleo de fígado de bacalhau, (últimamente) mudança de clima, (as terras frias são mais favoráveis), águas minerais: Spa e Vichy, e termina esta parte da sua tese dando a seguinte informação pessoal: «Em 1818 o respeitável Dr. Manuel Joaquim Henriques de Paiva obteve na cidade do Salvador, estabelecer a muitos diabéticos, empregando não só a asa fétida misturada com o extrato gomoso de myrrha e a raiz de valeriana como também o cobre amoniacal na dose de meio a um grão dado duas vezes no dia».

E para terminar lança mão de uma analogia de seu mestre e amigo, Dr. Justiniano da Silva Gomes, professor de fisiologia da Faculdade da Bahia, comparando o fígado a «um verdadeiro senhor de engenho da economia animal» — o que é nas suas próprias expressões «senão verdade ao menos um parecer razoável e incontroverso».

Passam-se oito anos — como se houvesse caído no olvido a diabete, não se registra nenhum trabalho na Faculdade do Rio de Janeiro. Entretanto na Faculdade da Bahia multiplicam-se os trabalhos sobre o assunto. Em 1860 registra-se a tese no concurso para professor opositor de ciências médicas, sustentada pelo Dr. Luis Álvares dos Santos sobre «A glicosúria será devida à diminuição da alcalinidade dos humores? (12)». No ano de 1861, em igual concurso sustenta tese o Dr. João Francisco dos Reis versando a «Diabetes» (13).

Neste mesmo ano, três doutorandos sustentam tese sobre «Teoria do açúcar na economia animal». São eles os Drs. Cícero Álvares dos Santos, Teófilo Nunes Sarmento e Jacinto Silvano

(12) Luis Álvares dos Santos — *A glicosúria será devida à diminuição da alcalinidade dos humores animais?* Tese sustentada em maio de 1860 perante a Faculdade de Medicina da Bahia, no Concurso para Opositor da Seção de Ciências Médicas. Tipografia do Diário, Rua das Vassouras nº 13, Bahia, 1860.

(13) João Francisco dos Reis — *Tese sobre a diabetes*, sustentada perante a Faculdade de Medicina da Bahia, no Concurso para Opositor da Seção de Ciências Médicas. Tipografia de Antônio Olavo da França Guerra, Rua do Tira Chapéu nº 3, Bahia, 1861.

Santa Rosa: Eis as proposições em que Santa Rosa enfeixa seus conhecimentos sobre diabetes (13-A).

«Les expériences conduisent aux théories, et les théories sont ensuite confirmées par la pratique».

(Falconneau Dufresne)

1. O eminente fisiologista Claude Bernard, foi quem anunciou em 1848 que o fígado fabricava açúcar; fenômeno este olhado por alguns com surpresa e rejeitado por outros como contrário à lei da natureza.

2. O açúcar da economia animal tem duas origens, uma externa, proveniente dos alimentos feculentos e sacarinos, e outra interna produzida por uma ação própria do fígado.

3. O tecido hepático tem a propriedade de produzir uma matéria glicogênica que se transforma em açúcar pelo contato de um fermento que se acha no sangue.

4. Esta substância é de natureza amilácea e sua presença nas células do fígado é demonstrada pelo microscópio.

5. O amilo animal é o resultado de um ato vital do fígado, enquanto que sua mudança em açúcar é um fenômeno puramente químico.

6. O fermento existe formado no líquido nutritivo, mas sua origem até hoje é desconhecida.

7. O sistema nervoso mecânico e indiretamente regula a função glicogênica do fígado, impedindo ou aumentando o contato das duas substâncias que dão origem ao açúcar.

8. A formação da matéria glicogênica está sob a influência do grande simpático que é o moderador da circulação e secreções.

(13-A) Cícero Alvares dos Santos — *Teoria do açúcar na economia animal*. Tese sustentada na Faculdades de Medicina da Bahia, em novembro de 1861. Tipografia do Diário, Rua das Vassouras nº 13, Bahia, 1861.

Teófilo Nunes Sarmento — *Teoria do açúcar na economia animal*. Tese sustentada na Faculdade de Medicina da Bahia, em novembro de 1861. Tipografia Poggetti, Rua do Corpo Santo nº 47, Bahia, 1861.

Jacinto Silvano Santa Rosa — *Teoria do açúcar na economia animal*. Tese sustentada na Faculdade de Medicina da Bahia, em novembro de 1861. Tipografia de Antônio Olavo da França Guerra, Rua do Tira Chapéu nº 3, Bahia, 1861.

9. Picando-se ou galvanizando-se certos pontos do sistema nervoso, produz-se a hipersecreção do açúcar, devido à dilatação dos vasos do fígado.

10. Tôdas as circunstâncias, capazes de aumentar o afluxo do sangue no fígado, dão origem a fenômenos diabéticos.

11. A diabetes não é o resultado da falta de alcalinidade no sangue, como erradamente pensa Mialhe.

12. A destruição fisiológica do açúcar no sangue é um ponto que não está elucidado, talvez seja uma fermentação que se opera no seio do organismo.

Em 1864, ainda na Bahia a tese do Dr. Manuel Simões Daltro e Silva, e em 1865, eis que surge no Rio o trabalho do Dr. José Antônio da Silva Viana (14) que, repetindo as conhecidas considerações sobre o diabetes, inclusive experiências de Claude Bernard que «ocasionaram uma revolução no mundo médico» aborda a questão das «inflamações que se originam sob a influência desta afecção e da tendência particular de que são dotados para terminarem em gangrena. Deve-se ao Sr. Marchal de Calvi (15) a descoberta desta relação de causa e efeito. Antes de 1852, época em que, apresentando o primeiro fato de gangrena diabética, muitos tinham falado em flegmões e antrazes que se desenvolvem no diabetes, mas tinham-no como coincidência apenas. Vários observadores acudiram ao apêlo do Sr. Marchal e hoje a ciência conta muitos fatos que são a prova eloquente da sua opinião».

Merece um reparo de nossa parte a proximidade entre o aparecimento desta tese e o trabalho de Marchal de Calvi, escrito apenas há um ano e já merecendo leitura cuidadosa por parte dêste doutorando. Teria sido a novidade do assunto o móvel da preferência.

Eis que surge neste ponto, e é repetido de agora em diante pela maioria dos autores que tratam da questão do antraz nos doentes diabéticos, um nome de médico brasileiro que entrará na história, talvez mais por coincidência do que por fama. Trata-se

(14) Manuel Simões Daltro e Silva — *Glicosúria*. Tese sustentada perante a Faculdade de Medicina da Bahia, 1864.

José Antônio da Silva Viana — *Diabetes ou glicosúria?* Tese sustentada em 21-12-1865, perante a Faculdade de Medicina do Rio. Tipografia Perseverança, Rua do Hospício n.º 91. Rio, 1865.

(15) Marchal de Calvi — *Recherches sur les accidents diabétiques et essai d'une théorie générale du Diabète*. Paris, 1864.

do Dr. Aquino da Fonecca, de Pernambuco, de quem se diz que segundo êle: «os antrazes diabéticos são tão freqüentes no Brasil que êles são considerados patognomônicos do diabetes».

Os pontos prediletos de localização são: a nuca e a parte posterior do tronco, de ordinário só se forma um antraz pôsto que entre outros o Dr. Jordão (16) observou 22 em um indivíduo.

Colhe-se da leitura da tese que não apresenta nenhuma contribuição pessoal, verdades bem estabelecidas, que com o progresso dos estudos, foram se cristalizando. De fato se pode considerar o que êle diz a respeito da anatomia patológica da doença. «Não há lesão que possa explicar a moléstia. Pode-se dizer que o diabetes em si, não tem lesão anatômica que lhe seja peculiar, as alterações mais freqüentes se encontram consecutivas à moléstia e ao resultado da exageração de certas funções.

A par destas afirmações que não são nem podiam ser locuções próprias, o Dr. Silva Viana faz, na última página de seu trabalho uma confissão sincera sôbre o seu embaraço para dar sua opinião a respeito do diabetes, porque as teorias as mais bem concebidas por eminentes homens de ciência veem sofrendo, no debate, profundos golpes, tornando-se por isso em muitos pontos insustentáveis. Êle quer aludir às experiências de Claude Bernard, combatidas por Figuier, Sanson, Rouget, em sessões da Academia de Ciência de Paris. «Julgamos que a teoria da destruição do açúcar é admissível, que a glicogenia hepática perdeu da sua importância, que a influência do sistema nervoso oferece uma obscuridade em seu modo de atuar, que a nossa boa vontade não conseguiu esclarecer».

Seria o declínio das idéias levantadas por Claude Bernard e as esperanças de esclarecer por meio da glicogenia hepática, a verdadeira patogenia da diabete?

Em 1870, o Dr. Albino Rodrigues Alvarenga apresentou-se a concurso para uma vaga de «opositor» na seção de Ciências Médicas, escrevendo sua tese sôbre Diabetes (17). Foram seus concorrentes os Drs. Luís da Cunha Feijó Filho e Peçanha da Silva (18).

(16) Abel Jordão — *Estudos sôbre a diabetes*. Tipografia Acadêmica, Lisboa, 1864. (O Dr. Abel Jordão, doutor em Medicina pela Faculdade de Paris, lente da Escola de Medicina de Lisboa).

(17) Citados por Fernando de Magalhães. *O centenário da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, 1832-1932*. Tipografia Barthel, Rio, pag. 73.

(18) Feijó Filho — *Opositor de Ciências Médicas em 1871*. Lente de partos em 1872. Diretor da Faculdade de 1901 a 1910.

No registro de autores que no passado e no presente têm escrito trabalhos de valor sobre o diabetes, êle cita os nomes de Zacuto Lusitanus, notável médico português do século XVII, Cawly a quem se deve a glória de provar por meios químicos a presença do açúcar na urina dos diabéticos, em 1778; de Rollo (19) Mialhe (20), Bouchardat (21) Claude Bernard (22), Pavy (23), Griessinger, Jaccoud e Abel Jordão, lente da Escola de Medicina de Lisboa e autor de monografias em inglês e francês, sobre diabetes (24). Foi este lente da Escola Médica de Lisboa, um dos autores mais utilizados pelos nossos jovens doutorandos, para guia das suas dissertações. É que o mestre português teve uma boa fama em seu país e no estrangeiro como diabetólogo. Foi por intermédio dêle que o Dr. Aquino Fonseca tornou-se citação forçada, se assim podemos dizer, em matéria de complicação inflamatória, antraz, que sobreveem no curso do diabetes.

Na *Gazeta Médica da Bahia*, janeiro de 1883 e da autoria do Dr. Remédios Monteiro, lê-se: «Quando o Dr. Abel Jordão publicou em Paris a sua monografia — *Consideration sur un cas de diabète*, procurou saber a opinião dos médicos brasileiros a respeito desta moléstia, que só mais tarde foi estudada por Bouchardat e Claude Bernard». O único médico brasileiro que respondeu ao apêlo do Dr. Jordão foi o Dr. Aquino da Fonseca, de Pernambuco que informa «ser no Brasil, o diabetes, doença muito comum»... (25).

Foi o Dr. Abel Jordão uma notabilidade em seu tempo (26).

(19) Rollo — *An account of two cases of the diabetes, to which are added a general view of the disease*. Dois vol. London, 1797. (Traduzido para o francês e o alemão).

(20) Mialhe — *Nouvelles recherches sur la cause et le traitement du diabète sucré*. Paris, 1849.

(21) Bouchardat — *Du diabète sucré ou glycosourie, son traitement, hygiénique*, Paris, 1851.

(22) Claude Bernard — *Leçons de physiologie expérimentales*. Paris, 1855.

(23) Pavy — *Researche on the nature and traitement of Diabetes*. London, 1852.

(24) Abel Jordão — *Diabetes* — Brief summary of the Works repon — By W. S. Ruschenberg. Lisboa, 1867.

(25) Citado pelo Dr. Eduardo Fernandes de Magalhães. *Das Dermatoses Diabéticas*, pág. 4. Imprensa Nacional, Rio, 1888.

(26) Anais Brasiliensis de Medicina, n° 32, pág. 125, ano 1867. Relatório do Dr. Nicolau Joaquim Moreira sobre o opúsculo — Estudo sobre a Diabète — que o Dr. Abel Jordão, doutor em Medicina pela Faculdade de Paris. Lente da Escola de Medicina de Lisboa, presidente da Sociedade de

Na sua tese, o Dr. Albino Alvarenga (27) nega que o diabetes seja a enfermidade em progresso no país; é que os novos meios de diagnóstico fazem conhecer o diabetes muito mais precocemente, «não é preciso que êsses infelizes cheguem ao último período, o da autofagia, como acontecia outrora para ser diagnosticado. A moléstia logo no começo é revelada pelos reativos químicos».

Segundo alguns autores, o diabetes encontra nos climas quentes e húmidos uma condição favorável ao seu desenvolvimento. No Brasil porém, na zona septentrional a moléstia é rara. A respeito do sexo, o Dr. Alvarenga diz que na sua clínica o sexo masculino é o mais atacado. Quanto à idade, a adulta é a mais apropriada à doença; as idades extremas são poupadas. Quanto à constituição, não são os fortes, de musculatura, os mais sujeitos, mas sim, o aparentemente forte por gordura.

Em todos os tratados de patologia, diz, encontra-se que o traumatismo sobre a cabeça figura como causa poderosa para o aparecimento do diabetes; e cita-se em favor desta tese a estatística de Griessinger. Pode aparecer glicosúria apesar do acidente não determinar sintoma algum cerebral. Não há que estranhar essa consequência, porque aí estão as experiências de Claude Bernard, de Schiff e de Pavy, mostrando o papel importante que representam os centros nervosos de inervação.

E põe nesta parte uma pergunta, que êle mesmo responde: «Esta influência do sistema nervoso sobre a glicemia e daí sobre a glicosúria, admitida por todos, poderá explicar o diabetes verdadeiro, preventivamente desenvolvido? No estado atual da ciência não é possível dar uma resposta decisiva.

«Quanto à hereditariedade como condição para o aparecimento da glicosúria, a sua opinião e as observações de Abel Jordão e outros, não deixam dúvida sobre êste fator». Do lado dos alimentos, os feculentos em excesso são universalmente inculcados. As paixões deprimentes, as grandes emoções, o excesso venéreo, o onanismo, podem ser causas ocasionais».

Ciências Médicas — apresentou a esta academia com o fim de alcançar o título de seu membro correspondente.

Sou de parecer que o título de membro correspondente seja conferido ao autor da presente monografia. Rio, 30-4-1866 — Dr. Nicolao Joaquim Moreira.

(27) Albino Rodrigues de Alvarenga — *Diabetes*. Tese de concurso para professor opositor, na Faculdade de Medicina do Rio, sustentada em 1870. Tipografia Universal Laemmert, rua dos Inválidos nº 61-B. Diretor da Faculdade de... 1892-1901; então barão de São Salvador de Campos, visconde de Alvarenga.

Até agora conhecem-se seis teorias para a interpretação patogênica do diabetes, 1) a de Mialhe, 2) a de Reynoso, 3) a de Bouchardat, 4) a de Claude Bernard, 5) a de Pavy, 6) a de Schiff.

Antes de estudá-las vai avisando aos incautos: «Ninguém deve abraçar uma das teorias com exclusão das outras, visto como sendo extremamente variáveis as condições em que se desenvolve o diabetes, temos necessidade de adotar esta ou aquela interpretação conforme o caso especial que se apresentar à nossa observação».

Passando sobre o conteúdo dessas teorias, chamamos a atenção para o que elle diz a respeito de Claude Bernard: «Depois do trabalho de Pavy, Schiff e Rouget, a teoria de Claude Bernard, oriunda da glicogenia hepática, acha-se abalada».

Expondo a teoria de Schiff, segundo este experimentador, precursor da endocrinologia, o fígado é o foco do fenómeno diabético, mas elle é o foco *passivo*, «o fermento produzido em um ponto qualquer da economia, exerce sua ação no fígado».

O capítulo da tese sobre este ponto de vista termina, citando a definição de Jaccoud (28) que o satisfaz: «A diabete é uma moléstia da nutrição, uma distrofia sobre cuja patogenia a ciência ainda não disse a última palavra».

Fazendo a análise dos sintomas cardiais do diabetes, compara-os aos anéis de uma cadeia cujo primeiro elo é a glicemia, na bela frase do Dr. Jaccoud, diz.

Abre aqui o repertório das suas observações colhidas no exercício da sua clinica em Campos (29), por volta do anno 1858.

O seu cliente, Bento José Rodrigues Braga, tomava quantidade tal dos alimentos que servia de sobra para a alimentação de seis homens robustos e ainda não ficava satisfeito. O medico admirava-se que tal quantidade de alimento não provocasse nenhuma perturbação gástrica e era perfeitamente digerida.

Em continuação faz o estudo da sede, e do excesso de urina, e da presença do açúcar nelas. «Vejam os dois sintomas. Qualquer que seja a teoria patogênica, o que é fora de dúvida é que a glicemia é o fato primordial. Ora o sangue estando sobrecarregado de açúcar, e este não podendo todo ser utilizado para os misteres da nutrição é em natureza eliminado pelas secreções, máxime pela urinária e daí a glicosúria».

(28) Jaccoud — *Traité de Pathologie Interne*, par S. Jaccoud, professeur à la Faculté de Medicine, 5^e Edition. Paris, 1877.

(29) Foi o Dr. Albino Alvarenga, barão de São Salvador de Campos, visconde de Alvarenga, medico da Câmara Imperial.

«A fisiologia e a física nos auxiliam na explicação da secreção exagerada das urinas. Os líquidos de calor específico mais elevado se dirigem para aquêles cujo calor é menos elevado; daí a água que tem o calor específico mais elevado servir para *endosmosar* os outros líquidos.

«A hidratação dos líquidos muda a direção das correntes endosmóticas, e mediante o jôgo dêsses dois princípios físicos o candidato justifica, no organismo, a afluência da água para os vasos e daí o engorgitamento aquoso, produzindo pressão intravascular exagerada, a qual nos rins se traduz por aumento da secreção urinária».

O emagrecimento é sinal que nunca falha, êle reflete o grau de adiantamento em que se acham as desordens da nutrição que constituem o diabetes. Dos órgãos dos sentidos chama a atenção para a visão, cujas perturbações são diversas, as mais comuns são a catarata e ambliopia.

«As ereções, os desejos venéreos faltam ordinariamente: o ato venéreo pode ter lugar, porém sempre infecundo. A causa desta perturbação é ainda cercada de trevas. Se alguns apelam para a impossibilidade da existência dos espermatozoides no líquido seminal carregado de açúcar; pela observação microscópica, ali têm encontrado êstes animáculos em tôda a vitalidade».

«A dismenorréia e a infecundidade são freqüentes, os catamênios diminuem, tornam-se irregulares e desaparecem. A constante passagem de urina carregada de açúcar pelas vias urinárias de ambos os sexos, produz rubor, prurido, acidentes êstes que no homem podem causar fimoses e balanites».

Algumas vêzes os diabéticos apresentam perturbações da sensibilidade, consistindo em hiperestesias, anestésias, nevralgias diversas.

Importantes complicações dão-se nos órgãos respiratórios, tôdas elas apresentam rebeldia e gravidade características. As bronquites, e as pneumonias não se resolvem, passam a estado crônico, freqüentemente terminam em gangrena. Um dêsses doentes acabou vítima desta complicação: «cumpre-nos declarar que diagnosticamos a gangrena logo que apareceu aquêle cheiro *cadaveroso* dos escarros e da exalação pulmonar».

Afirma que a tuberculose pulmonar, na estatística de autores, ataca cêrca de metade dos doentes. Não esquece os furúnculos, os antrazes e os flemões, os quais terminam sempre por gangrena. Chama a atenção para o aparecimento espontâneo da gangrena; a tendência para as extremidades inferiores dos membros; mas pode acometer também os membros superiores, o sacro e o períneo.

A terminação destes casos é quase fatal, umas vezes antes da eliminação da escara, outras depois desta, em consequência de abundante supuração e septicemia».

A marcha do diabetes é lenta; é doença essencialmente crônica. Não raro suspende a sua marcha e fica estacionária; as forças se conservam, permanece ligeira a poliúria e a polidipsia, ficando o doente no estado em que os ingleses chamam diabetes gordo, estado em que pode durar anos.

A média para duração do doente é de dois a três anos. Causas que levam perigo para a vida do doente: a) o depauperamento progressivo a que levam às *perversões da nutrição*; b) *ftisis pulmonar*; c) *antrazes, flemões e gangrenas*.

Relata o destino de três casos da sua clínica em Campos: um morreu de gangrena pulmonar e outro (José Pontes Linhares) de tuberculose, depois de uma longa duração, pois era êle homem robusto, lavrador, casado, de bons costumes, vivendo em condições higiênicas, sem predisposição hereditária para a tuberculose; e o terceiro, morreu de cholera morbus, na epidemia que reinou em Campos no ano de 1867».

Ao tratar do diagnóstico, a suspeição de alguns fatos ainda que fúteis, merece atenção do médico. Narra que «consultado por um homem inteligente, êste diz-lhe desconfiar de estar sofrendo de urinas doces — porque tôdas as manhãs encontrava em seu urinol grande quantidade de formigas bebendo a urina — e com efeito analisando-a encontrou notável quantidade de açúcar».

Estabelece o diagnóstico diferencial de verdadeiro diabetes e do diabetes insípido, com a glicosúria efêmera, que «podem dar-se em certos estados patológicos, tais como febre intermitente, varíola, cholera morbus, algumas nevroses, mas nestes casos ela é passageira e desaparece com as causas que lhe deram origem. «Convém observar, (acrescenta êle), que a glicosúria passageira pode tornar-se persistente e dar lugar a um diabetes, por isso o médico não deve negligenciar no exame repetido das urinas, sem perder de vista a expressão sintomática para firmar um juízo seguro».

Aconselha reserva quanto à glicosúria transitória, pois ela pode tornar-se persistente e declarar-se diabetes verdadeiro.

São numerosos os meios para reconhecer o açúcar na urina, cita vários, entre êles — o processo de Maumène (uma tira de merinó branco mergulhado na solução de bicloreto de estanho, secada), o processo de Fromherz, de Berlim, o aparelho de Biot, para desvio da luz polarizada.

«Antes de conhecidos os trabalhos do professor Bouchardat, o prognóstico fatal era o único que se fazia! Depois que o emi-

nente professor de Higiene da Faculdade de Paris apresentou ao mundo suas observações de 30 anos, o prognóstico do diabetes se não perdeu a gravidade, deixou ao menos de ser irremediavelmente fatal».

A persistência da glicosúria depois da supressão do uso dos alimentos feculentos é muito mau sinal, pois revela que o diabético já faz açúcar à custa dos alimentos azotados ou da própria substância.

As lesões anatômicas encontradas nos indivíduos mortos de diabetes são diversas e variáveis. «Elas não merecem a importância que se lhes tem dado». Nem nos rins, nem nos órgãos digestivos, nem no fígado se encontram lesões próprias a doença. Depois das brilhantes experiências de Claude Bernard, voltaram-se para este órgão as atenções dos patologistas, mas estas esperanças foram frustradas». Os resultados das autópsias não corresponderam ao que eles esperavam».

A medicação preconizada para tratar o diabetes, é a mais variada e contraditória entre si. O visconde de Alvarenga faz um grande elogio ao velho Bouchardat, autor do melhor regime alimentar antidiabético, fadado a obter, do organismo diabético, os seguintes objetivos: a) impedir o açúcar de se formar; b) favorecer sua destruição; c) interromper o hábito patológico.

Faz o elogio da medicação alcalina indicada por Mialhe, sobretudo das águas minerais com alusão às águas brasileiras, dizendo: «Nós poderíamos aconselhar as nossas águas alcalinas que as temos boas e em grande abundância; mas elas estão localizadas em lugares de difícil acesso e não tem acomodações indispensáveis para o uso das águas; mais tarde porém, quando as nossas condições melhorarem, certamente estas fontes serão aproveitadas e não precisaremos estar a aconselhar as águas estrangeiras».

Depois de mencionar as diferentes drogas animais e vegetais que estavam em voga no seu tempo, conclui o ilustre candidato à vaga de professor opositor, da seção de ciências médicas por falar, com muitos justificados elogios, na hidroterapia, como auxiliar poderoso na cura do diabetes. «Com efeito, a hidroterapia, ativando a circulação geral, desenvolvendo a circulação e calorificação periférica, favorecendo enfim a nutrição deve ser de grandes vantagens em uma moléstia de langor como o diabetes, onde todas as funções estão deprimidas».

Este trabalho em estilo doutoral teve alguma repercussão na sua época, tendo merecido citações em posteriores publicações relativas a questões sobre a diabete.

Em 1871 aparecem na Bahia quatro teses sôbre «Glicosúria» dos Drs. Antônio Bonifácio Sousa Brandão, Euclides Alves da Rocha Ferreira, Pedro Borges Autran, Pedro Gomes Argolo Ferreira; em 1878 a do Sr. Henrique Dias de Melo sôbre a Patogenia do Diabetes.

Coube ao doutorando Manuel Dias de Melo Meneses gravar nas páginas do seu trabalho datado de 1881, a notícia do «vulto eminente, do grande atleta da ciência — Claude Bernard, cuja perda irreparável ela acaba de sofrer» (30).

Não acompanharemos pari-passu as considerações que êle faz, porque são elas tôdas as já versadas nos trabalhos anteriores. Anotamos sômente aquêles pontos que teriam sido, na época, expressão de verdade ousada para o tempo com nota viva de observação real.

Assim vejamos: «Os obesos são mais sujeitos ao diabetes do que os magros. A herança é um fator diabetogênico facilmente observável. (Griesinger, Soegen, Schultz, Stirrer, Pavy). Dentre as profissões são as sedentárias as mais suscetíveis de concorrerem para o diabetes (cita a estatística de Cantani).

Estudando as diversas teorias sôbre a patogenia do diabetes, quando aborda a de Mialhe, baseada na incompatibilidade entre a glicose e os álcalis entenda-se, tôda vez que a glicose se acha em meio alcalino, ela se destrói completamente. Para negar a veracidade desta teoria diz: «O sangue é normalmente alcalino, o mesmo sucede no diabético. A acidez dêste líquido seria incompatível com a vida. Combatendo a Reynoso, cuja teoria consistia na queima da glicose na intimidade dos pulmões, diz: «Está hoje cabal e irrevogavelmente provado que a combustão não se efetua apenas no pulmão, mas que tem lugar em todos os tecidos do nosso organismo».

Será talvez na cronologia brasileira do diabetes o primeiro que escreveu sôbre acetonúria, pois anterior a esta data (1881) nenhuma alusão percebemos escrita por outrem. Diz textualmente: «A acetonúria ocasiona algumas vêzes sintomas nervosos muito graves e precursores de uma perturbação, tendo êles alguma semelhança com os chamados urêmicos».

Kussmaull cita a propósito dois casos de acetonúria em que a morte teve lugar dêste modo. Os sintomas acetonúricos tinham sido precedidos de perturbações gástricas. A dispnéia se caracte-

(30) Manuel Dias de Melo Meneses — *Diabetes*. Tese sustentada em 10-12-1881, perante a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Tipografia de J. D. de Oliveira, rua do Ouvidor n° 141, Rio.

rizava por inspirações muito profundas e os doentes se conservavam muito agitados».

Há controvérsia a respeito da quantidade de uréia existente no sangue. «A análise da uréia não é feita senão nesses últimos tempos», e junta a isto o que dizem Petenkoffer e Voit, isto é, que no diabetes a uréia existe em maior quantidade do que no estado fisiológico, seja qual fôr o gênero de alimentação. Os elementos minerais (sulfatos, cloretos, etc.) acham-se aumentados nas urinas. Os cloretos passam de 2 g a 4 e 5 g no diabetes».

Estudando os sintomas clássicos, não traz à tela nenhum moderno conceito, cifra-se à citação de Rubner, Jaccoud e Bennestein; faz, porém, alusões a um sintoma que nos parece merecer um comentário — «É o que êle chamou fraqueza muscular», a qual se apodera do infeliz desde o começo até o fim. Todo exercício, todo movimento acarreta a fadiga. Este sintoma não está em relação com a intensidade da glicosúria, êle é às vêzes acentuado quando ela é mínima».

Falando das complicações mais freqüentes trata das inflamações da pele, furúnculos, antrazes, gangrenas... A respeito desta faz uma afirmação de natureza histórica, que é a seguinte: «A gangrena pode ser espontânea». Foi o Dr. Aquino da Fonseca, o primeiro que observou em Pernambuco seu aparecimento. Só mais tarde, em 1851, 52 e 56 é que Marchal de Calvi, tendo observado inúmeros casos, considerou-os um sintoma certo da moléstia».

As manifestações oculares, no curso do diabetes, merecem do autor particular estima. A divulgação que faz da matéria, na época, deve ter sido das mais adiantadas — não esquece o valor do exame feito pelo oftalmoscópio, para o diagnóstico das lesões do nervo ótico.

Tratando da anatomia patológica, focalizando o coração e o sistema circulatório, que apresentam lesões, sobretudo do músculo cardíaco que sofre invasão degenerativa grânulo-gordurosa. As artérias sofrem uma degenerescência ateromatosa e gordurosa, — «das suas paredes que se encontram mesmo nos *cadaverados* meninos, que tem sucumbido vítimas do diabetes».

Entre os diversos meios de diagnóstico dá notícia pela primeira vez do reativo de Fehling, tão conhecido, mas que na sua tese de 1881 aparece como novidade.

Não apresenta, ao chegar, no capítulo referente ao tratamento nenhuma contribuição parecendo não ter acompanhado nenhum paciente da especialidade, e por isso torna-se um eco dos autores estrangeiros, sobre o tratamento do diabetes, seja dietético, seja medicamentoso.

O ano 1881 foi dos mais férteis em trabalhos sôbre diabetes. Nêle defendeu tese o Dr. Joaquim Guimarães de Paula Barbosa e duas teses das mais extensas foram escritas nesse ano escolar, uma a que acima comentamos, outra a que vamos comentar. É esta, da autoria do Dr. Manuel Ramos de Araújo Pereira (31), espírito dado às letras e revestido, parece, de convicções filosóficas, beirando o positivismo, doutrina em moda, na classe acadêmica, entre civis e militares, nas últimas décadas do século XIX.

Abriga-se o doutorando ao dar início à sua tese, nos seguintes versos de Byron: «My way is to begin with the beginning. The regularity of my design, Forbids all wondering as the whost of sinning. (Don Juan) (Byron).

A sinonímia do diabetes que cita é a mais completa possível, porque adjudica a cada sinônimo um autor.

Parece que o diabetes era doença conhecida na Índia porque em dois livros antigos encontra-se a expressão — Madu-mehê, que quer dizer: urina de mel. Ao procurar dar uma definição da doença, traz à baila o nome de Picot de quem toma a seguinte: Diabetes é um processo mórbido, apirético, de marcha lenta, caracterizado pela presença permanente de um excesso de açúcar no sangue, e pela eliminação dêste açúcar, pelas urinas, acompanhado de aumento de sede e fome, produzindo no fim de tempo mais ou menos longo, a consumpção geral do organismo pela destruição rápida de suas matérias.

Desenvolve depois disto noções sôbre a digestão e absorção dos glicídios e pergunta qual o destino desta glicose absorvida? Existe normalmente açúcar no sangue? E responde afirmativamente com a descoberta do químico italiano Ambrosiani em 1835, ao qual seguiram-se os trabalhos de Magudie, Mac Gregor, Schmidt, no mesmo sentido. Claude Bernard avaliou em 0,90 por 1.000 a taxa de açúcar no sangue do homem, e Picot em 1,25%. Esta proporção quando sobe para 0,4-0,5% produz glicosúria mórbida.

Certos estados mórbidos podem aumentar ou diminuir o açúcar normal das urinas. Rollo, Berthelot, Reveil, e outros

(31) Manuel Ramos de Araújo Pereira — *Diabetes*. Tese defendida em 7-12-1881, Cadeira de Patologia Interna. Rio de Janeiro, 1881.

Manuel Ramos de Araújo Pereira — *Sinonímia do Diabetes* — Diabetes (Arêteo) Syphonen dipsactus, Dyatthéa urinna (Aeteo) (Dipros-serpente); Tabes Urinalis (Avicena); Tabes diuretica (E. Müller); Dysenturia nephretica (Christophorus a Vega) Polyuria (Seidel); Diabetes mellitus (Cullen) Diabetes anglicus (Mead) Phthisuria açucarada (Nicolas e Guideville) Polyuria açucarada (Alibert) Mellituria (Robert William) Diabetes açucarada (Pinel) Glisósúria, Sacharurrhêa (Porry e Bouchardat).

acharam muito açúcar nas urinas das mulheres prenhes, fato contestado por Lecorché (32). Certas substâncias medicamentosas e tóxicas têm o poder de determinar glicosúria segundo Harley, (experiências de Loconte, Bock, Ewald, Pavy e Chevalier).

Divide a patogenia do diabetes em dois campos; de um lado estão os que dão como causa da doença a produção excessiva de glicose e são. Bouchardat, Jaccoud, Popper, Claude Bernard, Pavy, Schiff; do outro lado estão os que explicam a glicemia por falta de destruição da mesma: — Mialhe, Álvaro Reynoso, Dechambre, Pettenkoffer, Voit, Cantani. Analisa as teorias correntes sobre a patogenia do diabetes, fazendo-lhes a síntese e a crítica imediata, com bastante vivacidade, atando a cada uma o seu pedestal de barro. Nem o próprio Claude Bernard, criador da glicogenia hepática escapa ao seu escape.

A propósito da teoria da glicogenia hepática de Claude Bernard diz: «Curvamos a fronte ante o valor dessas descobertas, não desconhecamos o impulso dado à fisiologia experimental pelo lúcido discípulo e sucessor de Magendie, mas seja-nos permitido aplicar à glicogenia hepática as seguintes palavras de um dos maiores pensadores do século atual: Augusto Comte (33) ... aucun but défini et qui n'ont abouti qu'à encombrer la science de détails oiseaux et incohérents».

No desempenho da sua crítica à teoria de Claude Bernard, o doutorando positivista lança mão de uma argumentação usada pelo Dr. Francisco Pinheiro Guimarães (34), dêste modo formulada: 1) O fato do sangue das veias supra-hepáticas conter mais açúcar que o da veia-porta, não prova que o fígado forme açúcar. 2) Os vasos eferentes do cérebro contêm mais colessterina do que os aferentes e ninguém dirá que o cérebro tem por função secretar esta substância».

E arremata as suas objeções com dizer: «A teoria da glicogenia, tão brilhante, tão engenhosa, não explica o diabetes, e se se provar a função glicogenética do fígado, ela serviria apenas para os casos de glicosúria simples».

Voltando ao ponto de partida, isto é, à sua concepção patogênica do diabetes, diz que está de acôrdo com as idéias do illus-

(32) Lecorché — *Comptes rendus de l'Académie des Sciences*, 1857, n° 10.

(33) Augusto Comte, *Cours de Philosophie Positive*, v. 3.º, pág. 225.

(34) Francisco Pinheiro Guimarães, 1832-1877. Doutor em Medicina pela Faculdade do Rio, em 1854. Lente catedrático de Fisiologia em 1870. Citação tirada de sua tese de concurso.

trado professor Torres Homem (35) que assim a define: «O diabetes para nós consiste numa perversão da nutrição em virtude da qual os alimentos feculentos e açucarados não são assimilados e acumulados no sangue, tendem a ser eliminados pelo seu emunctorio renal. É o mesmo processo da quilúria. Em que consiste esta perversão, qual as suas condições patogênicas e sob que influência dá-se essa perversão, são questões que ficam postas e sem solução ainda. Tudo parece demonstrar que a influência no sistema nervoso não é estranha a patognimia do diabetes».

A propósito da influência da hereditariedade no diabetes, menciona a genealogia de uma família francesa, transcrita do livro de Jules Cyr (36). Também à propósito da questão — diabete e idade, traz a contribuição de Henry Leveux (37) que relata casos de diabete em criança desde um ano de vida.

Relativamente à influência da alimentação como condição para a gênese do diabetes, diz «essa influência não está bem determinada», traz à baila as contradições dos autores! Picot, Andral, Cantani e o nosso Alvarenga (38) de quem cita as palavras: «Qualquer que seja a influência patogênica da alimentação feculenta nos parece que esta obra por seu poder nutritivo insufficiente e pela diminuição da reparação orgânica segundo a opinião de Hepe». Para demonstrar que no Brasil a doença não é freqüente, em contradição ao que autores estrangeiros dizem a prejudicar o nosso clima quente, diz: «Consultando os relatórios da Junta de Higiene do Rio de Janeiro de 1870 a 1880 achamos raríssimos casos de morte por diabetes».

O traumatismo direto ou indireto sob a cabeça, pode ser seguido de glicosúria, e lembra o caso referido pelo Dr. Torres Homem (39) ocorrido na pessoa do ilustre médico, o Sr. barão de Teresópolis (40). A intercorrência de doenças outras na gênese do diabetes não é desconhecida de ninguém. O impaludismo, a gota, as afecções morais, os abusos venéreos e do tabaco, a prenhez, a lactação; e termina o capítulo com a questão posta por Kamps e Thomann, do contágio, opinião esta que não mereceu de Abel Jordão a menor consideração.

(35) João Vicente Torres Homem — *Lições de Clínica Médica feitas na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, 1867-1881*. Segundo volume, Lição XLV; Diabetes Sacarina. Editores Lopes do Couto & Cia.

(36) Jules Cyr, *Etiologie et diagnostic de la glycosurie et du diabete*.

(37) Henry Leroux, *Diabète dans les enfants* — These, Paris, 1878.

(38) Albino Alvarenga, *Diabetes*, Tese de Concurso.

(39) *Revista Acadêmica*, 15-8-1880, Rio de Janeiro.

(40) Francisco Ferreira de Abreu, barão de Teresópolis, do Conselho da Imperial Câmara, da Academia Imperial de Medicina.

É uma doença insidiosa, e muitas vêzes, antes que chegue à observação do clínico, já tem plantado suas raízes no organismo. Os cinco sintomas fundamentais na expressão do Dr. Jaccoud, são discriminados: dois referentes à secreção urinária (poliúria e glicosúria), dois à função digestiva (polidipsia e polifagia) e um da nutrição geral (autofagia). Estuda cada um dêsses sintomas sob uma forma muito bem sistematizada o que não era comum em publicações da sua época. Isto prova o cuidado que êle pôs na execução da sua tese.

Tratando do que êle chama — sintomas secundários — refere-se ao desenvolvimento na bôca de parasitas — *Leptotrix buccalis*, o *Oidium albicans* — que na nossa atualidade mereceu do saudoso professor Annes Dias, o mais moderno dos nossos diabetólogos tanta significação como sinal de acidose, nesta e noutras doenças.

Abordando as perturbações observadas para o lado do aparelho genital, enumera entre as mais conhecidas a esterilidade masculina por supressão da secreção espermática (41). Entre as complicações faz menção ao trabalho do Dr. Aquino da Fonseca, de Pernambuco, que diz ter os antrazes diabéticos orificio pequeno, pus côr de chocolate, e cheiro de mel fermentado, e ajunta a esta outra informação, a de que êles são tão freqüentes em sua província que o povo por êles diagnostica o diabetes, fato que ao Dr. Araújo Pereira parece descabido.

A sensibilidade da pele merece de sua parte certa admoestação contra o emprêgo de vesicatório, processo terapêutico usual em seu tempo. Cita o caso de Peter, cuja doente diabética com bronquite curou-se desta com o vesicatório, mas morreu de gangrena em consequência do cáustico.

Qual a causa da gangrena, pergunta? Não é preciso admitir a tal diátese de Marchal de Calvi, basta admitir-se que o açúcar, trazendo espessamento do sangue e portanto dificuldade de circulação nos capilares cutâneos, facilita a gangrena. A respeito da catarata diabética cita Off (42): «A respeito também da perturbação nervosa do diabetes, cita um médico português (43) e Worms que, na sessão da Academia de Medicina de Paris de 28-9-1880, apresentou uma memória sôbre as nevralgias no diabetes, e afirma que elas estão ao pro-rata da glicosúria.

(41) Kalinowski — *Da diabete*, Tese, Paris, 1866.

(42) Off — *Altérations des yeux dans le Diabète*, Tese, Paris, 1876.

(43) Manuel Gomes da Silva — *Fenômenos nervosos do diabetes*, Tese, Lisboa.

Com referência à duração dos doentes diabéticos, basea-se sòmente em autores estrangeiros; não tem nenhuma experiência. Cita Contour (44) que fala de um caso que durou 30 anos. A morte pode ser lenta ou súbita. Ela sobrevem por diversos modos: a) esgotamento do organismo; b) complicações; c) operação intempestiva; d) moléstia intercorrente.

Na falta de lesões constantes, obtempera o autor, nada há de positivo sôbre a anatomia patológica. Cada patologista localiza a sede da moléstia em um órgão da sua predileção e faz a êste respeito um comentário jocoso: «É bem espirituosa a frase de um humorístico autor inglêz: «c'est une maladie étonante, puisque pareille à Homère que toutes les villes de la Grèce s'enorgueillissaient d'avoir vu naître, chacun des principaux organes du corp prétend aussi être son siège anatomique» (45).

O diagnóstico basea-se sôbre análise química da urina; outra não se dispunha dêsses meios. Enumera e descreve os meios de revelar o açúcar na urina, dividindo-os em três grupos: os organolépticos, os físicos e os químicos. Dêstes descreve os seguintes processos (Mialhe, Krause, Hensefeld, Müller, Pettenkoffer, Neubauer) e ainda os reativos de Trommer ou Fromkerz, Fehling, Bottger e Buttcher. Os organolépticos são a fermentação, as manchas brancas por evaporação da urina, e a viscosidade da urina, experimentando-a na palma da mão. Os físicos são a densimetria e a polarimetria por meio dos aparelhos conhecidos de Solcil, Robiquet, Mischerlich e Biot. Mas, diz o Dr. Araújo Pereira citando Duhomme em sua comunicação à Sociedade de Terapêutica de Paris (46): «Reconhecida a presença do açúcar nas urinas, não está *ipso facto* provado a existência do diabetes, atendendo a que diversos estados mórbidos e até mesmo fisiológicos, podem determinar uma glicosúria passageira».

A gravidade do diabetes era de fato indubitável e admitida por todos os autores antigos. Nesser aconselhava aos diabéticos que fizessem seu «testamento». Atualmente esta gravidade tem diminuído muito, a razão desta melhora é que a dificuldade de diagnosticar só permitia reconhecer a doença em seus últimos períodos. Passa a citar o número de casos de cura dos autores mais famosos como diabetólogos:

Pavy, Heller Griesinger, Bouchardat, Cantani, ponderando entretanto com Lecorché que êstes casos deviam ser glicosúria

(44) Contour — *Du diabète*, Tese, Paris, 1814.

(45) *Impressions et Aventures d'un diabétique à travers la Médecine et les Médecins*, traduit de l'anglais, 1879, pág. 45.

(46) *Journal de Therapeutique de Gubler*, janeiro, 1878.

sintomática. Tanto mais grave é a doença quanto mais moço é o doente. (Na estatística de Redon, citado por Cyr em 32 diabéticos meninos, 22 morreram).

«Uma inteligência cultivada que compreenda o valor das prescrições médicas e meios pecuniários que permitam a execução destas, são condições que também influem no problema prognóstico». Eis aqui uma sentença, que ainda hoje vale o que estas palavras significam.

Ao abordar a questão terapêutica diz que ela continua a ser uma incógnita apresentada à investigação do sábio e à experiência dos clínicos. Citando as palavras de Brouardel (47): «cada autor se apressa de publicar os resultados que estão de acôrdo com sua doutrina favorita». E toma ainda dêste autor outra passagem que destaca — «Critica-se a teoria de Bouchardat, porém, os seus mais fortes adversários recomendam a abstenção de feculentos; combatem a teoria de Mialhe, mas reconhecem os bons efeitos da medicação alcalina. É que as teorias caem, mas os métodos terapêuticos delas derivados subsistem».

Depois de citar as passadas prescrições dietéticas — como pão de gluten de Bouchardat, o de farelo de Prout (48), os biscoitos de amêndoa doce de Pavy, os biscoitos de inulina de Kultz, o pão de lichen da Islândia, etc., tem a coragem de dizer: «O melhor é permitir pequena quantidade de pão comum especialmente a códea terrada».

Analisando os diversos alimentos preconizados pelos autores, menciona coisas estravagantes como o que mandava Rollo comer: «toucinho tão rançoso quanto o estômago possa suportar». Cantani preconizava gordura pancreatizada, isto é, gordura feita com um pedaço de pâncreas de boi ou de carneiro. Cita o «menu» composto por Bouchardat, especialista no assunto, que se tornou célebre nas cozinhas de diabéticos parisienses.

A propósito do tratamento pelos alcalinos, idéia fundamental da terapêutica aconselhada por Mialhe e que teve e tem ainda hoje bastante aceitação, convém transcrever o que, a propósito dêle, escreveu E. Labbé (49): «nasceu de um fato falso e de um princípio verdadeiro — a lei de Chevreul — os alcalinos favorecem a oxidação das substâncias orgânicas».

(47) Brouardel — *Études critiques des diverses médications employées contre le Diabète*, Tese, Paris, 1860.

(48) Prout — *Inquiry into the nature and trat. of Diabetes*, London, 1825.

(49) E. Labbé — *Joual de Therapeutique de Gubler*, 1878.

Esta terapêutica é talvez o único ponto da história do diabetes em que existe acôrdo entre os autores embora haja divergência na interpretação da ação do agente químico.

Dá noticia ainda neste capítulo do tratamento de uso popular na República do Peru como remédio contra o diabetes, do suco da Cana Agria, cujo estudo foi feito pelo Dr. Evangelino Lopes e publicado na revista francesa (50).

Faz referência também ao Dr. Henrique de Paiva, citado na tese do Dr. Francisco de Azevedo Guimarães (Rio — 1855) que curou um caso de diabetes com asa fétida, e extrato de mirra e raiz de valeriana. Antes de terminar, pois o faz trazendo uma observação clínica, diz estas palavras «nunca um inimigo foi tão poderoso em presença de tantas armas»!

«J. B. carpinteiro, 25 anos, constituição fraca, entrou para o Hospital da Misericórdia onde foi ocupar o leito 21 do Serviço Clínico da Faculdade a cargo do professor Torres Homem, em 2-5-1880 e teve alta a 29-5 do mesmo ano. O tratamento constou de estricnina, ópio e alcalinos».

Aqui é ocasião antes de passarmos a outra tese, de prestar homenagem a este eminente mestre da medicina brasileira, professor A. V. Torres Homem, cuja notável lição sobre diabetes sacarina é um trabalho dos mais completos para o seu tempo, basta a transcrição do sumário para que se perceba a grandeza desta lição XLV, publicada no seu 2º volume de clínica médica.

«Observação de um doente de diabetes sacarina. Análise quantitativa do açúcar, da uréia e dos fosfatos que continha um litro de urina deste doente 24 horas depois de sua entrada para o hospital. Glicosúria, diabetes, sacarina e diabetes insípida. Diferenças que as distinguem — causas da diabetes sacarina — influência do tabagismo — sintomas fundamentais da moléstia — sintomas secundários — fenômenos iniciais insólitos que indicam a presença de glicose nas urinas — diagnóstico — valor de certos reagentes químicos na descoberta do açúcar na urina — prognóstico — teorias patogênicas da glicemia — apreciação destas teorias — a teoria da glicogenia hepática parece a mais racional — causa primordial da presença da glicose em excesso na massa sangüínea — o primeiro elo da cadeia que representa o processo mórbido diabético é uma perversão funcional dos centros nervosos ligada a uma lesão material ou a uma alteração meramente dinâmica destes centros — tratamento da diabetes sacarina

(50) Journal de Therapeutique de Gubler, 10-4-1877.

— meios higiênicos e meios medicamentosos — fatos que abonam a eficácia de certos agentes terapêuticos».

Na Bahia, em 1886, foram apresentadas à Faculdade de Medicina as seguintes teses: Dr. Boaventura da Rocha Pais sobre glicosúria, Dr. Antônio Alves Teixeira Júnior, sobre diabetes açucarado, Dr. Domingos Augusto de Azevedo: glicosúria ou diabetes açucarada; Inácio Firmo de Almeida Xavier, Remígio Gomes Guimarães, Alberto Campos Velho: Da Glicosúria. Em 1887 ainda na Bahia, Arcolino Antônio de Abreu e Francisco Caludino de Lima e Moura sustentaram teses sobre «A Glicosúria».

A tese do Dr. Eduardo Fernandes de Magalhães foge ao modo até agora seguido pelos alunos da Faculdade que em geral tratavam do diabetes no seu todo, esta trata do diabetes sob o aspecto de suas relações com a pele (51).

Começa por fazer a pesquisa histórica sobre a frequência do diabetes em nosso meio e das suas peculiaridades dado o nosso clima e hábitos alimentares. A sua opinião leva-o a subscrever o que a respeito do estado da literatura médica brasileira disse o Dr. Haddock Lobo: «melancólico, repugnante e vergonhoso».

O doutorando de 1888 não encontrou trabalho algum publicado naquele tempo sobre o diabetes. Sendo o seu assunto relacionado com a influência do clima sobre o diabetes examinou de início o livro de Sigaud (52) que nenhuma referência faz ao diabetes nem no texto nem na bibliografia.

Em acréscimo a esta informação traz a de que no «Catálogo» (53) organizado pelo Dr. Carlos Costa para a Exposição Médica Brasileira de dezembro de 1884, encontrou sobre diabetes: dois artigos na *Gazeta Médica da Bahia*, um artigo do Dr. José Lourenço de Castro e Silva, do Ceará, na *Gazeta dos Hospitais* (ano II, 1851) sob o título: «Observações de diabetes em uma criança de 10 anos de idade», e 16 teses do Rio e da Bahia.

Continuando a informar sobre a sua pesquisa histórica, afirma que «Consultando os Anais Brasilienses da Medicina, o mais antigo de nossos jornais, a *Gazeta Médica da Bahia*, e a *União Médica do Rio*, deparei alguns artigos, quase todos transcrições, sobre particularidades de sintomatologia no tratamento do diabetes».

(51) Eduardo Fernandes de Magalhães — *Das Dermatoses Diabéticas*, Tese apresentada em 29-9-1888. Imprensa Nacional, Rio.

(52) Sigaud — *Du climat et des maladies du Brésil*, H. Sigaud, 1844.

(53) Catálogo da Exposição Médica Brasileira, realizado pela Biblioteca da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, dezembro 1884. Autoria do Dr. Carlos Antônio de Paula Costa, bibliotecário (638 páginas) 8.079 números compunham a exposição bibliográfica, organizada por Carlos Costa com o auxílio de Vale Cabral e Brito Silva.

Na coleção da Biblioteca da Faculdade de Medicina, nada encontrei que me habilitasse a julgar da freqüência da diabete entre nós e correlatamente das dermatoses respectivas. E por fim esta confissão: «os doutorandos consultavam livros estrangeiros — o que importa estudar em terra estranha o que aqui se passa».

A pergunta que a si mesmo formulou — é ou não freqüente a diabete no Brasil? Em busca de solução para esta pergunta examina as teses mais novas, da autoria dos Drs. Ramos de Araújo e Melo Meneses, e a tese de concurso do barão S. Salvador de Campos, não achando resposta positiva sobre esta questão. Alude ao professor Torres Homem que em sua famosa lição sobre diabete diz «aproveitar a presença de um diabético no seu serviço, o que raras vezes sucede, para dar uma lição sobre a moléstia, «muito freqüente entre nós, é verdade, porém excessivamente rara no Hospital da Misericórdia».

Amplia o ambiente de seu inquérito para o meio profissional, quando, então, tem oportunidade de consultar os maiores clínicos, relativamente à freqüência da diabete no Brasil, e às dermatoses específicas.

Começa pelo Sr. barão do Lavradio (54), que confessa só ter visto em vida de clínico 12 casos de diabete, sendo 11 pretos e um branco. A causa da doença é má alimentação, abuso de aguardente, de fumo, e uso do «pango», substância proibida pela municipalidade. Em 30.000 crianças, (registro clínico da Santa Casa) só duas crianças eram diabéticas. Quanto à dermatose observou prurido nos órgãos genitais e na nuca antrazes.

O barão de São Félix (55), clínico há mais de 40 anos, encontrou freqüente a diabete, mais no sexo feminino que no masculino, em indivíduos fortes. Não viu manifestações cutâneas. O barão de Ibituruna acha a doença freqüente, não viu porém manifestações cutâneas.

O Dr. José da Silva (56) julga estar se tornando freqüente a doença, observou um caso de dermatose. Dr. Martins Costa (57) diz ser bastante freqüente a diabete, observou mais de 30 casos,

(54) Barão do Lavradio — José Pereira Rêgo — De 1851 e 1853 redator dos *Anais Brasileiros de Medicina*.

(55) Antônio Felix Martins, barão de São Félix — 1812-1882 — Lente catedrático de Patologia Geral em 1855. Da Academia Imperial de Medicina. Do Instituto Histórico e Geográfico.

(56) João José da Silva — 1835-1887. Formado pela Faculdade de Medicina do Rio, catedrático de Patologia Geral em 1878.

(57) Domingos José de Almeida Martins Costa — 1848-1891. Formado pela Faculdade de Medicina do Rio. Lente da 2ª Cadeira de Clínica Médica em 1883. Da Academia Imperial de Medicina.

dos quais alguns tiveram eczema e um teve antraz. Dr. Peçanha da Silva (58) considera a diabete doença nova nesta capital, viu apenas prurido na região inguinal. Dr. Luís Lima, pensa o contrário, porém não viu manifestações cutâneas. O conselheiro Nuno de Andrade (59) considera rara a doença. Tem visto prurido generalizado. O Dr. Cipriano de Freitas (60) viu muitos casos de diabete, muitos dêles com furunculose e antrazes. O Dr. Monteiro de Azevedo (61) considera freqüente a moléstia e tem observado nevralgias. Na opinião dos Drs. Barbosa Romeu (62), Francisco de Castro (63), e Benício de Abreu (64), a doença não é freqüente. Finalmente o Dr. Júlio de Moura (65) parece ser a doença no Rio de Janeiro menos freqüente que alhures, um de seus doentes teve imptigo e antraz.

O autor da tese Dr. Eduardo de Magalhães, com razão, conclui que reina a maior divergência sôbre a questão.

Levando a questão para o ambiente do país, publica no seu trabalho um quadro estatístico, por êle colhido no último relatório apresentado ao ministro do Império pelo Sr. barão de Ibituruna, sôbre a mortalidade por diabetes nas capitais das Províncias (66). O que se colhe é tão pouco que o autor da tese desconfia dos dados e lamenta mais uma vez o desinterêsse dos médicos em publicar os «tesouros de sua experiência».

Entrando no terreno próprio da sua tese, diz que nenhum órgão do organismo é mais sujeito à ação perniciosa causada pela

(58) João Damasceno Peçanha da Silva — 1839-1893. Doutor pela Faculdade de Medicina do Rio. Catedrático de patologia interna em 1875. Da Academia Imperial de Medicina.

(59) Nuno de Andrade — 1851-1922. Formado pela Faculdade de Medicina do Rio. Lente de Higiene em 1884, da 1ª Cadeira de Clínica Médica em 1888, Presidente da Academia Nacional de Medicina.

(60) Cipriano de Sousa Freitas — 1853-1925. Professor catedrático de Anatomia patológica em 1883. Diretor da Faculdade em 1913. Membro da Academia de Ciências e da Sociedade de Medicina de Lisboa.

(61) Monteiro de Azevedo.

(62) Barbosa Romeu.

(63) Francisco de Castro — 1857-1901. Professor Catedrático de Clínica Propedêutica em 1891. Diretor da Faculdade em 1901.

(64) José Benício de Abreu — 1848-1906. Formado pela Faculdade do Rio. Lente de Patologia Geral em 1887. Presidente da Sociedade de Medicina.

(65) Júlio de Moura.

(66) Barão de Ibituruna — Quadro sôbre a mortalidade por Diabete: Manaus, 0, Belém, 0, São Luís, 1, Recife, 1, São Salvador, 3, Vitória, 0, Niterói, 2, São Paulo, 0, Paraná, 0, Desterro, 1.

diabete do que a pele. Ela é pálida, muito sêca, sem vitalidade no dizer de Jordão, em parte pela função excessiva dos rins.

Reproduz a classificação das dermatoses, dada em aulas, em 1883, pelo Dr. Martins Costa, quando fêz lições sôbre a diabete (67). Dêste ponto para diante o autor passa a estudar as conseqüências das alterações patológicas observadas na diabete (como êle chama no feminino) e diz textualmente: «faltando o açúcar os gastos orgânicos far-se-ão à custa da albumina circulante, da gordura e do tecido muscular, dando como resultado a autofagia». E ainda em função desta, acrescenta: «na mais aguda febre não há tanta oxidação de substâncias albuminosas, nem tanto resíduo azotado, como sem febre, se dá com os diabéticos».

Limitando as suas vistas para o seu tema, diz que o que mais interessa sob o ponto de vista das dermatoses diabéticas é: não havendo combustão da glicose, converte-se esta em corpo estranho, como são estranhos todos os corpos inassimiláveis ou a isto reduzidos.

Fazendo uma digressão pelos fenômenos nervosos que também costumam acometer os diabéticos, fazendo salientar as contribuições experimentais de Claude Bernard, Schiff, Echaid, Cyon, Munke, Kleber, entrosa êstes fatos experimentais com as deduções clínicas apuradas respectivamente por Trousseau, Jordão, Torres Homem e outros práticos, (como êle diz) «que não hesitavam por admitir entre as variedades de diabete, a forma nervosa, cerebral e cérebro-espinhal». E para maior arrimo das suas tendências psicológicas a favor desta entidade patológica, vai buscar no livro recente de Frerich (68), a palavra de Charcot. «Le système nerveux mal peut rendre compte d'une dyscrasie telle que le diabète qui l'attaque à la composition chimique des hormones et des tissus, et tout l'équilibre de la nutrition».

Esta definição parece que não teve outro fim senão encaixar no seu assunto uma novidade de que se fêz o arauto, a abolição do reflexo rotuliano, observada pelo Dr. Bouchardat, que, em 66 doentes, a observou 19 vêzes. «Entre nós cabe a primasia da observação ao professor Martins Costa, que em dois doentes da 9ª Enfermaria, para os quais chama a nossa atenção, encontrou o reflexo abolido.

(67) Dermatoses diabéticas. Causa interna: origem luética, origem nervosa, origem vaso-motora; causa externa: origem parasitária, origem não parasitária.

(68) J. Frerich — *Traité du diabète*. Traduzido do alemão por Lebanski, 1885.

O seu trabalho ficou metodizado sob o seguinte critério: 1º período de diabete em que aparece a dermatose; 2º, se há sintomas particulares que a distinguem das outras dermatoses; 3º, qual a frequência das dermatoses diabéticas.

Respondendo conforme o critério adotado vai dizendo: não há sintomas particulares à dermatose diabética. Aqui o Dr. Eduardo Magalhães revolta-se contra a divulgação da «*existência de singulares antrazes diabéticos no Brasil*» — feita de há muito nas páginas do livro conhecido do Dr. Abel Jordão, que, transmitindo ao mundo científico as informações do Dr. Aquino da Fonseca sobre estes malfadados antrazes, tornou-se o vulgarizador de uma noção bastante duvidosa. «Não se publica obra alguma no estrangeiro que não traga os singulares sintomas apresentados pelos antrazes dos diabéticos entre nós depois que o Dr. Jordão em sua publicação feita sobre a espécie, assim exprimiu-se: «Todos êsses fenômenos tão freqüentes no Brasil (pobre Brasil! quanta injustiça), segundo o Dr. Fonseca, não consta porém que tenham sido observados entre nós. E os clínicos daqui ignoram tanta originalidade».

É do maior interesse a continuação dêste debate escrito na tese do doutorando de 1888, que pôs nesta questão a sua flâmula patriótica. Leiamos: «Contraporei a opinião de um respeitável médico, contemporâneo do Dr. Aquino da Fonseca, o Sr. Doutor Moscoso que desde 1845 exerce vasta clínica em Pernambuco onde também dirige as do Hospital Militar e da Caridade. Em nota que me foi confiada com a autorização de a publicar, notável facultativo informa que nunca lhe constou ser a diabete freqüente na capital ou interior de Pernambuco, sendo para êle novidade a afirmação do contrário feita pelo Dr. A. Fonseca e pelo Dr. Jacoud em seu dicionário. Acrescenta que nos poucos diabéticos que tem tratado nunca observou fenômeno que não fôsse geralmente conhecido, não considerando os furúnculos e antrazes como as mais freqüentes complicações da diabete, notando, porém, que a gangrena, esta sim, aparece nos diabéticos ao menor motivo».

«O que pois se tem repetido a êste respeito é destituído de fundamento: nem os antrazes são freqüentes nos diabéticos brasileiros, nem a diabete se afasta dos moldes comuns».

Animado sempre de patriotismo o jovem médico apela para reuniões e Congressos Médicos para melhor conhecimento dos problemas médicos nacionais, e, em comprovação dos bons frutos dessa reunião, refere ao que se viu naquela que no momento se realiza, na última sessão do qual o Dr. Vitorino Batista falou sobre «A Diabete» (69), referindo-se a sua observação em

Campos. Salienta a influência que tem o «herpetismo» sobre esta moléstia, não tendo obtido resultado com a antipirina e outros meios congêneres; no entanto com o ópio, o resultado tem sido bom.

Continuando o critério que se traçou no estudo das dermatoses diabéticas aborda o eczema, a respeito do qual diz criteriosamente, que não se deve deixar de fazer o exame das urinas; é dever do clínico fazê-lo, mas pretender distinguir o eczema tomando por critério a cronicidade e o prurido ou rebeldia ao tratamento comum, parece-lhe isto coisa inadmissível.

A furunculose tem explicação fundamentada na ação irritante da glicose sobre os tecidos, e não na ação dos germes que possam infectar as lesões.

A sede do antraz não tem significação para ser ou deixar de ser diabético. O antraz diabético é acompanhado de fraca reação febril, e pequena é a sensibilidade do processo.

A respeito das gangrenas, diz que a úmida é a mais frequente; a sêca confunde-se com a senil. Estado mórbido em que se reúnem tôdas as circunstâncias determinativas de gangrena, diz o autor, não conhece outro igual ao diabético. Ei-las: embaraços da circulação, inanição celular, diminuição da temperatura e perturbações nervosas. Lembra ainda o mal perfurante como um processo de nevrite diabética, citando neste ponto os autores franceses Le Bret e outros.

Lembra ainda entre as dermatoses que podem ser observadas no curso da diabete, podendo se originar do processo patogênico diabético, o xantoma, o papiloma, e o lichen plano.

São estas as últimas palavras da sua tese de doutorado: «Lamento mais uma vez que os registros da clínica nacional não ofereçam meios regulares de elucidar as importantes questões ligadas às dermatoses de origem diabética».

Naquele mesmo ano o médico conde de Mota Maia (70), tratava o imperador Pedro II doente com diabetes. Em 1887 havia estado o imperador em Paris e lá consultado os famosos cientistas franceses Brown Sequard, Charcot e o Dr. Bouchardat que lhe haviam receitado iodeto de ferro, extrato de valeriana e sulfato de estricnina (71).

As plantas medicinais brasileiras eram aproveitadas no tratamento do diabetes. Diz o Dr. Licurgo Santos na sua História

(70) Cláudio Velho da Mota Maia — 1845-1897 — Formado pela Faculdade do Rio, lente de Anatomia Topográfica, Medicina Operatória e Aparelhos, em 1880, do Instituto Histórico e Geográfico.

(71) Informação de Licurgo Santos Filho, História da Medicina do Brasil, pág. 159, vol. 2.ª. Editora Brasiliense Ltda. São Paulo.

da Medicina no Brasil que o povo usava «erva pombinha ou quebra-pedra (phyllanthus niruri) contra diabetes. Peckolt (72) na sua História das Plantas Medicinais e úteis do Brasil, edição de 1889, escreve falando da Gaviroba «dizem que o uso do palmito cura diabetes» e estudando o Jarivá: «O palmito é considerado muito útil contra a diabetes».

Em 1888 aparecem na Bahia as teses dos Drs. Manuel Secundino de Sá sobre a «Glicosúria» e José Nunes Sobral sobre «Estudo clínico dos fenômenos nervosos do diabetes».

Em 1889, no Rio, apresenta-se a concurso para professor de Fisiologia o Dr. José Carlos Ferreira Pires, com a tese «Sobre a Diabetes»; e o doutorando Antônio Lobato Velho Lopes defende a sua tese sobre «A Diabete» (73). Começa dando uma definição da diabete sob esta forma:

«Diabete é uma distrofia constitucional, caracterizada por uma alteração profunda da nutrição geral dos tecidos, constituída por uma diminuição do movimento de assimilação, que torna os tecidos menos aptos para consumir o açúcar». E acrescenta em apoio da definição que adota: «Tudo o que fôr capaz de retardar a nutrição pode ser apresentado como causa de diabete; assim falta de exercício, vida sedentária das cidades, insuficiência de ar e luz, ação moral sobre o físico». E ainda em corolário diz textualmente: «É a moléstia dos homens políticos, sábios, financeiros, nos quais o coração e o espírito estão constantemente agitados por emoções».

Por mão do jovem Dr. Antônio Lobato Velho o famoso nutrólogo francês Bouchard, criador do artritismo, de agora em diante passa a ser referido pelo porvindouros (74). Eis o que diz: «Bouchard, por uma sagaz interpretação das experiências de Claude Bernard, demonstra que a principal utilização do açúcar consiste em uma verdadeira assimilação pelos tecidos, o que é mais que uma simples oxidação: O açúcar em última análise, goza de um papel plástico, ao mesmo tempo que o de gerador de calor e de força».

A questão da eliminação do açúcar na urina se baseia, no final das contas, em um rutura do equilíbrio entre a formação

(72) Teodoro e Gustavo Peckolt. *História das Plantas Medicinais e úteis do Brasil*. Edição de 1889, págs. 67 e 107.

(73) Antônio Lobato Velho Lopes. Tese apresentada em 4-9-1890 à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Tipografia Carioca, Rua Teófilo Otoni n.º 145. Rio, 1890.

(74) Bouchard — *Des maladies par relentissement de la nutrition*.

do açúcar pelo fígado e a sua assimilação pela economia. Mas, qual a causa do rompimento dêsse equilíbrio?

«A prova, diz Bouchard, que os tecidos podem consumir mais açúcar de que o fígado pode produzir, é que injetando açúcar no sangue em quantidade grande não se provoca glicosúria nem mesmo glicemia, no estado normal. O homem não pode comer enormes quantidades de açúcares, de feculentos, sem se manifestar glicosúria. Mas se a formação do açúcar torna-se excessiva ou se a propriedade que tem os tecidos de consumir o açúcar fica enfraquecida a ponto de igualar a produção, nestas condições a menor quantidade de açúcar introduzida, basta para produzir a hiperglicemia e conseqüentemente a glicosúria». O autor adota este ponto de vista: «Tudo se faz mediante influxo nervoso. O estudo da influência do sistema nervoso sobre as metamorfoses das matérias nutritivas, na intimidade dos tecidos, acha-se apenas começada».

Faz o estudo da sintomatologia conhecida, anotando que no fundo de cada sintoma o que influi é a hiperglicemia do sangue, di-lo, pleonasticamente. Ao tratar da polifagia transcreve da tese do Dr. Alberto Velho (75), o caso clínico de um diabético, «por ele observado no Hospital da Misericórdia da Bahia, que muito amável para com os companheiros de enfermaria, ao mesmo tempo que os distraía, ia-lhes furtando as sobras de pães. Interrogado por que assim agia, desculpou-se que por causa de sua fome impertinente, era obrigado a passar por tais vexames». Este fato banal sem maior significação vale apenas como ilustração da história pitoresca da diabetologia.

Vamos nos despedir de seu trabalho, transcrevendo um período, no qual resume o que, no fim do século passado, corria como o assentado em matéria de diabetes e seus problemas clínicos. «Sendo a diabete uma distrofia constitucional caracterizada por uma diminuição dos movimentos de assimilação, que torna os tecidos menos aptos para consumir o açúcar, a nossa conduta deve ser ativar as mutações nutritivas, fato que, se não fizer desaparecer de todo o mal, ao menos diminui-lhe a intensidade. O tratamento pode ser higiênico, profilático, terapêutico e farmacêutico».

O problema da glicosúria persistente no diabetes açucarado foi objeto da tese de Manuel de Sousa Veras, em 1892, na Bahia.

A atividade científica nas escolas médicas brasileiras, no início do novo século, no campo da diabetologia conta com duas teses, uma de 1901, escrita na Bahia, pelo Dr. Francisco Boni-

(75) Dr. Alberto Campos Velho — *Bahia, Tese sobre a Glicosúria*, 1886.

fácio Mariani, outra, do Rio, escrita pelo Dr. Francisco Carlos Reveibel (76). Por angústia de tempo só faremos comentários sobre este último trabalho. Ele acha-se dividido por sete capítulos que se arquivam sob os seguintes itens: 1) Histórico, 2) Etiologia, 3) Anatomia Patológica, 4) Patogenia, 5) Sintomatologia, 6) Diagnóstico e Terapêutica, 7) Tratamento.

Enunciado que merece destaque por ter sido afirmado naquela época e faz parte hoje do currículo patológico do diabetes (sobretudo maltratado!) é o que em suas palavras se lê: «Em alguns casos o sangue tem cor leitosa, quando contém um acúmulo de gorduras; é menos alcalino que no estado fisiológico; contém um excesso de uréia matérias extrativas, ácido úrico, hipúrico, inosita e por exceção acetona». Relativamente a anatomia patológica faz afirmações históricas no sentido de ter sido Cowley em 1788 quem primeiro observou alterações anatômicas do pâncreas, no diabetes, observações que tiveram em Lancereaux um confirmador entusiástico, criando um tipo clínico que dos seus trabalhos para diante, foi designado com o nome genérico de diabetes magro ou pancreático. As lesões constatadas no pâncreas consistem em uma atrofia total ou parcial, de preferência na porção caudal do órgão.

Por mão expositor entra o conhecimento (não digo que tenha prioridade) de que a cauda do pâncreas tem importância na patogenia do diabetes. No capítulo da — Patogenia — dá «preferência à teoria de Lepine por sua originalidade e engenhosa concepção» ele diz que depois que os patologistas atribuíram o diabetes pancreático à supressão de uma função desconhecida do pâncreas, ele Lepine, esforçou-se em descobri-la e crê tê-la encontrado, afirmando que esse órgão produz um fermento que, recebido pelo sangue, iria ou contribuir para a destruição da glicose ou participar da elaboração perfeita da matéria glicogênica».

O autor alude a todas as objeções levantadas contra esta teoria, por Dominicus, Remond, Marinesco e Glaput. Até agora, diz o autor, todas as teorias eram arquitetadas de acordo com a idéia dominante de que a hiperglicemia e a glicosúria provinham de uma hiperprodução de açúcar, mas como outros observadores pensaram que não havia exagero de produção, mas sim falta de consumo, trataram de dar corpo a teoria fundamentada nesta maneira de interpretar a questão, a qual é dia a dia menos contestada. E termina com estas palavras, que ainda hoje têm todo cabimento: «São tão numerosos os elementos patológicos que concorrem a constituir o diabetes que é, sem dúvida alguma, impossível

(76) Francisco Carlos Reveibel — *Do diabetes açucarado*. Tese defendida na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, em 27-10-1902. Tipografia Bernard Frères, Rua do Hospício n.º 138, Rio, 1902.

formular atualmente uma teoria unitária, explicativa desta moléstia».

A glicosúria já não constitui o diabetes porque muitas outras moléstias podem apresentar este sintoma. A característica da glicosúria diabética é a persistência da mesma: vale mais que a quantidade e o aumento da densidade da urina. A azotúria não tem dependência nem proporção com o açúcar, podendo ganhar cifras surpreendentes até a caquexia. A fosfatúria é observada não em todos os casos. A albuminúria quase sempre existe na urina dos diabéticos. A acetona, a inusita, ácido úrico e hipúrico podem ser encontrados; a levulose existe raramente.

Entre as coisas que pouco significam, mas que impressionavam ao meio e à época, está sua afirmação de que o hálito do diabético tem cheiro de batata pôdre. A respeito da tuberculose no diabético, lembra que pode começar traiçoeiramente, com fenômenos assustadores, não digo para o doente, mas para o médico, pois marcha com celeridade incalculável para o desfêcho. Para se acobertar de surpresas o médico deve examinar a urina de quase todos os seus clientes. O doente, não raro, é que vem dizer ao médico que tem a urina doce. Faz uso do licor de Fehling, mas na dúvida lança mão dos reativos de Barreswil, de Trommer e Copagnolli. A análise da urina não deve ser só qualitativa, mas quantitativa. Estas e outras questões práticas, merecem do autor considerações de ponderação quanto ao diagnóstico, para o qual os antecedentes do paciente (herança), modo de viver, predisposição (obesidade) concorrem para evitar que diagnostique falsamente e não perceba as complicações pulmonares descritas. E faz a recomendação da ausculta minuciosa dos pulmões.

O prognóstico é sempre velado. Nos casos graves a morte é fatal, em época curta raramente além de dois anos. Um cuidado inteligente do doente, observância do regime, consegue muito; nesta moléstia o doente deve ser o seu próprio médico. O diabético quase sempre termina sucumbindo na luta travada com a série de acidentes intercorrentes. O coma diabético é a intercorrência mais temerosa. O coma tem explicação para uns, na produção de ácidos diacéticos e derivados, «o de que ninguém mais duvida é que não seja ele devido a uma combustão incompleta da glicose».

Houve tempo que os regimes exclusivos quer láteo, quer cárneo, dominaram o tratamento diabético, restando hoje, dissecadamente a lembrança. O autor acha que se deve proporcionar aos diabéticos o uso moderado das frutas, (mencionando pêcego, amora, figo, maçãs, peras), as quais poderiam com razão entrar no cardápio da mesa do diabético. Da notícia do regime de «batata» preconizado por Mossé que dirigiu uma Memória à Aca-

demia de Medicina de Paris, em 2 de fevereiro de 1902. O extrato hepático foi ensaiado por via retal, na dose de 60 gramas, por Roques (77). Ainda como novo recurso terapêutico usado nos últimos tempos, faz menção do «levedo de cerveja», cujo estudo foi feito por Beylot (78). Nas complicações cirúrgicas é lícito intervir. No tratamento da gangrena pouco se tem progredido.

Eis que surge em Strasburgo Von Mering e Minkowski empunhando um facho à feição daquele que há 50 anos mais ou menos erguera no ar o grande Claude Bernard, impulsionando os conhecimentos no campo da Fisiologia, dando força a esta ciência particular para intervir na diabetologia em consequência da função glicogênica e da picada do quarto ventrículo, explicando muita coisa até então incompreensível, mas incapaz de resolver o problema patogênico da diabete.

No prólogo da sua tese defendida em 1902, diz o Dr. Galdino do Vale: «Recaiu a nossa opção sobre a eterna e magna questão da patogenia do diabetes mellitus, particularizando-a do dúbio ponto de vista das suas relações com o pâncreas (79).

Repete o sentido deste período nas palavras francesas de Trousseau «Il était réservé à notre époque d'aprocher de cette solution bien que la phatogénie du diabète reste et doive rester probablement longtemps encore, entourée de beaucoup d'obscurité».

A sua tese compreende três capítulos: a) o pâncreas e o seu funcionamento normal; b) estudo experimental do diabetes; c) dedução e teoria.

Entrando no assunto, faz o autor a seguinte narração, entre histórica e informativa: «Foram êles os profissionais da escola de Strasburgo, Von Mering e Minkowski que em 1889 tiveram a satisfação de ver se reproduzir no animal operado o quadro exato do diabetes grave. Estava, pois, iniciado com êsses laboriosos fisiologistas o futuro no estudo experimental, o vasto repertório das verdades científicas» (80).

O fato experimental não tardou a ser utilizado por Lepine, professor de Lyon, que, baseado nêle, foi além, dando uma interpretação bastante lógica e sugestiva sobre a patogenia do diabetes (81).

(77) Germain Roques — Tese 1889, Bordeaux.

(78) Beylot — Tese 1896.

(79) Galdino do Vale — Tese apresentada em 19-9-1902 à Faculdade de Medicina do Rio, Tipografia Altina, Assembléia n.º 96, Rio, 1902.

(80) Von Mering e Minkowski — *Diabetes mellitus nach total Pankreas extirpation*. Labor, Clinique Médicale de Strasbourg, 1889.

(81) Lepine — *Semaine Médicale*, 21 de maio 1890.

Admitiu a existência do produto da secreção pancreática, como um fermento que denomina glicolítico em virtude de sua ação redutiva da glicose no organismo.

Em favor desta idéia já se contava com a experiência de Lancereaux (82) e seu discípulo Thiroloix, mas não se contava com uma experiência direta obtida por meio da supressão da glândula pancreática no animal.

Estabelecido que foram êsses fatos, restava ainda interpretar o modo de atuar do pâncreas. Nada se sabe ainda de certeza; faz-se necessário novas pesquisas. Sabe-se até agora que o pâncreas tem secreção interna e que êle favorece a glicolise no organismo.

Para ficar a par do que até então se experimentou, começa Galdino do Vale por reproduzir as experiências feitas no cão pelos grandes e célebres experimentadores europeus a partir de 1889, que é o ano que marca uma época na diabetologia (83). Dêste modo, ei-lo a repetir os experimento de Minkowski e Von Mering, Thiroloix e Hédon que se tornaram os autores clássicos no estabelecimento das relações do pâncreas com o diabetes.

No capítulo das deduções, o autor acha necessário fazer uma distinção entre: a) diabetes moléstia; b) síndrome diabética; c) glicosúria sintomática; e define diabetes como: moléstia primitiva da nutrição do grupo das braditrofias, caracterizada por glicosúria com poliúria, polidipsia, polifagia e autofagia, comprometendo mais ou menos gravemente as diversas funções e órgãos, e encaminhando-a para uma decadência lenta ou rápida, mas gradual e progressiva. E acrescenta: «O simples enunciado da palavra glicosúria, (eliminação renal da glicose do sangue) não implica absolutamente a idéia de moléstia. «Sim, porque o rim é o mais poderoso dos emunctórios naturais e a glicemia uma característica das condições híginas do fígado».

Quanto à glicosúria o autor, tomando o trabalho de German Roque (84), analisa os diversos critérios que êste admite para dividir as glicosúrias para com razão não aceitá-las. É que êle tem base mais sólida e mais geral para classificá-las em dois grupos, dentro dos quais poderemos com facilidade incluir tôdas as espécies de glicosúrias até hoje conhecidas. 1) glicosúrias glandulares; 2) glicosúrias nervosas.

(82) Lancereaux et Thiroloix — Communication à l'Académie des Sciences, 12-9-1893.

(83) Von Mering e Minkowski — LXII Congresso de Medicina Alemã, Heidelberg, 1889.

(84) Germain Roques — *Les glicosuries non diabétiques*, 1889.

Estudos ulteriores têm trazido ao conhecimento de outras glândulas que cooperam no fenômeno, do metabolismo do açúcar. Neste ponto, faz referência ao «espírito esclarecido do Dr. Antônio Austregésilo e não trepidamos em admitir com êle a hipótese de uma colaboração de tôdas as glândulas, que se suprem e se auxiliam na assimilação e desassimilação da glicose». Em abono dessa hipótese faz menção de casos de glicosúrias concomitantes em doenças de glândulas endócrinas. (Munk Blum, Renzi e Reale, Falkenberg, Stern, Wills, Jones e outros) e a um caso clínico da 24ª Enfermaria da Santa Casa, acompanhado por seu colega Delfino Cintra, caso de esquirro do seio com glicosúria intensa.

Dessas bases sólidas, porque são fatos, talvez surja uma teoria que se coadune com as verdades científicas e resolva os problemas de há muito propostos pela clínica, pela anatomia patológica, e pela patologia experimental.

E tirando as conseqüências dêste seu raciocínio avança que «a diabetes sacarina pode se instalar no organismo por processos diversos. Entram na sua constituição três grandes fatores: a) fígado como elemento glicogenético; b) pâncreas, como elemento glicolítico; c) a nutrição que é o corolário do funcionamento glandular».

Faz a análise de cada um. A propósito do pâncreas, por ser o assunto principal do seu trabalho, vejamos o que com suas próprias palavras fica por êle estabelecido. «O pâncreas, segundo a teoria corrente da secreção interna atua, quer indiretamente, favorecendo a glicolise, nos tecidos, quer diretamente como pretende Chaveau Kauffman, sobre o fígado onde exerceria ação frenadora».

A hiperhepatia dever-se-ia opor a hiper-pancreatia.

O Dr. Galdino do Vale termina o seu trabalho com um quadro bem engenhoso em que se conjuga o significado fisiopatológico de cada um desses fatores que em sua compreensão pessoal fazem parte do conceito patogênico do diabetes, permitindo que se determine com precisão, diante dos casos clínicos, se se trata de uma diabete doce, ou de diabete-síndrome, ou de glicosúrias por disendocrinia.

É inegável o esforço do doutorando de 1902, no sentido de levar ao problema das relações do pâncreas com o diabetes, uma contribuição pessoal, tomando por base os melhores experimentos realizados na época.

Três anos depois desta tese de cunho experimental, o Dr. Luís Otávio de Marcos (85) apresenta o seu trabalho, dizendo que o assunto por demais tratado e explanado, ainda se acha crivado de pontos obscuros; as teorias explicativas formuladas pouco adiantam.

A tese compreende nove capítulos, dos quais vamos comentar apenas o 6º sobre diabetes artrítica e o 9º sobre gravidez e diabetes.

O autor no estudo dos pontos apreciados apoia-se em Lancereaux de quem toma o seguinte traçado histórico da evolução da doença. Distinguem-se quatro períodos na história do diabetes: o primeiro é o período empírico — era diabético todo doente que tivesse sede aumentada, açúcar na secreção urinária. Assim ficou até Willis, o descobridor da glicosúria. Segundo período, a fase experimental com Claude Bernard em 1848. Glicogenia hepática e picada do 4º ventrículo como causadora da glicosúria. Terceiro período, da fase clínica — com Lancereaux que criou o diabetes pancreático, e distinguiu o diabetes doença, da síndrome diabética.

O livro de Lorand (86), recém-publicado foi o seu fio condutor na noção do entrelaçamento normal e patológico das glândulas de secreção interna, cujo estudo surgiu como conquista do XX século.

A medicação opoterápica então introduzida na terapêutica foi objeto de observação, na possibilidade de concorrer para a produção de glicosúrias e de diabetes, (Naunyn, Von Noorden Strauss, Zuelzer, Herder, Wakemann, Blum).

Outrossim anota em Lorand o fato hoje bastante conhecido da predisposição da raça judia para o diabetes. De Loeb traz esta afirmação: «Não está porém demonstrado que sempre nos casos hereditários o prognóstico seja grave, pelo contrário, comumente se acredita serem estes casos benignos».

Tratando do diabetes artrítico bebe no autor francês Haricourt (87), as considerações que a este respeito desenvolve. Segundo esse autor, o diabetes artrítico é uma das complicações mais graves do artritismo, pois nêle há sempre combustão incompleta da glicose. Em correlação com este juízo acrescenta que o diabetes vulgar é o artrítico, e atribui a Charcot a prioridade, neste, como êle diz, parentesco mórbido entre diabetes e artritismo.

(85) Luiz Otávio de Marcos — Tese sobre diabetes sacarina, apresentada em 27-3-1905. Tipografia Carvalhais, Rua do Hospício n.º 73, Rio, 1905.

(86) Lorand — *L'origine du diabète ses rapports avec les états morbides des glandes vasculaires sanguines*. Paris, 1904.

(87) Haricourt — *Frontière de la Médecine*. Paris, 1904.

No capítulo IX trata da gravidez e reconhece que êste estado sobrecarrega o organismo diabético, a ponto de causar aborto. Cerca de 50% dêsses perigos são inerentes, diz, à hiperglicemia e em muitos casos esta pode ser debelada (88). Em complemento a esta parte do seu trabalho, alude ao caso Abel Parente.

Entre as proposições que formula no fim de sua tese, merecem citação as relativas à anatomia patológica.

1) As alterações do pâncreas são causa do diabetes sòmente quando atingem as ilhotas de Langerhans.

2) A intensidade do diabetes está em relação com estas alterações.

3) No diabetes ligeiro essas ilhotas podem existir em certa quantidade, ao passo que no diabetes grave elas desaparecem por completo.

O Dr. Plínio Marques que defendeu tese em 1906 (89), é um discípulo de Bouchard (90), cujo nome como patologista da nutrição, não tinha par entre os autores franceses. A teoria do mestre é baseada no retardamento das oxidações e trocas vitais.

Depois de considerações sôbre os problemas gerais que o estudo do diabetes como o de tôda doença abrange, passa ao tratamento, seu tema de dissertação, pois sua tese é da Cadeira de Terapêutica.

O autor dirige aos preconizadores de regimes severos, como o de Rollo e o de Cantani (91), àquele cárneo exclusivo, êste partidário dum jejum prolongado, uma censura, e esta pergunta: «Que fonte de receita se dá a um organismo que tem tão grandes despesas? Mandar o diabético jejuar no caso grave, é apressar-lhe a morte pela tendência que êste tem para a autofagia.

O regime lácteo é um regime de transição usado na Inglaterra por Donkin. Elogia o de Bouchardat como o mais consentâneo com o organismo em suas necessidades vitais. O de Ebstein é um regime para tôda a vida porque êle atende ao hábito alimentar, ao clima e ao meio, aos recursos e condições individuais.

Transcrevendo um quadro, de Armand Gautier, diz o Doutor Plínio Marques que nada mais sedutor que uma prescrição dietética

(88) O Dr. Luís Antônio Marcos viu e tratou casos de diabetes no Serviço do Dr. Abel Parente.

(89) Plínio Marques — *Do tratamento da diabetes sacarina*. Tese apresentada à Faculdade de Medicina do Rio. Tipografia Renascença, Rua Ouvidor n.º 161, Rio, 1906.

(90) Bouchard — *Traité de Pathologie Générale*.

(91) Cantani — *Trattato Italiano de Patologia e Terapia*.

baseada em dados orgânicos e individuais e faz a seguinte ponderação: «É de esperar que mais tarde, sendo possível conhecer as deficiências de assimilação e desassimilação dos indivíduos seja fácil e de um processo matemático, a integração dos regimes alimentares anti-diabéticos, baseando-se na calorimetria que em mãos de Atwater tem recebido um tão belo impulso.

Depois de outras considerações, o autor estuda com muita simpatia (não sei se advogando em causa própria pois êle era homem gordo) o regime de Mossé da Universidade de Toulouse. Êste regime no dizer de seu criador é um regime que equivale a uma cura alcalina, sendo que o alcalino encarregado de despertar a ação glicolítica é a potassa, que nas diáteses ácidas como o diabetes tem uma indicação especial».

Apologista confesso das indicações de Mossé, acha que se deve modificar o regime de Ebstein, para introduzir nêle as vantagens decorrentes da alimentação com a batata inglesa. O autor é partidário dos regimes individuais e não dos esquemáticos.

Completa as suas prescrições com conselhos bem conhecidos citados pelos demais que tratam dêste ponto. Há uma frase de Bouchardat que é muito expressiva; é quando êste velho diabetólogo afirma: «o diabético deve ganhar o pão com o suor do seu rosto».

As proposições abrangendo tôdas as cadeiras do curso médico são referidas ao assunto do diabetes. Queria dizer com isto talvez, que tôda a medicina cabe dentro desta doença?

Em 1907 o Dr. João Olavo da Rocha e Silva defende a sua tese de doutoramento sobre a patogenia do diabetes, do qual dá a seguinte definição baseada na opinião de Lépine cuja obra foi estudada com muito apuro pelo jovem médico (92).

«Entenda-se por diabete sem nenhum qualificativo a glicosúria abundante e persistente, correlativa de uma hiperglicemia continuada, e acompanhando-se principalmente, das perturbações condicionadas pela presença da glicose, em maior quantidade, no meio interior».

Naqueles dias, ainda não se contava com o recurso da dosagem do açúcar no sangue que hoje constitui a melhor prova do diagnóstico. Em termos claros diz o Dr. Olavo Rocha: «A pesquisa quantitativa da glicose no sangue para avaliar a hiperglicemia não é recurso propedêutico de que com facilidade se lance mão na prática».

(92) João Olavo da Rocha e Silva — *Patogenia do Diabete* — Tese defendida em 31-12-1907. Tipografia do *Jornal do Comércio*, Rio, 1907.

Aprende-se desta afirmação quanto o laboratório da época se ressentia de pobreza e deficiência do meio. As excelentes qualidades expositivas do autor dão à sua tese um valor intrínseco, sem atermo-nos a substância dos conhecimentos versados, rigorosamente em dia com a literatura (93) relacionada com o problema da diabete. A sintetização é uma característica dêste trabalho.

A distinção que faz entre o diabetes e a glicosúria por insuficiência da célula hepática é uma nota digna de menção, tendo em vista a influência que os autores franceses exerciam na nossa medicina, a que não se mostrou dócil.

Merece destaque alguns trechos da tese como o seguinte: «A glicose lançada na corrente sangüínea vai, através dos capilares, pôr-se em relação com os tecidos, ao nível dos quais será consumida mais ou menos abundantemente». Diz noutro ponto «tais conhecimentos baseam-se sòlidamente sob pesquisas de inúmeros fisiologistas que, presentemente, se entregaram ao serviço de avaliar a quantidade de glicose no sangue arterial e venoso, comparando entre as suas doses de entrada e saída em órgão dado, ora em um músculo, ora em uma glândula, já em momento de descanso, já quando forçado ao trabalho».

Desenvolve em páginas seguidas o papel dinamogênico da glicose no organismo, noção que se nos afigura hoje capaz de ser compreendida por qualquer individuo mas que naqueles dias constituía a última palavra da ciência da fisiologia. Vale a pena neste ponto ouvir as palavras com que o autor descreve a necessidade imperiosa do organismo em face do açúcar, «se aumenta a despesa energética, se cresce a necessidade glicósica dos tecidos em atividade, logo a variação se transmite aos centros nervosos de onde ela se reflete sôbre o figado, ao qual não faltam recursos para atender convenientemente às solicitações tecidulares. Êle desfaz-se em primeiro lugar da sua reserva glicogênica formada às custas dos hidratos de carbono da alimentação; se não basta êle recorre às albuminas circulantes, às gorduras e até à albumina organizada, contanto que o sangue receba e transporte aos tecidos a glicose que êles precisam e que êles solicitaram».

Para que se harmonizem tão importantes misteres orgânicos, faz-se necessário a intervenção de um órgão controlador. «Ê mister que o sistema nervoso se entremeie aos dois processos. Um ponto central recebe, trazidos por fibras centrifugas, as incitações correspondentes às necessidades de cada ponto periférico, incitações estas que o centro por sua vez transmite ao órgão capaz de mais diretamente satisfazer o pedido em questão».

(93) Cantani — *Le diabète sucré*, tradução de Chervet, Paris, 1876.

Para maior clareza o autor utiliza-se de uma imagem. «Êsse aparelho pode ser esquematicamente representado por uma esfera cujos raios vindos de todos os pontos da superfície, ao se encontrarem se entrelaçam e se enfeixam, formando um só tronco que parte do centro para um ponto interior; êsse tronco interior, êsse feixe centrífugo equivale funcionalmente à soma de todos os raios perfeitos de tôdas as fibras centrípetas; tocá-lo é tocar simultaneamente em tôdas elas».

Dá-se neste ponto uma coincidência verbal interessante entre o que o autor quer dizer, e o que de futuro será conhecido como papel da insulina nesta questão do consumo da glicose pelos tecidos.

Argumentando em favor do esquema que imaginou faz uso do verbo insular, (compreende-se que se fôsse possível insular uma única dessas fibras centrípetas...) em um terreno fisiológico em que a presença da insulina viria trazer a solução positiva, mas que naquele momento era preciso usar como de um circunlóquio para exprimir a questão.

Em consonância com esta hesitação que não era sua, mas da ciência de então, diz: «A glicose que não é consumida e continua a ser fabricada, terá que se acumular no meio interior, causando a hiperglicemia e daí a glicosúria. Será a glicosúria constante, invencível, com tôdas as suas graves conseqüências, será o verdadeiro diabete, se a excitação atuar permanentemente, se a alteração material ou dinâmica excitar continuamente e sem destruir um ponto qualquer dêsse arco glicogênico».

O Dr. Olavo Rocha inteligentemente conduz a sua argumentação em face dos dados experimentais mais credenciados para uma compreensão aproximada, porém distinta entre a já antiga concepção nervosa do diabete (chegada até os seus dias) por fatos observados por grandes autoridades médicas do mundo (94) e a nova concepção do diabetes dependendo da falta de um fermento glicolístico atribuído à secreção interna do pâncreas até então não isolada, falta esta que deixou os sábios experimentadores e conceptualista da diabete em expectativa ansiosa, o que se reflete nas páginas dessa tese escrita em 1907.

O seu ecletismo patogênico fá-lo dizer: «A ausência do fermento glicolítico é para o diabete de Lancereaux (95) o mesmo que a lesão do sistema nervoso é para o diabete de Claude Bernard: ambas acabam, uma delas mais diretamente que a outra,

(94) Von Noorden — *Die Zuckerkrankheit*, Berlim, 1907. Naumy — *Der diabetes mellitus* — Viena, 1906.

(95) Lancereaux — *Clinique Médicale*, 1879-1891.

mas como quer que seja, ambas acabam excitando o sistema de fibras glicosecretoras. Isso quer dizer que a fisiologia patológica é a mesma no diabetes pancreático, e no diabetes nervoso, correndo entre os dois as contradições de ordem clínica por conta da diversidade etiológica».

«Em ambas as formas a superprodução da glicose obedece ao mesmo mecanismo, e, por este lado, as diferenças só podem decorrer de condições individuais, que tanto distinguem o diabetes pancreático do nervoso, como distinguem entre si dois casos de uma mesma forma de diabetes».

Levado por esta concepção rígida demais em obediência à mentalidade da época, em que o sistema nervoso por sua participação na parte humoral exercia ação sobre os fenômenos da nutrição, o Dr. Olavo Rocha encara ainda no seu trabalho a situação dos dois tipos de diabetes, o pancreático e o nervoso, estuda a influência da braditrofia na produção do diabetes constitucional ou gordo, do diabetes com a gôta e outras doenças, das glicosúrias pré-diabéticas, e até a diabetes renal, estudada por Klemperer para cuja forma patológica o autor tem as seguintes palavras: «não é despropositado que desde já fique sabido, que também a este se aplica a fisiopatologia comum ao diabetes nervoso, ao pancreático e ao constitucional».

Adepto convicto da unidade patogênica do diabetes, através do mecanismo glico-excitador, acha que esta concepção é mais uma vez defensável na terapêutica do diabetes por meio do ópio. «E de fato a existência de um remédio que tem efeitos sempre idênticos, sobre a glicosúria, em qualquer que seja o caso de diabetes, é uma razão, não pequena, em favor da existência paralela de um mecanismo constante na produção dessa glicosúria, tanto se trate de uma como de qualquer das formas diabéticas».

Em 1909 defenderam tese no Rio o Dr. João Florêncio Gomes sobre as «glicosúrias fisiológicas» e na Bahia o Dr. H. J. Vieira de Melo sobre «Diabetes Azotúrico». Em 1913, no Rio, o Dr. Amadeu Leopardo defende tese com o «Estudo clínico das glicosúrias». Deixamos de comentar esta última tese nesta parte de nossa memória por não ter sido encontrada na Biblioteca da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro.

Lendo a tese do Dr. Alcides Nova Gomes de 1914, depara-se-nos a estranheza de sua primeira afirmação: naquele ano letivo não se contava com nenhum doente diabético na enfermaria da 1ª Cadeira de Clínica Médica, a cargo do professor Miguel Pereira, da qual era o interno.

Dr. Nova Gomes, não dispondo de urina de diabético para examinar, lançou mão de uma solução de glicose perfeitamente

titulada para avaliar o valor comprovativo dos processos de análise. As conclusões de seu trabalho, de caráter inteiramente prático, são as seguintes: a) O processo do exame mais exato é pela redução do licor de cupro-potássico; b) o processo de fermentação só serve como prova elegante, sendo os resultados os mais falhos possíveis; c) pelo cromo-sacarímetro temos resultados aproximados. Pode ser aconselhado ao clínico que não disponha de outros recursos de laboratório.

O tempo só fez confirmar o conteúdo dêste trabalho despretensioso e honesto.

Em 1916 o Dr. Valdemar Augusto de Oliveira defendeu tese no Rio de Janeiro, sobre o «Conceito Patogênico do Diabetes». A ausência desta tese da Biblioteca da Faculdade de Medicina, impediu-nos de fazer sobre ela qualquer comentário.

No prenúncio da descoberta de Banting e Best, a história do diabetes conta com dois trabalhos saídos no ano de 1921. A tese do Dr. Antônio Soares Martins (96) e a tese do Dr. Francisco Nunes Brigagão (97). Que se podem encontrar nessas páginas que denotem o próximo acontecimento? Diretamente muito pouco.

A página 19 da sua tese, o Dr. Soares Martins alude ao papel que o pâncreas exerce por uma secreção desconhecida, mas admitida por Lépine, sobre o açúcar do fígado no sentido de fixá-lo. Em complemento dêsses estudos os mais modernos, lembra também a opinião de Conheim, que achava que o pâncreas fornece aos músculos um hormônio. E lançando barra no mar desconhecido, faz a seguinte suposição: «Supõe-se causadora do diabetes outras secreções internas, as da hipófise, as das cápsulas suprarenaes, as da glândula tiroide».

Foram êstes os pontos mais avançados pelo autor no sentido da descoberta prevista e que se preparava nos grandes centros científicos do Canadá — por obra de Mac Leod, Banting e Best.

Fato que se passou no terreno da prática e com que o autor termina a sua tese, é a observação por êle acompanhada, de dois casos clínicos de diabetes com acidose e coma, internados na enfermaria do professor Rocha Faria, no Hospital da Misericórdia. Eis o que diz:

«Referimo-nos ao tratamento do professor Rocha Faria, o eminente mestre da medicina entre nós, que antes das experiências

(96) Antônio Soares Martins — *Diabetes açucarado*. Tese defendida na Faculdade do Rio, em 20-9-1921. Tipografia Leuzinger, 1921.

(97) Francisco Nunes Brigagão — *Glicosúrias tiroidianas e seu tratamento*. Tese apresentada em 10-12-1921, na Faculdade do Rio. Tipografia *Revista dos Tribunais*. Rua do Carmo n.º 55, Rio, 1921.

de Labbé, demonstrou o valor prático do regime e dos alcalinos no tratamento dos diabéticos. Como somos testemunhas, na presente observação, tratava-se de um indivíduo que deu entrada no serviço clínico do professor Rocha Faria, com sintomas falhos. Queixava-se de dor no hipocôndrio direito, dor essa que, pelo exame, ficou provado ser no fígado localizada. Glicosúria abundante. O exame das urinas revelou grande quantidade de glicose (exame feito pelo então interno Dr. Rafael Pardelas). Foi prescrito o regime lácteo juntamente ao uso de Na Co₂, em cápsulas, via digestiva. Dias após a dor hepática e os outros sintomas, assim como a glicose na urina desapareceram, sendo dado alta ao paciente à pedido.

Apresentamos, por último um caso de diabetes magro com acidose e coma, diagnóstico feito pelo exame de urina, pois o paciente deu entrada em estado de coma na 2ª enfermaria, falecendo. O exame da urina continha 67,5 de glicose e a presença de corpos cetônicos, foi feito pelo Dr. Coelho Gomes, em 24-6-21».

Com o desenvolvimento da endocrinologia a partir do começo do século XX, a diabetologia passou a receber também uma contribuição mais viva no mundo todo. A literatura começa a se encher de trabalhos nos quais a diabete perde o seu caráter de individualidade clínica para fazer parte de um conjunto de sintomas particulares das mais variadas glândulas de secreção interna. Era um progresso, mas era também um regresso, por isto que a glicosúria tornava a ser confundida com a diabete. Tese como a que escreveu o Dr. Francisco Nunes Brigagão é um documento desta nova corrente.

«O assunto que escolhi para o meu trabalho foi sugerido pela nota prévia apresentada à Academia Nacional de Medicina em maio de 1920, por parte do Dr. Floriano de Lemos, que andava fazendo estudos sobre a síndrome diabética tendo tido bons resultados temporariamente com preparados tiroidianos e concluindo por isso ser a diabetes uma síndrome de origem tiroidiana de causa tóxica e nervosa. De tal maneira evoluíram os estudos do nosso ilustre patricio que passamos a estudar com carinho a questão destas glicosúrias, acompanhando vários doentes seus. É o resultado desses estudos que apresentamos à Faculdade de Medicina como tese inaugural».

Presta em seguida a seguinte informação, que nos parece ser de interesse. «Dedicando-nos a análise química em geral e a da urina em particular há muitos anos, fomos muitas vezes surpreendidos com a presença de açúcar nas urinas de pessoas que não acusavam sintoma algum de diabetes, nem pensavam jamais perder açúcar e que pediam exame de urina por desejarem tomar

injeções de 1914. Tantas e tantas vezes verificamos a glicosúria em tais sífilíticos que pensamos ser ela muito mais freqüente (pelo menos no Brasil) do que diziam as autoridades científicas».

O autor distingue dois tipos de glicosúrias tiroidianas, um ligado a fenômenos de hiperfunção da glândula tiroide; são casos de diabetes magro de marcha rápida e quase sempre fatal. Outro tipo corre por conta da insuficiência da glândula tiroide, o indivíduo pode viver muitos anos, o diabetes é do tipo gordo, benigno e comum entre nós.

A cronologia destas glicosúrias tiroidianas vem desde 1852, com Dumontpallier, que descreve a glicosúria basedowiana, sendo que foi Gordon em 1899, que primeiro identificou casos de mixe-dema de parceria com diabetes, beneficiando com o tratamento tiroideo. «Tanto a pequena insuficiência da glândula tiroide como o basedowismo fruste podem oferecer perturbações metabólicas da ordem das que vamos estudar». E justifica a concepção dêsse diabetes tiroidiano afirmando que: «Ninguém ignora quanto o equilíbrio das trocas depende do concurso do aparelho endócrino-simpático».

Tomando em particular o papel da influência da tiroide na produção de tais casos de glicosúria, lembrando trabalhos de Levy Rotschild, menciona três casos clínicos pessoais, que muito se beneficiaram com a opoterapia tiroidiana e termina o capítulo citando em seu apoio as palavras dos professores de Nancy, Parisot e Cassaude que disseram: «O extrato tiroideo em doses apropriadas poderá fazer desaparecer estas glicosúrias. Poderá fazer? — Faz! diz o autor com ênfase.

Quanto ao tipo de diabetes tiroidiano tendo por causa a hiperfunção da glândula tiroide afirma que desde Dumont Pallier até nossos dias cresce o número de observações de glicosúrias e basedowismo. Cita os casos descritos por Welk, Bettmar, Griffith, Collin, Burton, Kecker, Omol, Blum, Souques, Marinesco, Parisot, Gastand Léclérq, Willianhson, Labbé. Do Brasil cita a tese de J. A. dos Santos, da Bahia (98) e os trabalhos de Floriano Lemos.

Nesses casos a explicação do processo da glicosúria não é por ação da tiroide sobre o fígado, como se dá no tipo de glicosúria por insuficiência da tiroide, mas sim através do pâncreas e das suprarrenais. E toma força para dar esta interpretação, baseando-se no seguinte informe: «No nosso meio, no seio da Academia Nacional de Medicina, o profissional brasileiro, Dr. Gustavo

(98) J. A. dos Santos — *Estudo do Basedowismo e seu tratamento*. Tese apresentada na Faculdade da Bahia, em 1906.

Riedel, apresentava na sessão de 5 de setembro de 1921 (99) uma memória que assim conclui: Devemos acentuar que de nossa parte, de acôrdo com a experimentação biológica realizada, que entre o pâncreas e o aparelho tiroideo existem de fato correlações funcionais, donde as coordenações químicas terem valor decisivo na decomposição dos hidratos de carbono na economia animal».

As conclusões da tese são síntese das coordenações que o autor expende por 83 páginas.

O Dr. Arnaldo Neves Serqueira (100) foi monitor da Ca-deira de Histologia, quando o professor Dias de Barros era o catedrático da mesma. Foi êste ilustre mestre do curso médico, quem sugeriu ao seu discípulo o assunto que serviu de objeto à sua tese em 1921; o trabalho original de B. Rasck sôbre o Plasmódio do Diabetes Mellitus.

A monografia de Resck, dada a publicidade na metrópole norueguesa em 21 de junho de 1920, anuncia o seguinte fato: «No sangue das pessoas que sofrem de diabetes açucarado, encontrei um plasmódio que considero a causa desta moléstia». (O' manes de Domingos Freire, o' manes de Noguchi, quanto vos custaram os equívocos!).

Reproduzindo a pesquisa original, lamenta o Dr. Serqueira a escassez do seu tempo, que não lhe permite trabalho mais demorado. O professor Miguel Couto cedeu-lhe, para a pesquisa no sangue, um doente de sua clínica particular, senhora de 40 anos, de quem colheu sete lâminas em várias picadas, de dia e de noite. Além desta paciente, colheu em mais dois doentes na enfermaria do professor Osvaldo de Oliveira. Os resultados de suas pesquisas foram negativos. Não obstante, o autor tira várias conclusões, que não nos parecem concordar com o resultado das suas pesquisas.

O diabetes é possível e provavelmente moléstia infecto-contagiosa cujo germe é um plasmódio. As razões desta hipótese são: 1) as teorias até aqui aceitas para lhe explicar a causa são falhas e imprecisas; 2) mesmo que não esteja identificado o micróbio, não se lhe pode negar a existência, haja visto o que se passa com o câncer, considerando a diabete como doença infecciosa; 3) porque a glicosúria cíclica (?) com parentesco com a febre intermitente parece estabelecer um paralelo entre diabetes

(99) Gustavo Riedel — *Boletim da Academia Nacional de Medicina*, n.º 27, 1921.

(100) Arnaldo Nunes Serqueira — *Novos horizontes na etiologia do Diabetes*. Tese apresentada à Faculdade de Medicina do Rio, em 16-11-1922. Tipografia Comp. Litog. Ferreira Pinto. Rua Santo Cristo n.º 98, Rio, 1922.

e malária; 4) porque são freqüentes os casos de diabetes conjugal e portanto comunicada como provam Debove com cinco casos em 59, Lecorché com seis casos em 114 e Hartinel com 161 casos de diabetes conjugal; 5) porque é moléstia hereditária segundo Bouchard em 25%, segundo Von Noorden, em 18% e Labbé, em 8%.

Se o diabetes é de origem plasmodial, deve ser tratado pela quinina e azul de metileno, o que, no aprêço do professor Dias de Barros, seria justa consequência da sua patogênese, mas que o doutorando não teve ocasião de tentar.

É como se vê um trabalho que foge inteiramente a corrente das idéias dominantes no campo da diabetologia.

A maior contribuição que esta tese nos dá é a observação que o autor faz da coloração da pele das plantas dos pés, palmas das mãos e das nádegas de um dos doentes da Enfermaria do professor O. de Oliveira. cremos diz o Dr. Serqueira, que seja o que Marcel Labbé e Meaux chamaram xantocromia, palmo plantar; e Umber e Von Noorden chamam xantose diabética. Tratava-se de manchas amarelas, arredondadas, de tamanhos desiguais e que salientavam em nitidez pela tensão da pele.

Estamos na era da insulina. No nosso trabalho, que juntamente com este apresentamos ao 1º Congresso de História da Medicina, o de nome — Documentário — apresentamos os trabalhos que, sobre este hormônio do pâncreas, foram apresentados pelos nossos homens de estudo. Dentro da Faculdade, e fora, nas sociedades médicas, nas revistas, e jornais médicos, aulas, comunicações, resumos, transcrições, foram feitos sobre a insulina e o progresso que ela veio trazer ao tratamento da diabete no mundo. O cântico de louvores subiu como uma onda de salvação, que encobria alguma nota de desafinação contra, por parte de algum cético, recalcitrante ou ousado demais no emprêgo do novo recurso terapêutico.

O primeiro trabalho publicado sobre a diabete e a insulina, deve-se ao Dr. Frederico Oscar de Sousa (101), em cujo prefácio se lê: «justificar a escolha do assunto é talvez desnecessário, tão de si a diabete sacarina se impõe ao estudo e (mòrmente agora) com o emprêgo da insulina, de origem inglesa, preparada segundo a técnica de Toronto, e que fomos os primeiros a introduzir entre nós e aplicá-la nos casos de diabetes sacarina.

Dois polos se firmaram, em tórno dos quais o estudo da diabete se movimentava, um experimental com Chevreuil, Claude

(101) Frederico Oscar de Sousa — *Diabetes e Insulina*. Tese apresentada à Faculdade do Rio em 16-11-1923. Editora Científica Boaventura Dobici & Cia. Rio, 1923.

Bernard, Von Mering, Minkowski e Hedon, outro, das descrições clinicas com Bouchardat, Lancereaux, Loraud, que estabelecem as relações do diabetes com as glândulas vasculares sangüíneas.

Foi empregando, diz o Dr. Frederico Oscar de Sousa, nos fatos experimentais relativos ao diabetes pancreático, que os experimentadores avistaram as diferentes hipóteses interpretativas do papel do pâncreas como glândula de secreção interna.

A mais fecunda dessas hipóteses foi a levantada por Lépine em 1891 logo que Von Mering e Minkowski em 1889 fizeram no cão a diabete experimental, por ablação do pâncreas. Lépine admitia a existência de um fermento glicolítico no sangue e da proveniência pancreática. A ausência dêste fermento determinava prontamente a hiperglicemia, conseqüentemente a glicosúria.

Com efeito de tôdas as experiências e dados clínicos, obtidos por inúmeros observadores, resultam os seguintes fatos incontestes: a) o pâncreas possui uma secreção interna relacionada intimamente com o metabolismo dos hidro-carbonados; b) o mais que se pode admitir neste termo é que o pâncreas é um dos anéis de uma cadeia do aparelho glico-regulador; c) qual o seu papel, como atua a sua secreção interna? Eis a questão ainda aberta ao estudo e a verificação experimental.

E o autor para focalizar o espírito de seu trabalho, diz textualmente: «As provas terapêuticas com a — insulina — de que damos um exemplo neste trabalho, começam a levantar as muitas obscuridades que ainda reinam neste particular».

Deixando de lado nestas páginas em que se espraia sobre a patogenia do diabetes, sem levar nenhuma vantagem, sobre os outros que tinham versado êste difícil problema, ainda hoje não pacífico, entremos com o Autor na exposição de seu esforço para fazer uso pela primeira vez entre nós do hormônio descoberto por Banting e Best.

«A história do diabetes sacarino nestes últimos tempos caracteriza-se por duas fases, cada qual mais empolgante. A primeira é a patogenia da acidose, a segunda é a aplicação da insulina. É a fase que pela primeira vez a opoterapia pancreática é realizada com orientação e eficácia, marcando um verdadeiro progresso.

«E se bem que não se trate de um meio capaz de curar a diabete e nem aplicável a todos os casos — tais são os efeitos que se justifica o entusiasmo do espírito médico por êste agente».

E aqui o autor confessa que, impressionado pelos resultados proclamados e sob a sugestão do professor Miguel Couto, decidiu-se a empregar a insulina, fazendo a importação direta da Inglaterra, para os seus ensaios clínicos, que, ao que lhe parece, tiveram a prioridade cronológica no Rio de Janeiro.

O produto importado foi: a insulina América — Elli — Lilly Company Indianapolis — Canadá — Toronto — U.S.A. Em seguida faz, de acôrdo com o aviso que transcreve no final da tese, a narração histórica da obtenção e preparação da insulina (102), desenvolve esta parte, entra no rudimentar estudo da natureza e química do produto e da sua ação farmaco-dinâmica. Nota-se que o terreno ainda está muito fresco para ser pisado com desembaraço.

Tratando da ação terapêutica da insulina diz: «os efeitos até agora estudados concernem principalmente a sua ação sôbre o metabolismo dos hidrocarbonados e das gorduras. E pergunta: «de que depende o seu poder hipoglicêmico? Tudo são hipóteses nesse domínio em que atualmente se move a terapêutica». E faz citação dos trabalhos de Winter e Smith, dos quais transcreve em inglês as conclusões (103).

Em seguida descreve a crise hipoglicêmica, alude ao coma hipoglicêmico e a sua correção pela administração de suco de laranja na dose de 50 a 100 cc com efeito imediato da glicose, da injeção de epinefrina, de sôro glicosado na veia.

E afirma categôricamente como se fôra a coisa mais estranha possível: É fato a ação específica da glicose contra os acidentes hipoglicêmicos.

Lembra que o professor Oscar de Sousa (seu irmão) denominara hipoglicistia em vez de glucostomia, a baixa do açúcar nos tecidos (104).

Aproveita a ocasião para fazer uma excursão pela literatura universal a respeito da ação da insulina no organismo diabético, preferindo para os seus comentários o trabalho recentemente publicado pelos professores franceses (105).

A grande vantagem da insulina está em que a sua ação se exerce, dizem êles, sôbre a condição que é prôpriamente o fundamento do diabetes, isto é, o defeito no consumo do açúcar. E comparando o resultado do regime de restrição com o da insulina, chegou a conclusão que precisamente êste possui o poder de aumentar o consumo do açúcar como o de permitir a combustão

(102) Insulin and Diabetes, in *British Medical Journal*, november, 4, 1922.

(103) On the change in the nature of the blood sugar of diabetes causes by Insulin. *Journal of Physiology*. Vol. 57 — 21 — 1923.

(104) Oscar de Sousa — *Lições na Escola de Medicina*, pág. 66.

(105) Chabanier, Lobo O Mell et Lebert — *Indication et posologie de l'extrait alcoolique du pancreas — Insuline* — *Journal des Praticiens*, n.º 37, septembre 1923, pág. 593.

total dos radicais gordurosos, das gorduras e proteínas, pelo que desaparece a acetonúria. Ora o regime de restrição não tem nenhuma ação sobre esta condição fundamental do metabolismo, que é a perturbação característica do diabetes. E ajunta como chave de ouro, o que diz Chabanier, «a insulina tem por efeito transformar um diabético em um individuo normal ou quase».

Traz a contribuição do emprêgo da insulina nas clinicas inglesas, e as cinco conclusões de Mac Leod, apresentadas ao Congresso de Edimburgo. Incorpora também nas páginas de sua tese, a repercussão que na Alemanha vai tendo o emprêgo da insulina na cura do diabete e cita os nomes de Kluntz, Minkowski, Waldel, Schmoeger, Strauss, Max Simon, Groffe, Biedle para quem a ação da insulina seria a de reforçar a transformação da glicose em um açúcar (106).

Por fim relata sua observação pessoal em um doente do ambulatório da 7ª Enfermaria, examinado pelo professor Miguel Couto, que sobre elle dera a aula sobre diabete e lhe confiou o caso para o Dr. F. O. Sousa ensaiar o tratamento pela insulina, recomendando-lhe fazer cuidadosos exames de sangue e de urina.

As taxas iniciais foram na urina 11 grs por litro, no sangue, 7-7,50 grs. por 1.000!

Para a segurança do tratamento tinha que fazer repetidos exames de açúcar no sangue como recomenda Banting: «Pequena não foi esta dificuldade diz o autor, porquanto os métodos que se encontram são em geral de técnica delicada, requerendo aparelhagem especial. Entretanto a gentileza do ilustre Dr. Joaquim Moreira da Fonseca, chefe de Laboratório da 7ª Enfermaria, «que ensinou um método de sua autoria (107), conseguiu fazer repetidos exames de sangue durante o tratamento, o que nos deu sempre a necessária calma, quando se empregam medicamentos como a insulina».

Descreve o processo do Dr. Moreira da Fonseca. Narra o tratamento feito: «Assim procedemos, após dosagem da glicose no sangue e na urina, tendo-se tomado o pulso e a pressão arterial, número de inspirações, o doente recebia a injeção e antes dela tinha feito uma refeição, em que os hidratos de carbono entravam em profusão. A dose variava de 5 a 15 unidades o que correspondia a 1/5 da solução de Lilly, injeção subcutânea. Marcha do

(106) XI Congresso de Fisiologia de Edimburgo, 19.

(107) O Dr. Jorge Saldanha Bandeira de Melo em sua tese de concurso sobre *A química biológica na terapêutica clínica da diabete*, de 1927, descreve o método de dosagem da glicose no sangue do Dr. Joaquim Moreira da Fonseca.

tratamento: a glicemia que era de 7,5% desceu para 3,5% e a glicosúria que era de 110% baixou para 30 grs. por litro, e finalmente para 6 grs. Uma hora após a injeção retirava-se de novo o sangue para dosar a glicose a fim de orientar-se sobre a quantidade de unidades a injetar da próxima vez. Em geral as injeções eram feitas com intervalo de seis horas, relacionando-se o número de unidades com o valor da glicemia».

E em caráter de laudo definitivo o autor dá o seu parecer sobre o caso que ficou sob seus cuidados médicos: «Se não devemos tirar conclusões definitivas, observando por enquanto um só caso, não podemos deixar de reconhecer que este é um contingente a se acrescentar aos magníficos casos de Banting, Mac-Lead, Chabanier, para provar as grandes vantagens de um tratamento bem orientado do diabetes pela insulina».

Em nota abaixo da última página de sua tese, presta o Dr. Frederico de Sousa a seguinte informação: «Ao terminarmos a impressão desta tese, o nosso doente pesa 80 quilos, a úlcera da perna continua cicatrizada, a urina contém 14 grs. de açúcar em 24 horas, usa regime misto, com abundância de H.C., e sente completo bem estar».

Eis o relato da tese, a primeira escrita entre nós sobre a insulina, ficando aberta a questão de saber se cabe ao autor a prioridade do emprêgo deste hormônio na cura dos diabéticos.

Alcançando a era da insulina, damos por findo o nosso trabalho de contribuição com esta Memória para o 1º Congresso de História da Medicina, fazendo uso do espírito com que o saudoso Alfredo Nascimento (108) justificou a limitação dos seus propósitos na sua famosa Memória sobre o centenário da Academia Nacional de Medicina; digamos com êle: De quantos desde 1835 vem se interessando pelo estudo da diabete no Brasil não podemos referir individualmente os nomes por mais ilustres e saudosos, e quanto aos contemporâneos, «êles não pertencem à História, sendo apenas fatores do que, de futuro, há de constituir-la».

CONCLUSÃO

Depois da fundação dos cursos oficiais nas Faculdades, a diabete recebeu da parte dos professores e dos alunos um vivo interesse; é verdade de natureza mais teórica que prática. Os trabalhos constituíram-se mais de compilação do que de esforços originais, a doença não era comum nos nossos hospitais, era doença da classe alta. A observação empírica era a forma mais

(108) Alfredo Nascimento — *O Centenário da Academia Nacional de Medicina*, 1829-1929, Imprensa Nacional, Rio, 1929.

freqüente de se acompanhar os casos clínicos. Não houve terapêutica original brasileira baseada em conhecimentos da botânica e da farmacologia brasileira. Os medicamentos não visavam senão os sintomas gerais e mesmo contra a glicosúria só os opiáceos e adstringentes foram bem preconizados. A concepção nervosa, que prevaleceu no fim do século XIX através da autoridade de Torres Homem foi a mais acreditada e foi a causa lógica para esta medicação calmante. Os regimes alimentares parece que nunca foram sistematicamente prescritos pelos médicos. Não tivemos nenhum discípulo convicto de Bouchardat, Rollo e Cantani, e muito menos de Von Noorden, Labbé, Guelpa, Allen e outros. No entanto encontramos na tradição indícios da prescrição do regime animal.

A medicação por alcalinos gozou sempre de boa reputação entre os práticos. Era a medicação dos casos graves por complicação tóxica e infectuosa como coma, antraz e gangrena. A medicação reconstituente visando o perigo da tuberculose esteve sempre presente na mente dos médicos e doentes. O óleo de fígado de bacalhau foi, quando apareceu, saudado com muito entusiasmo. A levedura de cerveja teve sua boa aceitação, hoje perfeitamente justificada como fonte do complexo vitamínico B. A hidroterapia teve o seu preconceito nos banhos de mar ou águas minerais.

O prognóstico foi objeto de grande pessimismo por parte dos médicos mórmente quando o caso se complicava com processo inflamatório da pele ou dos pulmões. A gravidade da forma infantil da diabete não escapou nunca à experiência dos clínicos. Os dias estavam contados. A criança não vingaria!

Os meios de diagnóstico tiveram na densimetria da urina e na fermentação da mesma uma utilização mais remota do que os meios químicos representados pelas soluções cupro-patássica. Não é estranhável. A física vem sempre antes da química.

A presença do açúcar no sangue, apesar de reconhecida desde muitos anos a ponto da hiperglicemia ser responsabilizada pelos sintomas cardiais da doença não foi, contudo, aproveitada para a semiologia da diabete, senão depois da guerra de 1914. Entre nós ela só chegou depois de 1922 (109).

(109) *Da Indicação Propedêutica em Trofopatologia* — Dr. Luís Pinheiro Guimarães. Tese de doutoramento na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. 1924.

As questões teóricas, relativas à patogenia da diabete foram as mais discutidas nas páginas dos nossos professôres e estudantes de medicina. As teorias de Bouchardat, Mialhe, Reynoso, foram superadas em nossas cátedras pelos trabalhos experimentais de Claude Bernard. Durante 50 anos as experiências do grande doutor da experimentação como método científico encheram as páginas das teses sôbre glicosúria e diabetes saídas das nossas Faculdades. Elas deram causa a interpretação patogênica mais seguida até então, a da índole nervosa da diabete. Só Von Mering e Minkowski, experimentadores também de raça, por sua vez desmoronaram o edificio construído sôbre os alicerces de Claude Bernard. Sôbre os experimentos dêsses e mais as deduções de Lancereaux e de Lépine, calcaram-se muitos trabalhos teóricos.

A descoberta da insulina trouxe uma consagração à origem pancreática da doença, mas, não deteve a evolução. Houssay e seus colaboradores de Buenos Aires introduziram na fisiopatologia da diabete novos fatôres que não tardaram a ser coordenados de forma muito inteligente pelo nosso saudoso professor Anes Dias, o mais moderno dos conceptualistas brasileiros sôbre a diabete (110).

O nome — diabete ou diabetes, qualquer das grafias está certa, contanto que se dê gênero diferente a uma ou à outra. Usamos nos dois trabalhos que apresentamos as duas formas. Nesta — Memória, empregamos — a diabete — tôda vêz que falamos pessoalmente.

No comentário de cada tese nos cingimos à forma usada pelo autor da tese. No nosso trabalho «Documentário sôbre a evolução patogênica do diabetes no Brasil» usamos o diabetes.

O Dr. Abel Jordão (cujo livro *A Diabete* publicado em 1864, existente na Biblioteca da Faculdade de Medicina foi uma das obras mais consultadas por professôres e alunos) afirma que na nossa língua deve-se dizer — Diabete — pois diabetes é espanhol.

O cotejo dos conhecimentos colhidos nos trabalhos que foram objeto desta Memória, com as linhas bem delineadas da definição do Dr. Landaburo, um insigne diabetólogo argentino, não pode deixar de refletir as diferenças introduzidas pelo tempo; grandes

(110) *Diabete* — Professor H. Anes Dias e seus assistentes. Edição da Livraria do Globo, Pôrto Alegre, 1936.

diferenças no que depende de conhecimentos científicos de fisiopatologia e diferença menor no que diz respeito a conhecimentos médicos colhidos pelo método da observação clínica.

A especificidade da perturbação do metabolismo dos hidratos de carbono, o entrelaçamento dêste metabolismo com os outros relativos à proteína, gordura, sais minerais e vitaminas, todos êstes pontos capitais da diabete como moléstia da nutrição, estão presentes, desigualmente nos conceitos do passado, muitos dêles não em relação direta, de causa a efeito, mas sim como prenúncio, preâmbulo, ou prefácio, do que está estabelecido hoje como verdade científica, a fazer a grandeza da nossa atualidade médica.

CONFERÊNCIAS NO INSTITUTO

PRIMEIRAS MANIFESTAÇÕES PANAMERICANISTAS DO BRASIL (*)

ARTHUR CEZAR FERREIRA REIS

Os quatro povos que vieram fazer o Novo Mundo, realizando um dos capítulos mais intensos da europeização da terra, trouxeram consigo, para os espaços que descobriram e ocuparam, vencendo distâncias, sobrepondo-se a quantos obstáculos tiveram pela frente, todos os elementos constitutivos das culturas que os distinguiram. Enfrentando natureza diversa, variada e difícil, procuraram acomodar-se aos novos meios em que deviam, numa aclimação especial, experimentar aquêle imenso patrimônio de trabalho construtivo que lhes permitira realizar a façanha dos descobrimentos. As sociedades que estruturaram com o seu sangue, com o sangue das multidões primitivas que encontraram ou buscaram fora e com o sangue de outros grupos que compareceram à empresa memorável, foram, em consequência, sociedades de certo modo profundamente marcadas pelos defeitos e pelas virtudes que lhes transmitiram.

É certo que o meio geográfico e aquêles elementos estranhos que encontraram ou importaram, levando a outras atitudes, a maiores experiências, valeram como forças sociais que alteraram essa modelagem cultural, comunicando-lhes doses ponderáveis de seiva estranha, típica e tirando aquêle caráter eminentemente europeu que devia apresentar.

Certos usos e costumes, falares, instituições políticas, sentimentos cívicos e morais, atitudes religiosas, manifestações de vida material, dêsses novos conjuntos políticos, apesar das pintas étnicas, compuseram, porém, insistamos, uma constante, explicada, grosso modo, pelas origens européias, que lhes emprestaram uma outra dignidade espiritual.

Ao lado de todo êsse imenso acervo de civilização, há que registrar, todavia, que também passaram os mares para vir fazer

(*) Conferência realizada em 14 de abril de 1952.

o Novo Mundo, tentando ambientar-se aqui, como se haviam ambientado, com tanto êxito, aquelas outras características do Velho Mundo, as distâncias que os portugueses, espanhóis, ingleses e franceses guardavam entre si, distâncias acentuadamente políticas, rivalidades que disfarçavam apetites imperiais, propósitos de hegemonia, concorrência mercantil. Tôdas aquelas desafeições que os separavam, havia séculos, e a certos aspectos lhes condicionavam a vida, emprestando-lhes um fundamento capaz de enrijá-los, e torná-los mais decididos, mais tenazes na defesa dos sentimentos de nacionalidade, acompanharam os fundadores das colônias. Êsses fundadores experimentavam, em terra virgem, uma empresa sensacional que não deviam prejudicar, inicialmente, com as diferenças perigosas e malsãs.

A história que se principiou a escrever — desde o século XVI, com o empreendimento ultramarino, revestiu-se, por isso mesmo, desde então, muitas vêzes, de tom heróico, de fragor de batalha. A varonilidade nacional de cada um dêles, em consequência, durante os três séculos do processo de conquista e de domínio que exerceram sobre a terra nova, encontrou oportunidade para exteriorizar-se e ganhar maior conteúdo, evidenciando uma continuidade expressiva do espírito e do gênero que expressavam.

Ter-se-ia criado então, no Novo Mundo, apenas mais um espaço para as disputas sangrentas, as desafeições entre os grupos? Aquela quietude, aquela perfeição social que a filosofia de seiscentos e oitocentos pretendeu explicar como a característica da humanidade primitiva americana, não se extinguiu com a presença da Europa?

A história da conquista da América, elaborada agora com mais segurança, com menores entusiasmos ideológicos, à luz das provas documentais e de uma inteligência liberta de conclusões apriorísticas, vai ensinando que, se a empresa se apresentou difícil e se distinguiu, vivamente, nos métodos empregados pelos povos que a realizavam, não repousou na violência constante de europeus que desembarcavam com o sentido da aventura mercantil, absorvidos pelos desejos materiais, que se afirmavam nas suas formas mais primárias ante o noticiário fabuloso dos que descreviam a América como um velocino de ouro mais opulento que aquêle do período clássico. Registraram-se aqui, também, em meio à ardência de paixões insofridas, aos atritos com a multidão nativa, gestos de humanidade, deram-se encontros fraternos entre os que viviam a rusticidade das primeiras fórmulas sociais e os que chegavam orgulhosos de sua superioridade técnica. Todo um imenso ambiente de cordialidade entre os homens, cordialidade que levou à formação de um novo *status* étnico-social, pôde ser

criado, num ensaio interessantíssimo que é, evidentemente, a raiz mais distante do homem cordial e da americanidade como estilo de vida. O motivo indígena, que a filosofia de seiscentos a oitocentos aproveitou na sua tentativa de renovação espiritual da Europa pela elevação de seus padrões e pela reforma de seus processos políticos, não existiu. O *bon sauvage* foi uma criação lírica da imaginação européia, extasiada ante a paisagem americana, paisagem física e paisagem humana. A presença européia, é de ver-se, não prejudicou, não perturbou o bucolismo que seria o Novo Mundo da epopéia colombiana. E isso porque tal bucolismo não expressava realidade. Era, antes, uma página da literatura exótica que se escrevia na época, exaltada pela informação apressada de viajantes, de soldados, de funcionários, de religiosos.

Os homens que criaram a América, amansando-lhe a natureza bravia, foram enérgicos, foram drásticos. Porque, sejamos realísticos, muitas vezes era preciso ser enérgico, usar processos drásticos. Mas também foram suaves, também souberam ser generosos, quando se impunha a atitude generosa, o gesto suave, o comportamento sereno. Ademais, numa empresa militar como, aqui e ali, houve necessidade de ser, os métodos para a vitória não exigiam que os executores se revestissem de coragem bravia e agissem com certa dureza?

Espanhóis, portugueses, franceses e ingleses, disputando-se os espaços americanos e lançando nêles a semente da civilização ocidental, realizaram a obra extraordinária da criação das nacionalidades de que somos filhos e continuação através dos tempos. Nesse admirável empreendimento, terçaram armas entre si, numa política fechada, orgulhosa, que poderia ser a fonte impura de malquerenças futuras e nunca da boa vizinhança. Os contactos que mantiveram, no entanto, nem sempre apresentaram o aspecto de encontros de sangue. E tanto assim que logo no período da conquista, quando mais severas se mostravam as políticas nacionais para com os povos concorrentes, vamos encontrar, sobrepondo-se ao que estabeleciam os textos legais, portugueses participando da gesta espanhola, na Colômbia, na Venezuela, no Peru, nas Antilhas, presentes à façanha dos franceses no Canadá, nas Antilhas, na Guiana, ingleses na área de ação portuguesa, franceses entre os ingleses que fundavam as treze colônias do norte. No decurso da colonização, quando, portanto, se encerrara a página vibrante do empreendimento militar, quantos dêsses pioneiros não viveram uma vida plácida de trabalho, dentro dos trechos de terra que se haviam limitado aquelas quatro famílias européias, repetindo a participação proibida, ignorando a legislação fechada, rigorosa?

Buenos Aires, durante tanto tempo não se mostrou mais uma cidade portuguesa que espanhola? Em São Paulo, o grupo espanhol não formou parcela importante da sociedade bandeirante em formação? No México, em Cuba, no Peru, os portugueses não constituíram a elite financeira, a iniciativa organizada para as grandes operações econômicas? No Peru, recordemos, Huantajaya, em Tarapacá, não agasalhou, no século XVI, uma população quase que unicamente de portugueses?

As relações mercantis que se foram estabelecendo, apesar ainda da rispidez das ordens emanadas das metrópoles, serviam, igualmente, à aproximação, a uma solidariedade que o tempo se encarregaria de fortificar. Essas relações existiram, ora abertamente, ora sob forma clandestina. E, de certo modo, a tais entendimentos comerciais não será demais atribuir a formação de uma consciência americana que levou à independência. É que, através deles, os que descendiam dos quatro povos colonizadores conheceram idéias novas, experimentaram a sensação de outros hábitos, de outras necessidades, de outras atividades. A cortina de ferro sob que viviam, constatarem, escondia-lhes a excelência de mil aspectos de um mundo a que desejaram incorporar-se. As guerras coloniais, pela disputa do domínio do Prata, das Antilhas, do Canadá, não importaram na cristalização daquelas desafeições da Europa que tinham tentado aclimar-se na América. A boa vizinhança, pela força sadia da terra virgem, dos interesses que levaram à vinculação americana, foram compreendendo, era o caminho a seguir.

As próprias nações colonizadoras, de seu lado, já haviam, a essa altura, percebido que não era de boa política continuar, no ultramar, aquelas contendas que lhes tiravam a paz e não lhes solucionavam os problemas. E nos diplomas internacionais que, a partir do século XVIII, foram assinando entre si, à volta dos impérios, procuraram neutralizá-los, evitando que mergulhassem na barbaria das soluções de sangue. Deram-se, então, ainda a medo, é certo, os primeiros passos para a harmonia na América. Seria longo relacionar aqui essas primeiras demonstrações, tarefa a que talvez um dia dedique especial atenção. Por que, porém, não indicar alguns exemplos?

Quando se firmou, em 1700, o Tratado Provisional entre a França e Portugal, a propósito da fronteira na Amazônia, estabeleceu-se que seriam destruídas as fortalezas que a garantiam. A paz devia reinar ali.

Em 1763, firmado o Tratado de Paris, aos 70.000 franceses do Canadá não se impôs a expulsão para dar lugar ao inglês vitorioso; ao contrário, deu-se-lhes o direito de optar pela per-

manência no lar que havia organizado ou pelo regresso à mãe pátria. E 60.000 dêles ficaram fiéis à nova pátria americana. O amor à terra que semearam frutificara.

Em 1750, portugueses e espanhóis, procurando encerrar, pelo Tratado de Madrid, as diferenças que os separavam em torno à soberania de vasta extensão sul-americana, estabeleceram:

a) «Que cada parte há de ficar com o que atualmente possui»;

b) que se a guerra rompesse, na Europa, entre as partes contratantes, seus vassallos na América se mantivessem em paz, sendo punidos com pena de morte os que comandassem o rompimento dêsse estado de tranqüilidade.

Será preciso mais? Os princípios do *uti possidetis* e da paz permanente na América não valiam como fundamentos mais distantes dos sentimentos de harmonia, de boa vizinhança, de americanidade, que as próprias metrópoles reconheciam necessários e talvez mesmo aceitassem como uma imposição da própria América? Porque, é preciso recordar e assinalar bem, o Tratado de Madrid não se firmara apenas para exteriorizar o clima de fraternidade que se respirava na península, ligados os dois povos pelas casas reinantes, agora unidas pelo matrimônio de seus chefes. Obra material de dois homens compreensivos, o brasileiro Alexandre de Gusmão e o espanhol D. Joseph de Carvajal y Lancaster, decorria, evidentemente, da exigência da própria América. Não era possível permanecer o estado de insegurança no Prata e nas demais áreas da fronteira. A expansão luso-brasileira processara-se ininterrupta e sensacionalmente em direção norte, sul e oeste. Não encontrara obstáculos intransponíveis. A legitimidade dessa expansão fôra posta em dúvida por Espanha. Mas em Madrid, à evidência do exercício manso, permanente, secular, da soberania luso-brasileira, Espanha cederá. O princípio do *uti possidetis*, que ela já experimentava no enquadramento territorial de seus vice-reinados, de suas *governaciones*, de suas capitanias *generales*, era um princípio emanado da realidade americana para reconhecer a bravura descobridora e o singular heroísmo colonizador de seus soldados, de seus encomenderos, de seus súditos, enfim, que lhe conquistaram espaços interiores e o dominaram pela ocupação, pela exploração das riquezas e pela criação de novas fontes de vida. Aceitando-o no diploma internacional como aceitaria o outro, da paz permanente, nêles assentando a nova era que devia começar nos respectivos domínios, portugueses e espanhóis curvam-se à realidade nova imposta pela América.

Evidentemente, não estamos, a essa altura dos acontecimentos, praticando, em toda a sua plenitude, o pan-americanismo como

fórmula política de solidariedade entre os povos que compomos a comunidade continental. Não há como deixar de compreender, todavia, que já principiavam a tomar corpo os sentimentos de vinculação entre os vários grupos que movimentavam o espaço americano, seja no contacto diário com o novo meio, seja através das políticas que se gisavam na Europa visando-o diretamente, política que, no século XVIII, passava a ser, no tocante às partes ibéricas, de uma intensa preocupação valorizadora, como é fácil de provar.

E tanto assim era que, levantados em armas, na defesa da liberdade de auto-determinação, os descendentes de inglêses, alemães, holandeses, suecos e franceses que estavam construindo, no norte, o maior edificio sócio-econômico de nossos dias, prontamente lhe foram levar o aplauso das outras sociedades coloniais, hispano-americanos e brasileiros que viam, naquele protesto, a oportunidade que se abria para a liberdade. Porque, é evidente, nos campos de batalha das treze colônias inglêsas, jogava-se o destino da América, que dizia, altivamente, ao velho mundo, o seu propósito de viver independente, organizando-se nos moldes políticos que entendia consultando melhor os seus interesses, que já não eram mais os interesses da Europa.

Falamos em aplauso dos brasileiros. Não dissemos demais. Se não levamos ao teatro das campanhas militares a nossa participação ativa, como fizeram hispano-americanos, nem por isso nos mostramos indiferentes ao que estava ocorrendo e também entendíamos nas conseqüências profundas que apresentava para a sorte da América. Evidentemente, José Alves Maia, quando procurara Jefferson, em Nimes, pleiteando-lhe ajuda para uma nova epopéia de liberdade na Sul América, estava exprimindo vivamente, ardentemente, os aplausos que mandávamos aos irmãos que se libertavam no norte. A inconfidência mineira, que se seguiria ao episódio daquele contacto, urdida com os olhos voltados para a lição norte-americana, as providências que se tomaram para evitar que o Brasil se contaminasse da ideologia perigosa, não serão bastantes para significar a existência de um processo de interesse pela grande realização, interesse que já conduzia a atitudes mais largas que podiam produzir os mesmos resultados políticos?

Rodrigo Otávio, em cujas lições tanto aprendi a amar a americanidade, em conferências memoráveis proferidas na Universidade de Paris e Roma, sobre «Alexandre de Gusmão e o sentimento americano» e sobre o «Monroismo e pan-americanismo», teve ocasião de assinalar que, tanto na atuação do santista illustre, que Araújo Jorge chamou, muito apropriadamente, de «avô

dos diplomatas brasileiros», desenvolvida no decorrer das negociações para o Tratado de Madrid, como no gesto de Alves Maia junto a Jefferson, podemos encontrar não só a manifestação da cordialidade de sentimentos do Brasil como, indo mais longe, já a afirmação de um princípio, aquêlê da paz na América mesmo que na Europa se guerreassem as nações colonizadoras, que seria o fundamento do pan-americanismo lançado perante o mundo pelo grande James Monroe. Precursor do estadista norte-americano, êle próprio um estadista de envergadura, a quem se deve todo um vasto programa de vitalização do Brasil, como Jaime Cortesão acaba de documentar numa série de volumes sensacionais em curso de publicação pelo Itamaraty, Alexandre de Gusmão, repitamos aqui Rodrigo Otávio, «traçara, no que concerne aos interesses mais legítimos dos povos da América, a orientação certa e vitoriosa de sua política internacional». A contribuição brasileira principiara, assim, no texto do diploma de 1750.

As manifestações mais positivas, contudo, vamos encontrá-las mais tarde, quando se começa a modificar o panorama da América ibérica, pela agitação revolucionária que explicaria os Miranda, os Bolívar, os San Martín, os Hidalgo, os O' Higgins, os Murillo, os Sucre, os José Bonifácio, tôda, enfim, aquela imensa galeria de soldados e de homens de govêrno que vão modelar novas nacionalidades dando-lhes o conteúdo político para a soberania que passam a experimentar. Então, a solidariedade continental, que se vai tentar no Congresso de Panamá, precisa fortificar-se para a própria defesa de seus interesses. Nesse momento decisivo, o Brasil não recusa a sua contribuição. Ao contrário, trá-la, prestimoso, adiantando-se mesmo a qualquer iniciativa pública dos demais povos que lutam pela liberdade como passaremos a recordar, sumariamente.

Em 1808, instalando-se no Rio de Janeiro, D. Maria e o príncipe D. João, o Brasil dava início ao rompimento dos laços de sujeição da Sul América à Europa. Porque não se processava, com a transferência da Côrte, apenas uma nova localização do govêrno metropolitano, uma espécie de govêrno no exílio, tão em moda em nossos tempos. Tôda a estrutura política da colônia se alterava. O *status* em que tinha vivido deixara de existir. E na realidade passava a viver como estado soberano. O progresso material que se operou correu parêlha com o progresso ideológico. Quando, em consequência, em 1815, fomos elevados à condição de Reino Unido a Portugal e Algarves, o que se estava fazendo era a proclamação jurídica de uma situação de fato. A condição colonial na América sofrera um primeiro rompimento com a indepen-

dência dos treze territórios ingleses. A situação nova que se criara no Brasil valia como uma segunda brecha no sistema.

A política que D. João seguiu, face à conjuntura criada pela invasão da península por Napoleão, condicionada pela tremenda realidade que se verificava, pareceu, no entanto, de pronto, e como tal foi explorada, uma política perigosa, que revelava apetites territoriais e sentimentos de hostilidade para com o império de Espanha. Os gestos nervosos de D. Carlota Joaquina, imiscuindo-se nas questões internas das possessões de seu irmão e de seu pai, embora fôsse ela espanhola de boa cepa, convém não esquecer, contribuíam igualmente para avolumar a impressão. Na verdade, porém, o que D. Carlota imaginava, desprezados aquêles motivos íntimos, domésticos, de sobrepor-se ao marido que detestava, era salvar o império, na ilusão de que, aclamada nêle, os sentimentos de independência não seriam estimulados, não encontrariam eco. O passado estaria salvo. E o passado era a integridade do império espanhol que ela, sem a visão objetiva dos fatos, não queria ver como uma página encerrada, missão histórica que estava finda.

Quanto à política de D. João, impõe-se uma revisão desapassionada, que situe, no tempo, as intenções do príncipe, expressas nos atos que praticou. A conquista de Cayena, primeiro gesto imperial, valeu como revide ao insulto, à agressão napoleônica, e pode ser explicado como uma tendência do próprio Brasil que se via ameaçado, de há muito, na região amazônica, pelas ambições francesas. A idéia da conquista era velha e importava na necessidade de pôr termo a dois séculos de hostilidades partidas de Cayena.

No caso particular do Prata, velho campo de agitação, de inquietação, não é possível mais atermo-nos à idéia de que a política resultava na realização do sonho secular da ampliação da fronteira. O esforço nesse sentido fôra longo, talvez tenha criado um estado d'alma agitado, uma consciência política forte nessa direção. No momento da atuação de D. João, não obedeceu a êsse objetivo. O que se quis, na oportunidade, foi impedir o alastramento do perigo napoleônico. A missão Xavier Curado, primeiro passo dado na direção ao Prata, visou à formação de uma unidade de vistas, o fortalecimento de uma frente capaz de opor-se ao expansionismo napoleônico. Estava na direção do vice-reinado um francês, Santiago de Liniers, que ascendera ao pôsto, sob o aplauso popular, nos entreveros contra os ingleses. Seria possível acreditar nas suas intenções? Na hora oportuna, não serviria a Napoleão? Os franceses não poderiam, de um momento para outro, surgir no Prata, ocupando-o e pondo em perigo a

segurança do Brasil? A suspeita de que D. João servia aos interesses britânicos, de que D. Rodrigo de Sousa Coutinho se fizera defensor, não procedia. Como não procedia a suspeita de que, no Prata, preparava-se um ataque ao Rio Grande. Nos documentos que se conhecem, as referências ao perigo francês, se não são abundantes, nem por isso deixam de ser positivas. Ademais, estudando-se a época, indo-se às minúcias do que estava ocorrendo na Europa, por que não aceitar a tese de que o príncipe não projetava a absorção pura e simples do Prata, mas um união para a resistência, uma vez que na Ibéria o domínio do corso já era absoluto? O que êle propunha não era isso?

Em 13 de setembro de 1808, D. Rodrigo, dirigindo-se a Curado, mandando que encerrasse suas demarches para obter a concordância platina, dizia-lhe:

«S. A. R. ficou convencido de que V. S. tem feito tudo o que tem podido pelo Seu Real Serviço, e que o tem exatamente informado de tudo o que tem aí acontecido, que concordando felizmente com o que aqui se sabe sucedido na Europa, como V. S. já saberá pelas últimas Cartas que lhe dirigi, deixa a S.A.R. a doce esperança de que os espanhoes se ligarão novamente com o Mesmo Augusto Senhor, reconhecendo que o seu único e verdadeiro inimigo é o Imperador dos Francêses, que se propunha destruir as duas monarquias. De tudo isto verá V. S. que S. A. R. deseja persuadir a êsses povos que cessam todos os motivos que havia de que os francêses se fizessem senhores do Rio da Prata, e todas as precauções que se deviam tomar para evitar um tão grande inconveniente...»

Afastar o perigo francês era, assim, o objetivo máximo, criando um clima de segurança, que o comércio entre as duas regiões asseguraria, como já havia assegurado nos séculos XVI e XVII e ainda hoje assegura.

Os sucessos posteriores que nos levaram a ocupar o Uruguai não devem, do mesmo modo, ser indicados como uma prova de que a política aqui seguida era contrária à boa vizinhança, em detrimento do bem estar e da paz dos vizinhos e irmãos. A história dessa intervenção é longa. Não cabe nos períodos restritos desta conversa. Bastará recordar que se prende a todo um processo politico em que argentinos e luso-brasileiros tiveram de agir drásticamente para opor-se à desordem. Artigas, compreendemo-lo hoje em tôda sua grandeza como herói da orientalidade. Na época, todavia, êle representava o perigo comum, contra a

integridade territorial do Brasil e da Argentina. Sem forças, então, para vencê-lo, as Províncias Unidas do Prata apelaram para D. João, que venceu o gaúcho temperamental. Autorizávamos, com esses gestos, as desconfianças e as acusações que sofremos? A intriga internacional não deixou passar a oportunidade. E tudo foi envenenado.

A história não se escreve com o ódio, ou para atender a ideologias. Ela é a verdade dos fatos. E para encontrá-la faz-se preciso a distância no tempo. A história de nossa participação na estrutura da convivência americana tem de ser feita sem a paixão ideológica, com a visão dos fatos à distância e à análise serena dos documentos. Ora, o que os documentos ensinam é que agimos sempre sem intenções mesquinhas, propósitos que prejudicassem a evolução natural de nossos vizinhos. E tanto assim, que, nessa fase tempestuosa em que eram levados a atitudes de fôrça, admitíamos a conveniência de fixar, em bases realísticas, o melhor entendimento com êles. É cristalino, nesse particular, o que escreveu, ano de 1818, de Paris, o diplomata Araújo Carneiro, dirigindo-se a Vilanova Portugal. A situação européia autorizava acreditar que os vencedores de Napoleão voltavam-se para o Novo Mundo, imaginando poder recompor os quadros coloniais. Ouçamos o que dizia Araújo Carneiro:

«Os alliados natos do Brasil hão de ser sempre os americanos do sul e mesmo ao norte. He em Buenos Ayres e nos Estados Unidos d'America aonde S. M. deve Ter não Ministros ordinarios, mas sim Embaixadores, ou Ministros da primeira ordem tanto em capacidade como em honra. As relações politicas de S. M. mudarão como já disse com o grande passo de novembro. E assim como outro tempo era na Hespanha e na França aonde se tinham Embaixadores, deve ser hoje de preferencia em Buenos Aires, e nos Estados Unidos, aonde os Deve haver».

Mais cristalino ainda, no ano seguinte, o almirante Rodrigo Pinto Guedes, em parecer apresentado ao mesmo ministro Vilanova Portugal, sugeria a formação de uma Liga Americana, que se oporia aos desejos europeus da recolonização, «composta dos Estados Unidos, — do Reino ou Estado independente do México — do Brasil — do Reino Americano Meridional — e de outros Estados Soberanos porém menores conforme convier à vista da Carta Geográfica». Essa Liga já não era, na singeleza de sua indicação, o embrião de uma União Pan-Americana de objetivos políticos?

D. João VI, pelo que sabemos hoje, graças às pesquisas de Paulo de Medeiros e Azevedo Sodré, estava conforme aos ideais americanistas, de acôrdo com a sugestão da Liga, disposto à

estruturação de um entendimento mais amplo, mais profundo no sentido da vinculação continental, havendo mesmo, com êsse objetivo, assumido posição, em contacto com o governo norte-americano.

Até aqui estamos, porém, diante do pensamento oficial. Seria êsse o pensamento popular? O estado de consciência liberal que estava tomando conta do Brasil desde fins do século XVIII autoriza a acreditar que os sentimentos de vinculação dos brasileiros para com os irmãos de língua espanhola e inglêsa também se vinham afirmando. Assim, em 1810, já Arruda Câmara, nos seus conciliábulos para a independência, afirmava, referindo-se a êles: «tempo virá de sermos todos um». E em 1817, Cruz Cabugá, enviado pelos republicanos do nordeste, aos Estados Unidos, para obter a ajuda da grande democracia, na tentativa em que estavam empenhados, pleiteou, com a cooperação, uma colaboração mais íntima, mais permanente, verdadeira aliança, que expressasse uma reação à dominação européia na América. Ora Cabugá falava em nome daquelas multidões armadas, que haviam expressado impetuosa e decididamente o seu desejo de soberania democrática.

Os sentimentos populares e os oficiais, está visto, tendentes à composição de um entendimento que vinculasse os povos do Novo Mundo, tinha raiz entre nós.

Mas há outras demonstrações que reforçam a tese: Silvestre Pinheiro Ferreira, publicista de renomada internacional, ministro de D. João, numa série de notas que enviou aos governos americanos em organização, visando opor-se aos propósitos da Santa Aliança, ensina Rodrigo Otávio, «pensou em criar uma verdadeira Sociedade das Nações Americanas sob a base dum tratado de confederação e de mútua garantia da independência dos Estados». A direção da Confederação, indicava o estadista, devia caber aos Estados Unidos. E em demonstrações práticas de sua vontade de que a idéia generosa fôsse realidade, apressara-se a promover o reconhecimento da independência das Repúblicas Unidas do Prata e do Chile.

Pouco depois, desligavamo-nos definitivamente de Portugal. A orientação americanista não seria abandonada. José Bonifácio, com o controle dos negócios do exterior e do interior, gênio civil da organização nacional, entusiasta da americanidade, sustentou o princípio da boa vizinhança e da solidariedade continental. Continuava o pensamento de Alexandre de Gusmão, êle que era, como o estadista do século XVIII, paulista de Santos.

A correspondência do patriarca, na espécie, é positiva. Assim, em maio de 1822, no projeto de instruções a Correia da Câmara, que despachava para o Prata, esclarecia-o:

«Pôsto que o senso commum, a Politica, a Razão em que ella se funda, e a critica situação da América está dizendo, e mostrando a quantos tem ouvidos para ouvir, e olhos para ver, que huma Liga Offensiva e Deffensiva de quantos Estados occupamos este vastissimo Continente he necessaria para que todos, e cada um delles possa conservar illezas a sua liberdade, e Independencia altamente ameaçadas pelas revoltantes Pretenções da Europa...»

Dirigindo-se depois a Bernardino Rivadavia, titular dos negócios exteriores argentino, o estadista que realizava a obra admirável do impulsionamento de sua pátria, falou-lhe a mesma linguagem, assegurando-lhe que D. Pedro «não deseja nem pode adotar outro sistema que não seja o americano, e se acha convencido de que os interesses de todos os govêrnos da América, quaisquer que êles sejam, se devem considerar homogêneos, e derivados todos do mesmo princípio, a saber: uma justa e firme repulsão contra as imperiosas pretensões da Europa».

A 2 de dezembro de 1823, James Monroe lia perante o Congresso dos Estados Unidos a famosa mensagem em que fixava a direção da politica de sua pátria, traçada pelo pensamento atilado, firme, de seu eminente secretário de estado, John Adams, frente aos sentimentos colonialistas de Espanha e Portugal, alimentados pela Santa Aliança. Monroe dizia: «os continentes americanos, por sua livre e independente condição atual, não se podem dora avante considerar como objeto de futura colonização por parte de nenhuma potência européia».

O isolacionismo norte-americano deixava de existir. E com essa attitude memorável, dava-se mais solidez ao ideal da fraternidade americana.

O Brasil, nessa hora decisiva, em que se jogavam, inclusive, os seus destinos, de vez que os desejos de restaurar na América o *status* colonial o envolvia também, não hesitou no aplauso a Monroe, aplauso, no fim de contas, convém insistir, a um princípio que já estava incluído na ideologia que vínhamos defendendo. Silvestre Rebello, que fôra nomeado Encarregado de Negócios do Brasil junto ao govêrno norte-americano, para obter o reconhecimento de nossa independência, o que conseguiu facilmente, recebera, a 31 de janeiro de 1824, instruções para manter-se em contacto permanente com os representantes diplomáticos das

outras nacionalidades americanas creditadas em Washington, assegurando-lhes os propósitos harmônicos do Brasil, e para pleitear uma aliança com os Estados Unidos, defendendo o princípio de que «os próprios interesses dos Estados Unidos exigem imperiosamente que não haja na América um só governo independente que não deva ser pelos outros apoiado e reconhecido».

Em face da Mensagem de Monroe, Silvestre Rebelo, devidamente autorizado declarou, a 28 de janeiro de 1825, a adesão do Brasil ao princípio, insistindo, à luz do que êle representava, na necessidade de uma aliança que nos valesse numa conjuntura militar contra Portugal e as potências europeias, que porventura se decidissem a ajudá-lo na emergência bélica. A atitude brasileira não podia admitir interpretações cavilosas. Era franca e leal.

E tanto assim que, um ano decorrido, convocado, para o Panamá, o Congresso Continental em que Bolívar imaginava lançar as bases de unidade americana, o Brasil não se isolou, não recusou apoio à idéia, que, no fim de contas, já representava uma constante de sua politica exterior. Solicitado a comparecer à Assembléia, designou representante o conselheiro Teodoro José Biancardi. Gameiro Pessoa, visconde de Itabayaba, nosso agente diplomático em Londres, recebera o convite, entregue pelo ministro da Grã-Colômbia, Manuel José Hurtado. E lhe respondera, de ordem de D. Pedro:

«O imperador teve a bem aceitar o convite que lhe foi dirigido pelo governo colombiano, para que o Brasil se associe aos demais Estados da América que se vão reunir no Panamá, para regularem de comum acôrdo com as suas relações mútuas e fixarem seus respectivos sistemas políticos. A politica do imperador é tão generosa e bem intencionada que estará sempre pronta a contribuir para o repouso, a felicidade e a glória da América; e logo que as negociações relativas ao reconhecimento do império sejam honrosamente concluídas no Rio de Janeiro, enviará um plenipotenciário ao Congresso, para tomar parte nas deliberações de interesse geral, compatíveis com a estrita neutralidade que mantém entre os Estados beligerantes da América e a Espanha».

A essa altura, cresciam, à volta do Brasil, fundas dúvidas sobre a sinceridade de seus sentimentos a prol da boa vizinhança e da solidariedade continental. A guerra no Prata, o incidente de Chiquitos, as suspeitas de que D. Pedro, Bragança e genro do imperador da Áustria, não estaria desligado de compromissos com a Santa Aliança, que dêle poderia servir-se para a tentativa restauradora, autorizavam essas reservas? O Brasil constituía uma exceção no quadro político da América: era uma monarquia organizada, rodeada de repúblicas agitadiças, que faziam a sangue

a sua experimentação democrática. Não será despropositado recordar que o expansionismo territorial nos idos coloniais era invocado para explicar êsse ambiente negativo. Simão Bolívar fôra mesmo solicitado a intervir pelas armas, solidário com a Argentina, na luta que se desenrolava na Cisplatina. Recusara terminantemente. Êle, caudilho da liberdade continental, apóstolo da fraternidade entre os povos americanos, desejava que a paz, base do progresso, decesse de vez sôbre as terras do Novo Mundo.

Embora designado para a Assembléia, Biancardi não chegou até lá. Regressou da Bahia, por ordem superior. A que atribuir-se a ausência, o abandono da posição liberal por parte do Brasil? Justificavam-se as desconfianças articuladas contra a sinceridade de sua política? É possível que se possa explicar a atitude assumida pelo temor de que, no Panamá, se agitassem problemas que não desejávamos ver ventilados, como, por exemplo, o sistema político que nos regia. A tendência antimonárquica era forte. Rumorejava-se que a matéria seria agitada para condenar-se o sistema na sua aclimação na América, o que valia dizer, condenar o Brasil que o adotara. Era, portanto, desagradável estar presente. Se assim foi, como suspeitamos de certo modo com fundamento, andamos bem. A Assembléia fôra convocada com objetivos certos, que aplaudíamos porque eram objetivos a que servíamos sinceramente. Desvirtuando-a, para atacar um tema dessa natureza, como deixara entrever, em Washington, o diplomata colombiano Salazar, fugia àquelas finalidades maiores e realmente de interesse continental.

A história de nossa posição em face do ideal de solidariedade continental, que hoje festejamos nos seus resultados e na sua esplêndida realidade, tem sido estudada por Oliveira Lima, Artur Orlando, Rodrigo Otávio, Argeu Guimarães, Heitor Lira, Hélio Lobo, Pedro Calmon, Ilmar Pena Marinho, Hildebrando Acioly, Dunsche de Abranches, os quais, da documentação que compulsaram, saíram convencidos de que a nossa linha de conduta naquelas horas inaugurais da convivência americana foi retilínea. Tôda uma série de demonstrações indiscreíveis promovêramos na direção do entendimento cordial entre as nações que se libertavam do sistema colonial.

O pan-americanismo encontrara, assim, no Brasil, nos seus primeiros passos, passos hesitantes, uma acolhida decisiva. A tese está certa, como acabamos de verificar mesmo na exigüidade desta tentativa de exposição. Os incidentes verificados no Prata têm servido à explicação da tese em contrário. A história da política que realizamos no extremo sul, não se revestiu, no entanto, daquelas características odiosas por que têm sido indi-

çadas. Ao contrário, foi uma resultante dos propósitos de paz, de ordem, de boa vizinhança que nos animavam, não constituído, como a imensa documentação que vem sendo divulgada acentua, prova exuberantemente, um desmentido formal às interpretações fáceis, apressadas, caluniosas, uma empresa de hostilidade a povos irmãos.

No particular do pan-americanismo, insistamos, quando êle começara a surgir, numa experiência duvidosa, assumimos posição franca. As primeiras manifestações brasileiras, leais, firmes, seguidas, expressaram, por isso mesmo, um estado de consciência.

O PADRE JOSÉ CUSTÓDIO, ARAUTO DO LIBERALISMO NO PRIMEIRO REINADO E NA REGÊNCIA (*)

ALFREDO VALLADÃO

Quando, em 1938, transcorreu o centenário da morte dessa eminente e original figura política do Império, que foi o padre José Custódio Dias, pensei em consagrar-lhe um estudo especial.

E tanto mais quanto, na mesma já havia falado várias vezes, na minha obra «Da Aclamação à Maioridade».

Motivo ponderoso obstou, todavia, a realização desse pensamento. É que estava eu, então, empenhado em estudos que cada vez mais se desdobravam, para a elaboração da história da minha querida e gloriosa terra natal, que levei a cabo em quatro volumes publicados respectivamente em 1937, 1940, 1942 e 1945, sob o título *Campanha da Princesa*.

Inseri entretanto no volume II desta obra, como se impunha, uma nota de certa extensão sobre tal figura vinculada àquela terra por títulos políticos e sociais.

A ação desenvolvida no cenário nacional, por êsse «arauto do liberalismo», repercutiu fortemente em um meio como o campanhense, das altas tradições de Alvarenga Peixoto e Bárbara Heliodora, a «Heroína da Inconfidência», e que, no momento, tinha ainda a representá-lo no mesmo cenário nacional, como uma de suas grandes figuras, José Bento Leite Ferreira de Melo, com o seu nome salientando-se no «7 de Abril» e na «Constituição de Pouso Alegre», como salienta-se-ia, depois, na «Maioridade» e na «Revolução de 1842».

E até certo ponto, coparticipava êle desse meio campanhense, a que era freqüente e onde, segundo referiu o *Jornal do Comércio*, fazendo-lhe o necrológio, na sua edição de 10 de feve-

(*) Conferência realizada pelo ministro Alfredo Valladão, em sessão do Instituto de 23 de maio de 1952.

reiro de 1838, exerceu o cargo de vigário da Vara, em uma das fases de sua carreira eclesiástica.

Isso ocorria por ser, o ilustre brasileiro, irmão de Custódio José Dias, capitão-mor de São Carlos de Jacuí, mas residente na vizinhança da então Vila da Campanha da Princesa, na sua importante propriedade agrícola, situada entre as atuais cidades do Machado e de Alfenas, na época simples freguesias. Fêz parte, êste, do segundo Governo Provisório de Minas Gerais, constituído em 1822, e, mais tarde, da Assembléia Geral do Império, com assento na Câmara dos Deputados na primeira legislatura (1826-1829), e na sessão legislativa de 1833; e foi tronco de numerosa e distinta família.

Concluindo, em 1944, aquela elaboração da história da minha querida e gloriosa terra natal, não procurei descanso, de meus estudos históricos.

Abri logo, e ainda com o maior devotamento, um novo ciclo dos mesmos, consagrados a essas longas Conferências que venho realizando, alternadamente, nas duas Casas gloriosas e seculares do nosso patrimônio intelectual, que são êste Instituto, e o Instituto dos Advogados Brasileiros, sôbre grandes vultos da nossa história política, e da nossa história cultural.

E no plano que me tracei, chegou a hora de falar nesse verdadeiro «arauto do liberalismo» no Primeiro Reinado e na Regência, que foi o padre José Custódio Dias.

Ao que me conste, nenhum trabalho especial apareceu, até hoje, sôbre a sua personalidade, e na mesma não fala o *Ano Biográfico*, de Macedo, nem fala o *Dicionário Bibliográfico*, de Blake.

A mais extensa notícia a seu respeito, ainda é aquêlê necrológio feito no *Jornal do Comércio*, e ajustado ao espaço apenas de uma de suas então limitadas colunas; porém muito significativo para a época, em que as homenagens de tal natureza eram expressas em breves palavras, não excedentes de algumas linhas.

Os nossos historiadores apenas esporadicamente falam nesse eminente brasileiro, referindo um ou outro dos fatos da sua vida política e parlamentar.

Procurei estudar-lhe demorada e sistematicamente a figura, sob todos os seus aspectos.

Foi seu berço Minas Gerais. Ali nasceu em 1767, no então povoado de Nazaré, da freguesia de Nossa Senhora do Pilar da Vila de São João d'El-Rey, sendo filho legítimo do capitão Custódio José Dias, natural da freguesia da Boa Vista da comarca de Penafiel, em Portugal, e de D. Ana Lopes da Silveira, natural daquela mesma vila de São João d'El-Rey.

Seguindo a carreira eclesiástica, ordenou-se em Mariana, isto em 1791, como informa Raimundo Trindade, na sua obra *Arquidiocese de Mariana*, e que aí pára, nada mais dizendo da sua atividade na mesma carreira.

Entretanto, ao que afirma o escritor do *Jornal do Comércio*, foi êle sucessivamente vigário da vara das vilas de Sabará e da Campanha, e vigário geral do Bispado de Mariana. E quanto a essa vigararia da Campanha, se não me foi dado apurar o fato, certo é que pude ver no Arquivo de sua Catedral, que êle exerceu ali na antiga Matriz, em certa época, alguns atos de seu ministério sacerdotal.

O momento de sua ordenação era de amargura para o Brasil e, sobretudo, para Minas Gerais. Gemiam nas masmorras do Rio de Janeiro, os que ali, em Minas Gerais, ousaram erguer o grito de *Libertas quae sera tamen*, e não tardaria que Tiradentes subisse ao cadafalso aureolado de glória.

A impressão dêsse quadro afervorou em seu espirito o amor da Pátria e o amor da Liberdade. E ei-lo, afinal, ingressando na carreira política onde ninguém elevou mais alto o culto dêsses sentimentos.

Faz parte da deputação de Minas Gerais eleita para as Côrtes de Lisboa, uma das últimas a se elegerem, mas que para lá não segue.

E sendo quem a induz a tomar esta deliberação, transmitida ao Govêrno Provisório da Terra da Inconfidência, por ofício de 25 de fevereiro de 1822, em face da política de recolonização, e ofensiva dos brios do Brasil, que vinha animando aquelas Côrtes.

Proclamada, afinal, a Independência, faz êle parte da Assembléia Constituinte, que se instala a 3 de maio de 1823. E imediatamente começam, aí, as revelações do seu liberalismo tenaz e incendiado, orçando às vêzes pela República.

Já em sessão preparatória da Assembléia, ao discutir-se o regulamento sôbre solenidades desta, ei-lo se manifestando contra êsse dispositivo do seu artigo 19: «No tôpo da sala das sessões estará o trono imperial e no último degrau à direita estará a cadeira do presidente da Assembléia».

Assim considera:

«Ê na solene instalação da Assembléia, que tem de comparecer o digno representante do poder executivo, e como tenha de respeitar a nação legitimamente representada, da qual só deriva tôda a autoridade que pelo pacto social se lhe vai conferir por lei fundamental, sou de parecer que a posição que se lhe deve designar seja sim distinta, mas no mesmo plano onde estiver o

Sr. presidente, cabeça inseparável naquele ato, do corpo moral que representa a nação soberana, independente; e que deixaria de o ser quando tivesse superior».

Na Fala do Trono com que, afinal, o imperador abre a Assembléia, aparece êste trecho: «Como imperador constitucional, e mui principalmente como defensor perpétuo dêste Império, disse ao povo no dia 1 de dezembro do ano próximo passado, em que fui coroado e sagrado, que com a minha espada defenderia a pátria, a nação e a constituição, se fôsse digna do Brasil e de mim. Ratifico hoje mui solenemente perante vós esta promessa, e espero que me ajudeis a desempenhá-la...».

Ainda aí lança José Custódio o seu protesto, exclamando: «Só ao Congresso é que compete dizer se a Constituição é digna do Brasil». E, como um vidente, alerta os espíritos: «Eu me considero e todos nós em críticas circunstâncias, logo que se suscita a questão de se sua majestade o imperador merece mais amor e tem mais influência na opinião geral do país, que a assembléia; pois em tal caso poderá êle dar uma constituição, ou por meio da força descoberta, ou por qualquer maneira injusta, entretanto que o povo nos encomendou uma constituição, muito conforme com os seus sentimentos; donde se segue que depois de nos têmos exposto a muitos incômodos e perigos, talvez tenhamos a sorte que quase sempre cabe aos defensores da liberdade».

Finalmente, exemplo típico ao mesmo tempo, dos seus sentimentos patrióticos, dos seus sentimentos liberais, e da altivez de seu caráter, são aquelas palavras que, voltando ao assunto da precedência do imperador sôbre o presidente da Assembléia Constituinte, êle profere na sessão de 11 de junho de 1823.

Impugna, de novo, essa precedência, e sendo contestado responde:

«Não presumo que a minha opinião faça voto decisivo: pretendo sômente expressar os meus sentimentos quanto está ao alcance de minha razão; não espero benefícios, nem temo malefícios; a nada aspiro mais que à liberdade de minha pátria, para a conseguir a nenhum perigo me pouparei».

«A causa do Brasil é minha causa; como representante da nação hei de sustentar-lhe a dignidade, se ela fôr infeliz eu serei infeliz com ela, enquanto a minha cooperação me parecer conseqüente. Se porém a constituição que vamos fazer não me agradar por não me convencer da sua bondade, não a aceito nem assino retirar-me-ei de minha pátria».

E encerra o seu discurso com expressões violentas contra a bajulação ao imperador.

Aí fica bem definida, nas passagens que acabo de citar, a figura do padre José Custódio, na Assembléia Constituinte. Figura essa que se repete, em admirável e inquebrantável coerência, na Assembléia Geral do Império, afinal instalada a 3 de maio de 1826, da qual faz êle imediatamente parte, deputado eleito, mais uma vêz, pela Terra da Inconfidência.

Pertence à opposição liberal, brilhantemente doutrinação na Câmara dos Deputados pelo incomparável Bernardo de Vasconcelos, «o gigante intelectual», o criador do nosso parlamentarismo, e o maior de nossos legisladores.

É porém um franco atirador, orçando às vêzes de fato pela República.

Walsh, ilustre viajante inglês, que aqui esteve por aquella época, que com êle tratou pessoalmente, e que na galeria da Câmara dos Deputados teve ocasião de ouvir discursos por êle proferidos, assim o aprecia, na sua conhecida obra *Notices of Brasil in 1828 and 1829*, como já citou Otávio Tarquínio, nas rápidas considerações feitas sobre o ilustre brasileiro, no seu trabalho *Dois Golpes do Estado*, publicado em 1939: «É um dos mais constantes oradores da tribuna da Câmara, às vêzes, o mais violento. É hábil, inteligente, de apreensão rápida, concepção pronta e exposição fluente, mas por qualquer questão constitucional chega a excitar-se quase à loucura. Aliás a simples palavra Constituição — pronunciada na Câmara é como uma centelha lançada entre matérias combustíveis e que põe todos os deputados em brazas».

Bem exata é essa apreciação de Walsh, que pude ver confirmada pelos Anais.

Revela-se aí, de fato, José Custódio, um dos oradores mais frequentes à tribuna da Câmara, certo que, de discursos não extensos; de quase todos os assuntos procurando tratar, seja em muito breves palavras, sempre conceituosas.

E orador caloroso e emotivo, em tudo chegando às últimas, nos transportes do seu amor à pátria, à liberdade, e à causa dos pequenos e dos perseguidos, e na defesa sem tréguas, da Constituição e da moralidade administrativa.

Não ostenta erudição, nem é mesmo erudito, faz obra apenas com o raciocínio próprio, que é lúcido; rápida, na verdade, é a sua compreensão, pronta a sua concepção, e fluente a sua palavra.

Já na sessão de 9 de maio, está êle em foco. Justificando um pedido para que, com urgência, se nomeasse à comissão permanente de «guarda da constituição», profere discurso abraçado,

escandalizando a representação áulica da Câmara. Vejam-se estas palavras:

«O Sr. José Custódio — Sr. presidente, nós devemos cuidar da Constituição, antes que ela caia de todo; nós a devemos defender. Não temos armas; as nossas armas são as razões... Ela está em pedaços... está quase reduzida a pó... (*À ordem, à ordem, à ordem*)».

E, na sessão do dia seguinte, ei-lo a pleitear a liberdade de imprensa, quando Bernardo de Vasconcelos se bate, na tribuna, pela urgência das leis regulamentares, a dizer: «Sem elas não se pode mover a máquina da constituição, principalmente sem a que marca a responsabilidade».

Intervém aí:

«O Sr. José Custódio — Sr. presidente, a minha opinião é que esta comissão trate primeiro de tudo da lei de liberdade de imprensa que deve ser o farol que caminhe diante de nós»...

Fere ainda, à vista, de quem leia os Anais, pela sua significação moral, essa atitude que êle assume, logo depois, na sessão do dia 14, em tórno da petição de uma encarcerada, dirigida à Câmara, queixando-se de denegação de justiça, por parte do magistrado que desprezou embargos, por ela oferecidos em sua defesa, pela consideração de que estavam fora do prazo legal.

Aos deputados que se recusam a tomar conhecimento da petição, por entenderem que o assunto não é da competência da Câmara, e ainda, alegando que não são procuradores do povo, é assim que êle responde, pronunciando-se sobre a matéria:

«O Sr. José Custódio — Eu estou possuido de que as leis foram feitas para os homens e não os homens para as leis. Esta Câmara tem direito de ouvir os desgraçados. Todos os presos têm o direito de clamar contra um abuso tão antigo, e que nós devemos destruir para o bem público, pois esta lei é muito bárbara... Devemos acudir a desvalida, posto que ignoro o seu crime».

«Dizer-se, que não somos procuradores do povo, não admito. Eu sou procurador de todos os infelizes e para isso é que vim aqui... Risquemos esta lei antiga, esta lei bárbara que só dá 24 horas aos desvalidos para tentarem aliviar sua desgraça».

É assim no alto, defendendo a Constituição, defendendo a liberdade de imprensa, e condenando, em nome de seus sentimentos humanitários as leis draconianas; é assim, que José Custódio dá início à sua brilhante atividade na Câmara dos Deputados.

Atividade esta que prossegue nessa legislatura (1826-1829) e nas seguintes, até que êle entra para o Senado em 1835. Pros-

segue com os vivos exemplos que passo a apontar, e não apenas no campo dos assuntos políticos, onde a mesma culmina, senão ainda no dos assuntos sociais.

Ainda naquela sábia orientação, que ia sendo dada pelo grande Bernardo de Vasconcelos, no sentido de consagrar-se o parlamentarismo no Brasil, pediu a Câmara ao ministro do Império informações sobre os assuntos de sua pasta. Mas responde este, que não estava obrigado a prestar-lhe contas, que só por condescendência atenderia ao seu pedido.

E não tarda a contestação, de formidável dialética, oposta por Bernardo de Vasconcelos à tese ministerial, na sessão de 12 de junho, analisando a respeito, em lição de mestre consumado, os dispositivos da Constituição.

Segue-lhe os passos nessa mesma sessão, José Custódio:

«O Sr. José Custódio — Perguntarei se a Constituição é para a conservação ou para a destruição do Império?... Nós somos obrigados a sustentar a Constituição e reformar os seus abusos, e não nos é livre ceder inteiramente nada dêste direito. Diz o ministro que não é obrigado a dar informações, quando o bem geral o exige. O seu ofício é promover o bem público e não interpretar a Constituição contra o voto da Câmara; o seu voto é um voto isolado, que não pode ter valor, e elle deve sujeitar-se ao que a Câmara entender; porque também não está na Constituição que elle não dê contas, e é de seu espirito que as deve dar. A Constituição não quer mistérios na administração pública, e o ministro os pretende ainda conservar. Se continuamos assim não poderemos dar remédio algum com acêrto aos males que se apresentem, porque ninguém pode dar remédio aos males que não conhece. O ministro parece que pretende isto, e nós não devemos ser menos arrogantes em pedir informações, do que elle em nô-las negar».

A lei de responsabilidade, como já ficou significado, era o ponto culminante da campanha liberal iluminada pelos clarões da inteligência de Bernardo de Vasconcelos. «Sem a lei de responsabilidade não há Constituição»: exclama o «gigante intelectual».

De outro modo não pensa José Custódio, que assim se manifesta, na sessão de 11 de junho:

«O Sr. José Custódio — Eu estou no princípio invariável de que os que abusam do poder, devem ser severamente castigados, principalmente aquêles que, por estarem nos primeiros cargos da nação, têm por isso maior poder, e faculdade para oprimir os povos... Eu não acuso ninguém, antes sou muito indulgente

com as fraquezas humanas; porém não posso tolerar o crime e a prevaricação por abuso do poder e opressão dos povos. É necessário dizer bem alto, que o primeiro que prevaricar há de sofrer a pena correspondente».

E não é só; leva o princípio da responsabilidade às últimas consequências, não fazendo qualquer exceção quanto aos conselheiros de Estado, cuja função era apenas consultiva. Assim fala, na sessão de 12 de junho: «Eu não serei tão indulgente, como o ilustre deputado que me precedeu; porque estou persuadido que a Constituição torna responsáveis a todos os cidadãos, e que nesta classe entram os conselheiros de Estado. Do contrário significaria que a Constituição é inconseqüente e contraditória; o que é um absurdo».

Um quadro doloroso, ainda em 1826, impressionava vivamente a alma nacional, o do recrutamento praticado por modo deshumano, assumindo proporções dantescas no Ceará, onde os homens eram caçados, e trazidos para o Rio de Janeiro com um barbarismo que, testemunha ocular, chegou a dizer na Câmara, superava o do próprio Tráfico Africano.

José Custódio não se contém. Pronuncia em sessão de 10 de agosto flamejante discurso, comovido até as lágrimas, bradando pela punição dos culpados, e apontando o mais alto — o ministro da Guerra.

E nesse discurso, embora sem o mesmo lavor literário, ascende à eloquência de um Antônio Carlos, um Bernardo de Vasconcelos, um Rui Barbosa, um Joaquim Nabuco, segundo passo a deixar visto citando alguns de seus trechos:

«O Sr. José Custódio — Sr. presidente, a que ponto de desgraça chegaram os infelizes brasileiros, aquêles mesmos, que há quatro anos sacudiram o jugo português, e alçaram um govêrno independente, para a sua liberdade!!! Não contentes êsses tiranos com o terem já, e muitas vêzes faltado a tôdas as mais sagradas promessas, infringindo tôdas as leis, e violando tantos e tão solenes juramentos, depois de parecer haverem exaurido os meios de aviltar e degradar esta infeliz nação, e de a reduzir ao mais abjeto estado de escravidão, ainda inventam um novo gênero de perseguição que não me consta tê-lo lembrado a êsses monstros, que se tem celebrado no mundo por suas crueldades e barbaridades».

«Sr. presidente, disse o ilustre deputado que os povos do Ceará à vista de tais horrores, já estão persuadidos de que o govêrno do Rio de Janeiro tem um plano de aniquilar a raça brasileira. Enganar-se-ão aquêles desgraçados povos? Pois, quando

nos vemos estorquir uma enorme soma de dinheiro dêstes povos, e com êle mandar-se buscar a tanto custo, e com tanto empenho milhares e milhares de estrangeiros, e ao mesmo tempo carregarem-se embarcações de brasileiros para os sepultar no fundo do mar, poder-me-ia enganar, quando penso que o govêrno quer acabar com a raça do Brasil e plantar nêle uma nova raça da Europa? Eu me horrorizo, Sr. presidente... à dor succede a indignação»...

«Eu não sei o que mais se quererá de nós, desta malfadada nação... Ai de nós, senhores, ai dos desgraçados brasileiros, que têm dentro de si mesmos, que nutrem os seus mais encarniçados inimigos!... (*O ilustre orador esteve interdicto por algum tempo e verteu lágrimas*). Porém ai dêles também! O dia da justiça chegará para êles. Êsse sangue derramado, êsses ossos carcomidos, ressurgirão um dia, e êsses malvados tremerão, sim, tremerão. (*Rumor no salão*)

..... Senhores é tempo de confundir êsses perversos... Nada de transigir com êles. (*À ordem, à ordem*), sim... Não tenho receios. Eu não possuo officios nem benefícios para me serem tirados pelo amor que dedico aos meus concidadãos».

«Restam-me alguns bens, os tiranos que se assenhorem dêles; resta-me a minha pessoa; a minha vida; tirem-ma; de que me serve no meio de tal abjeção, de tais horrores? Pois quando é um crime a defesa dos nossos direitos, e uma virtude a traição, e o perjúrio que esperanças poderei eu ter?

.....»
Na sessão de 14 de agôsto, o fervor do seu devotamento ao principio da igualdade de todos perante a lei, grandes ou pequenos, ricos ou pobres, já patente com o pugnar pela inclusão dos conselheiros de Estado, na lei de responsabilidade, tem uma nova manifestação em tôrno do projeto da lei de responsabilidade de imprensa, quanto à composição do respectivo júri.

Assim fala:

«O Sr. José Custódio — Sr. presidente, eu não posso me conformar com a cláusula, que estabelece o artigo de terem 400\$000 de renda anual aquêles que são eleitos para juizes de fato. Eu já por muitas vêzes me tenho declarado contra a prática, ou antes o abuso, e monopólio de se excluir dos empregos honrosos e úteis os cidadãos que não têm riquezas; torno a sustentar a mesma opinião».

«Pode o merecimento do cidadão medir-se pela renda, que tem? Pois os talentos e as virtudes recomendadas pela Constituição estão dentro de uma burra de dinheiro?»

«Eu não entendo disso, Sr. presidente! A Constituição diz que só valem talentos e virtudes; isto significa em boa linguagem que onde estiverem estas qualidades, está tudo; que o cidadão que as possuir, possui tudo, deve ser procurado, convidado e trazido em triunfo para ocupar os mais altos cargos da nação; e então quem não tiver quatrocentos mil réis de renda, não pode ser juiz de fato?»

Finalmente, ainda em 1826, na discussão do importante projeto criando os Cursos Jurídicos, isso em sessão de 26 de agosto, aborda de modo especial, com toda a viveza de seu espírito democrático, o assunto da «cadeira de história da legislação», insere no programa.

Bernardo de Vasconcelos, na mesma sessão, assim se manifesta a respeito: «Isto de história da legislação é mesmo uma história; não acho que produza utilidade alguma. A legislação portuguesa está para acabar entre nós; o nosso código nacional há de aparecer finalmente. Demais qual será o mestre, que deixará de explicar a legislação pelos fatos, que a ela deram lugar. Qual o estudante que não consultará a história da legislação que se lhe explicar? Portanto, julgo inteiramente supérflua uma cadeira destinada para esse estudo».

Ele, porém, José Custódio, como sempre, vai ao extremo, só considerando o aspecto político da legislação:

«O Sr. José Custódio — Eu votei contra a cadeira de história e votei com toda a reflexão. O nosso direito pátrio, Sr. presidente, é todo contrário a essas pestíferas máximas do direito português. E será possível que vamos imbuir a nossa mocidade nessas máximas de legitimidade, e escravidão nacional? No Brasil não é possível. Estamos em outra época e em outro mundo».

«O mundo velho não tem trazido ao mundo novo senão a escravidão e com ela os males de todos os gêneros. O nosso direito é todo constitucional, contra o qual se levantam as testas coroadas da Europa; é esse direito que nos há de salvar das máximas do mundo velho. A Europa, da forma em que se acha, em que tem reduzido o célebre congresso de Laibak, poderá oferecer ótimos princípios de legislação à Ásia e à África; porém, à América não. A nossa legislação nós é que a havemos de fazer: por consequência a história dessa legislação está ainda nos possíveis».

«Contudo, eu votaria pela cadeira de história, só com a condição de servir unicamente para ensinar a mocidade brasileira a

detestar e a ter em horror essas máximas e êsses tempos de execranda memória».

Só essa atividade que acabou de ficar exposta, desenvolvida por José Custódio, na Assembléia Constituinte, e na sessão legislativa de 1826, bastaria para consagrá-lo como uma das eminentes figuras do cenário político do país.

Mas a sua projeção continua; ali ficaram as linhas mestras, obedecidas em todo o curso de sua atividade subsequente.

Não ariefeceram nêle, jamais, a vigilância pela Constituição, e o fervor da alma liberal, a defesa dos melindres nacionais, e a defesa do principio de responsabilidade administrativa. E a causa do bem comum, e a causa dos desprotegidos, continuam a ter sempre o seu apoio.

Aberta a sessão legislativa de 1827, é êle quem rompe o debate do projeto de resposta à Fala do Trono, apresentado à Câmara, na sessão de 11 de maio.

Começa o seu discurso, como já salientou Rocha Pombo, defendendo a Constituição e a dignidade da Câmara, em tórno do vocativo da mesma Fala, onde se fêz a supressão da palavra «senhores». *Augustos e digníssimos senhores representantes da nação* — era o título que a Constituição dava aos membros da Assembléia, e não, apenas, — *augustos e digníssimos representantes da nação*, que ali lhes foi dado.

Clama contra o fato, e a significar: «Ao trono se deve dizer a verdade nua e crua; sem ambiguidade, isto é que é falar constitucionalmente».

Cresce, entretanto, de importância a parte dêsse discurso relativa à guerra do sul, para manutenção da Cisplatina no domínio do Império.

Os liberais, em geral, como já tive de referir na minha obra *Da Aclamação à Maioridade*, receiavam que com as fragatas e as tropas aparelhadas para dominar a Cisplatina, o imperador restabelecesse o absolutismo no Brasil, que já praticava naquela província, e ao que, em parte, atribuíam o levante ali operado. Negavam auxílio para que êle dirigisse a guerra com mais vigor. E narra até Armitage, que na subscrição por êle, imperador, aberta para as despesas da mesma, apenas concorreram alguns monarquistas puros, a marquesa de Santos e poucas pessoas mais.

E José Custódio era ali, como sempre, o mais exaltado dos liberais.

Queria ficar bem imbuído da justiça com que se fazia a guerra, em que se estavam perdendo tantas vidas e realizando

tantos gastos, queria que o Govêrno desse tôdas as explicações a respeito:

«Eu teria a coragem necessária para me expor aos perigos: mas quando a honra da nação estiver comprometida e uma vêz que se decida a justiça da guerra, em cuja discussão deverão os ministros expor-nos todos os esclarecimentos, como pedido lhes forem, além dos que lhes cumpre desde já dar. Firmado pois na justiça da guerra, essa justiça que só faz respeitáveis as nações — *justitia elevat gentes, miseros autem facit peccatum* — com ela mostrarei que não me aterro aos reveses da guerra, e ainda que débil, quando o objeto é de ternura, sou forte quando o valor é necessário e justo».

E com essas idéias, constituiu-se êle, José Custódio, de fato, o precursor dessa liberal política, seguida por fim no Império de reconhecimento e defesa da independência do Uruguai, que levou gloriosamente, faz um século, as nossas armas libertadoras até Monte Caseros; politica essa prestigiada na República, pela grande autoridade do barão do Rio Branco.

E os extremos de seus sentimentos liberais, estiveram a pique de explodir em um franco *Viva a República!* pouco tempo após aquêlê discurso. Assim foi na sessão de 16 de junho, quando vocífera contra a recusa do Govêrno, em atender a um requerimento de informações sôbre tentativas de absolutismo verificadas na Bahia.

«O Sr. José Custódio... — Os fatos impunes e até descaradamente premiados em São Paulo, no Rio Grande e em Montevideu, além de outros muitos convenceram-nos de que há entre nós inimigos do sistema jurado, víboras, que pretendem dilacerar as entranhas da mãe benigna, que ainda os sofre e alimenta no seu seio... Pergunto eu, não é do dever desta Câmara velar pela guarda da Constituição, pela qual só ela existe e o próprio govêrno? Se êste pode executar o seu dever, e não o quer, é péssimo; se quer e não pode, é fraquíssimo; pois ainda que eu sou mais inclinado à forma do govêrno republicano (*aqui foi chamado à ordem*). Como se tocou a sensibilidade de quem me chamou à ordem, sem esperar que eu concluísse a oração, para bem perceber o sentido em que falava».

O próprio Bernardo de Vasconcelos teve que agir, formulando esta indicação, que foi aprovada com uma emenda de Araújo Basto:

«Requeiro que se tome na ata a declaração de que foi geralmente chamado à ordem o illustre deputado José Custódio Dias, quando pareceu manifestar a sua tendência a outra forma de govêrno, que não a adotada pela nação».

Certo elle se defendeu. Não tinha remorsos das palavras proferidas; seria sempre fiel ao seu juramento de defender a forma de governo monárquico — constitucional — representativa, como era do seu caráter.

Entretanto, assim concluiu: «Mas direi eu, se a constituição, que nos rege, reconhecendo como religião do Estado a católica-apostólica-romana, permite tôda a liberdade, ou diferentes inclinações religiosas, por que motivo se não há de tolerar diferentes inclinações políticas? Inclinações que morrem no coração de quem as tem, sem detrimento ou perturbação da sociedade? Será justo que lancem grilhões aos pensamentos dos homens? Que se castiguem opiniões, que só têm sido emitidos ou no asilo do cidadão, ou em lugar qual êste augusto recinto, onde não deve ter lugar o pavor, a hipocrisia, o fingimento? O que será então da liberdade de pensar garantida pela constituição, se fôr crime uma palavra, uma opinião».

A idéia republicana estava, deveras, no fundo da sua alma e os fatos, a todo momento, se incumbiam de o revelar.

Depois do que acaba de ficar exposto, nada mais é preciso dizer da atividade de José Custódio, na sessão legislativa de 1827. E desta, em si mesma, é para referir que a campanha liberal, vinda da sessão legislativa anterior, tornou-se ainda mais vigorosa, por tal forma se impondo que o próprio imperador teve que ceder, constituindo, a 20 de novembro um ministério parlamentar, o ministério Araújo Lima, que principalmente graças a êste nome ia agradando.

Abre-se, afinal, a sessão legislativa de 1828. Entra em discussão o projeto de resposta à Fala do Trono, na sessão de 5 de maio. E José Custódio está de guarda, mesmo com êsse ministério:

«O Sr. José Custódio — É de suma importância a resposta à fala do trono, porque uma palavra de lisonja ou de admiração pode ir dar calor às autoridades para continuarem com a prepotência de que se não querem afastar. Voto, portanto, que sejam cinco os membros que se hão de nomear para esta comissão, a fim de serem mais as vistas atentas sôbre tão melindroso objeto, e declaro desde já que não darei o meu voto a coisas que soem mal».

Merece também especial registro, o modo como elle se manifesta, sôbre o tópico do projeto de resposta à Fala do Trono, quanto a informação desta, de que a Côrte de Madrid era o único governo da Europa, que ainda não tinha reconhecido a nossa Independência.

«O Sr. José Custódio — Tudo o que se diz na resposta contra Fernando VII é pouco. Fernando VII é um rei absoluto, é um déspota e um perjuro, é quanto basta para incorrer na execração do mundo inteiro! Eu tenho tanto horror a um rei absoluto, que não posso entrar na capela imperial, porque vejo lá o retrato de um rei absoluto; perco mesmo a devoção ao lugar sagrado em que está».

E muito interessante ainda, o voto que profere, na sessão de 6 de junho, sobre o projeto abolindo taxas que a título de matrícula pagavam os alunos do curso jurídico:

«O Sr. José Custódio — Tudo quanto é justo deve-se fazer; a extinção das matrículas é justa porque com elas não pode a pobreza; faça-se. Para que matrícula? Para tirar aos pobres em que de ordinário aparecem maiores talentos, os meios de se applicarem às ciências, e virem depois engrossar as fileiras dos constitucionais, contra o despotismo que só medra onde reinam as trevas... Eu voto pela resolução; e até quisera que quem soubesse, fazendo exame, recebesse carta de formatura, sem mesmo ter frequentado aulas; queremos a ciência, e não nos incomodaremos com as formalidades».

E, com esta manifestação, é o pioneiro da liberdade do ensino no Brasil, consagrada mais tarde pelo decreto de 19 de abril de 1879.

Pequena, porém, foi a duração do ministério Araújo Lima, dissolvido em junho de 1829, conseqüentemente ao levante, por todos os aspectos doloroso para a alma nacional, das tropas estrangeiras que o imperador organizara contra vontade expressa da Câmara, compostas de alemães e irlandeses.

Reacende-se a luta entre a oposição e o imperador, aquela dirigida, alta, brilhante e tenazmente pela assombrosa palavra de Bernardo de Vasconcelos, e pela pena sem igual de Evaristo da Veiga, e tendo ao seu lado a palavra incandescente, do franco atirador que era José Custódio, que, por exemplo, na sua campanha de defesa da moralidade administrativa, chegaria, em sessão de 8 de julho de 1829, a apresentar as seguintes emendas aditivas, ao projeto da lei de responsabilidade dos funcionários públicos: «O empregado público que possuir maior soma de cabedal do que licitamente tiver adquirido, será condenado na perda do emprego inabilitado para outro, e multa do dôbro que possuir além do licitamente adquirido... O empregado público de quem as despesas excederem os meios que possui será punido com a perda do emprego, inutilizado para outro, e prisão por tantos anos quantos forem os que despendeu demais. Esta pena se acumulará

à da multa, concorrendo o delito de possuir demais com o do gasto».

E essa luta vai crescendo sempre, até o 7 de abril, certo contando-se um interregno, pelo modo como, patrioticamente aconselhado pelo glorioso José Bonifácio, com quem reatara relações, organizou o imperador o ministério de 10 de dezembro de 1829, com a figura primacial do marquês de Barbacena (Caldeira Brant), que pelas seus atos liberais e austeros, e sábias normas administrativas, ia se impondo ao respeito da oposição.

Mas isso durou pouco; dentro de alguns meses, cedendo às intrigas do seu antigo gabinete secreto, chefiado por Gomes da Silva (o Chalaça), o imperador demite acintosamente o marquês de Barbacena.

E mais viva se torna a campanha da oposição, que no seu libelo articulava a suspensão das garantias constitucionais em Pernambuco, adicionada do «invento infernal» das comissões militares; a ingerência do imperador nos negócios de Portugal, criando sérias complicações para o Brasil, tanto na ordem internacional, como na ordem interna, política e social; os abusos da administração financeira; e passa a articular por fim, em 1831, a morte de Líbero Badaró, e a *Noite das garrafadas*.

Aquêles fatos relativos a Pernambuco já haviam levado a Câmara a promover a responsabilidade dos ministros da Justiça (Teixeira de Gouvêa), e da Guerra (Oliveira Álvares), cujo julgamento, que na realidade afetava o próprio imperador, se processou em sessão tempestuosa, que Euclides da Cunha, na sua obra *À Margem da História*, compararia às da Convenção Francesa; certo, sendo absolvidos os referidos ministros, mas o da Guerra, por muito pequena maioria e, isto mesmo, em atenção aos serviços que havia prestado à causa da Independência.

Agora, essa *Noite das garrafadas*, em que os brasileiros foram gravemente ultrajados pelos absolutistas portugueses, era de extrema gravidade, tocando a própria honra da nação, exigindo imediato desagravo.

E a respeito estão em foco José Custódio e a «Chácara da Floresta», de sua propriedade e residência, sita na antiga rua da Ajuda, ao sopé do Morro do Castelo, e vizinha ainda de outro prédio igualmente histórico, tal o da residência do ilustre brasileiro; também filho de Minas Gerais, José Joaquim da Rocha, centro de atividade dos que tramaram a Independência.

Em férias naquele momento as Câmaras, é nessa «Chácara da Floresta» que se reúnem um senador (Vergueiro) e vinte e três deputados liberais, que aqui se achavam, para deliberar sobre a matéria, e assinando êsse vibrante protesto, escrito pela

pena de Evaristo da Veiga, verdadeiro *ultimatum* ao imperador, onde se lia: «Os brasileiros tão cruelmente ofendidos, os brasileiros que se ameaça ainda com prisões parciais e injustas, *nutrem em seu peito a indignação mais bem fundada e mais profunda, não sendo possível calcular até onde chegarão os seus resultados*, se acaso o Governo não coibir desde já semelhantes desordens, sem tomar medidas para que esta afronta feita à Nação seja quanto antes reparada».

E José Custódio é quem, pessoalmente, leva êsse protesto ao conhecimento do Governo, entregando-o ao ministro da Justiça.

Irrompe, afinal o «7 de Abril», que Teófilo Ottoni, em 1860, na sua *Circular aos Eleitores de Minas Gerais*, conceituou de *journée des dupes*: «Projetado por homens de idéias muito avançadas, jurado sôbre o sangue dos Canecas e Ratclifs, o movimento tinha por fim o estabelecimento do governo do povo por si mesmo, na significação mais lata da palavra».

E ainda nesta hora, estão em evidência José Custódio e a «Chácara da Floresta», onde se decide dos destinos políticos do Brasil.

À notícia daquele movimento em ebulição, pela manhã de 7 de abril, no antigo Campo de Sant'Ana (hoje Praça da República), se reúnem a tôda pressa nessa Chácara, a fim de deliberarem a respeito, as mesmas figuras liberais que coparticiparam da reunião de 17 de março.

E sai vitoriosa a corrente moderada, que imediatamente se põe em atividade, detendo o carro da Revolução diante de um berço, depositário da esperança que não falhou, dessa Democracia Coroada, que haveria de constituir o longo, e glorioso, reinado de D. Pedro II.

Estabelecida que foi a Regência, teve ela que lutar, a princípio, com os *exaltados* e, depois, com os *restauradores*.

E aqui, de novo, estão em foco José Custódio e a «Chácara de Floresta», que passou para a história, como o reduto da causa nacional e da causa liberal.

Como já tive ocasião de significar, no trabalho que publiquei em 1914, sob o título — *Tentativa de golpe de Estado de 1832 — A «Constituição de Pouso Alegre»*, na Fala do Trono com que a Regência abriu a Assembléia, a 3 de maio de 1832, pedia o seu apoio para que pudesse manter a ordem pública seriamente ameaçada, desde que os *restauradores* tinham vindo a campo.

E Feijó, ministro da Justiça, no discurso que profere a respeito, chega a atacar ao próprio José Bonifácio: «Fôra a Quinta

da Boa Vista o quartel general dos revoltosos, que ali guardavam armas, encontravam munições de guerra, alistavam e asilavam adeptos, ensaiavam exercícios militares em presença e à vista do tutor da família imperial, que se não era conivente com os *restauradores*, não podia escapar à censura de inepto, pelo que cumpria à Assembléia Legislativa providenciar, a fim de não continuar funcionário público de tão alta categoria favoneando e alimentando conspirações contra o Governo, e contra os seus próprios inocentes pupilos».

Manifesta a Câmara o seu apoio à Regência; e à solicitação de Feijó, vota um projeto destituindo a José Bonifácio de tutor da família imperial.

O debate, entretanto, foi inflamado. Vieram à tona antigos ódios, trocando-se entre o ministro da Justiça e Martin Francisco as mais ásperas referências.

O Senado, porém, já não era o mesmo do ano antecedente, retraído, cheio de pavor; tomara posição, fizera-se reacionário. Assentara opor-se a tôdas as medidas liberais contidas no projeto de reforma da Constituição, vindo da Câmara. E, assim, começou por votar contra a Federação.

Foi nessa hora que chegou ao seu conhecimento o projeto da Câmara, destituindo de tutor a José Bonifácio.

E Feijó não podia se conformar; habituara-se a vencer. Sentia-se, além disto, ferido em seu amor próprio, êle que guardava ódio rancoroso aos Andradas, desde a perseguição que êstes lhe moveram em 1823.

Fêz-se revolucionário. Exigiu de seu partido um golpe de Estado, sob pena de deixar o Ministério. Queria esmagar o Senado. Êste ameaçava a obra de «7 de Abril».

E para salvá-la era mister que os *moderados* se aproximassem dos *exaltados*. O Senado começava a repelir as disposições liberais da reforma constitucional, que a Câmara havia aprovado.

Assumisse a Câmara função de assembléia nacional, e votasse imediatamente a «*Constituição de Pouso Alegre*».

Reuniu-se a maioria da Câmara, na «Chácara da Floresta», para deliberar a respeito; e ficou assente o golpe de Estado, contra o voto entretanto de Honório Hermeto, que lançou, com isso, a semente do partido conservador.

Mas, pelos motivos que deixei longamente expostos, no meu referido trabalho — «*Tentativa de Golpe de Estado de 1832* — «*A Constituição de Pouso Alegre*», fracassou na sessão da Câmara de 30 de julho a tentativa levada a efeito, dêsse golpe de Estado, não como repulsa à «*Constituição de Pouso Alegre*», que

era a sua bandeira, mas como repulsa ao processo, isto é, um golpe de Estado, embora por obra parlamentar.

Como deixei ver, a Constituição em causa tirava o seu nome da então freguesia de Pouso Alegre, do termo da Vila da Campanha da Princesa, onde fôra impressa na tipografia do *Pregoeiro Constitucional*, órgão de muito prestígio ali fundado e redigido por êsse campanhense, de tão alta projeção no cenário nacional, e um dos colaboradores da mesma Constituição, que foi José Bento Leite Ferreira de Melo.

Certo, essa «Constituição de Pouso Alegre» do voto da «Chácara da Floresta», não consagrava a Federação mas, fora disto, ficou formando, na nossa história política, o mais alto padrão do programa liberal. Eram seus cânones: supressão do título do imperador, de «defensor perpétuo do Brasil», supressão do conselho de estado, eletividade e temporariedade do Senado, transformação dos conselhos gerais das províncias, em assembleias provinciais.

E a êstes cânones atenderia o Ato Adicional, quanto à supressão do Conselho de Estado e à criação das Assembleias Provinciais.

Com o «7 de Abril» e suas imediatas conseqüências, atenuou-se a desmedida exaltação com que José Custódio falava na tribuna da Câmara, expedindo palavras candentes, na sua cruzada pela triplíce causa do nacionalismo, do constitucionalismo e do liberalismo.

O trono passou a ser *brasileiro*; a Regência era a República de fato; a Constituição enriquecia-se com o Ato Adicional; e a administração pautava-se por moldes liberais; faltava-lhe, assim, objeto para aquela exaltação; diminuiu a sua assiduidade à tribuna. Mas apesar de pertencer ao partido dominante, era intransigente na crítica a tudo que lhe parecia irregular, maxime no que dissesse respeito à moralidade administrativa.

E dos poucos e cada vez mais rápidos discursos que profere, mui interessantes são os das sessões de 4 e de 7 de julho de 1834, em tôrno do projeto de reforma constitucional, pelo anti-federalista que se manifesta.

Era favorável à criação das Assembleias Provinciais, mas com limitadas e especificadas atribuições que não conduzissem à Federação.

Assim falou na sessão do dia 4: «Não, senhores, o povo brasileiro não quis jamais, em sua maioria a federação; razão e direito tinha êle de a sustentar, já no tempo da dissolução da constituinte, já, e com maior fôrça, no glorioso dia 7 de abril, e

posteriormente; reconheceram porém, os influentes em um assinalado feito que sem precipitação se poderiam dar passos mais úteis, e seguir sustentando a constituição... Sim, senhores, eu aceito com afincio esse nexo salutar que une ao centro tôdas as províncias do império».

E nesse mesmo sentido, na sessão do dia 7 manifestou-se contrário a que se conferisse às Assembléias Provinciais a atribuição de suspender os presidentes de província, e de autorizar empréstimos.

Mais alto do que o seu ultra-liberalismo, falava ao seu espirito a integridade da Pátria; deixassem a federação para mais tarde quando, com o correr dos tempos, ela pudesse vir sem perigo para essa integridade.

Além daqueles exemplos, dos pontos principais da sua atividade na tribuna da Câmara, anteriormente citados, alguns outros, de diversos gêneros, quero apresentar agora, que tanto o recomendavam.

Sobre o seu amor ao trabalho e zêlo pelo regimento eis o que se lê na ata da sessão da Câmara de 31 de maio de 1826:

«Dada a hora, e propondo-se o Sr. presidente a concluir a sessão pediu a palavra e disse:

«O Sr. José Custódio — Sr. presidente parece-me que não serei importuno em dizer a V. Excia., que nós hoje entramos para a sessão um quarto de hora depois das dez, e que por isto para desempenharmos as obrigações que nos impõe o regimento devemos sair um quarto depois das duas a fim de preenchermos as 4 horas de trabalho».

«Não sendo esta proposta apoiada com assentimento, não foi tomada em consideração, mas o Sr. presidente declarou que as sessões começariam impreterivelmente às dez horas».

Viva expressão da largueza de seu espirito, imbuído dos principios do bem comum, são estas palavras que profere, na sessão de 1 de junho sobre um projeto relativo à exploração aurífera:

«Eu queria que quando se dessem as terras fôsse com a condição de que deixassem os donos escrutarem-nas quaisquer que a isso se propusessem, pois é prejudicial que nem se aproveitem os proprietários, nem consintam isso a pessoas que o podem fazer».

Por fim, muito feliz é a atitude que assume, na sessão de 14 de maio de 1829, relativamente a um projeto, vindo do Conselho Provincial de Minas Gerais, de conciliação entre os interesses

da lavoura e do serviço militar, dispensando os milicianos na época das plantações e das colheitas, a fim de que a estas se consagrassem; aprova-o em toda linha, recomendando ainda aos Conselhos das outras Províncias que imitassem àquêle.

Aguardei-me para dar notícia agora, dêsse discurso tão cheio de idéias elevadas, por êle proferido na sessão da Câmara de 21 de julho, ainda de 1826, sôbre um projeto excluindo dos feriados nacionais a data de 3 de maio, em que se abriam as Câmaras:

«Eu pasmo, Senhores, de ver que há quem se lembre de propor que o dia 3 de maio não seja de festa nacional: eu que queria que todas as festividades se reduzissem à do dia 3 de maio. Pois do que vale a Independência, o juramento da Constituição, etc. se a representação nacional não fôsse instalada, se a assembléia não tivesse ação, não entrasse em exercício? Eu não sei o que é Constituição, nem para que ela possa servir se ficar no papel — Que seria do Brasil sem sua constituição e sua representação nacional? Sem constituição um só instante eu não estarei no Brasil, vou viver nesses sertões distantes... Senhores, ao dia 3 de maio, se devem dedicar todas as festas públicas. — Eu não queria que fôsse festejado só com loquetes, tiros de peça e teatros, mas desejaria que se empregassem os festejos religiosos, que se consagrassem louvores ao nosso Deus, por ter-nos favorecido com êsse bem inapreciável, e que se praticassem atos de beneficência a favor dos povos, principalmente dos necessitados. Pois o que seria de nós se a assembléia não se instalasse? Haveria um só homem independente? Sem Constituição e sem Assembléia, o que seria do Brasil?»

E, como fica visto, essas idéias êle as defende invocando a proteção de Deus.

Momento se oferece, assim, para a apreciação da figura do eminente brasileiro sob êsse aspecto, o da fé como se impõe, dada a sua condição de sacerdote, para completar o estudo de sua personalidade.

Revelam os Anais que, na fase do seu quase republicanismo, prevenido ainda com a ação conservadora da Igreja, que secundava o imperador, êle na incandescência da discussão, e revidando também ataques que lhe eram dirigidos pela imprensa governista, assumia atitudes e expendia considerações tais, que fariam supor abalada a sua fé católica.

Mas revelam ao mesmo tempo, que nas horas decisivas, esta se erguia, como na sessão de 7 de junho de 1827, ao discutir-se o abuso da liberdade de imprensa, quanto a Deus e à Igreja:

«O Sr. José Custódio — Ouvi emitir uma opinião com a qual me não posso conformar, por julgá-la oposta tanto às leis da

natureza como às divinas e humanas; às leis de natureza porque ainda aquêle que tem a infelicidade de ser ateu, se ateus existem, reconhece que é um ente criado, e por este fato reconhecido tem um criador a quem deve ser subordinado; às leis divinas e humanas, porque tôdas elas longe de autorizarem ou declararem indiferentes a blasfêmia, a injúria e a zombaria contra Deus e contra a santa religião que professamos, muito expressamente ordenam que lhes prestemos cultos de amor, de respeito e de gratidão».

«Os antigos filósofos e legisladores reconhecendo, como Sócrates, Platão e, depois dêles Cícero e outros, um Supremo criador do Universo, nem a este nem a seus penates permitiam improperar impunemente; e havemos nós, que seguimos a religião cristã que promete a vida futura, castigos aos maus e prêmios aos bons; havemos, digo, de consentir que se possam soltar calúnias, injúrias, blasfêmias contra Deus e contra a santa religião, só porque como disse um Sr. deputado, Deus não faz caso dos insultos dos míseros humanos — Sei que a tolerância religiosa é concedida pela Constituição, e que não repugna (falo como legislador), que cada um siga em particular a religião que quizer, mas sempre com as restrições que estabelece a lei fundamental e aquêle que em público quizer insultar a religião católica, única por nós defendida e mantida, ataca a ordem da sociedade e deve ser punido — Qual será o católico que possa ouvir insultos à religião quando os mesmos pagãos não os podem ouvir feitos ao seu culto? Devemos crer que o Deus que adoramos, é o verdadeiro, sumamente bom e justo, e nunca consentir que se lhe digam improperios».

Naquela sua cruzada pelo absoluto respeito à Constituição, e maxime ao princípio da igualdade perante a lei, na mesma consagrada, chega a combater, na sessão de 21 de agosto de 1826, em tôrno do projeto da extinção do fôro pessoal, uma emenda permitindo que os militares, da mesma forma que os eclesiásticos, quando cometessem algum crime, seriam recolhidos a prisões privilegiadas, quartéis ou aljubes, e não às prisões comuns.

Não o faz, porém, sem proclamar a sua fé, ao dizer: «Sr. presidente, a linha divisória entre o poder espiritual e o poder temporal está marcada pelo próprio Deus, autor da santa religião, que professamos. A Constituição reconheceu a obrigação que tem os brasileiros de sustentar esta religião, assim como a independência do poder temporal. Eu jurei a Constituição (e é um dos juramentos mais sagrados que tenho dado!), e hei de defendê-la, assim como sempre defendi, e hei de defender até a morte a religião católica-apostólica-romana».

Em difficil situação se viu êle em 1829, com referência a medidas que o Governo solicitou da Assemblêia, para solver a

séria crise financeira que pesava sobre o país; para garantia do empréstimo a ser levantado nesse sentido, o projeto formulado na Câmara, autorizava que se lançassem mão dos bens dos Conventos.

Presta seu apoio a êsse projeto, em discordância com dois outros eclesiásticos, também componentes da Câmara, o arcebispo da Bahia e o bispo do Maranhão.

O primeiro, procurou defender a causa dos Conventos na fórmula do *fortier in re et suaviter in modo*. O segundo não foi apenas *fortier in re*, também o foi *in modo*, condenando logo a medida em causa, como obra do jacobinismo e do cisma.

José Custódio responde no discurso que profere na sessão de 29 de maio: «Quanto ao Concílio Tridentino, porventura nós passaremos por cismáticos se não lhe obedecermos, quando a França tôda católica como é, tem desprezado êste concílio?»

E de fato não faltaram, em diversas épocas, no clero, ali como alhures, desgarres de liberalismo.

Prossequindo no seu discurso, José Custódio proclama: «Eu respeito a supremacia da Santa Sé Apostólica; e pela religião tenho desejo de dar a vida; e se sou capaz disso só Deus o sabe; porém respeitar os erros da Santa Sé, nunca o farei. Comete erros a Cúria Romana»...

Também aí estava influenciado por exemplos, desde a Enciclopédia, vindos da França. Ainda mais tarde, no Concílio de 1869-1870, Dupanloup, o grande bispo de Orleans, votava *contra* a definição do dogma da infalibilidade do Papa, muito embora, consumada a sua definição, imediatamente ao mesmo se submetendo.

Entende que a medida constante do projeto é de salvação nacional, pela crise financeira em causa, e assim se manifesta sobre os Conventos: «Não atacarei religiosos pios que exerçam seus deveres e que têm direito à caridade dos fiéis, mas não sabe o Exmo. Sr. bispo que mais ignorância tem dado as corporações religiosas, do que ilustração, e por êste modo nada merecem?»

Êste juízo, entretanto, obriga-me a um comentário a bem da verdade histórica.

Só mesmo a calor da discussão, e a sua prevenção contra os regulares, que em discurso proferido em 1826, na ebulição do seu liberalismo, êle apontava na história como cúmplices dos regimes absolutistas; só mesmo isso pode explicar semelhante juízo expresso pelo eminente brasileiro, a não ser que êle tivesse em vista, o que lhe parecia quanto aos Conventos apenas no Brasil, e apenas no momento em que falava, e não sobre a obra em geral dos Conventos, no tempo e no espaço.

Essa obra em prol da cultura e da civilização, é gloriosa, impõe-se à gratidão universal. Basta dizer que salvaram êles e transmitiram os preciosos monumentos da literatura grega e romana, como aliás soube significar, na mesma tribuna da Câmara, o insigne arcebispo da Bahia, D. Romualdo de Seixas; e basta dizer que criaram êles a Universidade.

E especialmente, quanto ao Brasil, a sua dívida para com os beneméritos jesuitas é verdadeiramente irresgatável!

Acabo de descrever a figura de José Custódio na Câmara, e com essas considerações finais sobre a sua personalidade de eclesiástico; passo a apreciá-la agora no Senado, para onde êle entra em outubro de 1835, permanecendo até 7 de janeiro de 1838, quando falece.

Era do estilo que no Senado não se fizesse política; e a saúde do eminente brasileiro se achava combalida, por essas acesas e incessantes lutas em que se empenhara na Câmara.

Assim, poucas vêzes subia à tribuna, não lhe faltando, entretanto, a assiduidade às sessões, e sempre com a mesma alma inquebrantável, de elevação cívica e moral, sem medir sacrifícios.

A êste respeito veja-se por exemplo, o que refere o *Jornal do Comércio*, na sua já citada edição de 10 de fevereiro, de 1838, ao fazer-lhe o *necrológio*: «Os médicos que assistiram as juntas convocadas na sua última moléstia, concordaram em que foi ela determinada pela demora em uma sessão do Senado além do que permitiam as suas necessidades e fôrças; e na maior crise dessa mesma moléstia, foi necessário todo o esforço e resistência dos médicos, para lhe vedar que fôsse tomar parte em uma deliberação que êle achava vital para o estado».

E outras notas interessantes sobre os seus altos predicados morais, postos à prova no curso de sua vida, ainda repontam nesse *necrológio*.

Quando depois da dissolução da Constituinte, em 1823 «foi preso um seu companheiro, na sua presença, êle se apresentou ao guarda que executava a diligência para ser preso em lugar daquele, declarando que fôra o que censurava e hostilizava o governo, e que contra êle é que se devia portanto dirigir a perseguição e a violência».

Em relação às sociedades secretas, eis como êle procedeu: «O amor da Pátria e o dever eram os sentimentos dominantes naquele ilustre mineiro, e a tal ponto de escrúpulo, que nunca quis pertencer a sociedades secretas em que se exigiam juramento, dando por motivo o receio de comprometer-se em promessas incompatíveis com o juramento e com os deveres de representante do povo».

E por fim significa ainda êsse *necrológio*: «Ninguém foi mais fácil em perdoar ofensas, do que êle; um mulato o acomete em sua casa, o faz cair por terra e procura assassiná-lo; os seus companheiros e os seus fâmulos correm a defendê-lo, um dêstes vai ferir o assassino, mas êle acudindo-lhe, recebe o golpe e assim salva a vida do que pretende tirar-lh'a».

Em José Custódio se irmanavam, assim, a grandeza de sua figura política, e a grandeza da sua figura moral.

Foi êle um notável brasileiro, e um notável mineiro. E nenhum politico liberal do império, esteve mais perto da plena realização dos ideais da Inconfidência.

Já significuei anteriormente, ter-se êle ordenado em Mariana, no ano de 1791; foi contemporâneo dêsse movimento, que se lhe gravou para sempre no espirito, com o seu quadro de dor e de glória!

Isto ocorrendo, tanto mais quanto entre os inconfidentes, era vista a extraordinária figura dêsse professor de filosofia do Seminário de Mariana, de quem talvez êle ainda tivesse sido discípulo, que o foi o cônego Luís Vieira (sôbre o qual tantas vêzes tenho falado), de refulgente intelligência, grande preparo, e ainda conhecedor da Constituição Norte-Americana, sôbre a qual dissertava, como em um Curso, nas reuniões da Conjura.

A êste inconfidente, não lhe bastava a Independência e a República; era preciso, sobretudo, — a Constituição.

E que Constituição pregava êle? Pregava a Constituição do tipo mais perfeito: Constituição com a Declaração dos Direitos; e Constituição de uma Democracia Cristã. Tal era essa Constituição Norte-Americana.

E em consonância com êsse inconfidente, é que age, no Império, José Custódio.

Se não chega à República, da mesma se aproxima a cada momento. Só aceita a Monarquia sob a égide da Constituição, sob a prática de uma Democracia Coroada, e acima de tudo sob as benções de Deus.

«Sem a Constituição e sem a Assembléia o que seria do Brasil?» — eis o seu lema.

Em fins de 1837, sentindo a saúde gravemente comprometida, quer morrer na Terra da Inconfidência, quer que os seus ossos aí repousem.

Segue assim para o sul de Minas, passa pela Vila, e, logo depois, cidade da Campanha, onde fôra vigário da Vara, e que lhe evocava, como já ficou significado, uma das mais brilhantes páginas da Inconfidência; e da mesma Vila se despede, partindo

para a residência de seu irmão o capitão-mor Custódio José Dias, na então freguesia, e, hoje, cidade de Alfenas.

E nessa residência onde é carinhosamente recebido e tratado, dentro de algum tempo, a 7 de janeiro de 1838, entrega a alma a Deus, sendo sepultado na Matriz da freguesia, junto à porta principal.

Com a demolição dêste templo, no fim do século passado, para a construção de um outro, perdeu-se-lhe a sepultura.

Quis entretanto o destino, como a homenagear-lhe a memória, que nas cercanias da famosa «Chácara da Floresta», de propriedade e residência do impertêrrito defensor da Constituição, viesse a erguer-se o edificio do Supremo Tribunal Federal, o grande órgão instituído para guarda da mesma Constituição.

TRANSCRIÇÕES

DR. ALCINDO SODRÉ

Na *Folha da Manhã*, o grande jornal paulistano, publicou o Dr. Afonso de E. Taunay as linhas aqui transcritas sôbre o pensamento do ilustre diretor do Museu Imperial:

«Que desoladora notícia nos traz a imprensa carioca, a do tão prematura e inesperado passamento de Alcindo Sodré!

Desaparece do nosso cenário cultural um dos *right men* que melhor se encontravam identificados com as *right places* por elles occupadas.

Difícil, difficilimo será encontrar-se conjunto de qualidades como o das que concorriam na pessoa do diretor do Museu Imperial de Petrópolis para o cabal desempenho de funções exercidas com completa galhardia e admirável *savoir faire*.

Inteligência tão vivaz quanto pronta, sua vida por excelente memória, cortesia perfeita, aliada a encantadora afabilidade, conhecimento íntimo da tradição nacional, em Alcindo Sodré pairava acima de tudo, o desvêlo veemente de ser o mais zeloso propulsor do engrandecimento da instituição a que consagrava o interêsse de todos os instantes, sem imodéstia nem fanfarrice alguma de alegações.

Para o cumprimento da missão que lhe era tão cara, dispunha do inato bom gôsto e do senso do equilibrio estético que o levaram a povoar as salas do Museu Imperial de um conjunto de beleza e finura provocador da justa admiração de quantos o visitam.

Aberto às observações e aos reparos cabíveis e sinceros, aceitava a umas e outros do modo mais cordial, desde que a reflexão o convencesse da procedência do conselho.

Sob a sua orientação converteu-se o antigo Paço do mais singelo, do mais despretensioso dos soberanos — cujas únicas exigências eram as dos bibliófilos — em âmbito realmente majestático. O hoje secular «sobradão» de Pedro II, outrora muito menos ricamente alfaiado que os de vários dos súditos do imperador do Brasil, converteu-se em palácio condigno de dinasta

cujo abolorio abrange mais de um milênio de posse de alguns dos mais notáveis tronos do universo civilizado.

Reunindo a mais preciosa e variada documentação esparsa, o tato de Alcindo Sodré fez do Museu Imperial não só o *memorial* do grande príncipe, que soube ser dos mais nobres especimes da humanidade, como também o Museu do Brasil-Império, graças à evocação das figuras formadoras do grande estado-maior de D. Pedro II. E à documentação de tôda a espécie do que de mais estético se encontra, caracterizando o lapso dos 67 anos da monarquia americana.

Sob o ponto de vista da exteriorização do seu instituto, conseguiu não menor triunfo, lançando os já numerosos tomos excelentes do *Anuário*, que tamanho favor crescente vem merecendo do público, volumes em que a sua colaboração tanto lhe demonstra a craveira do formoso espírito e da forte erudição.

Desaparece Alcindo Sodré em pleno brilho da sua administração, que tamanho relêvo trouxe à cultura nacional e é com a maior saudade que os seus amigos e os admiradores de uma obra de tanta altitude vêem desaparecer o grande chefe de serviço de uma das mais belas peças do patrimônio tradicional do Brasil».

NO CENTENÁRIO DA MORTE DE ÁLVARES DE AZEVEDO (*)

O SR. LUÍS FELIPE VIEIRA SOUTO, PARENTE DO POETA, NOS FAZ
CURIOSAS REVELAÇÕES SÔBRE O AUTOR DA «NOITE NA TAVERNA» —
DESTRUINDO LENDAS — O ESTUDANTE APLICADO E O FARRISTA —
DESCOBERTA DE UM ROMANCE INACABADO — ÁLVARES DE AZEVEDO
NA POESIA MODERNA

O Sr. Luís Felipe Vieira Souto é hoje, no Brasil, o maior conhecedor da vida e da obra de Álvares de Azevedo. Primo em 6º grau do poeta, apaixonou-se pelo estudo do mesmo, não poupando esforços para devassar-lhe a existência em todos os sentidos. Serviu-se de arquivos de família até então ignorados, recorreu à tradição oral, manuseou inúmeros jornais e revistas da época, mobilizou bibliotecas e procedendo sempre com a perícia de quem possui verdadeira vocação de pesquisador, escreveu sôbre Álvares de Azevedo uma obra monumental, em três volumes que deverá aparecer ainda êste ano, como parte integrante das comemorações do centenário do poeta. Aliás, essa vocação de pesquisador do Sr. Vieira Souto já foi largamente comprovada na espécie de «mise au point» de Artur de Oliveira, que êle nos deu há anos, em dois volumes, com esclarecimentos definitivos sôbre o lendário talento do amigo de Machado de Assis.

NA INTIMIDADE DO POETA

A propósito do centenário da morte de Álvares de Azevedo, procuramos ouvir o Sr. Vieira Souto, como pessoa mais autorizada a falar sôbre o poeta.

Recebeu-nos êle amavelmente, em sua residência da rua Alice, num recanto das Laranjeiras, bem próximo à montanha do Sil-

(*) Transcrito do *Jornal de Letras* por proposta do sócio Luís Felipe Vieira Souto, aprovada na sessão de 14 de abril de 1952.



Autoretrato a lápis feito com auxílio de
dois espelhos segundo informa Alvares
de Azevedo ao enviá-lo à mãe.

vestre. Uma sala muito simpática, com móveis antigos, quadros, algumas estantes repletas de livros luxuosamente encadernados. Não está ali senão uma pequena parte da sua biblioteca: a casa é pequena e foi obrigado a espalhar os livros por todos os cantos. Nesse ambiente, de que parece vir qualquer sugestão do passado, dispõe-se êle a falar-nos de Álvares de Azevedo. Vai buscar uma pasta cheia de papéis e de fotografias: aqui é o poeta aos dezessete anos, ali os seus pais: o velho de austero, a mãe, com os penteados à moda da época; e surgem os retratos dos irmãos, a irmãzinha a que se refere a poesia «Se eu morresse amanhã». Vieira Souto fala de tudo isso como de coisas familiares; temos a impressão de que êle ainda ontem esteve jogando gamão com o pai de Álvares de Azevedo ou com o próprio poeta. Cita datas, fatos, nomes, encadeando uns com os outros, numa desenvoltura espantosa, dando provas de prodigiosa memória.

COMO SERIA O ESTUDANTE ?

— Mas afinal — perguntamos-lhe — desfez-se completamente a lenda de haver nascido Álvares de Azevedo na biblioteca da Academia de Direito de São Paulo ?

— Sim, êle realmente nasceu na sala da biblioteca, mas na do seu avô, que residia à rua de S. Francisco, em frente ao velho convento. A casa, de que possuo uma fotografia de 1943, foi há poucos anos demolida.

— E que nos diz da famosa versão de que dá o poeta como um farrista, esvaziando garrafas de conhaque ?

— Meu ponto de vista é o seguinte. Menino rico e bem educado, foi sempre muito vigiado, aqui pelos pais e em São Paulo, mesmo morando só ou em repúblicas de estudantes, pela avó e os tios, sem lhe tirarem nunca isso a idéia de liberdade e auto-govêrno. Como estudante de direito, na insípida e garoenta São Paulo, de há cem anos, não poderia, entretanto, esquivar-se por completo à sedução da farra. Não julgo assim que Álvares de Azevedo fôsse um exemplar de virtude, um modelo de vestalidade. Havia de tomar o seu conhaque, mas não da maneira desregrada como o faziam outros estudantes, a exemplo de Bernardo Guimarães e Aureliano Lessa, sempre imoderados nas libações alcoólicas. Nem poderia levar uma vida desregrada, quando se sabe que era ótimo aluno e grande devorador de livros, possuindo cultura verdadeiramente espantosa para a idade em que morreu. Eis exatamente o meu ponto de vista. É preciso destruir a lenda.

— Quanto aos conhecimentos de Álvares de Azevedo, permita-nos uma pergunta de detalhe. Colocava êle, com frequência, epígrafes em inglês nos escritos, tanto em verso como em prosa. Saberíamos essa língua ou eram citações de oitiva?

— Sabia inglês — afirma Vieira Souto — Aprendeu-o, primeiramente, no curso secundário; depois, em aulas particulares, ministradas pelo barão Tautphoens, o sábio tão exaltado por Nabuco.

NÃO FOI EXCLUSIVA A INFLUÊNCIA DE BYRON

— E quanto à influência de Byron?

— É um ponto que estudo exaustivamente no meu livro. Não a nego, embora discorde da extensão que lhe querem atribuir. Outras influências bem sensíveis sofreu Álvares de Azevedo, como a de Young, cujas «Noites» conhecia muito bem, Dante, Shakespeare e a do escritor romântico Cadalso.

— Cadalso?

— Sim, Cadalso, cujos contos teria êle lido em traduções publicadas na «Minerva Brasileira».

— Mas é curioso — continua Vieira Souto, sorrindo — dão a «Noite na Taverna», como exemplo típico de byronismo. Se eu quisesse, poderia mostrar que, mais byroniano ainda foi o romance que Álvares de Azevedo projetou e não sei se escreveu todo.

POETA E ROMANCISTA

— Um romance inédito de Álvares de Azevedo?

— Sim; só lhe conheço quinze capítulos da 2ª parte do 1º volume.

E Vieira Souto vai buscar para mostrar-nos a cópia datilografada desse precioso inédito.

— Olha, veja a fôlha de rosto. Nela se vê em algarismos romanos: II. Por aí concluo que os quatro capítulos inéditos que aqui se encontram, fielmente reproduzidos, obedecendo-se anotações, ortografia, pontuação, são os derradeiros da 2ª parte do 1º volume. Porque numa página está escrito «O Livro de Fra Maffio Sant'Orso» e no outro «O Livro de Fra Gondicano» é para mim ainda um mistério indecifrável. Também a divisão do 1º volume em duas partes, a 1ª em 5 cantos e a 2ª em 2 cantos é outra razão para cogitações. Faz crer ter sido inicialmente a idéia a de um poema e não de um romance. A 1ª parte do 1º vo-



*Casa em que nasceu aos 12-9-1831 Manuel Antônio Álvares de Azevedo.
Rua de São Francisco — S. Paulo.*

Amor, mãe?

Pois é que nasci: tu o bilhete do Correio
que está na minha de Lins, com de
meu pai — Bem como da minha, talvez
entre os papéis de lado direito —
Seu pai deus

Manoel de Souza

26 de Novembro de 1887

Último bilhete escrito pelo poeta à mãe

lume e o 2º volume se foram escritos ou desapareceram ou ainda permanecem guardados em algum arquivo particular, desconheço. E com essas declarações, Vieira Souto cede-nos gentilmente a cópia dos referidos capítulos, dos quais reproduzimos neste número um dos trechos mais expressivos.

QUATRO PASTAS DE INÉDITOS

— Tenho no meu arquivo quatro pastas de inéditos, que me parecem de suma importância. A primeira encerra avultada quantidade de certidões, documentos de inventários, certidões de casamento e divórcios, bem como outros papéis da maior importância para o conhecimento de pontos obscuros da vida de Álvares de Azevedo e dos seus. Em outra, acham-se as variantes do conde Lopo que quase a refazem totalmente. Estiveram com Luís Antônio da Silva Nunes, quando publicou êle a primeira edição do poema, sendo devolvidos os originais à mãe do poeta. Outra pasta guarda modificações do «Poema do Frade», corrigindo, substituindo e a meu ver servindo para demonstrar que nos dois últimos anos de vida começara Álvares de Azevedo a pensar na necessidade de polir, trabalhar melhor aquilo que escrevia com uma espontaneidade que muitas vêzes lhe foi prejudicial.

E aqui entra Vieira Souto numa digressão:

— O fato de estar o estudante longe do pai e da mãe, contribuía para que não seguisse uma orientação segura; entregue aos pendoros de ocasião, suas leituras foram tumultuárias, sem seqüência lógica, sentindo-se a ânsia de ler, acumular conhecimentos, penetrar no âmago das questões versadas, anotando sempre marginalmente as discordâncias, as reações, as impressões experimentadas. Na obra que deixou, reflete-se, a meu ver, uma grande inteligência armazenando uma cultura sólida, mas sem método, absolutamente sem forma definida. Metais preciosos em fusão, à espera de que o tempo fôsse preparando a forma definitiva da obra de arte. Apesar destas restrições que não o diminuem nem apequenam a importância de sua figura na literatura brasileira, julgo-o o mais notável entre os românticos. Verdadeiro marco em nossas letras. É o primeiro dentre os nossos românticos a revelar cunho pessoal, a exercer influência nos próximos e remotos, e talvez, sem querer forçar, nos próprios modernos. Cassiano Ricardo contou-me que, obrigado a reler Álvares de Azevedo para arguir-me no concurso de literatura, ficou encantado com a poética do mesmo, profunda e moderna. O conceito rilkeano de poesia ajustava-se a Álvares de Azevedo, admiravelmente. E Vieira Souto conclui, informando-nos que vai divulgar os preciosos inéditos do poeta no livro que tem em preparo.

ÁLVARES DE AZEVEDO (*)

ENGENIO GOMES

Não era em Álvares de Azevedo que a minha geração buscava os sonhos e as emoções com que satisfazer os primeiros impulsos de sua sensibilidade ainda titubeante. E, contudo, a sua obra em que o «mood», geralmente lúgubre, comunica o mais esquisito frêmito, com a «Noite na Taverna», exerceu poderosa influência sobre alguns espíritos inclinados às seduições do horrível. Tornaram-se enfim extraordinariamente populares aquelas histórias de terror e perversões que eram vendidas como literatura de cordel, lado a lado com a Princesa Magalona e outros folhetos do gênero. Apesar de sua popularidade, a «Noite da Taverna» nunca deixou de impor-se a um pequeno círculo de leitores que nela procura separar o joio do trigo, fixando-lhe, não propriamente as cenas e situações de efeito melodramático, senão as cadências de sua admirável prosa artística. Já Constâncio Alves, com a sua aguda percepção do fenômeno literário, conferiu a essa prosa a prioridade que ela teve na evolução de nossas letras.

A preferência de nossa geração estava enfim dividida entre os dois lados antagônicos: o da saturnal, que dava corpo a visões de obscura e envolvente sensualidade, e o da candura que Álvares de Azevedo imprimiu a uma grande porção de seus versos, como a querer justificar a idéia, arraigada no inconsciente dos românticos do século, de que o homem é um anjo caído a se lembrar nostálgicamente do céu...

Identificávamos o poeta por essas duas faces, sem interesse pelo seu subjetivismo mais carregado de lamúrias ou pelo «humour», com que ensaiava disfarçar as suas decepções e as suas revoltas.

Seus versos mais queridos pertencem à categoria daquelas jóias da poesia lírica que, desafiando qualquer juízo crítico, perduram indefinidamente na memória de um povo, sagrando-se como

(*) Transcrito do *Jornal das Letras* — Ano IV, abril de 1952, nº 34, págs. 6 e 7 — a pedido do sócio Luis Felipe Vieira Souto, feito na sessão de 23 de maio de 1952.

expressões da alma coletiva depuradas pelo misterioso cadinho da poesia. O conteúdo emocional de cada um desses versos, tantos deles exteriormente banais, corresponde a vivências que são estritamente peculiares por assim dizer à sensibilidade da língua em que cada um de nós aprendeu a balbuciar as primeiras palavras. A ouvidos brasileiros, que não sejam impermeáveis às doces inflexões de seu idioma, sempre ecoarão deliciosamente os belos versos de Álvares de Azevedo que embalaram outras gerações. Havia enfim uma nova modulação em sua lírica que atraíu seguidores. Era algo de sutil descobrimento, porque, conforme R. Aldington: «In poetry a new cadence is a new idea». Por outro lado, alguns de seus versos, como o soneto «Pálida, à luz da lâmpada sombria», o poema «Tereza», com os inesquecíveis versos «O que adora em ti é no teu rosto / o angélico perfume da pureza», distinguem-se por aquela delicada mistura, a que Machado de Assis aludiu, da «nudez das formas com a unção do sentimento», de que também é paradigma a estrofe a seguir do poema «Desânimo»:

*«Tu não pensas em mim. Na tua idéia
Se minha imagem retratou-se um dia
Foi como a estrela peregrina e pálida
Sobre a face de um lago...»*

Quase não se percebe que esses versos não têm rimas. Infelizmente, nem sempre Álvares de Azevedo pôde cingir-se a essa nudez das formas e, com alguma frequência, produziu versos tão empolados e retóricos como os demais românticos.

Seu natural porém era aquela doçura que excluía a afetação metafórica, observando-se até surpreendente escassez de imagens e comparações em sua poesia, pelo menos daquelas que trazem a marca inconfundível da contribuição individual.

Por isso mesmo, as que surgem, dêsse caráter, na massa profunda de seus versos, parece adquirirem um brilho ou uma significação estética que certamente não teriam em outras circunstâncias. É o que ocorre com a passagem a seguir do poema «Na Várzea»:

*«... Meus pobres sonhos
Como saudosos vos murchais sedentos!
Flores do mar que um triste vagabundo
Arrancou de seu leito umedecido,
E grosseiro apertou nas mãos ardentes...»*

Por uma curiosa coincidência, encontra-se a seguir outra bellissima imagem também relacionada com aquêlê prosáico vocábulo do terceiro verso, no poema «Glória Moribunda»:

*«... Vagabundo
Adormeci das árvores na sombra
E nos campos em flor errei sonhando,
Coroando-me dos lírios da alvorada.»*

Uma das singularidades paradoxais de Álvares de Azevedo é que, não sendo absolutamente fértil em imagens ou metáforas novas, era contudo um fogoso descobridor ou redescobridor de novas direções, mas que, na verdade, sòmente podiam ser bem desenvolvidas e exploradas por uma imaginação mais inventiva. Sua concepção não estava efetivamente em correspondência com a sua exuberância verbal, de onde a monotonia de suas composições em geral, especialmente aquelas de maior fôlego, como «O Conde Lopo». A respeito aliás dêsse poema, escrevendo a um amigo dizia êle que tinha o defeito de ser um pouco longo, e significativamente, adiantada que estava a fazer «byronismo»... Tem-se aqui a primeira evidência de que a imitação de Byron não se casava com a indole do espírito de Álvares de Azevedo, pelo menos onde devia predominar o tom conversacional. Graças a isso, sobretudo no «Dom Juan», pôde Byron aliás encontrar-se a si mesmo, pois, decididamente, era a maneira mais própria de sua organização mental.

Outro fator que o separava de Byron, apesar de todos os seus esforços de aproximação com o criador de Parisina, era o subjetivismo de suas visões, com o qual ficara mais perto do outro ídolo inglêz de suas preferências: Shelley. Observe-se a obstinada tendência introspectiva do nosso poeta em seus versos «Lágrimas de Sangue»:

*«Só tu, só tu podias o meu peito
Fartar de imenso amor e luz infinda
E uma saudade calma;
Ao sol de tua fé doirar meu leito
E de fulgores inundar ainda
A aurora na minha alma,*

*Pela treva do espírito lancei-me,
Das esperanças suicidei-me rindo...
Sufoquei-as, sem dó.
No vale dos cadáveres sentei-me
E minhas flores semeei sorrindo
Dos túmulos no pó.»*

Tudo aí é puramente mental; nada tem que ver com a natureza circunstante. Essa atitude em Álvares de Azevedo, porém,

circunscreveu-se a um campo relativamente estreito, cujas coordenadas se acham em geral adstritas à raia de suas orientações estrangeiras.

O estudo metódico de suas fontes, ainda por fazer, torna-se indispensável à revelação de várias particularidades da estética e do pensamento do poeta.

Um dos pontos a serem esclarecidos por êsse método é o que se prende a um tema a que Mário de Andrade dedicou seu estudo «Amor e Mêdo». Se êsse estudo tivesse sido precedido pelo exame das fontes do romantismo em que Álvares de Azevedo se abeberava efusivamente, o crítico de «O Empalhador de Passarinhos» não teria chegado a um conclusão tão radical. Na verdade, Mário de Andrade absteve-se de verificar as relações do tema com os românticos estrangeiros que, não sendo diferenciados ou indiferentes sexualmente, celebraram repetidas vêzes as mulheres adormecidas. Musset e Byron estavam igualmente nessa linha, e não se pode afirmar razoavelmente que nenhum dêles tivesse mêdo de amar ou de mulher... Que Álvares de Azevedo seguiu as mesmas pegadas, menos por impulso psicológico do que por mimetismo, é coisa fora de dúvida para quem examinar cuidadosamente as repercussões do tema em suas poesias.

Naturalmente, a raiz dêsse tema prende-se à lenda da Bela Adormecida, a qual é tão complexa que depois de certa altura acaba se misturando com a de Narciso. (Haja vista o poema «Eros e Psique» de Fernando Pessoa). Álvares de Azevedo explorou-a diretamente através de sua comédia em versos «Boêmios». Mas, as suas ligações neste sentido com Musset e Lamartine, êste a propósito de Laurence, a jovem encontrada por Jocelyn a dormir semi-nua numa gruta, são facilmente apreensíveis em vários pontos de sua obra. Mais caracteristicamente no «Poema do Frade» e em seus artigos sôbre Musset, ilustrados com a tradução justamente do poema sôbre Marion em que esta é mostrada dormindo. Compare-se a tradução com o poema «Teresa»; êste é também, como aquêlo, sôbre uma jovem de quinze anos, contemplada em seu dormir por um poeta...

Objetar-se-á que o excesso de vêzes em que tal cena se repete em Álvares de Azevedo não é um fato normal e provavelmente obedeceu a um impulso psicológico. A conclusão será arbitrária sem o prévio «closereading» de tôda a sua obra. Mediante êsse processo, poder-se-ia apurar, não apenas as vêzes em que o tema aparece, mas, o que mais importa, a natureza e a significação de tais repetições em face de outras, comuns ao estilo do poeta.

Não há dúvida, insista-se, em que a concepção de Álvares de Azevedo era extremamente acanhada em relação à vitalidade de seu poder verbal. Tão desapossada era a sua pressa no grafar seus pensamentos que, em certa altura, indaga de si mesmo:

*«Onde vou? onde vou? Ó quão diversos
Do meu trilho meus passos desvariam!
Onde correis, meus desgraçados versos!»*

Contadas as cenas e situações que entravam no quadro de suas visões, notar-se-á quão poucas eram elas para que o poeta não se repetisse continuamente.

A poder de repetição, o tema diminuiu de efeito emocional para se transformar enfim num simples jogo de palavras, jogo de que o próprio poeta compreendeu talvez o resultado negativo quando se referiu a certos versos seus como «reflexos sem calor de um sol intenso».

Byron não escapa a semelhante observação; também êle jogava às vezes ineficazmente com as palavras, como está dito aliás em seu poema «Fare Thee Well»:

*«— all words are idle
Words from me are vainer still.»*

A melhor ilustração dêsse processo de desintegração do pensamento criador, em Álvares de Azevedo, é a que se pode colher a um simples cotejo entre os trechos em prosa de sua composição «Adeus» (transcrita pelo professor Luís Felipe Vieira Souto, na sua tese de concurso: «Reflexos duma «pálida sombra» no romantismo brasileiro») e algumas estrofes do «Poema do Frade», com as quais apresentam analogias tão acentuadas de imagens e pensamentos que seriam provavelmente a sua forma primitiva. Veja-se o tópico inicial: «Adeus! é renunciar a êste resto de vida que nos palpita no coração: é sentir que os olhos se cegam, que o peito resfria, que as mãos se entorpecem». Agora, a estrofe XXXII, do Canto Quinto daquele poema:

*«Adeus!... é renunciar numa agonia
A esperança que ainda nos palpita;
Sentir que os olhos cegam-se, que esfria
O coração na lágrima maldita!
Que inteiriçam as mãos, e a alma aflita,
Como Agar no deserto era sombria.»*

Outra passagem: «Adeus! é uma gôta misteriosa que Deus lançou-nos como orvalho ao coração... Veneno e doçura ao

mesmo tempo... é a embriaguez da dor que nos afrouxa os sentidos: é a lágrima que rola nos pensamentos do desejo»... O texto correspondente, naquele mesmo canto, é o da estrofe XXXV.

*«Adeus! é uma gôta de mistério
Que Deus nos orvalhou como sereno!
É a dor volutuosa — o bafo aéreo
Que derrama perfumes e veneno!
É a cisma que rola, que resvala,
Que os pensamentos no desejo embala!»*

Observem as modificações, algumas expressivas da falta de autenticidade do pensamento formal, sem o que não se poderia admitir que a palavra «lágrima» fôsse substituída por «cisma» sem alterar por assim dizer o sentido da frase.

Não eram só as palavras que estavam condenadas pelo romantismo a essa espécie de disponibilidade ociosa, mas também os poetas se dirigiam à Preguiça como a um de seus deuses penates. De Keates a Musset, assim foi. Não era propriamente um caso particular o de Álvares de Azevedo, quando a celebrava repetidas vezes ou quando advertiu, numa das estrofes do «Poema do Frade»: «Meu herói é um moço preguiçoso». A preguiça prepara o sono e, dêste, já se disse que é o irmão da morte. O romantismo albergava desveladamente os dois «fratelli» favorecendo-os com a manutenção de uma atmosfera de noturnidade peculiar a um e outro. Fiel a êsse princípio, Álvares de Azevedo, mesmo quando queria descrever as manhãs, no crepúsculo ou na noite é que encontrava as côres da pintura, como se vai ver por êsses versos de «Na Várzea»:

*«Lá onde suave entre os coqueiros
O vento da manhã nas casuarinas
Cicia mais ardente suspirando,
Como de noite no pinhal sombrio
Aéreo canto de não vista sombra,
Que enche o ar de tristeza e amor transpira...»*

Dir-se-ia que o poeta estava em frente a uma necrópole, mas era de uma radiante paisagem matutina que êle queria falar. Sofreu portanto um processo de deformação que o tornaria indiferente às belezas do mundo exterior. Sua poesia é, por isso, como o «Hamlet», geralmente em preto e branco.

Comentando-lhe o vêzo de misturar a paisagem com as suas sensações subjetivas, José Veríssimo achava enfim que foi a can-

dura que o salvou de «um ridículo naufrágio». Mas, terá sido somente a candura? Ou também o «humour»? É verdade que aquela tem a seu favor uma receptividade mais profunda e seguramente mais renovada através dos tempos. E como as coisas delicadas estão naturalmente preservada pela índole mesma de sua fragilidade. Como quer que seja, deve-se atribuir maior importância do que tem sido dada até aqui à face irônica da poesia de Álvares de Azevedo. Tanto quanto o realismo satírico deu a Byron a direção que havia de salvá-lo também de idêntico naufrágio, o «humour» foi a válvula de escape por onde o nosso poeta conseguiu livrar-se de acabar completamente asfixiado pelo fumo entorpecedor de suas próprias elucubrações mentais. O irônico faz ver por dentro o processo tumultuário de seu subjetivismo sem conteúdo metafísico, no qual entrava uma boa porção de impressões prefabricadas segundo o teor de alguns modelos estrangeiros. O fato é que a presença desse espírito leva a uma desconfiança quase total. Não se pode subestimar a advertência do poeta através de seu poema: «Glória Moribunda»: «Os meus versos gotejam de ironias...» Onde está a verdade em suas poesias? A verdade que triunfa sobre todas as fantasias e contradições do homem mostrando-lhe a alma, em dado momento, sem quaisquer disfarces? Num dos seus prefácios, sempre tão reveladores, esclarece o poeta que a unidade de seu livro fundava-se numa binomia: «duas almas que moram nas curvas de um cérebro...» Mas, qual dessas duas almas será mais crível? A que chora ou a que ri? Nenhuma parece ter movimentos próprios, ambas recorrem freqüentemente a outras. Uma, mostramos o lado trágico do destino humano, arrimando-se a Dante ou Shakespeare. À outra, ri-se de tudo, e, com esta senha: «Basta de Shakespeare! Vem tudo agora, fantástico alemão» entra a zombar de si mesma e do mundo, contaminada pelo riso sardônico de Heine.

O fato é que daqueles temas do romantismo que Álvares de Azevedo procurava explorar com tanta seriedade compungida nenhum escapa às suas ironias, onde quer que a máscara do «chorão» (como ele dizia de si mesmo) tenha sido substituída pela do motejador... Até a morte está nesse caso, como se vê do poema «O Poeta Moribundo»:

*«Eu morro qual nas mãos da cozinheira
O marreco piando na agonia...
Como o cisne de outrora.. que gemendo
Entre os hinos de amor se enternecia,*

*«Coração, por que tremes? Vejo a morte,
Ali vem lazarenta e desdentada...
Que noiva!... E devo então dormir com ela?
Se ela ao menos dormisse mascarada!»*

Onde porém o impacto do «humour» de Álvares de Azevedo produz efeito mais significativo é sobre o tema da Bela Adormecida, que era, na verdade, uma de suas obsessões. Lembre-se a propósito o poema «É ela! É ela! É ela! É ela!», em que o poeta descreve irônicamente o sono de sua bela adormecida:

*«É ela! É ela! — murmurei tremendo,
E o eco ao longe murmurou — é ela!
Eu a vi minha fada aérea e pura —
A minha lavadeira na janela!*

.....

*Esta noite eu ousei mais atrevido
Nas telhas que estalavam nos meus ossos
Ir espiar seu venturoso sono,
Vê-la mais bela de Morfeu nos braços!*

*Como dormia! que profundo sono!...
Tinha na mão o ferro do engomado...
Como roncava maviosa e pura!...
Quase cai na rua desmaiado!»*

Dá a impressão de um Quixote que momentâneamente enxergasse a sua Dulcinéia pelos olhos de Sancho, mas sem deixar o fio da ilusão.

Esse realismo humorístico que introduziu um acento inteiramente novo em nossa literatura mostra a nu a alma do poeta, em conflito com o idealismo amoroso, que o levava a parecer um indiferente sexual, quando era um erótico. A verdade é que, depois de seus versos à Dulcinéia lavadeira, já não é possível considerar muito a sério o recato com que se abeirava mentalmente do leito de suas belas adormecidas... Depois disso, o próprio poema «Teresa», tão doce, tão melódico, tão puro, como que se contrai numa refração escarninha. Tem-se a desconfiança de que, por trás daquela candura de sentimento e de palavras, há um risinho mal disfarçado, pronto a explodir nas bochechas do leitor. Com efeito, diante daqueles versos: «...quando dormes, do peito exalas músicas divinas!» acode-nos logo inevitavelmente a idéia do mavioso ronco da lavadeira...

Está visto que, em suma, as belas adormecidas, em Álvares de Azevedo, eram produto de imaginação superexcitada pelas visões literárias de Marion, de Laurence e tantas outras fadas do bosque poético do romantismo. E não há flagrante melhor de sua atitude mental, nessa direção, do que a passagem do poema

«Idéias íntimas» desvendando o jôgo de suas ilusões prefabricadas pelo romantismo, aparentemente repudiado:

*«Ali na alcova
Em águas negras se levanta a ilha
Romântica, sombria à flor das ondas
De um rio que se perde na floresta...
Um sonho de mancebo e de poeta,
El-Dorado de amor que a mente cria
Como um Eden de noites deleitosas...
Era ali que eu podia no silêncio
Junto de um anjo... Além o romantismo!»*

Retenha-se êsse trecho de fino sabor irônico. Com êle, não caiu o edificio sombrio que Álvares de Azevedo construiu com as suas fantasmagorias e tristezas, sucumbido pelo vaticínio de sua própria morte, mas, inegavelmente, abriu-se lá uma brecha por onde se pode espiar melhor os movimentos de sua sensibilidade, mais desarvorada por excesso de leitura do que pròpriamente pelo «mal do século»...

A FIGURA FEMININA DA INCONFIDÊNCIA MINEIRA (*)

AURELIANO LEITE

Temos conhecimento de que o jovem escritor Domingos de Carvalho e Silva está preparando um volume à cêrca de Bárbara Eliodora (**).

Considerados o material que coligiu e a sua clara inteligência, poderá produzir obra apreciável.

Certamente, não acompanhará o inspirado poeta Américo Werneck, no exagerado dramaticismo, nem o grande historiador Basílio de Magalhães, no seu despejado realismo, que, assentado numa provável troca de algarismo, foi ao ponto de, um dia dêstes, declarar já Bárbara ter dado à luz Ifigênia, linda e desgraçada menina, antes de se casar com Alvarenga Peixoto.

Na verdade, para que Bárbara se fixe em definitivo em nossa minguada galeria de mulheres célebres, bastar-se-á seguir sem fantasias os passos de sua longa existência, nos tempos coloniais, que vai desde o ano de 1759 até ao de 1819, quando ela, na idade propecta de 60 janeiros, faleceu na freguesia de São Gonçalo do Sapucaí, cercada de todo respeito e veneração, conquanto o Brasil ainda pertencesse de fato a Portugal.

É o que pretendemos fazer neste ligeiro esforço, aproveitando a oportunidade que se nos abre no fato de haver ilustre vereador da Câmara de São Paulo tentado banir o nome da heroína da placa de modesta e sombria rua da sua Capital.

(*) Publicado por ter proposto, na sessão de 14 de abril, o sócio Luis Felipe Vieira Souto. Transcrito do *Jornal do Comércio*.

(**) Grafamos com *E* o seu nome não só porque era assim que se assinava, mas também porque por *Eliodora*, com *E*, se conhece uma variedade de tulipa, flor. Pode pois o seu nome não se originar de *Helios*, nem ser o feminino de *Heliodoro*, como quer Basílio de Magalhães. Ela era *Eliodora*, como outras são Hortência, Rosa, Violeta, etc. Acrescente-se que o seu marido sobressaía entre os contemporâneos pela cultura clássica e não iria admitir que ela escrevesse errado o próprio nome.

Conquanto «Bueno», por parte de mãe e disso orgulhar-se imenso («Autos de Devassa da Inca. Mineira», v. 3º, pág. 327), descendendo quer de Amador Bueno, o Aclamado, quer de Amador Bueno da Veiga, o cabo-maior, nasceu em São João del Rei e assinava-se apenas Silveira. ou melhor, «Dona Bárbara Eliodora Guilhermina da Silveira», mesmo depois de casada.

«Seu «Silveira» nada tinha com os «Silveiras» paulistas, como alguns pensam, pois o seu pai, Dr. José da Silveira e Sousa nascera em Tomar, cidade célebre pelo Convento de Cristo, que possui a mais famosa janela de Portugal. Chegara ao Brasil já formado bacharel em direito por Coimbra, devendo ter sido dos primeiros advogados laureados de sua terra adotiva, para onde mandou vir do Reino avantajada imagem de Santo Ivo, patrono dos causidicos, a qual ainda existe em São João del Rei.

Pessoa das mais influentes do seu tempo, muito ligado ao Clero, o Dr. Silveira e Sousa desempenhou enquanto viveu o cargo de ministro das mais prestigiosas congregações religiosas da culta vila mineira, fiel depositária de algumas das mais sugestivas obras do Aleijadinho, na igreja matriz e na capela de São Francisco de Assis.

Bárbara era a menos jovem das três irmãs, que conquistaram, pela beleza, cultura e importância social, posição de destaque na severa família mineira. A visita a Minas do desembargador Antônio Diniz da Cruz e Silva, de 1776 em diante, quando se conservavam ainda solteiras as três admiradas montanhesas, inspirou ao poeta do «Hissope», considerado por Teófilo Braga dos mais graduados homens de letras de Portugal contemporâneo, formoso soneto, a despeito de certa cacofonia do terceiro verso do derradeiro terceto, defeito sanável, bastando, por exemplo, mudar para *magna* o adjetivo *grande*.

Eis aqui os 14 versos dedicados às «Senhoras D. Bárbara Eliodora Guilhermina da Silveira, D. Maria Inácia Policena da Silveira e D. Iria Claudiana Umbelina da Silveira», publicados em Portugal, depois da morte do poeta, no Rio de Janeiro, em 1799. Antes, se sublinhe que o destino lhe reservaria o papel de presidente do tribunal que condenaria os inconfidentes, entre eles, o apaixonado marido de Bárbara, o também poeta e amigo cordial de Cruz e Silva — Alvarenga Peixoto.

Agora, os versos:

*«Absorto entre as três deusas duvidava
Páris à qual o pomo entregaria:
Sem véu as perfeições de tôdas via,
E quanto mais via, mais vacilava.*

*Se qualquer de per si atento olhava,
Em seu favor a lide decidia,
Mas logo resolver-se não sabia
Quando juntas depois as contemplava.
Enfim, um não sei que, que a Natureza,
Mais liberal com Venus repartira
O move a dar-lhe o pomo da beleza.*

*Ah! se igual entre vós lide se vira,
O mesmo Páris, cheio de incerteza,
Nunca a grande contenda decidia.»*

Confunde-se, habitualmente, o Dr. coronel Inácio José de Alvarenga Peixoto com o Dr. Manuel Inácio da Silva Alvarenga, literato que foi também na mesma época. Entretanto, não possuíam entre si nenhum parentesco. Alvarenga Peixoto, nascido no Rio de Janeiro, conquanto poeta talvez de menor quilate, era da raça branca (*de raça branca pura, mas brasileiro*, informa o padre Ruela Pombo), ao passo que Silva Alvarenga, natural de Ouro Preto, pendia para mulato claro. Silvio Romero qualifica-o de mestiço.

São acordes todos quanto se têm ocupado de Bárbara em que se perderam as suas primeiras produções poéticas. Foi essa qualidade de mulher intelectual, tão rara no tempo em que damas ilustres não sabiam sequer assinar o nome, al'ada à sua beleza peregrina decantada igualmente pelo próprio Alvarenga, que atraíram a paixão do ouvidor da comarca do Rio das Mortes, primo de Tomás Gonzaga, homem opulento, airoso, com notáveis predicados cerebrais e importância reconhecida no alto mundo luso do Reino e do Rio de Janeiro.

Bárbara, conquanto filha de pais de prestigiosa condição social, não possuía fortuna. Muito mais jovem que Alvarenga, tendo pouco mais da metade da sua idade, assim mesmo, o casamento entre ambos não sofreu tropeços. Receberam o sacramento do matrimônio das mãos do padre Carlos Corrêa de Toledo e Melo, o futuro confidente taubateano, sendo testemunha do ato o irmão dêste, das mesmas idéias políticas, Luís Vaz de Toledo e Piza.

Dêsse enlace nasceram quatro filhos, dos quais uma menina, a já falada Ifigênia que constituiu dentre os demais a razão de ser daquelas duas vidas de amorosos poetas formando o casal do mais fino tratamento da velha comarca do Rio das Mortes.

Pois êsses invejados esposos a quem não faltava nada para serem felizes, saberiam, num instante, abandonar tudo, a fim de atirar-se nos braços de uma temerária revolução, para emancipar o Brasil e dar-lhe um governo tão adiantado como o americano, constituído em Filadélfia, dois anos antes.

O que aconteceria é por demais sabido. A conspiração articulada entre eles seria descoberta. Os seus vultos, entre eles Alvarenga, presos, processados, maltratados e condenados à fôrça, sendo a pena de todos, menos a de Tiradentes, convertida em degredo para a África. Alvarenga lá morreria, em Ambaça, logo depois. Entre a prisão e a condenação dedicaria à Bárbara e seus filhinhos lindos e sentimentais poemetos de que estão cheias suas «Obras Poéticas», coligidas por J. N. de S. e Silva e editados em Paris, aos 1865.

Pertencem sem dúvida a Américo Werneck estas palavras emocionadas, que «Efemérides Mineiras» estampa, no v. 4^o, pág. 57:

«A poesia que servia de suave e ligeiro passatempo a D. Bárbara Eliodora nos dias de sua infância; que emprestara uma linguagem divina a inocente expressão dos afetos nos felizes dias de seus amores; a poesia que ficara esquecida durante as lidas domésticas da mulher mãe, cuja felicidade cifrava-se unicamente no bem estar de seus filhos, na contemplação de sua inocência, no ver seus brincos e folguedos, na educação de suas inclinações, no cultivo de seu espírito — a poesia veio de novo acordar-lhe na alma os acordes harmoniosos de sua lira, entornar-lhe nas chagas do coração banhado e comprimido o bálsamo da consolação e da esperança mitigar-lhe o ardor doce e amargo da saudade, e traduzir seus gemidos, verter seus suspiros em versos sentidos, que se lhes desprendiam dos lábios com o acento pungente da melancolia».

É então que Bárbara produz as suas famosas sextilhas de que se conhecem apenas doze. São tôdas no gênero da que aqui transcrevemos, como amostra:

*«Meninos, eu vou ditar
As regras do bem viver!
Não basta sômente ler,
É preciso ponderar,
Que a lição não faz saber,
Quem faz sábios é pensar.»*

Não ficou, como já dissemos, nem se achou até hoje nada das primeiras produções literárias da mártir da Inconfidência, que teve a existência atormentada, desde o nefasto dia 15 de junho de 1789, em que se instaurou o nefando processo crime mandado iniciar pelo visconde de Barbacena, sôbre a pedra angular da delegação de Joaquim Silvério dos Reis, coronel da cavalaria dos Campos Gerais. Sua casa sofreu devassa completa e tudo lhe foi arrebatado pelos beleguins de D. Maria, a Louca: seus papéis, seus livros, seus rascunhos literários, seus objetos íntimos, suas

jóias e seus bens. Dos últimos alcançaria posteriormente a devoção da metade legal.

Foi inspirado no heroísmo sem par dessa delicada criatura feminina, que o escritor uruguaio E. Rodrigues Fabregat, pondo-lhe à margem a obra literária, aponta-a como «mujer del Nuevo Mundo», figura mártir de epopéia:

«... I esta otra, que también de su carne viera (de Amador Bueno), grande y profetica; que trae en sus labios de mujer, gladiadora ardiente, clamores de despertar; que trae en sus manos una bandera nueva (Libertas que sera tamen) y la alza sobre las multitudes estremecidas.....»

Sem dúvida nenhuma, reside-lhe no papel político o seu maior merecimento. Foi a encorajadora do apaixonado marido, que, sem o seu varonil estímulo, teria por desventura fraquejado. Foi, depois que êste se finou de nostalgia no clima pestilencial de Ambaca, um ano após ser para ali arrastado, mulher paradigma, no enfrentar a funda desgraça: a pobreza, a doença, a solidão, o abandono dos próprios parentes, tudo agravado por ver os seus filhinhos declarados infames por um tribunal iníquo.

Todavia não morreu mendigando, de porta em porta, nem mesmo louca, como poetizaria Américo Werneck:

«Viam-na, às vêzes, com os cabelos soltos, esparsos, desgrenhados; com os vestidos dilacerados e rotos; com o olhar brilhante, mas espavorido, e falava eloqüentemente; a sua razão em delírio exaltava-se; ouviam-se então pronunciar com animação os nomes queridos de seu espôso e de sua adorada filhinha...».

Esta, a meiga Ifigênia, ainda infante, também não se «finara de pudor, como lírio manchado por impura mão», na expressão do poeta, mas da queda de um cavalo, em viagem de Campanha a São Gonçalo, segundo a tradição de sua família.

A certidão de óbito de Bárbara, que temos em mãos, declara haver falecido ética com todos os sacramentos, levada em hábito do Carmo à sepultura, na Matriz de São Gonçalo, das grandes para cima, acompanhada de nove sacerdotes depois da missa de corpo presente.

Ora, a uma demente (como nos sugeriu em carta amável o saudoso juiz de direito de Campanha, Dr. Nicolau Navarro), naqueles dias de grande rigor em matéria religiosa, não se imporiam todos os sacramentos. E a uma mendiga não se renderia aquêlê luxo de exéquias.

Desgraçadamente as suas cinzas veneráveis ali não jazem mais. Um sacerdote português, possivelmente o padre Manuel Ruela Pombo, vigário em 1922 daquela paróquia, durante a re-

forma da Igreja, levou os restos mortais de Bárbara para o cemitério local, onde, por desventura, se misturaram com de outros finados anônimos.

Não o praticou por mal o vigário luso. Transferido para Muxina, em África, organizaria, quando de passagem por Lisboa, todo o documentário existente nos seus opulentos arquivos a respeito da Inconfidência. E não se limitaria a isso. Na própria África, ocupar-se-ia amorosamente, chegando a publicar uns folhetins, do episódio setecentista.

Durante certo tempo, supusemos não haver Bárbara deixado senão parentes colaterais, mais numerosos e mais próximos entre os Vilhenas, espalhados por São Paulo, Rio, Rio Grande do Sul e Minas. Chegamos a escrever isso, quando nos ocupamos do descaso com que a Assembléia Mineira a tratou, tirando o nome de «El'odora», quando elevou a freguesia o município e o batizou com «Senador Lemos».

Graças à intervenção do ilustre confrade comandante Thiers Fleming, através do Dr. Jorge Meireles Rocha, que nos pôs em contacto com o arquivo de seu saudoso pai, Dr. Alberto Rocha, o qual se dedicara a estudar a vida de nossa heroína, podemos afirmar a existência de trinetos e tetranetos de Bárbara. Vivendo alguns vida exclusiva de fazendeiro no Tr'ângulo Mineiro, até bem pouco tempo, dois dêles, Osório e Leôncio de Alvarenga Peixoto, saíam, de vez em vez, de seus misteres agrícolas para compor inspirados versos, de que possuímos cópias autênticas.

Américo Werneck, seguido de Alfredo Valadão e outros escritores conhecidos, crismaram Bárbara de «Heroína da Inconfidência».

Mas a conspiração de Minas, com o seu magnífico programa político-social, em que se compreendia a própria abolição da escravatura, figura entre os acontecimentos de nível americano. Donde a conclusão de que Bárbara pode, de pleno direito, considerar-se «Figura da América».

Observe-se que nenhum publicista estrangeiro de relêvo, que haja ligado o seu nome ao pretérito das diferentes partes do mundo, em volumes de *história universal*, se ocupou mais a fundo da América do Sul, nem se diga do Brasil. As páginas que o conhecido e vasto Cesare Cantu dedica à política do nosso Império, figuram tão sòmente na tradução portuguesa de Manuel Bernardes Branco, ali por êste introduzida.

O escritor inglês Herbert George Wells, para só citar como exemplo êsse dos mais modernos, após compor a sua tão apreciada «The Outline of History», apensou-lhe longa e minuciosa tábua cronológica, que começa no ano de 800, A.C., e termina em 1931,

de nossa era. Pois bem, nesses 2.731 anos de datas certificáveis do Universo, a América do Sul só figura duas vezes, ou seja, com a chegada das primeiras missões jesuíticas, em 1549, e a transformação em República dos vice-reinados espanhóis, aos 1810. Nada mais.

O devassamento dos imensos territórios, a luta com os aborígenes e os jesuítas, as descobertas de ouro, as guerras, a escravidão negra, as questões raciais, as invenções, os movimentos políticos, o fenômeno do café — nada disso atraiu até agora a visão menos apressada dos publicistas que escrevem *histórias universais*.

Quando porém, a América do Sul houver de fato atingido o seu lugar, no mesmo plano da Europa e dos Estados Unidos, os historiógrafos do futuro terão que se voltar também para nós, para os nossos acontecimentos internos, que eles desconhecem por completo. É que estes dignificam igualmente a humanidade e, entre eles, se esses historiógrafos possuírem olhos de ver, encontrarão a Inconfidência Mineira.

Nesse dia, Bárbara Eliodora, a sua figura feminina, ao lado dos mártires da Conjura, haverá de colocar-se na galeria dos vultos do vasto continente que Colombo revelou ao mundo.

ALEXANDRE RODRIGUES FERREIRA

ANISIO JOBIM

Nasceu Alexandre Rodrigues Ferreira na Bahia a 27 de abril de 1756, recebeu sua educação em Portugal, para onde se transportou muito moço. A princípio seus pais o destinavam à carreira eclesiástica, e de feito frequentou o Seminário, chegando mesmo a receber ordens menores. Mas, não se sentindo com aptidão para a vida religiosa, matriculou-se na Universidade de Coimbra, onde recebeu a láurea de doutor em filosofia e ciências naturais. Aluno, não só aplicado, como dos mais distintos pela viveza da inteligência, pelo amor à ciência e pelo espírito metódico, em breve era dos mais reputados da escola coimbreense, admirado e querido dos seus mestres. Laureado nas profissões acima, a Congregação da Universidade foi consultada sobre a indicação do cientista que podia exercer uma comissão espinhosa e que demandava largos estudos, no norte do Brasil, pelo governo português. Sem mais delongas foi unânimemente indicado o brasileiro ilustre. Era incumbido o Dr. Alexandre Rodrigues Ferreira de pesquisar detalhadamente no Pará, Capitania de São José do Rio Negro, Mato Grosso e Goiás, dados e informações sobre a terra, sua flora e fauna, possibilidades econômicas e sociais, habitantes inclusive índios, lavoura, indústria, comércio, navegação, enfim as condições do país em todos os seus aspectos.

O professor Honório de Sousa Silvestre escreveu que três sábios se destacaram no exame aprofundado da depressão amazônica, o etnólogo alemão von den Steinen, autor do magistral estudo sobre as populações ameríndias do Xingu; o barão de Humboldt que, «estudando as regiões equinoxiais sul americanas, lançou as bases da geografia moderna» e Alexandre Rodrigues Ferreira, que se houve com o máximo acerto, cuidado e probidade científica nas investigações que realizou.

Alexandre de Humboldt viajou em companhia de Aimé Bonpland, de 1779 a 1804 pela América Meridional. Ao passar ao Amazonas pelo rio Negro, foi preso. As autoridades portuguesas

não lhe permitiram o ingresso no país, em virtude de ordens e instruções da metrópole de não consentir que estrangeiro algum navegasse pelos seus rios e estacionasse em suas terras. De modo que teve o sábio, que revolucionou a geografia abrindo-lhe novos horizontes, de regressar à Venezuela.

O Dr. Alexandre Rodrigues Ferreira chegou a Barcelos no rio Negro a 2 de março de 1785, e de logo encetou os trabalhos que lhe tinham sido cometidos, ajudado nessas tarefas extenuantes por seus auxiliares desenhistas José Joaquim Freire, e Joaquim Codina e do jardineiro Agostinho Joaquim do Cabo.

O naturalista filósofo empregou o seu tempo em exames dos terrenos, exploração dos rios, ilhas, paranás e lagos, não esquecendo tôdas as particularidades do relêvo, disposição das terras para as diferentes lavouras, madeiras para fins diferentes de tôdas as qualidades, plantas e fibras, flores, frutos, óleos, alargando o seu campo de ação nos detalhes da flora e em monografias sobre peixes, caça, pesca, falta de pescado ou de carne, tempo de escassez e de abundância, como tudo está relatado por êsse consciencioso e profundo estudioso. O observador nas suas reiteradas incursões pelos rios mais solitários visitava uma a uma as plantações que se lhe deparavam e no rio Negro tôdas as roças dos moradores, seu rendimento e espécie de cultura estão meticolosamente descritas. Não sômente isto. Quem quer que compulse os escritos dêste douto pesquisador há de encontrar-se com um estranho documentário sobre os pobres habitantes marginais, as doenças, os selvícolas perigosos ou suscetíveis de comércio com os brancos, as perspectivas de riquezas regionais.

As localidades são tão vivamente descritas que parecem fotografadas, o estilo correntio e seguro dá a medida do poder visionador do visitante, que apanha tudo na retina e lança ao papel. De tôdas escreve a história, a formação, os revezes, o seu estacionamento ou progresso. As missões religiosas e a vida dos selvagens e índios domesticados dão páginas saborosas, rigorosamente exatas.

A história de Capitania, e de govêrno ou dos governos que sucederam até a sua retirada, das providências tomadas, a situação moral e intelectual dos povos, a sua formação naquele ambiente rústico e agressivo, as entradas no rio Negro e no Branco, a construção de fortalezas, movimento de tropas, defesas contra os castelhanos êle transfunde em seu vigoroso estilo, dando-nos uma idéia perfeita do drama humano que se agitava naquela região.

Não lhe escapa a fusão do sangue europeu e ameríndio, como do negro em pequena proporção, quando explica o povoamento

do rio Negro, suas origens, disqueteando ainda sobre vários assuntos, que estavam dentro do seu programa.

Passando do rio Negro para o vale do rio Branco dá-nos o arguto e zeloso naturalista filósofo uma das paisagens mais completas da Guiana brasileira, da sua bacia hidrográfica e do seu sistema montanhoso, dos campos gerais do rio Branco, sua vocação para a criação do gado, que havia sido ensaiada desde o diplomata Pereira Caldas e o governador Lobo d'Almada. O esforço compreensivo dêste é admirável, tanto mais quanto se considerar que êle falava no século XVII, quando ainda a região mergulhava na barbarie e mistério de suas montanhas e florestas. Suas notas, observações, desenhos, mapas, monografias serviram, como ainda hoje servem, de roteiro aos que desejam se abeberar do que nos deixaram os antigos sobre o riquíssimo vale, que atualmente constitui o fecundo e ridente Território do Rio Branco.

Tão melindrosa comissão exigia fartos recursos monetários, que o habilitassem a fazer as despesas a que imperiosamente estava sujeito. Ora, êsses recursos não lhe vinham regularmente do reino, colocando-o em situação difícil e acabrunhadora. As remessas não chegavam por mais que fôssem reclamadas.

Nessa emergência valeu-se da boa vontade de um amigo no Pará que lhe adiantou dinheiro e ia se prontificando a ocorrer as despesas, remetendo ainda por cima as suas coleções para Portugal.

Contudo, dada a probidade de seu caráter e o empenho que punha no cumprimento do dever, jamais deixou de entregar-se sem descanso aos seus árduos labores, quer no rio Negro, quer no Mato Grosso e Goiás.

O seu inquérito sociológico sobre o rio Negro é uma obra prima de saber, erudição, espírito investigador, equilibrado e pertinaz.

Deixou inúmeros escritos alguns ainda não publicados, outros, perdidos e alguns surrupiados por mãos criminosas e invejosas.

Desapareceram quase tôdas as suas coleções enviadas para o Museu de Lisboa, e que ali foram amontoados, abandonadas e roubadas.

Alguns manuscritos foram mandados para o Rio de Janeiro, onde se acham. Mesmo assim, com todos êsses desfalques, copiosa obra dêsse valoroso espírito existe.

Sabido é que em sinal de gratidão e amizade, e para honrar o seu nome, casou com a filha do dedicado amigo do Pará, que por êle sacrificou muito de sua fazenda, Luís Pereira da Cunha. A moça que recebera em núpcias, D. Germana Pereira de Queiroz Ferreira, foi sua terna e leal companheira até o fim trágico de sua vida.

As suas incursões eram feitas em canoas e igarités, os meios de transporte daquele tempo, mal acomodado e mal alimentado, exposto às intempéries e aos acidentes das longas expedições pelo dédalo de rios, paranás e lagos, assim como pelas caminhadas exaurientes a que se expunha, através de matas e montanhas.

O copioso trabalho dêste homem grave e sisudo, proibidoso e dinâmico, dá-lhe lugar de destacado prestígio na literatura histórica e sociológica do XVIII século, em relação ao maior inquérito no gênero que se procedeu na Amazônia, especialmente no rio Negro, ao tempo Capitania de São José do Rio Negro.

De sua abundante bibliografia é justo destacar a «Viagem Filosófica pela Capitania de São José do Rio Negro», em que traça com mão firme quadros admiráveis nas suas «Participações», fonte para onde convergem todos os historiadores modernos do Amazonas.

A sua pena mestra, o seu poder de análise, a sua paciente e pertinaz força de vontade levaram-no a construir uma vasta compendiação de fatos sobre todos os assuntos, que se relacionam direta e indiretamente com a importante comissão que lhe cometeu o governo.

Seguindo para Mato Grosso, entrava no rio Madeira em agôsto de 1788, e embarafustava pelas artérias tributárias dêste majestoso caudal, — Aripuanã, Araras, Maturá, Manicoré, viajando em alguns dêles vinte e cinco léguas rio acima.

As defecções dos índios remeiros, os mosquitos, os rebojos, ronda vigilante e agressiva dos selvagens, as contrariedades lhe não apoucavam o ânimo varonil.

Tanto esforço, tanta minuciosidade, tanto talento no descrever as peculiaridades do grande vale e das terras por onde passou, valeram-lhe o honroso título de Humboldt brasileiro.

Regressando a Portugal, com a saúde precária, e desalentado vendo os seus mapas, desenhos e coleções vilipendiados e estragados, roubado em muitas peças e memórias, sem a recompensa devida ao seu saber e aos seus sacrifícios, foi invadido de hipochondria de que veio a falecer em 1815.

PERFIL DE MAGISTRADO (*)

(Ministro Mário Tibúrcio Gomes Carneiro)

A. CANABARRO REICHARDT

Com a aposentadoria, por implemento da idade, deixou o Superior Tribunal Militar uma figura impar da magistratura nacional.

Traçar um pouco a história desse ilustre magistrado é ministrar uma lição e apontar um exemplo.

Ninguém entrou com tão poucas probabilidades de vencer na vida como ele, que, aos três anos, perdia, num acidente, as duas pernas.

Que poderia prognosticar-se para criança de tão pouca sorte?

A invalidez para o resto da existência; triste melancólico futuro; saúde periclitante; vida fugaz, vazia expressão.

Ao completar os 70 anos, seu primeiro impulso teria sido, talvez, logo ao amanhecer, agradecer a Deus, ter-lhe cumulado tantas graças: chegar a uma idade a que não chegaram seus antepassados, fisicamente mais perfeitos; bacharelar-se em direito; exercer durante mais de 40 anos função pública de grande relevância; ter a felicidade de encontrar companheira, dotada de espírito superior, imune às vaidades, para quem a imperfeição física não foi obstáculo à felicidade conjugal; sustentar lutas porfiadas, batendo-se sempre por princípios, jamais arrastado por influências pessoais de onde quer que partissem; forjar um caráter que, nas maiores dificuldades, pôde manter integro; chegar, finalmente, ao apogeu da difícil carreira que abraçou.

É, em resumo, essa a trajetória de sua movimentada existência. Na realidade, porém, havia uma vontade indomável e persistente, que vencía os tropeços, no curso da longa jornada.

(*) Transcrito do *Jornal do Comércio*, por proposta do sócio Luís Felipe Vieira Souto, aprovada na sessão de 14 de abril de 1914.

Quando começou a levantar-se a epopéia do general Carneiro, gloriosamente sacrificado na Lapa, Paraná, em defesa do marechal Floriano Peixoto, Mário Tibúrcio, já havia entrado na vida com a poderosa arma de seu talento.

Moço, ainda, lá por 1910, conheci-o consultor jurídico do Ministério da Guerra.

Recordo-me da camaradagem que, logo após, fizemos no Instituto dos Advogados. As sessões realizavam-se à noite e os advogados, como ainda hoje, às quintas-feiras, depois da faina forense, debatiam os assuntos jurídicos em tela ou discutiam interesses da classe. Presidiam Sá Freire, Astolfo de Rezende, Rodrigo Otávio e Carvalho Mourão. Galgando a larga escadaria de mármore, ao ranger do aparelho que lhe substituiu as pernas, Gomes Carneiro, assiduamente comparecia, empenhando-se em ardorosos debates.

Depois, as funções de auditor, absorveram-lhe o tempo. Estudava conscienciosamente as questões; não ficava nos autos; suas pesquisas estendiam-se à doutrina e à legislação estrangeira. Por essa época, Esmeraldino Bandeira, emérito criminalista e professor, dava à publicidade seus notáveis trabalhos sobre Direito Penal Militar.

A superioridade doutrinária sobre os antecessores, comentadores de Código, era manifesta. Vieira de Araujo e Macedo Soares constituíam a bibliografia quase exclusiva.

A reforma da Justiça Militar, facultara-lhe a uma disponibilidade que imediatamente aproveitou, para frutuosa viagem a Europa.

Não levava unicamente intuito turístico. Aproveitava-a também para estudos, sobretudo na Itália, onde aprofundou conhecimentos gerais e especializados, e o ensejo de entrar em contacto com personalidades eminentes e juristas de renome universal.

Ao retornar à Pátria, acontecimentos políticos empolgavam a opinião pública. O govêrno Artur Bernardes recebera uma herança revolucionária, que estiolaria o melhor de sua administração.

O processo dos revoltosos arrastara aos tribunais uma ardorosa oficialidade e uma plêiade brilhante de advogados, entre outros, Justo Mendes de Moraes, Heitor Lima, Temistocles Cavalcanti.

Mário Tibúrcio aceitou, também, o patrocínio da causa dos acusados. A luta que teve de sustentar em juízo e pela imprensa está publicada num trabalho: «Nos Tribunais Militares» (Defesa Penal — 1923-1924).

Nas condições personalíssimas em que aceitou o mandato judicial, declara, julgou prudente escrever tôdas as alegações desti-

nadas ao debate, com o objetivo de resguardar-se dos impulsos de temperamento contra as provocações de um ambiente de prevenções e hostilidades e deixar uma prova das investigações doutrinárias que lhe pudessem valer em qualquer tempo.

Retornou, após anos de inatividade forçada, às suas funções de magistrado, assumindo a Primeira Auditoria do Exército.

As atitudes rudes que, por vezes tomava, combatendo benig-nidades ou sentimentalismos injustos, tornaram-no temido e combatido.

Não o aterrorizavam inimizades nem críticas. O cumprimento do dever era seu lema sagrado.

Apaixonado por uma Justiça Militar à altura de sua missão, bateu-se pela sua reforma, em conferências, publicações, e, na curul de magistrado, nas interpretações da lei.

Reuniu a maior parte dêsses trabalhos na publicação: «A reforma da Justiça Militar» (1921-1933).

Ao mesmo tempo que se batia pela reforma, apontava, pela imprensa, os erros cometidos pelas codificações de 1920, 1922 e 1926.

«O Código de Justiça Militar, escrevia, não atende às necessidades da vida da caserna em tempo de paz e, muito menos, às exigências dos exércitos na guerra...».

E a verdade dos conceitos, emitidos naquela época, ficou demonstrada mais tarde com a necessidade de uma lei feita às pressas, baixadas com o Decreto-lei nº 6.396 de 1 de abril de 1944, organizando a Justiça Militar, junto às Forças Expedicionárias.

Compilou, em 1943, por ordem do Ministério da Guerra, as «Leis complementares do Código Penal da Armada e do Código da Justiça Militar» e organizou o «Curso de Emergência para a Formação da Reserva da Justiça Militar», cujos estudos, de autoria de eminentes juristas e professores, publicados em fascículos, constituem valiosa contribuição ao Direito Militar.

Para uso das Unidades do Exército coligiu, «As Leis da Guerra nas Convenções Internacionais», manual para as Forças Expedicionárias para servir de: «Instruções sobre a conduta a manter para com os prisioneiros de guerra».

Reuniu nos 11 volumes publicados, com mais de 500 páginas cada um, o «Arquivo de Direito Militar», imensa documentação inédita, restaurando documentos esparsos ou semi-destruídos, de inestimável valor para a história de nossa legislação militar.

Organizou um «Questionário para a revisão do Código de Justiça», com os pareceres dos mais abalizados juriconsultos.

Pareceres comentados por Tibúrcio Carneiro, para servir de base à reforma projetada, constituindo acervo valiosíssimo, de uma dezena de alentados volumes.

Eis em síntese o que tem sido a vida dêsse operoso magistrado. Praza aos céus, sejam-lhe dados ainda alguns anos mais para reunir o precioso material, constituído das luminosas sentenças proferidas na mais alta Côrte de Justiça Militar.

ARQUIVO DO INSTITUTO HISTÓRICO (*)

VIRGILIO CORRÊA FILHO

Na mesma década politicamente inquieta, que transcorreu, entre a abdicação, a 7 de abril de 1831, de D. Pedro, primeiro imperador do Brasil, e a proclamação da maioria antecipada de D. Pedro II, seu filho, a 23 de julho de 1840, mais de um sucesso evidenciou a convergência de energias fecundas nos domínios culturais.

No tocante ao zelo consagrado à guarda cuidadosa da documentação, duas iniciativas patentearam inspirações análogas, por maneira diferente.

Uma, de origem oficial, resultou do ato de 2 de janeiro de 1838, que prescreveu em seu artigo primeiro:

«O Arquivo Público fica provisoriamente estabelecido na Secretaria de Estado de Negócios do Império, debaixo da inspeção do ministro e secretário de Estado da mesma repartição».

Dêse embrião resultou o Arquivo Nacional, cuja contribuição para o desenvolvimento dos estudos históricos é criteriosamente enaltecida pelos sabedores.

Decorridos alguns meses, inaugurou-se, a 21 de outubro de 1838, por iniciativa particular, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, predestinado a ser o guardião das tradições nacionais.

Embora organizado à sombra da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, de intuitos utilitários, adotou propósitos inteiramente desprendidos de interesses materiais, ao declarar os objetivos dos seus fundadores, que pretendiam:

«1º coligir, metodizar, publicar ou arquivar os documentos necessários para a História e Geografia do Brasil e assim também promover os conhecimentos destes dois ramos científicos, por meio do ensino público, logo que os cofres sociais o permitissem».

(*) Transcrito do *Jornal do Comércio* de 24 de dezembro de 1950.

2º corresponder-se com as associações congêneres do Velho e Novo Mundo.

3º ramificar-se nas províncias do Império para mais fácil desempenho dos fins a que se propunha.

4º publicar a Revista trimestral de História e Geografia ou jornal do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro».

Para melhormente realizar o programa que desfraldou, o Instituto começou pela publicação da sua Revista que, iniciada em 1839, vem mantendo a sua atuação cultural por mais de um século, estando em vias de impressão o número 205, relativo ao 4º trimestre de 1949.

Também lhe mereceu atenção especial o dispositivo referente à documentação, que se esforçou ativamente por avolumar.

Com tais intuitos, o diligente secretário, de acôrdo com a decisão dos consócios, solicitou a cooperação do Governo Imperial, que prontamente providenciou, como assinala a carta do Dr. José Maria do Amaral, de 15 de agosto de 1840, indicativa do empenho da instituição nascente em organizar o seu arquivo:

«Por decreto de 23 de agosto passado, o regente em nome do imperador, dizia o diplomata ao secretário do Instituto, houve por bem remover-me, na minha qualidade de adido de legação imperial em Washington, para a de Lisboa e Madrid; e o despacho que acompanha êsse decreto anuncia-me que o fim principal de tal remoção é encarregar-me de coligir documentos que possam interessar à História do Brasil, na conformidade das instruções que me enviar o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, com o qual deverei corresponder-me diretamente.

«Essas instruções recebi, com efeito, apesar de mui retardadas, cobertas com a polida carta que V.S. fez-me a honra de escrever-me a 11 de setembro daquele mesmo ano.

«Para começar a executá-las teria eu deixado os Estados Unidos no mesmo dia em que as recebi, se não estivesse então servindo interinamente o lugar de encarregado de negócios.

«Só a 11 de julho dêste ano é que pude achar-me em Lisboa, onde as primeiras informações me dizem que para trabalhar com proveito nos arquivos públicos é indispensável permissão dêste governo.

«Enquanto a não alcanço, por via do nosso ministro aqui, que ma prometeu sem dificuldade, vou dando os passos preparatórios para a colheita que se puder entre os particulares».

Baseado nas informações que lhe foram neste lance prestadas, insistiu o cônego Januário da Cunha Barbosa, perante o ministro

dos Negócios Estrangeiros, Aureliano de Sousa Oliveira Coutinho, que lhe respondeu a 9 de dezembro:

«Acuso a recepção do officio que V.S. me dirigiu na qualidade de secretário perpétuo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em que pede a reiteração das ordens que em 22 de agosto de 1839 se expediram por esta repartição ao ministro do Império em Lisboa para obter do Governo Português a autorização necessária, a fim de que o adido àquella legação possa copiar dos Arquivos e Cartórios públicos os documentos que interessem à nossa História.

Em resposta ao dito officio, tenho de significar a V.S. que não só expedi as ditas ordens, mas pedi também a intervenção do enviado extraordinário e ministro plenipotenciário de S. M. Fidelissima nesta Côrte, e que estou persuadido se não negará uma tal permissão por ventura útil a ambos os países, que existem em perfeita harmonia, e por séculos partilharam a mesma sorte».

Assim, recorria o Instituto a quantos pudessem contribuir para a formação de seu Arquivo.

Enquanto não obtinha Amaral a solicitada autorização para freqüentar as repartições portuguesas, com o fim de lhes copiar os manuscritos referentes ao Bras'l, cogitou de examinar as colleções particulares, de uma das quais conseguiu um exemplar de «Descrição geográfica da Capitania de Mato Grosso, ano de 1797», enviado ao Instituto, que a publicou em sua Revista (Tomo XX).

Simultaneamente, outro consócio, Francisco Adolfo Varnhagem, arguto conhecedor dos arquivos lusitanos, também ofertou ao grêmio o *Compêndio Histórico e Cronológico das Notícias do Cuiabá, Repartição da Capitania de Mato Grosso, desde o principio do ano de 1778, até o fim de 1817, por Joaquim da Costa Siqueira, capitão reformado do Regimento de Milícias*.

De igual maneira o ministro plenipotenciário, Antônio de Meneses Vasconcelos Drumond, ajustou transferir para o Brasil os inéditos do sábio naturalista Alexandre Rodrigues Ferreira, incumbido de «Viagem Filosófica» pela Amazônia, a partir de 1783, em década fecunda.

Da conjugação de tão eficientes esforços, resultou a opulência de «documentos mandados copiar pelo Sr. D. Pedro II», cujo catálogo enumera os originaes encontrados na «Torre do Tombo», na «Academia Real das Ciências», na «Biblioteca de Évora no «Conselho Ultramarino».

A sua publicação no Tomo LXVII da Revista alonga-se por 185 páginas e regula conter cêrca de 2.300 documentos, em que

se englobam simples carta de uma fôlha, juntamente com memoriais mais longos, a respeito de assuntos relevantes.

De maneira análoga, esquadrinharam arquivos europeus, a serviço do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, embora por incumbência do Governo Imperial, que lhes conferia encargos diplomáticos. o consócio Ioaquim Caetano da Silva, de 1850 a 1853 em Lisboa e Haia, Antônio Gonçalves Dias, cujo itinerário se alongou até Dresde, em 1857, e João Francisco Lisboa.

Mais constantemente por lá estanciaram Varnhagem e Drumond, arraigado em Lisboa, de 1838 a 1852, quando encerrou a sua carreira diplomática, sem deixar de reunir documentos para a História do Brasil.

A respeito da atuação de J. F. Lisboa e A. Gonçalves Dias, escritores de renome, em peregrinações pelos arquivos portugueses, registrou ata da sessão do instituto dessa data.

«Propomos que se lembre ao Governo Imperial a conveniência de mandar para os nossos arquivos cópias dos importantes documentos relativos à história pátria, trasladados da biblioteca de Évora pelos consócios Antônio Gonçalves Dias e Lisboa, e que devem existir em algumas das Secretarias de Estado. — Sala das Sessões, 23 de setembro de 1859.

Dr. J. M. Macedo. — J. C. Fernandes Pinheiro. — C. A. de Sousa Filgueiras. — Sebastião Soares.

Sem tardança, providenciou o ministro da Justiça, conforme lhe atestou o officio, lido em sessão de 20 do mês seguinte, em que afirmou ter «expedido ordem ao conselheiro diretor geral da Secretaria do seu Ministério para remeter ao secretário do mesmo Instituto todos os documentos relativos à história e geografia pátria existentes nas repartições a seu cargo».

Ainda outros pesquisadores, como Antônio Henriques Leal, José Higino Duarte Pereira, por deliberação própria manusearam importantes coleções de documentos, e contribuíram para opulentar o acêrvo do Instituto, que destarte possui, além das peças avulsas, cerca de uma centena de volumes *in folio*.

Não obstante, ainda designou um dos seus funcionários, Norival de Freitas, «para o fim de estabelecer convenientemente o serviço de cópias nos arquivos de Lisboa, Évora, Coimbra e Porto».

Autorizado «a contratar copistas que de perto me pudessem auxiliar nas transcrições dos documentos, que me parecessem interessantes à nossa História, especialmente com relação ao Rio de Janeiro (parte mais exigua do nosso arquivo)», escolheu

«regimentos fornecidos pelo rei de Portugal a diversas autoridades vindas para o Brasil, no século XVII e princípios do século XVIII».

E depois de andar em busca de boa documentação pelas bibliotecas, condensou, em relatório de 31 de agosto de 1907, o resultado de suas coletas, conforme indica o Tomo 70 da Revista, págs. 832 a 897.

Cartas, alvarás e mercês, memórias e papéis avulsos ai se arrolam, todos ligados à História do Brasil.

Graças à cooperação de tão devotados consócios, a que ainda se juntaram o Dr. Pedro Souto Maior, em pesquisas pelo «Arquivo das Índias», e M. Oliveira Lima, com seu catálogo de «Manuscritos portugueses existentes no Museu Britânico, que a Revista deu a lume no tomo LXV, reuniu o Instituto preciosa documentação que sobremaneira lhe valoriza o Arquivo.

Para que se tornasse conhecido o acervo opulento, veio a lume, em 1884, o «Catálogo dos Manuscritos do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro existentes em 31 de dezembro de 1883», organizado por T. Alencar Araripe, que também ordenou, em data de 23 de janeiro de 1889, a «2ª série em continuação da primeira publicada em 1884».

Foram então arrolados, em conjunto, sem discriminação, os documentos coligidos na Holanda, por Joaquim Caetano da Silva, que abrangem nove volumes, cópias da Torre do Tombo, da Academia Real das Ciências, do Conselho Ultramarino e outras procedências, no total de 95 volumes de 400 páginas em média cada um.

Mais tarde, o Instituto acolheu, com análogo zelo, as contribuições espontâneas, iniciadas, aliás, anteriormente, cujas doações caracterizam as coleções denominadas:

Amaro Cavalcanti
Barão de Cotegipe
Barão de Loreto
Barão de São Borja
Cândido de Oliveira
Conde de Affonso Celso
Conde d'Eu
Conselheiro Azambuja
Conselheiro Francisco Belisário
Conselheiro T. de Alencar Araripe
Conselheiro Saraiva
D. Antônio de Macedo Costa
Desembargador Sousa Pitanga

Duque de Caxias
General Bormann
General Osório
José Bonifácio
José Tomás de Porciúncula
Lima Drumond
Luís Aleixo Boulanger
Luís Rodolfo Cavalcanti de Albuquerque
Macedo Soares
Manuel Barata
Marechal Andrea
Marechal Solon
Marquês de Olinda
Marquês de Paranaquá
Martim Francisco
Max Fleiuss
Padre Gay
Ramiz Galvão
Senador Nabuco
Varnhagem
Vautier
Vieira da Silva
Visconde de Caravelas
Visconde de Maracaju
Visconde de Ourem
Visconde de Ouro Preto
Werneck

E assim, guarda volumoso repositório de documentos acessíveis ao exame dos estudiosos.

Além dos componentes do quadro social, qualquer pesquisador devidamente credenciado poderá consultá-los na sala de leitura, que diàriamente se franqueia aos estudiosos.

Acondicionados em latas que os poupam a maior deterioração, acham-se definidos por fichas, que modernamente os vão expondo por assunto, por autor e pelo título, quando o possuam.

Simple e rápida análise do fichário bastará dessa maneira, para orientar a escolha das peças apropriadas à investigação preferida.

Embora o Instituto possua, entre autógrafos e cópias avulsas já catalogadas, cêrca de 22.000 documentos acondicionados em 464 latas, prontamente consegue o interessado ter à mão o de que necessita para suas indagações.

E sem conta são os ensaios históricos procedentes dessa fonte de informações, a que recorrem os pesquisadores, confiantes na presteza e boa vontade em ser atendidos.

Algumas vezes podem tê-los à mão, embora ausentes da sede.

Guiados pelo catálogo do Tomo LXVII da Revista que, aliás, só abrange parte do atual documentário, e outras referências, poderão solicitar cópia do exemplar que lhes seja da preferência, e mediante o pagamento das despesas respectivas recebê-la-ão sem tardança em fôlha dactilografada ou fotostática.

Desta maneira contribui o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, por meio do seu Arquivo, para incentivar as investigações empreendidas pelos historiadores, que de continuo lhe proclamam a benemerência da valiosa cooperação.

“ENSAIOS BIOGRÁFICOS”, POR GONTIJO DE CARVALHO (*)

FEIJÓ BITTENCOURT

O livro que escreveu o Sr. Gontijo de Carvalho é mais que uma coleção de biografias. É a reunião de vidas formando um todo, a que acrescem dissertações sobre Ruy Barbosa e Joaquim Nabuco, havendo então referências a Rodrigues Alves. A vida de uma época.

Já esses três nomes definem uma fase histórica do Brasil. Os dois primeiros vieram a ser uma grande tradição intelectual; e Rodrigues Alves, assinalado ao lado deles, é o bom senso, é a expressão de equilíbrio imprescindível, é a precisão com que discípulo de Nabuco, foi sempre o primeiro aluno da classe.

Vem-se da monarquia para a república, com os nomes de Nabuco e Ruy, que foram expressões dominantes. Um, a monarquia no que ela tinha sido; o outro, a república no que a república se tornou. Mas ainda há os que começaram a vida pública já na república, sem terem sido propriamente republicanos históricos, e passaram diante daquelas duas grandes influências tendo expressão e feitio próprio. Nada eles eram do que vinha sendo a república; mas uma nova consciência das questões políticas a se pronunciar com eles desde os tempos acadêmicos, nas faculdades de São Paulo e Pernambuco.

Era uma geração que dá logo mostra de independência cultural.

Lembra-os Gontijo de Carvalho na São Paulo, que descreve Afonso de Carvalho:

— «Ambiente de sonho e liberdade, o do casarão de São Francisco. Herculano de Freitas e João Luís Alves brandiam na imprensa acadêmica as primeiras armas políticas; João Augusto Fleuri, um sol que se apagou, e Afonso Arinos brilhavam nos

(*) Transcrito do *Jornal do Comércio*, de 25 de maio de 1952.

folhetins literários; Edmundo Lins ensaiava os vôos nos domínios da ciência do Direito e era dos raros que manuseavam as ordenações do reino».

Uma geração que tomava feição própria.

Reunir essas evocações é traçar o perfil de uma época e não só de homens. E, para delinear êsse perfil, havia muito que retirar do esquecimento. Os Ensaaios Biográficos, narrando a vida de Calógeras, de Carlos Peixoto, de Gastão da Cunha, de Francisco Sá, de Afonso Pena, e falando de professores mineiros e paulistas versam de certo modo a respeito de homens de Minas, ligados ao Estado de Minas. Seja assim. Mas é o livro de uma fase histórica da República brasileira. O autor desses ensaios entrou por uma seara a que quase ninguém fôra ter para a safra do grão que o sol de há muito amadurecera, estando êle prestes a secar se o não levassem a bom terreno para um outro vicejamento, como o há nas páginas da História.

A implantação da república não era o suficiente para bem governar e foram então elucidadas, com desembaraço, novas idéias incontestavelmente significativas:

Primeiro. A necessidade de um governo eficiente estar de todo voltado para a vida econômica do país. Essa diretiva é que se tinha de tomar. Em tórno desse objetivo é que a política tinha de viver não mais prêsa à discussão a respeito da forma de governo, se republicano ou se monárquico: que se passasse adiante dessas superstições políticas!

Segundo. Que se deixasse de lado o que se vinha pensando porque já era tempo de acompanhar a clarividência moderna. É que se renovara a competência do Estado sendo pôsto de lado o obsoleto *Laissez faire et laissez passer* do velho liberalismo.

Eis o que a nova geração começava a dizer como que num rompimento com o passado.

Novas idéias tomaram vulto com a gente que era o Jardim da Infância, de que fazia parte David Campista a proclamar o êrro de se orçar a receita antes de estimar a despesa. Deve pois calcular-se aquela por esta, que representa as novas incumbências do Estado. A receita não é a riqueza a que o Estado tem direito, mas são os meios que êle terá de realizar para o que tem de fazer modernamente, e as incumbências se multiplicam uma vez deixada de lado a teoria liberal de que a autoridade não devia passar da função de polícia.

O Jardim da Infância dava o traçado claro e preciso de nova orientação política. É que durante a agitação republicana prevaleceram apenas os interesses partidários, mas as idéias substan-

ciais iam, entretanto, se firmar na mente de uma mocidade de escol que um dia desceu de Minas para se apresentar à república com um grupo bem constituído em que se fizeram notar os homens de uma intelectualidade nova. Nêles fala Gontijo de Carvalho, dizendo: «Carlos Peixoto, David Campista, Pedro Moacir, Gastão da Cunha, Pandiá Calógeras, Miguel Calmon, João Luís Alves, Estêvão Lôbo e Jaime Darci trouxeram para os debates da Câmara os grandes problemas nacionais. Era a reação da cultura...» Mas para combater essa reação é que surge então a estranha «teoria dos *não preparados*, advogada por Quintino Bocaiuva...». Estabelecia-se assim cada vez mais o contraste entre o Jardim da Infância e o resto da política. Entre os apurados e os que os *depurariam*. Êstes, quase todos se confundiam em uma expressão vaga: a tradição política e o partido que representavam: aquêles, cada um tinha expressão de *per si*, e, apreciando a finura de pensamento de Carlos Peixoto, era Barbosa Lima de dizer: «A palavra inconfundível de Peixoto tinha a profundidade de um Blaise Pascal e a elegância de um Renan». Outra gente na política.

Estava então escolhido, entre essa geração nova, David Campista para a sucessão presidencial. A preferência não representava maiores combinações políticas, acordos com estas ou aquelas facções e todos os interesses particulares apaziguados: mas era a expressão política nova. Do Jardim de Infância, era David Campista, que Afonso Pena distinguia para o querer como o seu sucessor no governo da república. «Ouvindo-o, certo dia, dissertar sobre imposto territorial, em réplica a Camilo Prates», Pena «postou-se a seu lado para melhor aplaudí-lo, e, desde aí, tornou-se o maior de seus admiradores e o melhor dos amigos», tomando-o, quando presidente da República, para o seu ministro da Fazenda. E David Campista, «ministro da Fazenda de Afonso Pena, foi a figura central do governo».

Mas para manter esta indicação de candidato à presidência da República se operava uma conversão completa na política: «Carlos Peixoto sustentava que, no regime presidencial, ao presidente da República assiste, mais do que ao Parlamento, o direito de ter candidato. Se os governadores «pequenos Catetes estaduais», o poderiam ter, por que negar ao Chefe da Nação o direito, pelo menos, de coordenar as forças eleitorais do país?».

Muita calúnia girou em torno dessa atitude, legítima. «Atribuiu-se a Afonso Pena a frase: «Quem faz a política sou eu», paródia ao «l'État c'est moi...». Mas «Tavares de Lira, o ministro da Justiça de então, afirma nunca a ter ouvido» da boca de quem governava a república.

Os biógrafos de Gontijo de Carvalho compõem de fato um quadro em que se há de reconhecer um notável episódio da história política do Brasil. Muitos eram mineiros. E o livro de biógrafos é a revivência de uma corrente política proveniente de Minas.

Afonso Pena, dirige então a política através de um brilhante grupo de moços, que, pela mocidade ostentada, mereceu o apelido tornado célebre. Mas essa *grei* representava mentalidade ainda não vista no regime republicano, e, de certo modo, é a mesma que insiste em se manifestar estando por se firmar na vida política do país. Com o Jardim da Infância houve, na República brasileira, o primeiro contacto com um espírito, que, tomando um tom elevado e indene de confusões partidária, insiste na modificação dos nossos hábitos. «O Jardim da Infância, de efêmera duração, e do qual Carlos Peixoto fôra uma das figuras mais cintilantes, não era partido político, mas uma elite de estudiosos dos nossos problemas econômicos, financeiros, sociais e políticos, que procuraram elevar o nível intelectual do Parlamento brasileiro», — assim pois o define Gontijo de Carvalho.

Esse grupo sofreu duro embate com a política habitual. E, com a morte de Afonso Pena, foi dispersado, assumindo então as posições de governo facção política adversária, para, daí por diante, do Jardim da Infância não ficar nada, restando conhecidos os nomes dos que o compunham. E o passado dêles. Apenas

Gente séria? Séria! Honesta e que passou pelas maiores posições sem deslize. Um escol: logo homens escrupulosos por temperamento e por orgulho próprio da superioridade intelectual que mantinham. David Campista, um dos principais do Jardim da Infância, viram-no morrer pobre, tendo aceitado uma posição na diplomacia, para ter com o que viver. De Carlos Peixoto conta Gontijo de Carvalho:

— «Advogado militante no fóro do Rio de Janeiro, em determinada fase da vida, patrocinou, com êxito, a causa do Pará, na questão de limite».

«Em labor de cinco anos, regularizou a situação embaraçosa de importante empresa de navegação, conseguindo que o ativo fôsse acrescido da soma de trinta mil contos de réis. Cobrou, em pagamento dos serviços profissionais, cinco por cento do capital constituído. Recebendo os honorários em apólices, deixou-as aos herdeiros».

«Escandalizados, os maldizentes profanaram-lhe o túmulo. Houve defesa imediata. Nos «A pedidos» d'O País, Mário de Alencar, o amigo fiel, confundiu-os».

E, de David Campista que não passou dos 48 anos, dirá o biógrafo:

— «Não conheço, entretanto, em nossa história política, figura mais sedutora do que a dêsse «causeur», encantador e elegante tribuno».

«Ninguém, como êle, morto aos 48 anos de idade, mereceu na república o mausoléu simbólico da coluna truncada».

Essa vida que deixou a impressão de interrompida, ornou-se de cultura elevada e variada, revelando um espírito de artista. «David Campista era requintadamente civilizado... Fidalgas maneiras. Variada e moderna, a cultura. Maleável e vivíssima a inteligência».

«Executava ao piano as composições de Beethoven, Mozart e Chopin. Apaixonado dos autores românticos, idolatrava o «Gênio de Bonn», irrealizável na sonata, no quarteto e na sinfonia».

«A natureza, que lhe foi pródiga, fê-lo ainda pintor. Quando estudante de Direito, recebeu, em São Paulo, lições de Almeida Júnior, o paisagista do sertão, em cujas telas há o frescor das madrugadas paulistas. De contemporâneos na fase acadêmica, era reconhecido o retrato a *crayon* que desenhou de Julio Frank, o misterioso professor do Curso Anexo, cujo túmulo demora no claustro do velho Convento de São Francisco. Em Gênova, onde fixara moradia, no posto de Comissário de Emigração, o passatempo dêsse colorista do pincel era copiar quadros que alugava, com sacrifício, dos museus mediante fortes garantias. Com as sutilezas da sua palheta, amava Ingres e os clássicos da pintura francesa, como David e Gerard. Em Belo Horizonte, aproveitando as férias parlamentares, decorou a sala de música da sua residência, com alma de esteta. Os painéis dessa casa, hoje transformada em escola pública, representam as quatro estações e as horas do dia. Um quadro de concepção sua *A cabeça de Agar* orna a sala de visita da vivenda Afonso Pena». Sendo David Campista assim, Gontijo de Carvalho diz que no Brasil êle «fôra um inadaptado, porque se revelara artista do som e da côr». Não direi o mesmo. Mas se pode admitir que, com êsse seu espírito fino, já era o prenúncio de uma geração que veio depois. Uma outra mentalidade.

Dessa nova geração de aturado gôsto artístico pela música e pela pintura, mostra ser o próprio Sr. Gontijo de Carvalho, que debuxa, de David Campista, um elegante retrato a lembrar a finura de traço dos melhores desenhos à ponta sêca. E êle insiste descrevendo: «Possuía o que só a civilização dá aos privilegiados o dom de dizer coisas graves como se dissesse coisas frívolas»...

«No Brasil ninguém «lhe disputava o bastão de ser o Bruinmel da sua época». Sente-se na expressão dêsse retrato uma época a traduzir-se na elegância dos homens, época em que João do Rio escrevia em suas crônicas, para ser transcrito por Gontijo de Carvalho: David Campista «era um elegante como Chamberlain e Deschanel, e o seu nome conhecido dos alfaiates de Eduardo VII». A elegante dêsse porte, se refere Eça de Queiroz na carta que Fradique Mendes endereçou ao visconde de A. T., remetida de Londres.

Escritores, e dos mais populares, podem ser citados para dizerem do apuro de David Campista; mas hoje se vê que êle é de época já transposta. De fato tinha a sutileza de um dandi. E foi, com isso, um grande orador, orador que em tudo e por tudo, representava, no Brasil, a mentalidade nova, a geração nova, a cultura nova, não lhe faltando assim «o senso prático no tocante às coisas públicas». Encontrando-se com o positivismo, que, triunfante com a República, entrara no parlamento brasileiro, atrita-se com êle. O combate de David, com a força poderosa, é rude. Interpelado se conhecia as idéias de Augusto Comte, respondeu: «Sou de uma profunda ignorância, mas não temo discuti-las com o meu aparteante».

O contraste entre êsse espírito elegante e o positivista zangado é o mesmo que há entre uma leve borboleta adejante a sugar uma flor e um caramujo, ensimesmado na sua casca, a passar sôbre as pétalas claras, e que há entre um mundano vivaz e um bisonho filósofo a parecer «uma mosca que caíra no leite». Aquêlê é um solerte espírito novo diante dêsse retardatário.

«Ao analisar a emenda de Tomás Cavalcante, que mandava suprimir a nossa legação junto à Santa Sé, para não contrariar o espírito da Constituição de 24 de fevereiro, David Campista, girando o monóculo, como de seu hábito, disse sorridente: «Eu também sou positivista, se bem que positivista azul».

«Ê positivista, mas nunca leu Augusto Comte», apartcou, com estrondo, Tomás Cavalcante. Desnorienteante a resposta: «Mais feliz do que V. Ex. que leu, não entendeu e ficou fanático».

Assim se deixa ver que a eloquência política, naquele tempo, vinha de Minas, com oradores tão adestrados. E conta Gontijo de Carvalho:

«Eletrizado estava o ambiente da Câmara dos Deputados em tórno de um reconhecimento de poderes e cena emocionante acabava de se passar».

«José Augusto de Freitas, orador consumado, afeito às lides parlamentares, ao argüir de inelegível um candidato mineiro, de-

clarou, num rasgo de paixão, que esmagaria com lógica de ferro quem ousasse defender as eleições que estava impugnando».

«Mal acabava de pronunciar estas palavras — o episódio é rememorado por Edmundo Lins, — da bancada mineira rompia um grito: «Não esmaga, não! Peço a palavra».

«Para lá se dirigiram todos os olhares e divisaram, estupefactos, de pé, um moço magro, pálido, de olhos grandes e muito brilhantes. Era o Dr. João Luís Alves, que vinha de ser reconhecido».

Havia, pois, na Câmara gente nova que estava aparecendo. Assomou logo a tribuna o moço aparteante.

«Empolgante e delirantemente aplaudido, o discurso de João Luís».

«Num esforço desesperado, tentou nova investida o grande baiano... O torneio espiritual se agigantara pelo valor dos contendores.

«A solidariedade a um amigo» leva David Campista à tribuna.

— «Sem o menor esforço aparente, com pureza notável de linha intelectual e moral», êle «levou de vencida o temível Freitinhas»...

— «Descreveu-me, diz Gontijo de Carvalho, a impressão do seu atordoamento ao assistir à estréia de Campista, o palestrador adorável que é Eloi Chaves. Moço, cheio de ambições» entretanto «procurou, à tarde, o Presidente da República, o grande Rodrigues Alves, para manifestar-lhe não só o seu entusiasmo de homem público pelo vitorioso do dia, como a descrença de poder medir-se com êxito, se preciso fôsse, com aquêlê jovem que se revelara tão adestrado na tribuna».

«Sucesso não menor alcança David Campista, dias após, ao enfrentar Érico Coelho... «Pelo encantamento da palavra e o brilho dos seus paradoxos, consegue facilmente a vitória para a causa que defende! — foi a exclamação do ilustre fluminense... ao sentir o terreno fugir-lhe aos pés».

Os discursos de Campista «eram ouvidos como peças literárias, nas quais a forma burilada vestia um arcabouço da melhor precisão técnica e rigidez de ciência». Calógeras, «que não era da sua intimidade...» — «admirava como David Campista, que possuía uma compreensão tão profunda dêsses estudos áridos, pudesse descobrir-lhes tanta essência de beleza».

— «A imprensa, com propriedade, denominou de «folhetins falados» essas orações de fulgurante espiritualidade».

Entre os perfis incluídos nos Ensaio Biográficos, corao um dos primeiros surge a grande recordação. Grande porque lembra uma atitude tãda especial e revela um temperamento e caráter de expressão muito própria. Hoje, falar nela, é como que ir buscá-la na História de tempos passados para compreendê-la melhor, e para, talvez, tirá-la do esquecimento.

O Sr. Gontijo de Carvalho que conheceu a olhos vistos, a quem retrata, dirá: «alto, moreno, nariz adunco e olhar imperativo de águia, timbre de voz agradabilíssimo, sorriso magnético, e extraordinário encanto pessoal. — O sorriso não intencional, mas expressão nativa da inteligência, não se particularizava nos lábios, nem escolhia momentos...» Eis os traços que ainda muitos vêem reaparecer na memória, lendo o perfil de Carlos Peixoto.

Carlos Peixoto revelou-se com um conjunto de qualidades especiais e tinha convicção própria a respeito delas. E, sendo uma convicção íntima, tornava-se em energia.

Mas há maleabilidade agradável, finura, nessa personalidade que se foi manifestando desde menino. Para retratá-lo, o Sr. Gontijo de Carvalho foi rebuscar longe, e conta:

«Santos Valente, velho professor e exilado político português, que ensinava qualquer matéria e foi o principal coordenador do Dicionário Aulete», reputava «Carlinhos, o menino de olhos negros... aluno exemplar».

De José Rangel, seu condiscípulo no Ateneu mineiro de Juiz de Fora, ficaram as seguintes impressões: «Dócil, avêssos aos jogos e brinquedos, cumpridor dos deveres, insinuante, afeiçoado aos mestres mas altivo, desembaraçado na exposição das lições bem sabidas». Era assim de uma qualidade de pessoas pouco esportivas, e que contrastam com a geração vinda depois.

Mostrando em Carlos Peixoto um desembaraço quase boêmio, Escragnoille Dória o descreve em São Paulo, quando acadêmico:

— «Encontrei-o pela primeira vez, no princípio de 1868, vendo-o a cavalo, não em selim, porém em uma janela de «república». A apresentação foi feita de baixo para cima. O calouro teve de olhar com respeito para o veterano».

David, candidato à presidência da República: Carlos Peixoto, o sota político.

Combatida essa candidatura à presidência com um argumento que persiste até hoje! Mas, no Brasil, não houve candidatura em

época mais ou menos de desfôgo político, em fase sem gravidade e que não fôsse caso de candidatura de urgência então não havendo tempo da política se organizar em opposição, que a opposição não se lhe fizesse. No caso de David Campista, candidato, vociferavam que a sua candidatura vinha do Catete, como se isso não fôsse plausível pelas razões que Carlos Peixoto dava, e como se, quando o Catete não se manifesta mantendo isenção, os interessados não venham sacudi-lo querendo despertá-lo aos brados por êle não se interessar pela questão nacional...

A gente do Jardim da Infância, tinha o espírito de exclusão, como é próprio de tôda mentalidade nova, que parte de idéias puras. Carlos Peixoto, condizia pois com aquela fase de história política, nela é que êle se torna compreensível.

Era Carlos Peixoto de um temperamento vivo, reagindo rápido por instinto. e, sendo assim, foi o homem das réplicas desconcertantes. como sabe-se que o era David Campista, Peixoto certa vez adverte deixando cair da tribuna as seguintes frases:

— «Eu não sabia que tinha tanta intimidade com V. Excia.!»

— «Êste mundo estaria errado se eu não vivesse num polo e V. Excia. em outro».

Tem-se a impressão que êle, ripostando, excluía quem se lhe antepusesse no caminho, abrindo assim espaço livre diante de si. Falar, para Carlos Peixoto, era esvaziar o auditório de adversários, era uma obrigação, e um embate imediato. Mas daí o biógrafo dizer dêle, em quem via um elevado espírito político: «orador, não acreditava na tribuna». Nos encontros que tinha, nela se deparava sômente com as questões pessoais. Na tribuna não se lhe abriam as perspectivas em que se desdobrava a sua visão política. Encerrando-se, quanto ao que pensava em realizar, quase que apenas no Jardim da Infância, teve, para com a política ras-tejante, o olfato e a repulsa do moralista. Sabia contudo escolher, fora da sua gente, os raros e é assim que, depois de ter caído e atravessado um longo ostracismo, foi quando eleito mais tarde, e já há muito desaparecido o Jardim da Infância, pedir a Tavares de Lira que indagasse de Pinheiro Machado se ia mandar lhe reconhecessem o diploma de deputado. Se o não quisesse fazer avisasse para que êle abandonasse os votos que lhe dera a eleição em que o sufragaram. Voltaria a cuidar da sua advocacia.

A resposta que Tavares de Lira lhe trouxe foi esta:

— O Pinheiro disse que o Brasil não é tão rico de homens para que se abra mão de um Carlos Peixoto.

Carlos Peixoto foi um homem feliz conseguindo ser o que era embora não vencendo as suas idéias, e tendo êle sofrido uma grande derrota política.

Explicando uma personalidade tão complexa, o Sr. Gontijo de Carvalho deteve-se nos meandros de uma psicologia que não é nada vulgar. Tocou no ponto fundamental do caráter do biografado, dizendo: «procurou introduzir novos métodos na política brasileira. Foi um inovador».

Eis aí o resumo da sua vida: foi um inovador!

E teve assim o destino a que todos os inovadores estão condenados.

Mas pelo menos viveu de uma maneira diferente naquele meio político em que, referindo-se ao reconhecimento dos poderes Érico Coelho costumava dizer: «era no Brasil o duelo de papéis falsos».

Reconhecendo todo o valor de Carlos Peixoto em esplêndidos conceitos, o Sr. Contijo de Carvalho os recolheu, quis salvá-los, e assim êle salva o espírito de uma época que passou para o seu livro, antes de perecer.

Para Carlos Peixoto, governar era «função da inteligência», e êle «não admitia que políticos que detestavam o livro e amavam o *pano verde*, fôsem mentores da opinião pública, impulsionadores da máquina administrativa».

«Peixoto comparava os medalhões a elementos decorativos de cerâmica para ornamento das pilastras e apoiava a teoria de Francisco Otaviano de Almeida Rosa, que ao destruir o fetiche dos então chamados «homens de prestígio», preconizava, para saneamento do mal, o advento de homens novos, não contaminados pelo vírus da política».

Com as idéias então naquele tempo debatidas, veem conceitos próprios para relembrar hoje e que é bom salvar e é preciso não perder.

Carlos Peixoto, «coerente, sustentou a tese de que o nosso regime não comporta a formação de agremiações partidárias nacionais».

Estas idéias de fato não ficaram esquecidas...

Mas importavam elas em que não se sustentasse mais a política de simpatias e antipatias, de credos preconcebidos a se chocarem, de competição entre monarquistas e republicanos, como ficara havendo desde que se proclamara a república.

Já David Campista não acreditava na eficiência dos partidos políticos.

As idéias que defendeu, em relação às agremiações partidárias, eram acordes às de Carlos Peixoto, que corajosamente se proclamava adversário das organizações permanentes».

Acrescente-se a isso o que Campista disse em discurso:

— «Penso como Ostrogoski — em trabalho que é monumento de estudo experimental — que, por isso, são sempre numerosos e diversos os problemas que preocupam a opinião, os homens se devem agrupar, segundo os problemas e não adaptar os problemas a agrupamentos fixos de homens».

«A evolução nos há de conduzir a um outro método de ação política, à liga temporária, segundo as questões, em vez dos partidos permanentes».

Os fatos provam pois a superioridade dêsses conceitos. Os partidos, ou melhor, a comédia dos partidos no Brasil foi pois o espetáculo de uma grande organização partidária a respeito da qual alguém lançou a ironia da seguinte imagem: é a catedral em que, pelas portas laterais, entram todos os credos! Resultado: uma balbúrdia e não prevalecer nenhum com a exclusão de todos.

Idéias, apêgo e brilho com que eram apresentadas, assim as mostrava o Jardim da Infância. Escreveu Gontijo de Carvalho a biografia de Carlos Peixoto. Explicar o que nêle havia de mais íntimo e profundo, é compreender a altivez ostentada por Carlos Peixoto quando «combateu o medalhão com tôdas as arras do seu talento», e quando condenou os costumes que vinham do passado com os seus pagês políticos brasileiros. A questão se tornou de pessoas. Chocavam-se temperamentos.

A análise da fauna política daquela ocasião, feita por Carlos Peixoto, é de uma tal acuidade que sobrevive pela expressão que tem. Já dissemos que a eloquência de Carlos Peixoto era a arma do combate individual. Êle era feliz, escreve então Gontijo de Carvalho, nos seus achados». Foi sua, por exemplo, a expressão «nevrose capadoçal», glosada pela imprensa de todo o país, como fotografia de uma época. Propugnador da educação integral, desdenhosamente denominava a bacharelise de «mandarinato burguês». «Mudos de serralho» era como êle chamava aos políticos acomodaticios, e «cartomância financeira», os métodos de paliativo para conjurar as nossas crises».

Manteve, com uma elegância fácil, a altivez que encantava a todos, de modo que quando caiu, notava-se pelo recinto da Câmara uma apreensão, uma impressão da falta que ia fazer, acostumados que estavam todos com a sua presença; mas Carlos Peixoto é que compreendia que a situação passara e êle não tinha mais o que fazer na política.

«Aos 37 anos de idade, árbitro... dos destinos do Brasil, chefe incontestável que indicava senadores, ministros e governadores...».

Caiu, renunciando a presidência da Câmara dos Deputados.

«Pelo recinto, notava-se uma espécie de *frenesi* de febre. Carlos Peixoto subiu ao estrado, ocupou a cadeira presidencial. E nunca êsse homem me pareceu (descreve João Luso) tão admirável, tão superior como nesse momento de se confessar vencido. Em transe para outros tão agudo e aflitivo, a sua fisionomia mantinha tal serenidade que chegava a parecer contente e, com efeito, sorria. Na sala estabeleceu-se um silêncio ansioso: todos olhavam a mesa, para além da qual a figura de Carlos Peixoto se erguia, magnífica na sua resolução animada e inspirada pela certeza do dever a cumprir. A cerimônia formidável reduziu-se a uma rápida declaração; nenhuma retórica, nenhum termo que exigisse do orador qualquer cuidado declamatório ou cuja intenção precisasse de ser sublinhada. As idéias mais límpidas na mais correta das formas. E êsse discurso ficou célebre e os seus conceitos hão de sempre oferecer a definição de uma fase política e do homem que nela mais dignamente se salientou».

Há dêsses flagrantes reproduzidos, dessas cenas vivas recolhidas nas biografias que escreveu Gontijo de Carvalho, e êle, lembrando essa famosa renúncia de Carlos Peixoto, conclui:

«O poder não mais o seduziu. O caráter era inamolgável, e visível o desdém pelos políticos liliputianos. Podendo tudo, se transigisse, nada quis».

Bem altos motivos, altas razões, ao que me parece, têm as páginas de Ensaios Biográficos: elas mostram que os homens de governo devem se reunir, que os seus esforços devem tomar sentido em tôrno das questões administrativas e económicas do momento, e que nunca devem seguir a bandeira de opposição ou de apoio ao governo, bandeiras essas, que as fações desfraldam em proveito próprio. Em política, a nação está acima dos partidos e dos interesses dêles. Êles devem prestar contas a ela.

Mas para dizer estas verdades, o Sr. Gontijo de Carvalho, traça o perfil do homem capaz de proclamá-las, de fazer exclusão do que fôsse diverso ao seu idealismo e em prejuízo das idéias de que êle vivia e é assim que deixa ver quanto Carlos Peixoto era um caráter altivo.

O mal reinante nessa alta esfera do idealismo, é, para muitos, o preconceito de não quererem contágio com a camada de ar que fica abaixo, rente ao chão, com a terra, onde rasteja e se insinua a baixa política. O mal é de supor que não se possa descer das alturas. Carlos Peixoto sabia descer. Com isso era uma figura destacada e enérgica e nunca um cético pelo que o ceticismo tem de acomodaticio às situações, mantendo, entretanto, o vêzo de su-

perioridade intelectual. Septicemia e ceticismo veem de étimos gregos em que há homofonia. Septicemia é deterioração e podridão do sangue e ceticismo não deixa de ser, por sua vez, a deterioração da opinião. Carlos Peixoto nunca seria um cético!

«O discurso que proferiu contra o ceticismo, escreveu Vitor Viana, é verdadeiro brinco, lição de fé pequenina obra priina de sagacidade».

«De fato não há palavras inúteis» no que se disse então.

Veio Carlos Peixoto reerguer o govêrno Hermes em uma situação em que todos o combatiam ao sabor do espetáculo popular de destroçamento que causava riso, levantava chacotas, tal a posição a que a politica, em detrimento da nação e ao agrado da inconsciência geral, deixava a suprema magistratura do país não se lhe respeitando mais a autoridade.

Fêz Carlos Peixoto, por mais de uma vez que parasse a desordem. Muitos deputados ainda citam de cor o trecho em que Carlos Peixoto lembra o episódio famoso, narrado por Romain Rolland, de um soldado francês que, acuado a ponto de perder a trincheira, cercado de muribundos, concitava os companheiros à resistência, gritando: «Debout, les morts». A eloquência «lampejou sublime... e a nação sentiu-se aliviada».

Doutra feita, «aos pessimistas, endereça êste conceito de Guizot: «Com vocês não se conta, porque não agem e são apenas espectadores».

Era afável fora do ambiente político, e elegante no seu trato familiar; ao mesmo tempo um espírito entusiasta, que emprestava sinceridade e vigor à politica, seduzindo com isto a nação.

«Simples deputado, era orgulhoso e desdenhava o auditório. Presidente da Câmara, revelava-se modesto quando se sentava à mēsa do café com os empregados da Secretaria».

Êle foi lider do govêrno, na Câmara dos Deputados, durante a presidência Rodrigues Alves, que se entranhava na politica com o bom senso necessário ao equilibrio dela. Êle tornou-se uma figura de inconfundível autoridade. Preparou de certo a vinda de Afonso Pena à Presidência da República, como esteve depois encaminhando a candidatura de David Campista, que baqueou por um incidente inesperado, como foi a morte de Afonso Pena. Carlos Peixoto foi um grande parlamentar.

«Proclamou sempre que era representante da Câmara dos Deputados em face do Executivo e não feitor da Câmara por ordem do Executivo... — Peixoto escreveu que muitas vêzes, em casos graves para o princípio de autoridade do govêrno, dissera,

como líder, ao presidente, «que tal medida por êste proposta e que não se comprazia a tomar, a Câmara não aceitaria, sendo êle, Peixoto, o primeiro a combatê-la...» E acrescenta-se a isso mas com um ponto de exclamação: «Peixoto contava pouco mais de trinta anos de idade, quando assim brincava com o destino!»

Altivo sempre pronto a impor moral à política, com a energia necessária, manteve a reserva com que os grandes espíritos, costumam a conduzir-se. E assim o estranham os que seguem a banalidade da vida; enquanto isso, êle como que pratica a sua clausura. «Raramente era visto na companhia de colegas de bancada. Não morando nos hotéis em que êles residiam, tendo por companheiros dois ou três amigos alheios à política, foi perdendo o contacto com os seus patrícios, que guardavam por êsse alheamento não pequeno ressentimento».

Mas fora dessa disciplina própria e conveniente a um político, era um afetivo: bastava que o meio não fôsse político.

Era então vê-lo discutir, «quando líder da maioria ou Presidente da República, literatura com os rapazes da imprensa». Mas com isso «evitava falar em política. Peixoto, que era reservadíssimo para com os próprios amigos íntimos, só dizia o que convinha dizer». Era pois um espírito fino e emotivo! A política o emocionava e muito, daí guardar pois, a respeito dela, e com os que eram dela, a reserva dos temperamentos emotivos e delicados.

Mas sempre um espírito enérgico e de exclusão.

Falou-se no que ia ser o *civilismo*.

Uma reacção condizente com a de Carlos Peixoto ao apresentar-se na política: podia êle estar ao lado do civilismo! Mas precisava de haver quem estivesse à frente do movimento. Triunfante que ia a nova cruzada política, teria de ser em tórno de um nome que lhe desse expressão, e ninguém, nesse caso, como Ruy Barbosa; mas iniciada aquela campanha nunca se embrenhassem nas tortuosidades abstrusas dos interesses pessoais para apontar-se o candidato à presidência da República.

«Entretanto, na Convenção de 22 de agôsto que escolheu a candidatura de Ruy Barbosa... Assis Brasil, com surpresa geral, fizera objeções em discurso escrito, ao programa do civilismo. Exigia manifesto antecipado para, então, se proceder à escolha do candidato».

«Bricio Filho, representante da Capital Federal, tenta responder às objeções, não conseguindo, todavia, refutá-las. Assis Brasil, que era um nome aureolado, volta à tribuna e declara que se submeteria a votar na Convenção com a reserva de negar o voto ao candidato se o programa lhe não satisfizesse».

«Houve sensação de estupor. Todos tiveram a impressão de que a Convenção naufragava».

Carlos Peixoto, profundamente emocionado com as ruidosas manifestações populares que recebera ao atravessar as ruas para ir ao Teatro Lírico como delegado do município de Ubá, levanta-se na platéia e pede a palavra».

Não se descreve o entusiasmo que se apodera da Assembléia. Ninguém duvidava de que Assis Brasil seria esmagado. «Contra isso é que me revolto, foram as palavras que proferiu Carlos Peixoto no centro do grande salão e subiu à tribuna sob ensurdecadora ovação».

«Peixoto profere talvez o menor e o melhor dos seus discursos. «Um partido, dizia, já se formou: o da resistência à invasão da caudilhagem». Os delegados deliraram com essa frase».

«Assis Brasil, timidamente aparteia dizendo que em toda coligação há um programa. Peixoto fulmina-o: «Quem se coliga cede. Estamos aqui reunidos para salvar a Pátria». Fôra impossível continuar. Os aplausos não lhe permitiram concluir o discurso. Estava salva a convenção. Assis Brasil, que desejava ser candidato, retira-se humilhado...»

Duas passagens oratórias de Carlos Peixoto, que foi um grande parlamentar, ficam marcadas.

Uma:

—Foi a sua memorável estréia «na tribuna da Câmara Federal, Barbosa Lima pronuncia comovido discurso de apêlo às tradições liberais de Minas, para que se não conceda a licença de processar o deputado oposicionista Alfredo Varela, Lírico. a peroração arrebatada o auditório: «Libertas que sera tamen» é a última invocação».

«Da bancada montanhesa, surge um desconhecido».

«Serenos, enérgicos, com o senso do jurista e o floreio do artista, confundem o competidor».

«Sustenta que o caso não pode ser encarado e decidido sob o critério único do coleguismo». E pergunta: «Em um regime republicano, pode-se dizer que se procura humilhar a qualquer dos nossos colegas, levando-o à barra de um tribunal? Escolmar-se-á de uma suspeita como qualquer cidadão. Demonstra que a Câmara não tem o direito de substituir a um tribunal judiciário, de julgar do delito e submeter a julgamento prévio o colega acusado. Estuda os imponderáveis e traça página de sutil psicologia sobre o nosso excessivo amor à liberdade. Como se estivesse no Areópago, assim conclui o lampejante orador: «Mineiros, nós nos

habitue-mo-nos a saber que, nos momentos de crise, nos momentos de destruição, nos momentos de luta, o espirito crítico toma a sua primeira e principal feição, a feição negativista que apparece em todo o seu vigor: mas todos aprendemos igualmente que, derrubados, temos principalmente o dever, os revolucionários de ontem, de nos acobertarmos juntamente com todos os demais, vencedores e vencidos, sob a mesma égide protetora da lei».

«E a lei se faz para abroquelar violências contra aquilo que nela se consagra: a lei não se faz para acobertar os crimes nem os criminosos, de onde quer que partam; a lei não se faz senão para que, ao seu influxo, nós outros aprendamos a cumpri-la, a executá-la dignamente».

«Fatiguei demais a atenção da Câmara e resumirei o que queria dizer: «Mineiros, não esquecemos o amor da liberdade, mas queremos-la, sempre e indefectivelmente sob a lei: «sub lege libertas».

E argüê Gontijo de Carvalho que a diferença entre «Libertas que sera tamen» e «Libertas sub lege», naquela ocasião definiu logo duas mentalidades, ali se defrontando.

Outra passagem: é a maneira de que Carlos Peixoto se manifestou, no parlamento, favorável ao proteccionismo.

Mas um proteccionismo comprehendido a fundo. Como o concebera Frederico List, o grande transformador de conceitos da Economia Política, aquêlê que argumenta que todos os sistemas têm aspecto histórico, oportunidade, para as nações, mostrando List assim grande flexibilidade de idéias. O Brasil, que já precisava de desenvolvimento industrial (como a Alemanha de List) estava carecendo de proteccionismo, e Carlos era dos que sentiam chegada a ocasião de, no país, o surto industrial ser patrocinado.

«Proteccionista, como João Pinheiro e João Luis Alves, e não prohibicionistas, as suas opiniões merecem, no caso actual do mundo, divulgação ampla. Anti-emissionista, estudou as bases da nova reforma tributária, em excellente monografia» — lembra Gontijo de Carvalho, revendo as idéias de Carlos Peixoto, que se levantara pois contra estribilhos insípidos e retardatários de um liberalismo econômico serôdico.

Sempre acima da banalidade e do despercebimento reclamaria o proteccionismo com os seus grandes aspectos politicos. Em política, diz o Sr. Gontijo de Carvalho, Carlos Peixoto não tinha peias. Uma argúcia extraordinária fazia-o avançar muito. Uma attitude politica sempre clara e franca, o que é raro, sem mostrar receios. Mas corajoso. «Teorista, desejava o apparecimento de

César, a personalidade carismática do chefe». Fugiria com o parlamentarismo; entretanto ninguém foi mais presidencialista.

— «Estavam mortos João Pinheiro e David Campista. Derrotado no reconhecimento estava Ruy Barbosa. Perdidas estavam, pois, as suas ilusões». Desapareceu o político e surgiu o financista. E foi dos maiores que o Brasil produziu.

«Pedro Moacir impugnava, em 1915, o projeto de contribuição dos Estados e dos Municípios à União, com grande pessimismo. De desalento é a impressão causada».

Levanta-se o grande rival. Elaborada na própria tempestuosidade do debate, a peça política é digna de uma Gladstone.

Insubordinando-se contra o pessimismo, um tanto intencional, Carlos Peixoto exclama: «O pessimismo é terreno em que não medram iniciativas e em que se estiolam energias». E dizia que «ao estadista não é lícito cultivar o desalento: o estadista é um guia que deve infundir nas hostes um pouco de ideal».

«Homem de governo, adotava a fórmula de Wakdeck Rousseau; «Governar é poder». Não compreende que se fale em impostos quando não se fala em economias. Concorde em que, com política má, nações podem viver e vivem. Mas, com finanças péssimas, não há país que se salve».

«Alcindo Guanabara, empolgado pelas idéias ventiladas, intitula-o a assumir a pasta da Fazenda».

Assim desassombrado e preciso nas suas opiniões, Carlos Peixoto se conservou, com nobre patriotismo, até o fim, e foi quem, subsistindo dentre os que foram do Jardim da Infância, ficou altivo como o último abencerragem.

Gontijo de Carvalho, escrevendo essas biografias, publica páginas eloqüentes historiando tempos idos e vividos do Congresso brasileiro, e ergue alto uma fase histórica para ser meditada principalmente nos dias de hoje. Mas nelas se exprime algo além da expressão política que têm. Sim, há a maneira de variar o fundo psicológico em que cada vida dessas assenta. Três biografias, apresentando cada qual algo diferente na alma humana, evidenciam a arte sutil do biógrafo em distinguir as vidas. Escolhi essas três, entre as outras, mostrando como cada vida tem sentido psicológico próprio, com que são apresentadas. Duas já apreciei; a terceira será a de Calógeras. Na maneira das três serem traçadas diferentemente mede-se o valor do analista, do livro que vem a lume.

Divulgando essas três vidas, o Sr. Gontijo de Carvalho observa que a geração de moços a predominar no Jardim da Infância era de humanistas.

O Humanismo é a maneira do homem se completar inteirando-se do que êle tem sido nas grandes épocas de cultura. É a pesquisa que a criatura humana faz confrontando-se com o que encontra no passado, com o que já fôra o homem. O humanismo dá a impressão de renascença, sabendo-se o prestígio que a renascença traz sempre. O humanismo, na velha Minas, era o ouro que aflorava da cultura há muito sedimentada e a rebrilhar na primeira geração expressiva de políticos moços que ela enviava à República, geração de entranhado estudo de humanidades, consciente de si e a trazer o orgulho da estirpe.

II

Calógeras é o primeiro biografado no livro do Sr. Gontijo de Carvalho; êle e David Campista, não eram mineiros, embora a formação de ambos tenha o velho sabor cultural de Minas, a que muito se prenderam êsses dois nomes.

Calógeras foi o grande técnico, o grande relator exato das coisas de Estado, a respeito de quem cita-se Luís da Silveira, que lhe acompanhou os passos quando incumbido de representar o Brasil na Conferência da Paz, em Versalhes: «Wilson e Lloyd George não escondiam a preferência que davam a Calógeras, para o estudo de qualquer tema que exigisse rápida solução».

Não sendo mineiro, a sua progênie era outra. Nêle, em quem aflora finura de sentimentos, fala Gontijo de Carvalho penetrando na psicologia de um homem que vinha de antiga família européia a apontar na história desde o século V, quando viveu um são Calógeras. Era de antepassados cuja tradição está relatada em *Alexiada*, a biografia do pai de Ana Comeno, e biografia em que se lê ter aquela família passado a residir em Bizâncio, aliando-se aos Comenos. Família tão antiga que vai deixando o traço da sua passagem através dos acontecimentos históricos, e que, com a cisão da igreja ortodoxa, uma «parte continua apostólica, e outra mais numerosa, aderiu ao credo oriental».

«Na conquista otomana, numerosas foram as vítimas dos turcos portadoras do nome de Calógeras», nome grego de origem e «que significa *bom velho* ou *respeitável pela idade*. Talvez resses apelidos esteja o vestígio de uma ascendência patriarcal.

Mas é grande o trajeto histórico em que sempre há um Calógeras, ou ao pé do rei Constantino da Grécia, ou como conselheiro de um Tzar Alexandre, no Congresso de Viana, ou em diversas outras posições. Página longa, trabalhada, exaustiva mas a pesar como uma responsabilidade sobre os que tivessem essa ascendência, é a que escreveu o Sr. Gontijo de Carvalho, desenvol-

vendo-a até chegar ao Brasil João Batista Calógeras, avô de Pandiá Calógeras.

Nasceu êle em Corfu, e diplomou-se em leis pela Faculdade de Paris. «Amigo íntimo do barão de Lafite, célebre banqueiro e ministro do rei Luís Felipe, veio para o Brasil em 1841, a fim de dirigir uma emprêsa que devia se organizar com aquêle financista. Filiado à Igreja Cismática, e não havendo no Rio sacerdote ortodoxo, recebeu poderes para batizar as crianças que pertencessem àquele credo. Manteve íntimas relações espirituais com o frei Camilo Serrat, cujos despojos estão no mosteiro de São Bento».

Com uma vida acidentada e em constante transformação, como o é a de quem emigra para penetrar em meio estranho, várias foram as atividades do avô de Calógeras. A transferência de uma para outra nação, traz constante instabilidade de vida para êsse homem de uma iniciativa surpreendente e de uma mentalidade excepcionalmente amolgável.

Professor de História e Geografia no Ginásio Pedro II. Fundador de um famoso colégio em Petrópolis. Homem de expediente, coligiu os documentos relativos aos limites do Império Polígrafo. Escreveu àcerca de colonização, agricultura, Economia Política, e de assuntos literários. Produziu uma História da Idade Média. Autor da documentada obra «Política Americana», «redigida para contraditar ao plenipotenciário chileno Lasteria, que emitiu opinião infensa à política brasileira e argentina, e sustentou a vantagem do isolamento da América».

«Nomeado... primeiro oficial da Secretaria de Estado de Negócios, torna-se seu diretor». De 1862 a 1865 «é primeiro oficial de gabinete, no Ministério dos Negócios Estrangeiros». Junto ao governo do Brasil subiu até onde podia subir, ocupando os cargos de mais responsabilidade na administração pública. Mas, nisso tudo, um investigador, um curioso, e uma constante insistência em servir.

«Valiosa a sua atuação, notadamente no incidente *Christis*».

Foi titular da «comenda da Ordem da Rosa, da comenda da Ordem de Carlos III da Espanha, do oficialato da Ordem de São Maurício e São Lázaro».

«O filho, Michel, não possuía a cultura onimoda, que caracterizava a João Batista Calógeras; contudo empreendedor e ativo, animador de grandes emprêsas». Mais que o pai já estava ligado ao meio. Aquêles teve de se ambientar, começando por tomar pé como homem de cultura: êste, que nasceu no Brasil, pôde logo fixar a sua atividade.

«Associado a seu irmão, Pandiá George, e ao engenheiro Luís Berrini, teve a concessão do prolongamento, até Petrópolis, da Companhia de Estrada de Ferro Mauá».

«Vencendo dificuldades técnicas e financeiras, construiu a linha da Serra, empregando, pela primeira vez no Brasil, e segunda no mundo, o sistema suíço de cremalheira Siggenback, da raiz ao alto da serra».

Completoou o que Mauá não poderia ter feito em seu tempo.

«Foi igualmente diretor da Companhia de Estrada de Ferro Mauá a Campos. Promoveu a fusão das companhias do Rio de Janeiro», «Carioca», e «Riachuelo», e «Carris Urbanos». Envolveu-se em todos negócios de vias férreas a serem executados no momento.

Mas o maior dos três Calógeras, foi o neto, conclui Gontijo de Carvalho.

Guardar o instinto da sua raça, receber-lhe o estímulo, sentir-lhe a influência real, ver o que ela tinha conseguido ser, mas também manter a descrição de uma família que sabia ser de imigrados, eis as influências que Calógeras recebeu.

Seja qual fôr o homem, sempre mantém uma solidariedade com a sua gente, com a sua família e com o seu passado, estranhando o meio em que passaram a viver. O mesmo ocorria então com Pandiá Calógeras e David Campista, em quem o espirito artístico que cultivava, era a maneira de recolher-se a si, uma vez que tivera grande transição de vida ao sair do lar de comerciante que era a casa paterna, para chegar às altas posições políticas. À mesma tendência à introversão havia em ambos, e com ela é que Calógeras se confessava um tímido procurando não sobressair como político. Revelando-se então um técnico.

Ele próprio escreve: «Sou e sempre fui um tímido e um solitário. Procuro sistematicamente, não por afeição, mas por índole íntima, posições sem evidência. Delas, só forçado, me tenho separado».

Essas palavras postas de lado da tradição e história de sua família, são a melhor indicação acêrca do caráter de Calógeras.

Ninguém ainda trouxe à luz tantos dados e lançou tantas afirmações como o Sr. Gontijo de Carvalho, para que se apreendesse a psicologia de Calógeras; e Gontijo de Carvalho, é que conclui:

— «Cológeras não foi bem compreendido no meio político, que limitou a sua carreira. Foi apóstolo quando deveria ter sido presidente da República». Apóstolo! Essa expressão rasga amplos

horizontes, sôbre o que havia de íntimo e de pessoal nesse homem de grande expressão que conservou consigo o receio, o recolhimento próprio do imigrado, e que o sentiu perdurar no seio da sua família.

No parlamento êle foi um técnico a destrinçar as questões do governo preferindo não ocupar as posições de autoridade, firmando, com isto, reputação de quem, com mais capacidade e cultura, versou os assuntos.

Em 1913 debateu grande tese:

«Mostrou a inconveniência de serem investidos em funções eletivas os militares em serviço ativo. Concordaria em permitir a eleição. Aceito, porém, o cargo, estava, *ipso facto*, imposta a reforma voluntária do soldado. Evitar-se-ia o favoritismo e resguardada ficaria a eficiência das instituições militares. O mal do Exército não provinha dos militares, idealistas e inexperientes, mas dos políticos que os exploravam, transformando-os em instrumentos dos sátrapas civis».

«Tasso Fragoso... em carta orgulha-se do amigo, lhe transmite a notícia de que tôda a oficialidade do regimento que comandava, em Uruguaiana, no Rio Grande do Sul, o havia lido e apoiado».

Coronel Fix, pseudônimo do «hoje general Pedro Cavalcante Albuquerque, em série de artigos no *Jornal do Comércio*, narrou o entusiasmo entre os militares pelas teorias modernas de Calógeras».

«Oficiais do Estado Maior do Exército analisaram em conferências públicas as idéias do ínclito parlamentar, pregando a renovação do legítimo espírito militar que assim renascia das cinzas de tantas desilusões».

«Os *jovens turcos*, selecionado grupo de oficiais ardorosos e de curso profissional, infringindo os regulamentos, pediram, exultados, em abaixo-assinado, no ano posterior, a nomeação de Calógeras para ministro da Guerra».

Era o seu grande espírito de moralista que falava assim e a impulsividade, própria dos tímidos, o levava a desabafar-se em acusações graves.

Proferiu um discurso sôbre anistia a conceder, que «Aurelino Leal considerou o mais enérgico e o mais lógico» dos discursos em que êle declarou que «os anistiados deviam ser o marechal Hermes da Fonseca e o general Pinheiro Machado, responsáveis pelo bombardeio do Satélite».

Como homem de grande significação, todos o respeitam, e os seus íntimos, de maneira especial. O que êle revelou por fim aos que o conheciam de perto, e que nêle despertava de mais profundo e sincero na sua alma inclinada ao isolamento, era o sentimento religioso.

Foi Calógeras pois a dizer: «Há, em Edmond Rostand, na sua obra prima, *La Samaritaine*, um verso que êle pôe na boca de Cristo e que sempre me comoveu profundamente: *Je suis un peu au fond de tous les mots d'amour*. Assim também nas ações boas: de nenhuma delas... se acha Deus ausente».

Calógeras notava, em todo afeto sincero, algo de religioso. Um sentimento especial sempre estava evolvendo à flor da vida dêsse homem de um discernimento elevado, e a consciência dêle era tocada de uma poesia simples e íntima, que o fêz escrever êstes versos:

*E ao chegar o momento de repouso,
..... unidos, dormiremos
no remanso do nosso último repouso*

Versos à espôsa. E são o fecho de um soneto com o mesmo sentido daquele que o poeta escreveu dizendo:

Da terra que nos viu passar unidos...

Calógeras ofereceu a Imitação de Cristo «à amantíssima» companheira, escrevendo três vêzes, e cada uma delas com a recordação de mais dias idos e vividos.

Souvenirs

À ma femme chérie, souvenir de dix ans de bonheur commun et de douleurs toujours partagées — Son Johnny. Paris, 15-4-1901.

Dix ans plus tard; rien à changer sur ce qui j'ai écrit ci-dessous. Rio, 15-4-1911 — Johnny.

Mas descoberta feliz fêz êle n'*A Samaritana*, de Rostand, poeta em que não se pensa encontrar uma frase religiosa. Pode-se recompor o verso, que tanto impressionou Calógeras, com a passagem do Evangelho: «Semelhante é o reino dos céus ao grão de fermento que a mulher incluiu na farinha e que foi bastante para que o todo ficasse fermentado». Com êsse verso Calógeras tinha muito que fazer. Tinha mais uma prova de que a marca divina, de que o sinal de Deus e de que a expressão religiosa, em algum momento, em alguma ocasião e de algum modo, há de transparecer na vida de todo homem. Encontrando-a, em Rostand, Calógeras fazia a grande verificação do que é a religião, que se torna para

êle num motivo de procura, num objeto de pesquisa, e a que se entrega e em que se torna um isolado, um solitário, procurando então chamar a êsse isolamento os seus maiores amigos, como Capistrano de Abreu, a quem por diversas vêzes lança o seu apêlo de religioso.

À Igreja Apostólica Romana êle foi ter, mas conduzido por um sentimento íntimo, que o leva aos poucos, para que vá cedendo, cedendo.

Duas dúvidas, duas dificuldades sente, como intelectual que se tornara. Elas é que o retêm na incerteza em que ainda se conserva. E, quando insistem com êle para tomar parte em um retiro recluso em Friburgo, escreve:

«Sou pouco praticante, se bem que ore manhã e noite, pelo menos. Faço-o, entretanto, como ensinou o Mestre — «Tu autem cum oráveris intra in cubiculum tuum, et clauso ostio, ora Patrem tuum in abscondito...»

Mas as duas dúvidas é que o detêm: o sacramento da Penitência e o da Eucaristia. Enfim, o essencial...

O padre Madureira, da Companhia de Jesus, o guiava através da provação do espírito.

«De julho de 1926 a julho de 1928, Calógeras trocou, com êsse grande apóstolo da Ordem de Santo Inácio, uma série de cartas eruditas, procurando delir tôdas as suas dúvidas religiosas, notadamente a da existência real da Comunhão». E êle em carta: «No caso da Eucaristia, o símbolo, a representação fazem-me bater o coração. Não consigo compreender a presença real...» Calógeras escreveu: «vejo e sinto e vivo o símbolo; não compreendo, por ignorância minha provavelmente, o que concílios afirmaram ser a verdade — a presença».

A outra dúvida é acêrca da Confissão, e diz êle ao jesuíta Madureira: «Realmente, meu caso não é o temor da confissão. Deve tê-lo visto por minhas cartas. Renovo-lhe minha afirmação anterior; nela vejo precioso fator de aperfeiçoamento moral. Experimento-a diàriamente, ao fazer um exame íntimo de consciência, com o propósito firme de me corrigir. Posso dizer-lhe que hoje me domino bastante para já não agir como o impulsivo que de fato sou: reflito e meço meu sentimento para ver se não se afasta do meu ideal, a *oratio montana*. E isso não é recente: faz muitos anos que a isto me acostumei, mas com êxito variável: pouco quando era mais moço; menos falhadamente, à medida que meditação e idade e experiência da vida me fortaleceram. Tanto que, para mim, nada me custaria menos do que me aproximar com sinceridade inteira do tribunal da penitência».

Mas é aplicar o que já elle percebeu, mais ou menos, no verso de Rostand: em cada ato é preciso pôr o pouco de religião!

Ele diz: «Ainda é consequência do treinamento mental; preciso compreender, mesmo nas coisas em que deve reinar soberano o sentimento».

Gontijo de Carvalho fala em uma auto-análise psicológica a que se entregava Calógeras nessa questão profunda que é a fé. Creio então em coisa mais ampla que a banalidade da análise psicológica!

Mas já é o exame de consciência que Calógeras faz temeroso diante do infinitamente grande, diante do mistério, da religião, e vai elle argumentando consigo, destruindo, assim, aquilo em que se tornara. Para voltar à religião, tem que fazer o raciocínio na linguagem em que o ensinaram a raciocinar para afastar-se dela. Elle então, atende submisso à inclinação religiosa e como que a desejar...

A religião torna-se no seu grande anseio, na sua grande aspiração. Mas, enquanto não encontra de todo o que procura achar, o seu estado de alma é da confusão em que ficam principalmente as suas antigas idéias. E diz: «Materialismo, penso eu, equivale a uma petição de principio, para a complexidade dos fatos humanos: é porque é, e nada mais! Não dá causas e, muito menos ainda, a causa primeira; limita-se a verificar o que existe, e a deduzir relações, leis ou nexos causais, entre fenômenos secundários. E para falar como engenheiro, onde a estaca zero?» Cabe aqui citar o que Pascal já escreveu referindo-se ao mistério de Jesus: «Sossega. Não me procurarias se já não me tivesses achado». Mas a religião tem especial caminho por onde ela passa na vida de cada um, e vai de fato em fato, de avanço em avanço, transformando-o. Assim é na vida de um Santo Agostinho como na de Calógeras, ou melhor, na vida de todos os homens. A Religião é humana. Tem feição particular na vida de cada um. Tem com isso aspectos psicológicos. Aspectos!... Mas é algo acima desses aspectos psicológicos e humanos.

Calógeras acaba sendo uma alma de vida muito íntima. Alma discreta e religiosa, que por fim aquietou-se como cristã. Desde moço se esforçava elle com afincio no que era de ordem técnica. A técnica nada tem de pessoal. É de todos. É o que é em toda parte. Nela podia elle falar, sendo de uma familia de imigrados, estranha ao meio e à sua formação política.

Técnico se mostrou desde moço quando a condição da sua familia mais influia sobre elle.

«Em colaboração com o Dr. Artur Guimarães, mais tarde diretor da Escola de Engenharia de Belo Horizonte, estudou, em 1892, exaustivamente, a bacia terciária do Gandarela, chamando-

lhe a atenção o mármore de efeitos finamente artísticos, hoje conhecido em todo o Brasil. Prefaciado por Henri Gorceix, o trabalho é quase definitivo, segundo a autoridade do eminente Djalma Guimarães. Em 1892, publicou ainda dois trabalhos puramente técnicos: O meteorito de Santa Catarina e *Le fer nicle de Sainte Catherine*, este reproduzido integralmente na revista *Neues Jahrbuch für Mineralogie*.

Um Carlos Peixoto se apresenta logo pelo que tinha de pessoal, de político, e Calógeras insiste em mostrar conhecimentos técnicos, que deixam de ser a pessoa, e, como estudo, são de natureza objetiva.

Carlos Peixoto, sim, foi um moralista político, um condutor da política; Calógeras queria vissem nêle um técnico em questões de governo.

«Proferiu, em 1913, notabilíssima oração, ouvida, quando concluiu, apenas por cinco deputados: Homero Batista, Carlos Peixoto, Joaquim Osório, Simões Lopes e Marçal Escobar. Em regra, não se tratando de discursos nitidamente partidários...» a maioria voltava-lhe as costas.

«Calógeras falou pelo espaço de cinco horas descendo da tribuna às 9 horas da noite. É a análise magistral do orçamento da Receita, cujo relator fôra Homero Batista. Examinou em minúcias o proteccionismo transformado em proibitismo que, em quarenta anos, tornou sete vezes maior o impôsto de gêneros alimentícios, sextuplicou os que incidem sôbre vestuário e habitação, e majorou vinte vezes os que gravam remédios, em última análise, a saúde».

Calógeras critica a incompetência dos dirigentes que levam o país a absurdos, faz aflorar assim a importância dos conhecimentos técnicos na política!

De fato era êle um técnico e podia falar. «Emile Lavasseur, em «*Histoire du Commerce de la France*», adotou integralmente a sua opinião a respeito da influência da moeda depreciada sôbre a taxa dos salários, aprovando a crítica de Calógeras às valorizações».

A meia sombra em que êle se esquia, está referida por Gontijo de Carvalho, e Calógeras aparece em tôda a sua estatura entre os seus grandes amigos íntimos, aliás, homens de excepcional expressão. Êle se encontra consigo mesmo na religião e em um fim de vida, objeto de estudo dos mais altos espíritos religiosos.

É assim que Calógeras escreve:

«Perdi, vai para um mês, um grande amigo, Martim Francisco, que era um justo e viveu segundo a lei divina, se bem que se dissesse ateu. Será êle um dêsses *disciples qui s'ignorent*?»

Os acontecimentos se lhe tornavam meditação, e, com essa meditação, lhe vinha o consôlo que encontrava na religião. O fato é que as coisas da religião sempre lhe iam ter à casa.

Não longe dêle, em casa de amigo seu se dá ocorrência dramática.

Uma atmosfera que pesava e a que todos tinham respeito íntimo, uma atmosfera que todos sentem e em que muitos não querem estar, pesou de repente sôbre um amigo de Calógeras. Atmosfera de receio. Mas a deliberação de uma filha diletta fez aquêlo que era muito da sua amizade, ter que voltar-se para a Religião. E de que maneira?

A moça se fez freira! Quis ser freira!

O coração do pai se espedaça diante da grandeza do fato religioso que o separa da filha internada no convento. E ela, em contradição com o modo de pensar dêle, o leva a se defrontar com aquilo a que êle é contrário. Vê a sua filha se encaminhar para o que de certo modo é da sua aversão. É de perguntar-se, uma vez que tudo acontecia, dentro da amplidão de sentimentos a se entrechocarem, a se superporem calcando laços de amizade que reúne a família, como considerar êsse dever misterioso da filha de Capistrano de Abreu seguir a vocação religiosa?

É nessas condições que Capistrano se desdobra na extensa dor a pedir não lhe falassem do que lhe acontece, nem para o consolarem. Quando o vissem os amigos, que silenciassem. E traduz assim o temor de lhe tocarem na chaga, agravando-a num coração em que só havia dor e nenhum lugar para o consôlo. Para êle que sempre se afastara da Religião, não devia haver, no Universo, motivo nenhum de pensar diferentemente e regredir. Mas o caso é que, levado pelo sentimento, acompanhava de longe a filha, distante que ficaria dêle com o passo que dava.

A filha ser freira, êle considerava a separação. Assistir a ela que entrava para o convento, era de seu dever de pai. Mas êle que andara em sentido tão oposto, não havia assim de abeirar-se da religião sem lhe sentir a profundidade. Sofria vendo a filha sair de casa. Sentia como que mêdo de estar longe dela, interpondo-se entre êle e ela, nessa separação, a crença. Não compreendia, não podia ver o que havia do lado oposto àquêlo em que ficara. E escreve fazendo um pedido à Senhora de Calógeras, espírito tão religioso.

«Honorina entrou para o convento de Santa Teresa, no dia 10. Obedeceu à sua consciência, e é a única forma verdadeira de ser feliz».

«Eu tenho ficado em casa para me concentrar todo».

«A violência do incêndio desencadeado dispersará coivaras. A dor geral já passou, mas sinto, às vêzes, um frio íntimo que

sobe pela espinha e termina nos olhos, enchendo-os d'água. Contudo o frio vai diminuindo e os acessos se espaçando: considero-me curado.

«Se não tivesse medo das perguntas e conclusões já poderia sair à rua. Se me escreveres, não toques nisso».

A violência do incêndio desencadeado... Pobre alma humana devastada pelo sofrimento e pela dúvida! Não vale a pena estar repetindo que nessa carta a linguagem humana atingiu a uma das maiores expressões de eloquência.

Dirige-se à senhora de Calógeras chamando-lhe freira do convento de um frade só... Gracejo delicado, com lágrimas no coração!

Esta carta não era só o temor a pedir que não falassem na sua dor. Era também essa maneira de falar nela e opõe-se, dessa maneira, ao sofrimento e não deixa de lembrar (é a recordação que lhe ocorre nessa ocasião) a fortaleza da sua pretendida insensibilidade de tapuia.

Fala, com a brandura, com o interesse da hora de sofrimento que abate. Fala em tudo de que precisava neste momento, e que lhe estava faltando.

O sentimento de pai amantíssimo estava a se debater com a monstruosidade da irreligião.

A carta que escreve é afetuosa. É aquela em que a pessoa se apegava ao lenitivo das afeições.

É com a grande emoção que o homem sempre sente-se diante do que é Religião.

Assim as questões religiosas vão chegando até ao pé de Calógeras, cuja vida confina cada vez mais nas questões do espírito.

«Entre os escritos deixados à família, foi encontrada, em dois lugares diferentes, uma folha de papel, tendo no alto uma cruz, e, abaixo, em caracteres traçados por mão trêmula, os dizeres:

Ad pedes tuos...
Fiat voluntas tua...

«E nada mais».

Cam palavras copiadas do livro de um alto espírito religioso, o padre Lionel Franca, é que Gontijo de Carvalho termina a biografia de Calógeras, repetindo:

«É a maior lição que de João Pandiá Calógeras aprenderá a posteridade».

III

O Sr. Gontijo de Carvalho mais dados surpreendentes nos colhe no passado, e lembra que João Luís Alves foi um conser-

vador. «Redator-chefe d'O *Constitucional* (é como começa êle a carreira politica) era anti-liberal, anti-republicano. Para êle, liberalismo significava ardor reformista e republicanismo e não era outra coisa senão sinônimo de demagogia. Aliás, na Câmara ou no Senado Federal, João Luís foi sempre politico conservador, defensor da ordem, como demonstrou a sua attitude no desfecho da revolução riograndense».

Como João Luís Alves, distinguiu-se também Gastão da Cunha, que se proclamou conservador e monarquista, quando redator da *Ordem*, jornal acadêmico, dirigido por Tito Fulgêncio, e que teve vida não efêmera». Enfim essa politica é cultura.

Com originalidade de espírito, com independência de opinião é que chegaram todos à politica.

O grupo do Jardim da Infância formou-se com essa gente, manifestando ela uma coesão de idéias, um instinto de defesa contra o jacobinismo republicano do começo da República, contra o equívoco liberalismo, politica de confusão de rua a querer avassalar a vida nacional, enfim contra tôda restrição mostrando que a politica é coisa mais alta.

O livro do Sr. Gontijo de Carvalho retoma e repassa muito aspecto nacional, e esclarece a História do Brasil adiantando com o que se fazer conceito da cultura nacional.

Dois homens marcam a cultura brasileira. Desenvolvendo o Sr. Gontijo de Carvalho o paralelo entre êles, mostra cada um com o seu feitio especial, para os dois serem as duas expressões de cultura. Distintos entre si, formam entretanto as cariátides do pórtico da cultura nacional, em certa época.

A cultura tem particular expressão. É ampla e abrange o meio em que se infiltra para ela o reproduzir. Nesse sentido especial, ela se funde com a sociedade, com o grupo humano, com a nação em que se forma e que passa a representar. Ora as figuras de Nabuco e de Rui têm esta expressão, e, quando Gontijo de Carvalho escreve dando a ver a projeção que êles tiveram no Brasil, começa por dizer:

«Ibirapitanga, que há de figurar na história da educação por ter ensinado as primeiras letras applicando o método de Castilho e Rui Barbosa, anunciava, no *Correio Mercantil* que o menino, filho de João Barbosa de Oliveira, de cinco anos de idade, era o maior talento que conhecera, em trinta anos de magistério».

«Um outro professor, o barão de Tautphceus, de saber enciclopédico, e que fôra reitor do colégio em Friburgo, escrevia ao senador Nabuco de Araújo que o filho era talento transcendente e nunca tivera outro de tanta inteligência».

Publicando um livro de tanta informação, pode se dizer que Gontijo de Carvalho reúne o que caracteriza a formação cultural brasileira. O que narra dessas duas infâncias já está na imaginação do povo que crê na predestinação dos gênios. Assim como sonda o destino de Rui e Nabuco, faz distinção entre os dois indicando como os diferenciar.

«Nabuco, diz Gontijo de Carvalho, era, no entardecer da vida, artista puro, no que diferia de Rui, que cultivava a arte para a evangelização das idéias. Os trechos de insuperável beleza do escritor baiano são verdadeiros oásis em seus extensos discursos políticos. No estilo, é sensível a distinção. Os períodos de Nabuco são curtos, tradução livre do francês...»

«Ledor dos clássicos portugueses e dos dicionários, em Rui os períodos são longos e se desdobram opulentos».

Nabuco, de cultura menos ampla e produção mais sistematizada e de extensão menor, era uma individualidade mais harmoniosa. De seus julgamentos revestem-se de polidez, de serenidade, mesmo falando de si ou do pai. «Minha Formação», a sua encantadora auto-biografia, é um modelo de equilíbrio. No mais espinhoso dos gêneros literários, o que requer maior acuidade de espírito, o mestre insuperado, Humberto de Campos escreveu obra com toques de humanidade, porém menos duradoura».

Ora a crítica que se há de fazer a respeito de Humberto de Campos está indicada. O que faltou a êle, está aí dito. Disso que já se diz dêle, concluir-se-á o mais que se há de dizer.

Conclui Gontijo de Carvalho que o livro de Humberto de Campos esmorece diante da expressão de pensamento da obra de Nabuco. Mas teço comentários em torno do que está dito.

Humberto de Campos estêve prêso a um destino premente, andou sujeito à necessidade que o leva a ganhar a vida contando a anedota de cada dia, com que o jornal que o empregava fazia rir os seus leitores. Êle mesmo no que escreveu de mais grave, fazendo crítica, comentou que fôra «o escritor mais acusado, entre nós, pela suposta licenciosidade da sua literatura». E acrescenta: «eu aproveito, porém, a oportunidade, que o acaso me ofereceu, para um esclarecimento. Os dez volumes alegres que escrevi e que formam um acervo de 1.120 pequenos contos originais ou traduzidos, não são, sem dúvida, dos mais edificantes e modelares, sob o ponto de vista moral, ou, antes, da moralidade. A finalidade de cada um dêles não é, entretanto, sensualidade, mas a jovialidade, de modo que, onde aquela aparece, toma o aspecto de pura galanteria. Há malícia, mas não há, nunca, brutalidade. São contos à maneira de Courteline, de Alphonse Allais, de Banville, e que não conteem, sequer, as asperezas de Bocácio, de Margarida de Navarra, de Armand Silvestre, de Catullo Men-

dês, e, ainda menos, as daqueles famosos narradores bizarros dos séculos XV e XVI, — os Franco Sacchetti, os Barberini, os Matteo Bandello, os Firenzuola, os Fortini, os Malespini, os Ascânio de Mori, que foram, durante todo êsse largo período, o orgulho e o encanto das pequenas côrtes italianas. Eu tenho uma bibliografia galante, confesso: mas não tenho uma obra propositadamente imoral. Os meus miúdos contos maliciosos foram escritos unicamente para fazer sorrir a uma sociedade que conhece o pecado: mas não ensinam, êles mesmos, o pecado, despertando, pela vivacidade da descrição os desejos concupiscentes. Nas 3.690 páginas que formam êsses dez volumes erradamente classificados de fescininos, não se encontra, em suma, um só têrmo brutal ou um vocábulo que não possa ser proferido em voz alta. O que poderia haver de inconveniente e censurável, está em sub-entendidos, no duplo sentido das expressões, no equívoco das situações cômicas, nos atributos literários, enfim, que caracterizam a literatura galante e a distinguem da literatura licenciosa».

Seja assim! Êle se defende, ainda que bem, do que escreve para fazer sorrir. Está dito por Humberto de Campos o que são os seus 1.120 pequenos contos, e não discutamos. Entretanto mais vale a sua crônica política burrifada de ironia porque agrada vê-la apontar as criatura que fazem sorrir. Muito do que Humberto diz, intriga. Creio que a ironia é a melhor forma de aguçar a inteligência sôbre as criaturas humanas, e a história que é a compreensão despertada acêrca das pessoas que vão ficando no passado, não desprezará a ironia que com elas buliu em vida. *A Seara de Booz* é um livro escrito em tom irônico e que pode ser algum dia levado às bibliotecas históricas para prestar muitos serviços. No que Humberto escreveu de sério revela-nos uma profunda inteligência com a elevação de vistas e a superioridade, com que traçou comentários, por exemplo, à história da Igreja.

«Um ligeiro retrospecto, êle diz com sabedoria, tornará patente, talvez, a verdade histórica, nas suas origens, a datar de Pedro e Clemente, que encheram com o seu pontificado o I século, até Estevão II, no século VIII, a Igreja Romana, apesar de algumas vicissitudes, teve existência puramente evangélica. Os antipapas que surgiram, foram com Félix II e Pascal, vítimas da sua boa fé, ou, como Novaciano, Ursono, Eulálio, Dioscoro e Teodoro, rebeldes de um dia, ou de um mês, que, verificado o êrro de que eram vítimas, prontamente capitularam».

Ê assim que se historia, com essa serenidade de espirito.

Humberto de Campos, estudando o meio, a vida política da Itália, mostra que ela asfixiava a Igreja, invade-a causando grandes transtornos. Êle os há. A Igreja sabe que os há, não os nega. porém, como quis Leão XIII, manda que os historiem contanto

que historiem a verdade. E é assim que vai narrando Humberto de Campos, referindo-se às diversas épocas da que foi governada por Pedro.

— A princípio «a barca de Pedro navegava sem lastro terrestre, sem mercadoria que acendesse a cobiça, e, daí, a ordem, a disciplina, a harmonia relativa no seio da tripulação, a qual só se desavinha na fixação ou na interpretação dos dogmas».

E acrescenta o crítico:

«A crônica do papado, lida com atenção mesmo nos seus documentos oficiais, mostra que êle, resistindo à ferrugem dos séculos, não escapou a nenhuma das leis sociológicas a que se acham sujeitas as sociedades. As suas decisões resistem ao exame de adversários os mais odientos, que outro recurso não encontram para acusá-las — diz o Sr. D. Aquino, — senão ofuscando-as acintosamente pela confusão, pelo sofisma e pela mentira». A História — acrescenta Humberto de Campos — nada tem com a Maledicência. «E o que ela tem apurado na sua serenidade, é que a igreja é o instituto mais majestoso que tem pesado sôbre a terra, que a sua estrutura é mais sólida que a dos Impérios; mas, também, que tem corrido os mesmos riscos que destruíram êstes tôda vez que tem tentado funcionar como Império».

A serenidade da linguagem denota o espirito de historiador e a consciência do que seja a História.

O ensaio que Humberto de Campos escreveu — O Papado e a sua função histórica, — para comentar o escrito *Quem é o Papa*, da autoria de D. Aquino de Corrêa traz afirmações que podem correr ao lado do que escreveu Joseph de Maistre, a quem não se pode negar autoridade e argúcia. «Êles próprios (os papas), diz êste, pagaram um tributo fatal e passageiro à desordem geral. *A Cadeira pontifical estava oprimida, desonrada e manchada de sangue*; mas rápido ela retomou a sua antiga dignidade; e é aos papas que se deve de novo a ordem restabelecida». Não diz outra coisa o escritor brasileiro levando em conta os restabelecimentos que são a própria Igreja a reagir.

Não se opõem os trechos citados de um e de outro. Confirmam-se.

Está aí o que posso apontar: páginas de historiador, na critica que escreveu Humberto de Campos. E porque não levar em conta as 200 páginas que êle traçou nessa altura, não só no ensaio citado como em outro intitulado *A Inquisição no Brasil*? Quando êle aprecia a Inquisição, sabe o que dizer dela. A Inquisição explica-se pela época. Dá-lhe assim a explicação histórica Humberto de Campos. Mostra que sabe ser historiador. A História, êle já disse, nada tem com a Maledicência. Pelo contrário: é a destruição dela.

E Humberto explana:

«Príncipes, artistas e poetas eram, todos, aferidos no metro hoje universal, bandidos cínicos e criminosos brutais. Benevenuto Cellini, após um dia de trabalho meticuloso esculpindo de mão firme a jóia de um relicário, saía, embuçado, pelas ruas de Florença, a cravar punhais nas costas dos seus desafetos. Imperadores e reis atacavam castelos e cidades com o pensamento na pilhagem desenfreada. Nada mais explicável, pois no meio de homens que davam tão baixo preço à vida humana, do que o aparecimento de um punhado de místicos utilizando essa ferocidade em proveito da sua fé ameaçada. Eles estavam ainda no campo de batalha, em frente, mesmo, dos seus inimigos armados em guerra. Quando Domênico de Guzman veio ao mundo, ainda viu, do alto do castelo de Cearnega, o albornoz do cavaleiro mouro galopando para Toledo. As tradições correntes eram rôdas recentes e cruéis. Mulheres cristãs enchem os serralhos que se deslocam para o oriente e cavaleiros da lei de Cristo remam, como escravos, nas galeras do infiel que cruzam o Mediterrâneo. Filho e neto de guerreiros, descendo, como lhe denunciavam os sentimentos e a figura, dos últimos visigodos descidos do norte, o moço espanhol sente de perto o horror daquele cativoiro infamante. E é assim que, entrando pela vida, percorre a Europa sôzinho e a pé, em tôdas as direções, e funda a ordem a que liga o seu nome e que vai ser, por delegação de Roma, o mais poderoso aparelho do Santo Ofício».

«Onde êsse aparelho é instalado, corresponde, porém, a uma necessidade social e política. Dai o aspecto que a Inquisição assume no seio de cada povo»...

Diante desta descrição histórica, compreende-se a afirmação de Humberto de Campos a dizer que naquele tempo bárbaro a Inquisição fôsse a bárbara defesa do cristão em proveito da sua fé ameaçada». Em defesa da fé, e do próprio cristão! E uma barbaridade, é que explica a outra, em reação. Explica, embora não justifique. É uma explicação que corre no terreno da verdadeira história: mas o mal é que às vêzes voltam as costas a ela.

Pena é que, chegando a escrever assim, Humberto de Campos não tenha sido, como um Joaquim Nabuco, um formador de cultura tanto quanto o é o escritor famoso. Mas isto acontece talvez porque êle não tenha escrito 3.690 páginas de história, como veio escrevê-las de contos juvenis. Melhor fôra que as fizesse de História como êle sabia que é a História, produzindo então, com a pena de historiador, os dez volumes, 3.690 páginas contra 200 de contos alegres, para assim emparelhar com os grandes vultos da cultura nacional. E digo mais: para isso, podia deixar de escrever as 200, juvenis. Não escrevesse nenhuma delas...

HISTÓRIA DA COMPANHIA DE JESUS NO BRASIL

HELIO VIANNA

SERAFIM LEITE, S. I. — *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Tomo VII. Séculos XVII-XVIII. Assuntos Gerais. — Tomos VIII e IX. Suplemento Biobibliográfico. Escritores de A a M e de N a Z. Instituto Nacional do Livro. Rio de Janeiro, 1949. Departamento de Imprensa Nacional. XX-492, XXVIII-438, 460 págs., ils.

Com os três volumes aparecidos em 1949 fica praticamente encerrada a publicação da *História da Companhia de Jesus no Brasil*, de Serafim Leite, S. I., sem dúvida a mais importante obra da historiografia brasileira dos últimos anos. O décimo e último tomo conterà, apenas, o índice geral de todo o conjunto.

No sétimo ficou completo o texto, propriamente dito, do trabalho, com o estudo do governo da província jesuítica do Brasil, nos séculos XVII e XVIII; com o exame do ensino aqui ministrado pelos inacianos, no mesmo período; e, afinal, com aspectos peculiares da ação da Companhia no país, antes do exame da perseguição sofrida ao tempo do ministério do Marquês de Pombal, culminada pela expulsão dos domínios portugueses e pela própria extinção temporária da Ordem.

Como apêndice, aí aparece esclarecedor estudo sobre a data da fundação de São Paulo, seguido de documentos como uma carta de Antônio Vieira visitador geral do Brasil, dados sobre o seminário, o tesouro sacro, a igreja e o Colégio da Bahia, catálogos da Província e lista de provinciais, vice-provinciais e visitadores gerais do Brasil.

Os tomos VIII e IX contêm minucioso Suplemento Biobibliográfico dos escritores jesuítas do Brasil de 1549 a 1773, importantíssimo levantamento, de extraordinário valor para a história cultural do país. Verbetes que serão daqui por diante consultados obrigatoriamente são, por exemplo, os relativos a Anchieta, Prudêncio do Amaral, João Antônio Andreoni (Antonil), Inácio de

Azevedo, José Basílio da Gama, João Filipe Bettendorff, Antônio Maria Bonucci (professor de História), Domingos Capassi (cartógrafo), Fernão Cardim, Pero de Castilho, Quirício Caxa, Irmão Pero Corrêa (de quem é reproduzida interessante carta sobre «os males do Brasil», de 1553), João Daniel, Luís Figueira, Manuel da Fonseca, Cristóvão de Gouvêa, Bento da Fonseca, ao educador Alexandre de Gusmão, ao infeliz Gabriel Malagrida, Luís Vincêncio Mamiani, Eusébio de Matos, José de Morais, Jácome Monteiro (de quem é transcrita interessantíssima «Relação da Província do Brasil», de 1610), Manuel da Nóbrega, Leonardo Nunes, aos cartógrafos Aloísio Conrado Pfeil e Diogo Soares, Belchior de Pontes, José Rodrigues de Melo, Antônio de Sá, Gaspar de Sampedes, Simão Travassos, Gregório Serrão, Inácio de Tolosa, Cristóvão Valente, Simão de Vasconcelos, e, afinal, ao padre Antônio Vieira, a quem são dedicadas não menos de 172 páginas de primorosa biobibliografia, acrescida de minuciosas efemérides ao grande escritor, político e missionário referentes. Aliás, facilitando pesquisas sobre a obra escrita dos jesuítas do Brasil, arrolou Serafim Leite, no setor da Historiografia, nada menos de 45 biógrafos, 15 autores de defesas e apologias, 19 historiadores propriamente ditos e 96 autores de memórias, relações e informações históricas.

Dentre os apêndices ao tomo IX, além dos citados, convém acrescentar uma carta do padre Manuel Viegas sobre a visita de Cristóvão de Gouvêa, a língua tupi e os índios maromemins; uma relação de viagem ao Maranhão, do padre Frutuoso Corrêa, 1696; a carta do padre Diogo Soares sobre o começo das observações astronômicas e trabalhos cartográficos no Brasil, 1730; carta de Bento da Fonseca sobre descobrimentos no Amazonas, 1749; um artigo sobre «os jesuítas e o primeiro jornalismo no Brasil». E, como fecho, minuciosa biografia de «Nóbrega, Fundador», com as efemérides principais de sua vida.

Numerosas ilustrações, principalmente reproduções facsimilares de folhas de rôsto de obras jesuíticas relativas ao Brasil, enriquecem os tomos VIII e IX da monumental *História da Companhia de Jesus no Brasil*, obra essencial à historiografia colonial brasileira.

SÃO PAULO E A INVASÃO HOLANDESA NO BRASIL

HELIO VIANNA

J. P. LEITE CORDEIRO — *São Paulo e a Invasão Holandesa no Brasil*. São Paulo, (Gráfica Bentivegna), 1949, 246, p., ils.

As lutas travadas no Brasil colonial, do Espírito Santo ao Maranhão e Grão-Pará, contra os invasores holandeses do século XVII, têm sido estudadas sob múltiplos aspectos. Um destes, e sem dúvida dos mais importantes, é o que se refere ao auxílio que reciprocamente se prestaram as capitanias da coroa e hereditárias. A de São Vicente, por exemplo, em várias oportunidades enviou socorros à Bahia e ao Nordeste, como à própria restauração de Angola, profundamente ligada à do Brasil. Lembrando-o, em volume intitulado *São Paulo e a Invasão Holandesa no Brasil*, contribui o Sr. J. P. Leite Cordeiro para chamar a atenção para êsse ponto essencial daquelas campanhas, sintoma do sentimento de comunidade de interesses que viria desdobrar-se, afinal, no próprio sentimento nacionalista do povo brasileiro.

THE INDIAN POLICY OF PORTUGAL IN AMERICA

AMERICO JACOBINA LACOMBE

MATHIAS C. (Kiemen, O.F.M. — *The Indian Policy of Portugal in America, with special reference to the old State of Maranhão — 1500-1755*. Reprinted from «The Americas». Washington. 1949. 62 pp.

Trata-se de uma dissertação apresentada à Faculdade de Ciências e Artes da Universidade Católica da América a fim de obter o grau de bacharel.

Compreende uma conscienciosa e minuciosa pesquisa em torno do assunto, com abundante e bem ordenada bibliografia. Após estudar os índios em geral e em seguida as ordens religiosas que tiveram com eles relações, dedica três capítulos (III, IV e V) ao estudo da legislação do trabalho indígena e ao trabalho dos índios no Maranhão. O cap. VI estuda a expansão missionária e o final (VII) os funestos resultados da secularização promovida pela política pombalina.

Trata-se de uma contribuição das mais ponderáveis para o estudo de um aspecto essencial de nossa formação. Os conhecimentos especializados do A. relativos à ordem franciscana e ao franciscanismo trazem para o assunto dados valiosos que até agora não foram apreciados pelos historiadores brasileiros.

IMPLORAÇÃO DO INSTITUTO A SUA SANTIDADE O PAPA PIO XII

REPRODUÇÃO FOTOGRÁFICA DA IMPLORAÇÃO DO INSTITUTO A SUA SANTIDADE O PAPA PIO XII

PARA QUE FÔSSE CANONIZADO O BEATO JOSEPH ANCHIETA

Beatíssimo Padre.

Aproximando-se a data do IV Centenário (1888-1928) da fundação da cidade de São Paulo (Brasil) todos os brasileiros apegam os olhos para os altares de suas Igrejas em busca do Apóstolo do Brasil. E absolutamente uniforme em nosso país a certeza de que o Venerável José de Anchieta, da gloriosa Companhia de Jesus, pelas suas admiráveis feitos na terra brasileira, continua no Céu, reluzindo por todos os que vivem nas plagas em que ele há trabalhosamente pastoreado.

Apreciando devidamente a vida gloriosa de José de Anchieta, o Santo Padre Clemente XIII declarou, aos 10 de Agosto de 1780 que o Venerável Servo de Deus tinha exercitado todas as virtudes em grau heróico. Em seguida não caminha o processo de canonização.

O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, instituição centenária, fundada em 1838, e que reúne em seu corpo social as mais ilustres personalidades de Cultura nacional, por voto unânime de seu plenário, resolveu dirigir-se ao Papa gloriosamente reinante, implorando-lhe que, por ato do Sumo Pontífice, seja solicitado de todos os excelentíssimos preiados e virtuosos sacerdotes, de todas as respeitáveis comunidades religiosas masculinas e femininas e de todos os católicos de nossa extensa Pátria, orações constantes e fervorosas para que o Venerável José de Anchieta nos beneficie com dois milagres de primeira classe a fim de que a continuação do processo de canonização permita a Beatificação do Apóstolo do Brasil.

Pedindo a Deus conserve por largos anos a vida de Vossa Santidade para felicidade do mundo, glória da civilização e triunfo da Santa Igreja, pedindo a preciosa bênção, apresentamos à Vossa Paternidade a mais atenciosa homenagem de veneração.

Rua do Comércio, 30 de Maio de 1927.

João Baptista de Almeida Lima

MAX FLEIUSS, NOME A DAR A UMA DAS RUAS DESTA CIDADE

1952 — REQUERIMENTO Nº 2.656

Solicitando seja dado o nome de Max Fleiuss a uma das ruas desta Capital.

Requeiro à Mesa, ouvido o Plenário, officie-se ao Sr. prefeito no sentido de providenciar seja dado o nome de Max Fleiuss a um dos logradouros desta Capital.

Sala das Sessões, 5 de julho de 1952. — *Alvaro Dias.*

Justificação

A designação de uma das ruas da nossa metrópole, pelo nome ilustre de Max Fleiuss, é um ato de justiça.

Max Fleiuss nasceu no Largo de São Francisco em 2 de outubro de 1868, devotando-se, desde a mais tenra idade, à sua cidade natal.

Escreveu cerca de 40 volumes sobre o Rio de Janeiro e o Brasil, destacando-se entre aquêles a «História da Cidade do Rio de Janeiro» e a «Cidade de Rio de Janeiro», que é uma monografia em que se refere a esta Egrégia Câmara, salientando a sua preciosa atuação no desenvolvimento da Cidade desde que foi criada por Estácio de Sá: «A Câmara Municipal ou Conselho de Vereança, presidido pelo juiz ordinário e formado pelos «homens bons» da terra, isto é, os mais antigos, de maior experiência e melhor conceito».

Foi, Max Fleiuss, membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro durante 45 anos e seu secretário durante mais de 20;

pertenceu, como membro correspondente, às Academias de História de Cuba, Portugal, Espanha e Argentina, à Sociedade Americanistas de Paris; membro da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, presidente da Comissão Brasileira de Iconografia, representante do Brasil no IIº Congresso Internacional de História da América.

Max Fleiuss faleceu em 31 de janeiro de 1943, na rua Haddock Lobo. O infatigável trabalhador morreu pobre, mas deixou um nome respeitado e ilustre, digno de ser perpetuado numa das ruas desta Capital, que êle tanto honrou.

Diário Oficial, 6-6-1952.

SÓCIOS FALECIDOS

No 2º trimestre dêste ano, o Instituto teve que registrar o desaparecimento de seu sócio benemérito Dr. Nelson Coelho de Senna, falecido em Belo Horizonte a 1 de junho último.

Natural de Serro (Minas) onde nasceu a 11-10-1876 — o ilustre extinto era formado em direito, professor de história e publicista de renome. Exerceu também os mandatos de deputado estadual e, depois, o de deputado federal pelo seu Estado natal. Foi catedrático do Ginásio Mineiro e da Universidade de Minas Gerais e fazia parte da Academia Mineira de Letras.

Nelson de Senna entrou para o Instituto, como sócio correspondente.

A proposta, de 24-10-1900 é de Afonso Celso, Max Fleiuss e Henri Raffard. O parecer da comissão de história, datado de 28-5-1901 traz as assinaturas de M. A. Galvão e Paulino de Souza Jr. O da Comissão de Admissão, de 17-6-01 está subscrito por J. C. de Souza Ferreira, Manoel Francisco Correia e A. de Paula Freitas. Ambos aludem aos seus trabalhos *Nossas questões internacionais* (1900); *Memória histórica e descritiva da cidade e município do Serra* (1895) e *Efemérides e fatos mineiros* (1898).

Foram eles aprovados na Assembléia Geral de 23-8-1901.

Mais tarde ainda publicou, entre outros muitos: *Contos sertanejos* (1903); *Serranos ilustres* (1905); *Notas para a história mineira* (1907); *O Rio Doce* (1907); *Notas e crônicas* (1907); *Ouro-Preto, dois séculos de regime municipal* (1911).

Colaborou no 1º Congresso de História Nacional (1914) com a tese sobre *A contribuição etnográfica dos padres da Companhia de Jesus e dos cronistas leigos dos primeiros séculos da nossa história* (vide: "Anais", vol. II, pág. 511).

Escreveu mais: *Terra Mineira* (Corografia, 1923); *Participação dos deputados brasileiros às Côrtes Portuguezas em 1821* (no Livro do Centenário da Câmara, 1926); *Um brasileiro ilustre: O conselheiro Dr. Francisco de Paula Cândido* (na Revista do

Instituto, vol. 155, págs. 117-136); *Alemães no Brasil* (1932) e *Africanos no Brasil* (1938).

Alguns dêsses seus trabalhos foram traduzidos para outros idiomas: inglês, francês e alemão.

Nelson de Senna passou a sócio efetivo do Instituto a 22 de dezembro de 1931. Proposto para sócio benemérito, em 9-7-45 — em indicação, encabeçada pelo embaixador J. C. de Macedo Soares e assinada por mais 19 sócios; foi ela logo apoiada pela «Comissão de Admissão» da mesma data, e aprovada pela Assembléia Geral de 28-9-45. Existem sôbre Nelson de Senna — as *Notas bibliográficas* do próprio autor e a *Bio-bibliografia*, da Srta. Maria C. Max Fleiuss (Vide: «Revista», vol. 190, págs. 141-144).

PUBLICAÇÕES RECEBIDAS

OBRAS OFERECIDAS

Em abril de 1952

- Amerindiens Sylvicolas* -- M. Paranhos da Silva -- Imprimeries Populaires -- Genève. 1951.
- Misiones Colombianas en los Archivos Europeos* -- Enrique Ortega Ricaurte -- Comision de Historia -- Tacubaya. 1951.
- La Ensenanza de la Historia en Honduras* -- Martin Alvarado -- Comision de Historia -- México, 1951.
- Antecedentes do Tratado* -- tomos I e II -- Jaime Cortesão -- Imprensa Nacional. Rio de Janeiro, 1951.
- Na vila de Vitória e na Visitação de Santa Isabel* -- M. de L. de Paula Martins -- Tip. Ideal Irmãos Cantor. São Paulo, 1950.
- Vocabulário Português* -- Botocudo -- M. de L. de Paula Martins -- São Paulo, 1951.
- Anais do Museu Paulista* -- tomo XIV -- Imprensa Oficial, 1950. São Paulo.
- Discursos Acadêmicos de Posse* -- José Carlos de Macedo Soares -- Tip. Edance Ltda. São Paulo, 1951.
- Problemas Navais no centenário de seu nascimento* -- Almirante Huet de Bacelar -- Rio de Janeiro, 1952.
- Pintores Jesuitas do Brasil (1549-1760)* -- Serafim Leite S. I. -- Tip. Editrice Michelle Pisani -- Roma, 1951.
- Leis, Decretos e Atos* -- julho a outubro de 1951. Pref. Dr. Elyseu Paglioli -- Gráf. Santa Teresinha Ltda., Porto Alegre, 1951.
- Subsidios para a História Marítima do Brasil* -- Extratos do Arquivo do Almirante Tamandaré -- vol. X. Imprensa Naval. Rio de Janeiro. 1951.
- Auto representado na festa de São Lourenço* -- M. de L. de Paula Martins -- Tip. Ideal Irmãos -- São Paulo. 1950.
- Reestruturação do Ensino Secundário e Politécnico* -- Eloywaldo Chagas Oliveira -- Imp. Oficial da Bahia -- Bahia, 1951.
- A Família Monteiro de Barros* -- Frederico de Barros Brotero -- João Ben-tivegna. 1951, São Paulo.
- Noticia geral de toda esta capitania da Bahia desde o seu desenvolvimento até o presente ano de 1759*, por José Antonio Caldas -- Tip. Beneditina Ltda. -- Bahia, 1951.
- La Europa Atormentada* -- Angel Modesto Caldas -- Imp. en el Ecuador. Quito, 1951.
- Da Fundação das Universidades ao ensino na Colonia* -- Desembargador Julio Cesar de Faria -- Imp. Nacional -- Rio de Janeiro, 1952.
- Velhos Troncos Ouopretanos* -- Cônego Raimundo Trindade -- Gráf. Rev. dos Tribunais -- São Paulo, 1951.

- Diccionario Castellano de Palabras Juridicas y Tecnicas tomadas de la Legislación Indiana* — Rafael Altamira y Crevea — Comision de Historia. Mexico, 1951.
- Na Revolução de 30* — Cel. Schmidt Editor — 1933. Rio de Janeiro.
- Observações colhidas pelo médico e botânico George Gardner no Rio de Janeiro e arredores (1836)* — separata. Rio de Janeiro.
- Os «Pasquins» do litoral norte de S. Paulo e suas peculiaridades na ilha de S. Sebastião* (separata) — Gioconda Mussolini — Departamento de Cultura. São Paulo, 1950.
- A Igreja em Barbacena* — Nestor Massena — I.B.G.E. Rio de Janeiro, 1952.
- La Ensenanza de la Historia en la Argentina* — Leoncio Gianello — Comision de Historia — México, 1951.
- Album* — Lembrança da Exposição Iconográfica e Bibliográfica Baiana. Prefeitura Municipal — Bahia, 1950.
- Documentos Históricos do Arquivo Municipal* — Cartas do Senado — Prefeitura Municipal da Bahia — 1950.
- A Artur de Sá Menezes* — In Memoriam — Tipografia Moderna — Bahia, 1951.
- A New Portrait of Mauá The Banker: a man of Business in XIX Century Brasil* by Anyda Marchant — 1950.
- O Encarregado de Navegação* — 7º capitulo (radiogoniômetro) — Capitão Newton Tornaghi — Escola Naval. Rio de Janeiro, 1949.
- Index Baccharidinarum (compositae)* — Irmão Teodoro Luis, F. S. C. — Instº Geobiológico La Salle — Porto Alegre, 1952.
- La Ensenanza de la Historia en Cuba* — Emeterio S. Santovenia e outros — Comision de Historia — México, 1951.
- Selectiones Nuntii de Historiographia S.I.* — Eduardo Garcia Montero — Imp. Domingos Miranda — Lima, 1952.
- Ligeiro Esboço Biográfico de Adolfo de Varnhagem* (1.º e último visconde de Porto Seguro) — Orlando de Carvalho Damasceno — Departamento de Cultura, São Paulo, 1949.
- Os Fanáticos* — Crimes e aberrações da religiosidade dos nossos caboclos — Aujor Avila da Luz — Florianópolis, 1952.
- Auto sa Alma* — Gil Vicente — Imp. Portuguesa — Lisboa, 1951.
- Antologia Poética* — Arturo Marasso-Coni — Buenos Aires, 1951.
- Portugal, berço duma organização atlântica eficaz* (conferência) — E.N. Van — Lisboa — 1952.
- Manual do Colecionador Brasileiro* — José de Almeida Santos — Livr. Martins Editora — São Paulo, 1952.
- Obras Escolhidas* — Padre Antônio Vieira — vols. III-IV-V — Livraria Sá da Costa. Lisboa.
- Ensinando o uso de livros e bibliotecas* — May Ingles — Imprensa Nacional — 1952. Rio de Janeiro.
- O Departamento de Referência* — Charles F. Mccombs — Imprensa Nacional. Rio. 1952.
- A República Rio Grandense e a Guerra Paulista de 1932* — René Thiollier — Edições Alarico — São Paulo, 1952.
- Discursos Parlamentares* — Trabalhos Juridicos — vol. XXII — 1905 — tomo I. Rui Barbosa — Imprensa Nacional. Rio de Janeiro, 1952.
- Dois Momentos de Rui Barbosa* (Conferências) — San Tiago Dantas — Imprensa Nacional. Rio de Janeiro, 1949.

Escritos — Tomo III — Andrés Lamas — Imprensa Nacional — Montevideú, 1952.

Missões Brasileiras nos Arquivos Europeus (Oferta do Dr. Virgílio Corrêa Filho) — Comision de Historia — México, 1952.

Explicacion del Reverso del Codex Vindobonensis — Alfonso Caro — El Colegio Nacional — México, 1952.

Em maio de 1952

Bibliografia de Joaquim Nabuco — Oswaldo Mello Braga — Imprensa Nacional — 1952. Rio de Janeiro.

Um Diplomata do Império (Barão da Ponte Ribeiro) — José Antônio Soares de Sousa — Editora Nacional. São Paulo, 1952.

Regiões e Paisagens do Brasil — Aroldo de Azevedo — Editora Nacional. Rio de Janeiro, 1952.

O Partido Republicano Conservador — vol. XXIV — 1897 — Rui Barbosa. — Imprensa Nacional. Rio de Janeiro, 1952.

Repertório da Réplica de Rui Barbosa — M. S. Mendes de Moraes — Gráfica Olimpia — Rio de Janeiro, 1950.

São Francisco de Assis de Ouro Preto — nº 17 — Cônego Raymundo Trindade — Rio de Janeiro.

História da Antiga Capela da Ordem Terceira da Penitência de São Francisco em São Paulo — Frei Adalberto — Ortman, O.F.M. — Imprensa Nacional. Rio de Janeiro, 1951.

São Francisco de Assis de Ouro Preto — Cônego Raymundo Trindade — Imprensa Nacional. Rio de Janeiro, 1951.

Vitória y Sepulveda y el problema del Indio en la antigua Gobernacion de Tucuman — Dr. Roberto I. Peña — Imp. Universidad — Cordoba, 1951.

Los Últimos años de Dom Ambrosio Funes — Luis Roberto Altamira — Imprenta Universidad. Cordoba, 1952.

The Use of the Licensing Power by The City of Chicago — Malcolon B. Parsons — University of Illinois — Urbana, 1952.

Papers of The Michigan Academy of Sciences, Arts and Letters — XXXV (1949) — parte III — Geography and Geology — Editor Eugene S. Mc Cartneu — University Press — Ann Arbor, 1952.

Recordações da Provincia — Domingos F. Sarmiento — Imprensa Nacional — Rio de Janeiro, 1952.

El Bolivar de MarMarc Ampliado por Madariaga — Angel Francisco Brice — Imprenta Nacional — Caracas, 1952.

L'Oeuvre de la France en Amerique du Nord — Gustave Lanctot — Fides — Paris, 1951.

Essays on Archaeological Methods — James B. Griffin — University of Michigan, 1951. Ann Arbor.

Em junho de 1952

Plácido de Castro — Um Caudilho contra o Imperialismo — Cláudio de Araujo Lima — Cia. Editora Nacional. São Paulo, 1952.

Discurso de Recepção — João Dornas Filho — Imprensa Oficial — Belo Horizonte, 1952.

- Em defesa da lavoura nacional* — Olynto José Meira — Imprensa Nacional. Rio de Janeiro, 1952.
- Un aspecto de «La casa de Bernarda Alba»* — Eduardo A. Dughera — Ministerio da Educacion — Buenos Aires, 1952.
- Principios y Directivas para la Universidad Nacional del Litoral (Discurso)* — Dr. Raul N. Rapela — Ministerio de Educacion — Buenos Aires, 1952.
- Santa Casa de Misericórdia de Marília (Relatório)* — Revista dos Tribunais, 1952. São Paulo.
- Leis, Decretos e Atos* — novembro e dezembro de 1952. — Eliseu Paglioli — Gráf. Santa Teresinha. Porto Alegre, 1952.
- Trabalhos Jurídicos* — vol. XXIV — tomo II — 1897. Rui Barbosa — Imprensa Nacional — Rio de Janeiro, 1952.
- Rui Barbosa e os Livros* — 5ª edição — Homero Pires — Imprensa Nacional, 1952. Rio de Janeiro.
- Anais de Biblioteca Nacional* — 11º, 56º, 66º 67º vols. Biblioteca Nacional — Imprensa Nacional. Rio de Janeiro.
- Anais Pernambucanos* — 1591-1634 — vol. II. F.A. Pereira da Costa — vol. II — Arquivo Público Estadual — Recife — Pernambuco, 1952.

PUBLICAÇÕES RECEBIDAS

Em abril de 1952

- Tierra de Maipu en Tucuman (Discursos)* — Tucuman.
- Boletín Informativo* — março de 1952 — n° 3 — ano IV. São Paulo.
- Arquitectura* — febrero de 1952 — n° 223 — año XX. La Habana.
- Ocidente* — janeiro e fevereiro de 1952 — ns. 165-166 — vol. XLII. Lisboa.
- Boletim Paulista de Geografia* — ns. 8 e 9 — julho e outubro de 1951. São Paulo.
- Américas* — vol. IV — n° 4 — abril de 1952. Rio de Janeiro.
- Boletín de la Academia Nacional de la Historia* — tomo XXIV — octubre e diciembre de 1951 — n° 136. Venezuela.
- Catalogo* — Livre Anciens et Modernes. Paris.
- O Puritano* — 10 e 25 de março de 1952 — ns. 2.007 e 2.008 — ano LIII. Rio de Janeiro.
- Saúde* — abril de 1952 — n° 52 — ano V. Rio de Janeiro.
- Rodovia* — dezembro de 1951 — n° 142 — ano XIII. Rio de Janeiro.
- Revista Nacional* — tomo L — año XIV — junio de 1951 — n° 150. Uruguai.
- Anales de la Sociedad de Geografía e Historia* — de Guatemala — tomo XXV — septiembre de 1951 — n° 3. Guatemala.
- Revista Marítima Brasileira* — jan., fev. e março de 1951 — ns. 7, 8 e 9 — ano LXX. Rio de Janeiro.
- Revista Militar Brasileira* — ano XXXIX — ns. 3 e 4 — julho a dezembro de 1951 — vol. LV. Rio de Janeiro.
- The Highway Magazine* — november, 1951. Ohio.
- Revista do Serviço Público* — outubro, novembro e dezembro de 1949 — ns. 1, 2 e 3. vol. IV — ano XII. Rio de Janeiro.

- Sociedade de Geografia de Lisboa* (Boletim) — junho, agosto e outubro de 1950 — ns. 6, 8 e 10 — 68ª série, Lisboa.
- Bando* — ano III — vol. II — nº 2 — outubro-dezembro de 1951. Natal.
- Instituto Histórico da Ilha Terceira* (Boletim) — n.º 9, 1951, Lisboa.
- Engenharia* — janeiro de 1952 — ano X — vol. X — n.º 113. São Paulo.
- Endeavour* — enero, 1952 — nº 41 — vol. XI. Londres.
- Revista Duperial do Brasil* — nº 64 — novembro-dezembro de 1951. São Paulo.
- Brasil Açucareiro* — ano XIX — vol. XXXVIII — dezembro de 1951 — nº 6. Rio de Janeiro.
- Correio do Senac* — ns. 88-89 — 15 e 21 de março de 1952. Rio de Janeiro.
- O Cruzeiro do Sul* — fevereiro de 1952 — nº 42 — ano V. São Paulo.
- Correio de Uberlândia* — ns. de 12 e 30 de março de 1952 e 1 de abril — ano XV. Minas Gerais.
- Boletín Indigenista* — diciembre de 1951 — nº 4 — vol. XL, com índice. México.
- Boletín Cultural Mexicano* — enero de 1952. México.
- Dia Panamericano* (manual) — 14 de abril de 1952. Washington.
- Revista Interamericana de Bibliografía* — vol. 1 — julio-diciembre de 1951 — ns. 3-4 — Washington.
- Bulletin of The New York Public Library* — march, 1952 — nº 3 — vol. 56. New York.
- Unesco Bulletin for Libraries* — vol. VI — ns. 2 e 3 — february-march de 1952. Paris.
- Informaciones Geograficas* — julio e diciembre de 1951 — ns. 2, 3 e 4 — año I. Chile.
- Boletim da Academia Portuguesa de História* no 14.º ano — 1950. Lisboa.
- Nação Brasileira* — ano XXIX — n.º 343 — março de 1952. Rio de Janeiro.
- Revista de Estudios Musicales* — agosto e diciembre de 1949 — abril e agosto de 1950 — suplemento musical — agosto de 1949 e Arquivo de musica religiosa de la capitania geral das Minas Gerais — tomo I. Mendoza.
- Revista da Faculdade de Letras* — tomo XVII — 2ª série — ns. 1 e 2 — 1951. Lisboa.
- Noticiário das Nações Unidas* — março de 1952 — nº 3 — ano I. Rio de Janeiro.
- Boletín Mexicano* — ns. 124-25 — janeiro e fevereiro de 1952 — ano X. México.
- Boletín Brasileño* — enero-febrero de 1952 — ns. 124-25 — ano X. México.
- Boletín de Informaciones Científicas Nacionales* — nº 43 — diciembre de 1951 — vol. IV. Quito.
- Anales de la Sociedad de Geografía e Historia de Guatemala* — tomo XXV — diciembre de 1951 — nº 4. Guatemala.
- Anais da Academia Brasileira de Ciências* — 31 de dezembro de 1951 — nº 4 — vol. 23. Rio de Janeiro.
- Boletim Estatístico* — setembro de 1951 — nº 5 — ano I, Rio de Janeiro.
- Anais do Arquivo da Marinha* — junho de 1951 — nº 14 — ano VIII. Rio de Janeiro.
- Boletim da Superintendência dos Serviços do Café* — ano XXVI — dezembro de 1951 — nº 298. São Paulo.

- Rodovia* — janeiro, 1952 — nº 143 — ano XIII. Rio de Janeiro.
- Tapejara* — junho e outubro de 1951 — nº 4 — ano I. Ponta Grossa.
- Paulistânia* — julho-agosto de 1948 — nº 24. São Paulo.
- El País* — 13 de outubro de 1945 — nº 1.431 — ano XI. Assuncion.
- Letras del Ecuador* — noviembre de 1945 — nº 8 — ano I. Quito.
- The Geographical Journal* — march, 1952 — vol. CXVIII — part. I — London.
- Boletín de la Sociedad Geographica de Lima* — tomo LXVIII — tercero y cuarto. Lima.
- A Polônia de Hoje* — março de 1952 — nº 3 — ano VI. Rio de Janeiro.
- Anais do Arquivo da Marinha* — junho de 1951 — nº 14 — ano VIII. Rio de Janeiro.
- Belgique Amerique Latine* — 20 mars de 1952 — nouvelle serie nº 78. Bruxelles.
- Nação Brasileira* — fevereiro de 1952 — nº 342 — ano XXIX — Rio de Janeiro.
- Relatório do Observatório Campos Rodrigues* — em Lourenço Marques — anos de 1935 a 1942 — vols. XXIX a XXXIV. Moçambique.
- Boletim Mensal das Observações Meteorológicas feitas nas estações da Colônia* — ano XVIII — ns. 1 a 3. Moçambique.
- Atti* — ano accademico — CXII-CXIII-CXVIII — 1948-51. Venezia.
- Anuário Acadêmico de 1952 e Boletim da Academia das Ciências de Lisboa* — outubro a dezembro de 1951, Lisboa.
- Saúde* — maio de 1952 — nº 53 — ano V. Rio de Janeiro.
- Unesco Bulletin for Libraries* — vol. VI — nº 1, january e nº 4, april de 1952. Paris.
- Regulamento do Décimo Congresso Brasileiro de Geografia* — 1941. Rio de Janeiro.
- Boletim da Sociedade Brasileira de Geografia* — ano I — nº 6 — maio e junho de 1951. Rio de Janeiro.
- Boletim Cultural Mexicano* — nº 2 — febrero de 1952. México.
- State Geological Survey* — Report of Investigations ns. 151, 153, 156, 157 e 160 — 1951, Urbana.
- O Puritano* — 10 de abril de 1952 — nº 2.009 — ano LIII. Rio de Janeiro.
- The Professional Geographer* — november, 1951 — nº 5 — vol. III — Washington.
- Que é o Esperanto?* — I.B.G.E., 1945. Rio de Janeiro.
- Informe de la Comision de Historia del I.P.G.H.* — 1950-51. México.
- The Role of Conservation in the Education Programm of Latin America* — november, 1951. Washington.
- Palabras del Doctor German Suarez Flamerich, presidente de la Junta de Gobierno de los Estados Unidos de Venezuela el 24 de noviembre de 1951* — Caracas.
- Boletim do Instituto Brasil-Estados Unidos* — abril de 1952 — nº 106 — ano X. Rio de Janeiro.
- Boletim do Instituto do Ceará* — setembro de 1951 — nº 9 — ano II. Fortaleza.
- Revista do Serviço Público* — dezembro de 1951 e janeiro de 1952 — ns. 1 e 3 — vol IV. Rio de Janeiro.
- Revista Nacional* — tomo LI — año XIV — agosto de 1951 — nº 152. Uruguai.
- Revista de História* — ano III — nº 10 — abril e junho de 1951. São Paulo.

- Boletim A.E.C.* — março de 1952 — n.º 94 — ano VIII. Rio de Janeiro.
Correio de Uberlândia — 20, 22, 23, 29 e 30 de março e 2 e 22 de abril de 1952 — ano XV. Minas Gerais.
O Puritano — 25 de abril de 1952 — n.º 2.010 — ano LIII. São Paulo.
Contributions from the Museum of Paleontology — 11 July e 6 e 30 November — 31 December de 1951 — vol. IX. Ann Arbor.
Boletim do Colégio Brasileiro de Cirurgiões — vol. XXV — n.º 1 — janeiro de 1952. Rio de Janeiro.
Ocidente — n.º 168 — vol. XLII — abril de 1952, Lisboa.
Catalog — Boock Trade New — ns. 1 e 2 — 1952, Leipzig.
Agronomia — julho 1951 — setembro n.º 3 — vol. 10. Rio de Janeiro.
Anales de la Universidad de Chile — sumario de los ns. 81 e 82 — primer y segundo trimestre de 1951 — año CIX. Chile.

Em maio de 1952

- Digesto Econômico* — abril de 1952 — n.º 89 — ano VIII. São Paulo.
Catálogo (Fôlhas avulsas) n.º 10 — fevereiro de 1952. — Rio de Janeiro.
Bulletin Société Suisse des Americanistes — setembro de 1951 — n.º 3 — Geneve.
Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano — ns. 50 e 52 — Recife.
Annual Report of the American Historical Association — for the year 1950 — vol. 1. Washington.
Revista Ecuatoriana de Educación — n.º 18 — noviembre y diciembre de 1952 — ano V. Quito.
Boletín de Informaciones Científicas Nacionales — n.º 44 — enero y febrero de 1952 — vol. IV. Quito.
Catálogo (Informação Bibliográfica) — março de 1952. Rio de Janeiro.
Catalogue — The Cronica Botanica — C.º 1952-53. U.S.A.
Boletim da Sociedade Brasileira de Geografia — n.º 6 — maio e junho de 1951 — ano I. Rio de Janeiro.
Correio de Uberlândia — 23 de abril de 1952 — n.º 2.393 — ano XV. Minas Gerais.
Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte — vols. XLVIII, XLIX — anos de 1951-52. Natal.
Revista da Faculdade de Direito — 1950 — vol. XLV. São Paulo.
O Conselho de Santo Tirso (Boletim Cultural) — vol. 1 — ns. 1 e 2. Portugal.
Cultura Universitária — XXVIII — noviembre-diciembre de 1951 — n.º 28. Caracas.
O Sê-Bê — abril de 1952 — n.º 4 — ano XII. Rio de Janeiro.
Catalogue n.º 719, 1952 (Bibliography). London.
Correio de Uberlândia — 25 de março e 2 e 3 de abril de 1952 — ano XV. Minas Gerais.
Lista Diplomática — Abril de 1952. Rio de Janeiro.
Belgique Amérique Latine — 20 de abril de 1952 — nouvelle série n.º 79. Bruxelles.
O Puritano — 10 de maio de 1952 — n.º 2.011 — ano LIII. Rio de Janeiro.

- A Polónia de Hoje* — abril de 1952 — n.º 4 — ano VI. Rio de Janeiro.
Catalogue of an important collection of books and periodical sets on Geography — n.º 700. Holland.
- Boletim do Instituto Brasil-Estados Unidos* — maio de 1952 — n.º 107 — ano X. Rio de Janeiro.
- Catalogue* n.º 81 (Gé Nabrink) — Holland.
- Boletino della Sociatá Geografia Italiana* — série VIII — vol. IV — fasc. n.º 5 — settembre-ottobre de 1951. Roma.
- Correio de Uberlândia* — 17, 19, 22, 24, 27, 29, 30 de abril de 1952 — ano XV, Minas Gerais.
- Catalogo de Libros impresos en los siglos XIX-y-XX* — n.º 29 — año 1951. Madrid.
- Engenharia* — fevereiro de 1952 — n.º 114 — ano X — vol. X — São Paulo.
- Boletim Cultural Mexicano* — março de 1952 — n.º 3. México.
- Revista do Instituto Brasil-Estados Unidos* — vol. IX — n.º 19 -- janeiro-dezembro de 1951. Rio de Janeiro.
- Boletim Bibliográfico Mexicano* — noviembre y diciembre de 1951 — números 142-43 — año XII. México.
- Catalogue* n.º 722 — 1952. English Books Printed Before, 1640. England.
- Correio de Uberlândia* — 1 de maio de 1952 — ano XV. Minas Gerais.
- Revista Duperial do Brasil* -- n.º 65 — janeiro e fevereiro de 1952. São Paulo.
- Boletim da Índia Distante* -- n.º 40 — 1.º de abril de 1952. Rio de Janeiro.
- Serviço de Educação Cívica e de Intercâmbio Escolar* — boletim de abril e maio de 1952. Rio de Janeiro.
- Catalogue General* — *Table alfabétique* — 1952. Paris.
- Boletim Geográfico* — março de 1951 — n.º 96 — ano VIII. Rio de Janeiro.
- Catalogue* n.º 167 (América) — 1492-1952. Amsterdam.
- Reglamento y Agenda del 5.º Congreso Historico Municipal Interamericano.* La Habana.
- Tricolor* — enero-febrero-marzo de 1952 — ns. 35, 36 e 37 — año III. Venezuela.
- Archivo de Musica Religiosa de la Capitanía Geral das Minas Geraes (Brasil)* — siglo XVIII — tomo I, 1951. Mendoza.
- Brazonario Bahiano Instituto Genealogico da Bahia.* Oferta do sócio Afonso Costa — abril de 1952. Rio de Janeiro.
- Revista Brasileira de Historia de Medicina* -- vol. II -- n.º 1 -- I trimestre de 1952. Rio de Janeiro.
- Boletim do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem* — n.º 4-1948. Rio de Janeiro.
- The Milbank Memorial Fund Quarterly* — april, 1952 -- vol. XXX -- n.º 2. New York.
- Revista Marítima Brasileira* — junho de 1948 — n.º 12 — ano LXVII. Rio de Janeiro.
- O Direito Social no Meio Rural* — vol. 10 — n.º 1 — abril de 1952. São Paulo.

- The United States Quarterly Book Review* — vol. 8 — march, 1952 — n.º 1. New York.
- Revista do Clube de Engenharia* — n.º 188 — abril de 1952 — vol. XXV — 2ª fase. Rio de Janeiro.
- Catalogue* (Les Moisson de l'esprit) — 1952. France.
- Boletim Linotípico* — n.º 78 — 1952. New York.
- Revista Interamericana de Bibliografía* (índice) — vol. 1 — 1951 — Washington.
- Fundação para o desenvolvimento da Ciência na Bahia* — Lei n.º 347 — de 13-XII-1950 e Estatutos — Bahia.
- Saúde* — junho de 1952 — n.º 54 — ano V. Rio de Janeiro.
- Temas Econômicos* — marzo de 1952 — n.º 15 — año II. Caracas.
- Rodovia* — fevereiro de 1952 — n.º 144 — ano XIII. Rio de Janeiro.
- Revista Shell* — n.º 58. Rio de Janeiro.
- Boletín del Archivo General de la Nación* — ns. 154-55 — octubre a diciembre de 1951 e enero a marzo de 1952 — tomo XXXIX. Caracas.
- Boletín Bibliográfico* — n.º 64 — año 8 — 1952. Madrid.

Em junho de 1952

- Revista de História da América* — n.º 32 — diciembre de 1951. México.
- Informação Bibliográfica* — abril de 1952 — n.º 3, Rio de Janeiro.
- Correio de Uberlândia* — ns. 6, 7, 8 10 e 13 de maio de 1952 — ano XV. Minas Gerais.
- Revista e Boletim da Academia de Belas Artes* — 2ª série — n.º 3-1951. Lisboa.
- Américas* — junho de 1952 — n.º 6 — vol. IV. Rio de Janeiro.
- Boletim da Superintendência dos Serviços do Café* — fevereiro de 1952 — n.º 300 — ano XXVII. São Paulo.
- Moçambique* — dezembro de 1951 — n.º 68 — Lourenço Marques.
- Revista Nacional* — tomo LI — año XIV — agosto de 1951 — n.º 152 — Uruguay.
- Boletín de la Academia Nacional de la Historia* — vol. XXIV-XXV — 1950-51. B. Aires.
- Anais da Faculdade de Ciência do Porto* — ns. 1, 3, 4 — vols. XXXIV — XXXV. Porto.
- Vision* — abril 15, 1952 — vol. 2 — n.º 11. New York.
- Boletín Cultural Mexicano* — n.º 4 — abril de 1952. México.
- Noticiário das Nações Unidas* — maio de 1952 — n.º 5 — ano II. Rio de Janeiro.
- Correio de Uberlândia* — 29 e 31 de maio de 1952 — ns. 3.418-19 — ano XV. Minas Gerais.
- Annales Universitatis Mariae Curie* — Skłodowska — vol. V — 1950. Lublin.
- Anuario de Estadísticas Educativas e Culturais* — 1949. Rio Grande do Sul.
- Notas e Informaciones Ciencias Sociales* — octubre y diciembre de 1951 — ns. 11 y 12 — vol. 11. Washington.

- Bulletin de L'Unesco Bibliothèques* — vol. VI — ns. 5-6 — mai-juin de 1952. Paris.
- Vida Presbiteriana* — ano 54 — 10 de junho de 1952 — vol. I — n.º 1. São Paulo.
- Correio do Senac* — ns. 90-91 — ano IV — 1.º e 15 de maio e junho de 1952. Rio de Janeiro.
- Lista Diplomática de maio de 1952*. Rio de Janeiro.
- Catalogue n.º 284* — mai de 1952. Itália.
- Boletim mensal das observações meteorológicas feitas nas estações da Colônia* — ano XVIII — abril a junho de 1951 — ns. 4 e 6. L. Marques.
- Engenharia* — março de 1952 — n.º 115 — ano X — vol. X. São Paulo.
- Revista da Academia Paraense de Letras* — janeiro de 1952 — n.º 2 — ano I. Pará.
- Boletim do Instituto Brasil-Estados Unidos* — junho de 1952 — n.º 108 — ano X. Rio.
- Correio de Uberlândia* — 3, 4, 5, 6 e 7 de junho de 1952 — ano XV. Minas Gerais.
- Boletín Cultural Mexicano* — ns. 3 e 4 — marzo e abril de 1952. México.
- Catalogo* — Nuevas Publicaciones, 1951. Madrid.
- El Faro a Colon* — mayo-agosto e septiembre e diciembre de 1951 — ns. III e IV — año II. Ciudad Trujillo.
- Boletín Indigenista* — n.º 1 — marzo, 1952 — vol. XII. Mexico.
- América Indígena* — abril de 1952 — n.º 2 — vol. XII. México.
- Boletín del Archivo General de la Nación* — tomo XXII — n.º 4 — 1951. México.
- A Polonia de hoje* — maio de 1951 — n.º 5 — ano VI. Rio de Janeiro.
- Catalogue n.º 15* — juin 1952 — Livres Anciens et Modernes. Paris.
- Book Trade* — n.º 4 — april, 1952. Leipzig.
- Revista Duperial do Brasil* — n.º 66 — março-abril de 1952. São Paulo.
- Censos Economicos* — Partes VI, Ceará — IX, Pernambuco — XII, Bahia — XIII, Minas Gerais — XVII, São Paulo — XX, Rio Grande do Sul. Rio de Janeiro.
- Anales del Instituto Nacional de Antropología e Historia* — tomo III — 194-48. México.
- The United States Quarterly Book Review* — vol. 8 — march 1952 — number 1. New York.
- O Cruzeiro do Sul* — abril de 1952 — n.º 43 — ano V. São Paulo.
- Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio* — dezembro de 1946 — ano XI — n.º 148 — junho de 1948 — ano XIII — n.º 166 — outubro-dezembro de 1951 — n.º 4 — ano I. Rio de Janeiro.
- Brasil Açucareiro* — ano XX — vol. XXXIX — fevereiro de 1952 — n.º 2. Rio de Janeiro.
- O que é serviço de documentação do M.T.I.C.* (separata) 1951. Rio de Janeiro.
- Revista do Clube de Engenharia* — maio de 1952 — n.º 189 — vol. XXV. Rio de Janeiro.
- Belgique Amerique Latine* — nouvelle serie n.º 80 — 20 de mai de 1952. Bruxelles.

- Novi Libri*, 1951 — ns. 3 e 4 — vol. 13. Copenhagen.
- Scandinavian Literature* — n.º 12 — august-november de 1951. Copenhagen.
- Publications*, 1951. (Catálogo). Copenhagen.
- Informaciones Estadísticas Dominicanas* — marzo de 1952 — vol. I, n.º 2. Ciudad de Trujillo.
- Revista Nacional* — LI — Tomo — año XIV — septiembre de 1951 — n.º 153. Uruguay.
- Dayli News Release* — january a december de 1950 e january a december de 1951 — China.
- Peopl's China* — ns. de 3 a 12 — vol. I — 1950 — 1 a 12 — vol. II de 1950 — 1 a 12 — vol. III de 1951 — 1 a 12 — vol. IV de 1951. China.
- Revista do Club Militar* — março-abril-maio de 1952 -- n.º 120. Rio de Janeiro.
- Da India Distante* (boletim n.º 42) — 1.º de junho de 1952. Rio de Janeiro.
- Boletin Bibliográfico Mexicano* -- enero-febrero de 1952 -- ns. 144-45 — año XIII. Mexico.
- Revista Nacional* — tomo LII — año XIV — octubre de 1951 — n.º 154. Uruguay.
- Ocidente* — n.º 170 — vol. XLIII — junho de 1952. Lisboa.
- Agronomia* — dezembro de 1951 — n.º 4 — vol. 10. Rio de Janeiro.
- Anuario Açucareiro* — ano XV — 1949-50 — Rio de Janeiro.
- Bulletin Sociétés Suisse des Americanistes* (S.S.A.) — n.º 4 — mars, 1952. Geneve.
- Boletin del Centro Historico Larence* — enero a diciembre de 1951 — año XI. Venezuela.

ESTATÍSTICA

2.º Trimestre	1952			
	Abril	Maió	Junho	Total
Obras oferecidas	46	16	57	120
Revistas nacionais e estrangeiras	99	60	14	173
Catálogos recebidos	2	10	—	12
Documentos recebidos	—	6	5	11
Jornais recebidos	28	12	7	47
Mapas oferecidos	—	—	10	10
<i>Arquivo</i>				
Documentos consultados	2.825	2.976	2.988	8.789
<i>Museu</i>				
Visitantes	12	17	42	71
<i>Sala pública de leitura</i>				
Consultas:				
Obras	3.783	4.068	4.285	12.136
Jornais	1.310	1.247	1.257	3.814
Revistas	1.642	1.752	1.839	5.233
Mapas	354	568	582	1.504
<i>Secretaria</i>				
Ofícios, cartas e telegramas recebidos ..	85	89	127	301
Ofícios, cartas e telegramas expedidos ..	250	280	420	950

ÍNDICE

ABRIL A JUNHO DE 1952

Págs.

I — TRABALHOS ORIGINAIS

- | | |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| 1 — <i>Igrejas e freguesias do Rio Grande do Norte</i> . José Moreira Brandão Castelo Branco | 3 |
| 2 — <i>Cidade do Salvador, dia de Nossa Senhora</i> . José Antônio Soares de Souza | 11 |
| 3 — <i>Nabuco, historiador</i> . Alguns aspectos de um estadista do Império, Arnold Wald | 16 |
| 4 — <i>Documentos do arquivo do 2.º marquês do Lavradio, 3.º vice-rei do Brasil</i> . Relação organizada por Marcos Carneiro de Mendonça | 80 |
| 5 — <i>A diabetes no Brasil</i> . Manoel Xavier de Vasconcellos Pedrosa | 103 |

II — CONFERÊNCIAS NO INSTITUTO.

- | | |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| 6 — <i>Primeiras manifestações pan-americanistas no Brasil</i> . Arthur Cesar Ferreira Reis | 168 |
| 7 — <i>O padre José Custódio, arauto do liberalismo no 1.º reinado e na regência</i> . Ministro Alfredo Valadão | 183 |

III — TRANSCRIÇÕES

- | | |
|------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| 8 — <i>Alcindo Sodré</i> . Afonso d'Escragnoille Taunay | 208 |
| 9 — <i>No centenário da morte de Alvares de Azevedo</i> | 210 |
| 10 — <i>Alvares de Azevedo</i> . Por Eugenio Gomes | 214 |
| 11 — <i>A figura feminina da Inconfidência Mineira</i> . Por Aureliano Leite | 223 |
| 12 — <i>Alexandre Rodrigues Ferreira</i> . Anísio Jobim | 230 |

	Págs.
13 — <i>Perfil de magistrado</i> . Por A. Canabarro Reichardt	234
14 — <i>Arquivo do Instituto Histórico</i> . Virgílio Corrêa Filho ..	238
IV — CRÍTICA DE LIVROS	
15 — <i>Ensaio biográfico, por Gontijo de Carvalho</i> . Feijó Bitencourt	245
16 — <i>História da Companhia de Jesus no Brasil</i> , tomo VII. Hélio Vianna	277
17 — <i>São Paulo e a invasão holandesa no Brasil</i> . Hélio Vianna	279
18 — <i>The indian police of Portugal in America, with special reference to the old State of Maranhão. 1500-1755</i> . Mathias C. Hiemen O.F.M. — Américo Jacobina Lacombe	280
19 — <i>Imploração do Instituto a Sua Santidade o Papa Pio XI</i> .	
V — NOTICIÁRIO	
20 — <i>Max Fleiuss, nome a dar a uma das ruas desta cidade</i> ..	282
VI — SÓCIOS FALECIDOS	283
VII — PUBLICAÇÕES RECEBIDAS	285
VIII — ESTATÍSTICA	296

Departamento de Imprensa Nacional
Rio de Janeiro — Brasil — 1953